

**Alexandre da Cruz Bonilha**

**DO ESTILO FILOSÓFICO DE G. W. LEIBNIZ**

Dissertação apresentada para  
obtenção do título de Mestre em  
Teoria e História Literária pelo  
Instituto de Estudos da  
Linguagem – Unicamp.

Orientadora: Adma Fadul Muhana

Membros da banca:

Prof. João Adolfo Hansen

Prof. Leon Kossovitch

**Unicamp**

**2006**

Bonilha, Alexandre da Cruz.

**B641e** Do estilo filosófico de G. W. Leibniz / Alexandre da Cruz Bonilha. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adma Fadul Muhana.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Filosofia. 2. Retórica. 3. Estilo. 4. Leibniz, Gottfried Wilhelm, freiherr von, 1646-1716. 5. Nizolio, Mario, 1498-1566. I. Muhana, Adma Fadul. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: On the philosophical style of G. W. Leibniz.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Philosophy; Rhetoric; Style; Leibniz; Gottfried Wilhelm; Nizolio, Mario

Área de concentração: Teoria e Crítica Literária.

Titulação: Mestrado.

Banca examinadora: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> João Adolfo Hansen, Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Leon Kossovitch.

Data da defesa: 22/02/2006.

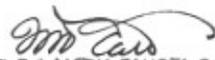
JNIDADE BC  
Nº CHAMADA UNICAMP  
736411  
V \_\_\_\_\_ EX \_\_\_\_\_  
TOMBO BC/ 68718  
PROC 16-P.00123-06  
C \_\_\_\_\_ B \_\_\_\_\_  
PREÇO 11.00  
DATA 01/06/06  
Nº CPD \_\_\_\_\_

Bib ID. 383662

Este exemplar e a redação final da tese defendida por Alexandre de

Cruz Bonilhe

e aprovada pela Comissão Julgadora em 19/04/2006.

  
Prof. Dr. MARIA FAUSTA C. PEREIRA DE CASTRO  
Coordenadora Geral de Pós-Graduação  
IEL/UNICAMP  
Matr. 04368-1

00611433

A Gabriel Pinho da Cruz (1913 – 1982) e  
Luiza Pinheiro da Cruz

BIBLIOTECA CENTRAL  
DESENVOLVIMENTO  
COLEÇÃO  
UNICAMP

## **Agradecimentos:**

Agradeço à Adma pela orientação e a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço ao Capes e IEL/Unicamp pela bolsa concedida.

## Resumo:

Esta dissertação examina o prefácio de Gottfried Wilhelm Leibniz (1646 – 1716) que trata do estilo de discurso adequado à Filosofia, intitulado *Dissertação sobre o estilo filosófico de Mario Nizzoli*, de 1670, quando Leibniz reedita a obra de Mario Nizzoli (1498 – 1566) *Sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar* (de 1553).

Neste trabalho, avalio a concepção de Leibniz de discurso filosófico e sua inerência à Retórica, à pureza e elegância da linguagem, concepção que se revela ao Leibniz aprovar o projeto de Nizzoli de restauração da eloquência filosófica. Por outro lado, destaco também a oposição de Leibniz a Nizzoli, quando este responsabiliza Aristóteles – vinculando-o a seus intérpretes escolásticos –, pela corrupção da eloquência filosófica. Deste modo, Leibniz, partidário de Aristóteles, planeja reabilitá-lo, afastando-o da barbárie escolástica, sem com isso pender para o ciceronianismo renascentista de Nizzoli.

Este trabalho tem como objetivos:

- I – Apresentar as circunstâncias de produção da *Dissertação sobre o estilo filosófico de Mario Nizzoli* e da reedição da obra de Mario Nizzoli, bem como sua relação com o debate filosófico renascentista da eloquência x barbárie;
- II – Relacionar a *Dissertação* com o debate filosófico renascentista da eloquência x barbárie;
- III – Expor as propostas e conceitos da *Dissertação*;
- IV – Analisar retoricamente a *Dissertação*;
- V – Traduzir a *Dissertação*.

## **Abrégé:**

Cette dissertation examine l'avant-propos de Gottfried Wilhelm Leibniz (1646 - 1716), qui porte sur le style de discours approprié à la Philosophie, intitulé *Dissertation sur le style philosophique de Mario Nizzol*, de 1670, quand Leibniz se charge de la réédition de l'oeuvre de Mario Nizzoli (1498 – 1566), *Des vrais principes et de la vraie méthode de philosopher* (1553).

Dans ce travail, on apprécie la conception de Leibniz de discours philosophique et son inhérence à la Rhétorique, la pureté et l'élégance du langage. Cette conception se révèle par l'approbation de la part de Leibniz du projet de Nizzoli qui a pour but la restauration de l'éloquence philosophique. Par ailleurs, on relève aussi l'opposition de Leibniz à Nizzoli dans la mesure où celui-ci accuse Aristote — en l'attachant à ses interprètes scolastiques — de la corruption de l'éloquence philosophique. Ainsi, Leibniz, partisan d'Aristote, a l'intention de réhabiliter celui-ci, en l'écartant de la barbarie scolastique, sans pour cette raison pendre vers le cicéronisme renaissant de Nizzoli.

Ce travail a pour but:

- I – Présenter les circonstances de production de la *Dissertation sur le style philosophique de Mario Nizzoli* et de la réédition de l'oeuvre de Mario Nizzoli;
- II – Examiner la *Dissertation* au sein du débat philosophique à la Renaissance concernant la relation entre éloquence et barbarie;
- III – Exposer les propos et les concepts de la *Dissertation*;
- IV – Analyser rhétoriquement la *Dissertation*;
- V – Traduire la *Dissertation*.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1) Apresentação</b> .....   | 9  |
| Sobre as edições e fontes bibliográficas primárias utilizadas .....  | 10 |
| <b>2) Circunstâncias de produção da <i>Dissertação</i> e da reedição de <i>Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar: debate preliminar entre Leibniz e Thomasius</i></b> ..... | 13 |
| <b>3) Exposição das propostas e conceitos da <i>Dissertação</i></b> .....  | 18 |
| Resumo da <i>Dissertação</i> .....   | 18 |
| Os temas da <i>Dissertação</i> .....   | 35 |
| A barbárie e a <i>Dissertação</i> sobre o estilo filosófico de Nizzoli.....  | 35 |
| As virtudes do discurso filosófico.....  | 40 |
| A <i>Clareza</i> .....   | 42 |
| A <i>Verdade</i> .....   | 49 |
| A <i>Elegância</i> .....   | 52 |
| <b>4) A reforma de Pierre de la Ramée e sua semelhança com Nizzoli</b> .....   | 61 |
| <i>Gramática</i> .....   | 61 |
| <i>Retórica</i> .....  | 62 |
| <i>Dialética</i> .....   | 63 |
| De como Leibniz e Thomasius vêem semelhanças entre as propostas de Ramée e Nizzoli.....  | 66 |
| <b>5) Análise retórica da <i>Dissertação</i></b> .....   | 76 |

|  |            |
|--|------------|
| Partes da Retórica.....                        | 78         |
| Sumário do texto.....                          | 78         |
| Exórdio .....                                  | 81         |
| Proposição .....                               | 87         |
| Louvor (“argumentação”, <i>probatio</i> )..... | 92         |
| Censura (“refutação”, <i>refutatio</i> ) ..... | 100        |
| Peroração .....                                | 106        |
| <b>6) Considerações Finais .....</b>           | <b>109</b> |
| <b>TRADUÇÃO .....</b>                          | <b>111</b> |
| Índice da tradução.....                        | 113        |
| Índice Onomástico.....                         | 171        |
| <b>Bibliografia.....</b>                       | <b>203</b> |

## 1) Apresentação

Esta dissertação examina o texto de Gottfried Wilhelm Leibniz intitulado *Dissertação sobre o estilo filosófico de Mario Nizzoli*<sup>1</sup>, que trata do estilo de discurso adequado à Filosofia, ao comentar a obra de Mario Nizzoli<sup>2</sup> *Sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar*.

Neste trabalho, avalio a concepção de Leibniz de discurso filosófico e sua inerência à Retórica, à pureza e elegância da linguagem, concepção que se revela ao Leibniz aprovar o projeto de Nizzoli de restauração da eloquência filosófica. Por outro lado, destaco também a oposição de Leibniz a Nizzoli, quando este responsabiliza Aristóteles – vinculando-o a seus intérpretes escolásticos –, pela corrupção da eloquência filosófica. Deste modo, Leibniz, partidário de Aristóteles, planeja reabilitá-lo, afastando-o da barbárie escolástica, sem com isso pender para o ciceronianismo renascentista de Nizzoli.

Este trabalho tem como objetivos:

- I – Apresentar as circunstâncias de produção da *Dissertação sobre o estilo filosófico de Mario Nizzoli* e da reedição da obra de Mario Nizzoli,
- II – Relacionar a *Dissertação* com o debate filosófico renascentista da eloquência x barbárie;
- III – Expor as propostas e conceitos da *Dissertação*;
- IV – Analisar retoricamente a *Dissertação*;
- V – Traduzir a *Dissertação*.

---

<sup>1</sup> Título que passará a ser abreviado para *Dissertação*.

<sup>2</sup> Mário Nizzoli (Nizolius, 1498 – 1566), natural de Brescello, professor da Universidade de Parma (1547 – 1562) e depois de Sabbioneta. Filósofo e retor, escreveu duas obras fundamentais: o *Índice Ciceroniano* (ou *Tesouro Ciceroniano*), que lhe trouxe grande fama, e *Sobre os verdadeiros princípios e a verdadeira razão de filosofar contra os pseudofilósofos* (1553). A primeira obra manifesta sua filiação à retórica ciceroniana, alinhando-se ao orador latino. A segunda inicia-se a partir de uma célebre polêmica que manteve com Marco Antonio Maioragio.

Devido à grande quantidade de nomes citados por Leibniz, adicionei, ao final da tradução, um índice onomástico, para consultas quanto aos autores mencionados, e para evitar o emprego de inúmeras notas biográficas ao longo do texto.

### **Sobre as edições e fontes bibliográficas primárias utilizadas**

As referências bibliográficas dos textos de Leibniz serão indicadas a partir de três recompilações:

- a de C. I. Gerhardt, *Die Philosophische Schriften von Gottfried Wilhelm Leibniz*, 1870, Frankfurt, com reimpressão de G. Olms (1978), abreviada por “GP”; sendo que:
  - a. Volume I para a correspondência entre Leibniz e Thomasius, numeradas cronologicamente de acordo com a organização do compilador (por exemplo, “GP I 2” corresponde à edição de Gerhardt, volume I, segunda carta);
  - b. Volume IV para a *Dissertação*, edição de 1670 (1ª edição), pp. 127 a 162 (exemplo de referência: GP IV p. 138, corresponde à edição de Gerhardt, volume IV, página 138).
- a de L. Dutens, *Opera Omnia*, volume 4, 1, 1768, Genebra; com reimpressão de G. Olms, 1989, abreviada por “D”; pp. 36 a 63, para a *Dissertação*, edição de 1674 (2ª e última edição, revista por Leibniz), citadas pelo capítulo, por exemplo “D IV” corresponde à edição Dutens, capítulo IV;
- e a edição da Academia de Ciências de Berlim (Akademische Ausgabe), *G. W. Leibniz, Sämtliche Schriften und Briefe. Ite Reihe: Philosophische Briefwechsel, 1. Band* [1668 – 1676], Berlim, 1987 [Darmstadt 1926]), abreviado por “A”, para a correspondência entre Leibniz e Thomasius,

numeradas em ordem cronológica (por exemplo, “‘A’ 1” para a primeira carta).

A obra de Mario Nizzoli, publicada em Parma, 1553, intitula-se *Antibárbaro ou dos verdadeiros princípios e verdadeiro método de filosofar contra os pseudofilósofos*<sup>3</sup>.

Sua reedição, feita por Leibniz, deu-se em duas oportunidades, 1670 e 1674, com o seguinte título citado por Leibniz no corpo do texto da *Dissertação: Quatro livros de Mario Nizzoli de Brescello sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar contra os pseudofilósofos. Nos quais se estabelecem quase todos os verdadeiros princípios das verdadeiras artes e ciências, uma vez rejeitados e refutados quase todos os princípios falsos dos Dialéticos e dos Metafísicos. E ademais se refutam quase todas as objeções de Marco Antonio Maioragio contra o mesmo Nizzoli editadas até o dia de hoje. Em Parma, na prensa de Settimo Viotti. 1553, in-quarto*<sup>4</sup>.

Este título da obra de Nizzoli encontra-se citado em D III, correspondente à edição de 1674, e GP IV p. 136, na de 1670 (a edição de Gerhardt não está dividida em capítulos).

A obra de Nizzoli prefaciada por Leibniz não está presente nas recopilações de Gerhardt e Dutens, e as referências ao seu título original diferem. Na primeira (1670, em Gerhardt), a obra de Nizzoli aparece como *Quatro livros de Mario Nizzoli sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro*

---

<sup>3</sup> *Anti-barbarus seu de veris pricipiis et vera ratione philosophandi contra pseudophilosophos*. Esta versão de Nizzoli é reeditada em Roma, 1956, por Q. Breen.

<sup>4</sup> *Marii Nizolii de veris principiis et vera ratione philosophandi contra pseudophilosophos libri IV. In quibus statuuntur ferme omnia vera verarum artium et Scientiarum principia, refutatis et rejectis prope omnibus Dialecticorum et Metaphysicorum principiis falsis, et praeterea refutantur fere omnes Marci Antonii Majoragii objectiones contra eundem Nizoliumusque in hunc diem editae Parmae, apud Viottum, 1553.*

*método de filosofar contra os pseudofilósofos*<sup>5</sup>, e o prefácio de Leibniz intitula-se *Dissertação Preliminar*<sup>6</sup>. Na segunda (1674, em Dutens), não aparece referência ao título da obra de Nizzoli<sup>7</sup>, sendo o prefácio de Leibniz chamado desta vez de *Dissertação sobre o estilo filosófico de Mario Nizzoli*.<sup>8</sup>

O texto aqui traduzido e de referência é o da segunda edição, de 1674, revista e corrigida por Leibniz. Há pequenas modificações no conteúdo da *Dissertação*, entre as edições de 1670 e 1674, mas não realizo nenhum trabalho de cotejo; apresento as diferenças entre ambas somente nas passagens em que a primeira edição pode ajudar na compreensão da segunda. Quanto ao formato, Leibniz organiza o texto de 1674 em capítulos, o que não ocorre na edição de 1670. Deste modo, as citações referidas à primeira edição baseiam-se na paginação, enquanto à segunda, nos capítulos. Já a obra de Nizzoli não sofre alterações em suas reedições, sendo acrescentados somente alguns comentários de Leibniz à margem.

Foram consultadas também outras edições da *Dissertação*, traduzidas para línguas modernas: a tradução espanhola integral de L. F. Delgado, e as traduções parciais de F. Barone (italiano) de L. Loemker (inglês).

---

<sup>5</sup> Título completo: *Marii Nizolii de veris principiis et vera ratione philosophandi contra pseudophilosophos libri IV inscripti illustrissimo Baroni A. Boineburg ab editore G.G.L.L. qui dissertationem praeliminarem de iustituto operis atque philosophi dictione, epistolam de Aristotele recentioribus reconciliabili, notasque atque animadversiones marginales leniendo textui, adjecit. Francofurti, apud Hermannum a Sande, MDCLXX.*

<sup>6</sup> *Dissertatio Praeliminare, De alienorum operum editione, de Scopis operis, de Philosophica dictione, de lapsibus Nizolii.*

<sup>7</sup> Muito embora Dutens publique os comentários de Leibniz às margens da obra de Nizzoli, cujo título é: *G. G. Leibnitii annotationes in Marii Nizolii anti-barbarum philosophicum*. Segundo Barone (*Scritti di Logica*, Bolonha, 1968, pp. 134 - 166), o título da obra de Nizzoli na edição de 1674 é: *Marii Nizolii Anti-barbarus philosophicus, sive philosophia scholasticorum impugnata, libri IV de veris principiis et vera ratione philosophandi per G.G Leibnitium.*

<sup>8</sup> *God. Guil. Leibnitii Dissertatio de Stilo Philosophico Marii Nizolii, Commentariis Philosophicis Praemissa.*

## 2) Circunstâncias de produção da *Dissertação* e da reedição de *Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar: debate preliminar entre Leibniz e Thomasius*

A partir da troca de cartas com Thomasius, seu ex-professor, é possível testemunhar de que modo algumas questões sobre o estilo filosófico – e a própria *Dissertação* – vão se configurando no pensamento de Leibniz.

Jakob Thomasius (1622 – 1684), aristotélico e professor de Oratória da Universidade de Leipzig, assume a cadeira de Filosofia Moral em 1652 após a morte de Friedrich Leibniz, pai de Gottfried Wilhelm Leibniz. Paralelamente, Thomasius assume também o ensino do Ginásio da Escola Nicolau, preparatória para a Universidade, quando Leibniz inicia ali seus estudos. Em 1656 Thomasius transfere-se para a cadeira de Dialética e, em 1659, para a de Eloquência<sup>9</sup>. Leibniz sempre o estimou muito, nunca deixando de elogiá-lo em suas obras<sup>10</sup>, e consultando-o para várias questões até o fim dos anos 70 do século XVII.

---

<sup>9</sup> No semestre de 1662, Thomasius profere um curso de Retórica, para o qual Leibniz escreve duas dissertações: *Loci rhetorici* e *Liber observationum quae, partim numerum oratorium, partim copiam verborum respiciunt*. Entre algumas obras de Thomasius: *Schediasma historicum, quo varia discutuntur ad historiam tum philosophicam tum ecclesiasticam pertinentia*, Leipzig 1665; *De Stoica mundi exustione*, Leipzig 1674; *Orationes XXII vari argumenti*, 1683; *Dissertationes LXIII magnam partem ad historiam philosophicam et ecclesiasticam pertinentes*, Halle 1693. Especificamente sobre a reedição da obra de Nizzoli, a correspondência entre ambos pode ser encontrada na edição da Academia de Ciências de Berlim (“A” 13 a 35), em Gerhardt (GP I 8 a 11) e também uma tradução francesa em *Leibniz – Thomasius: Correspondance 1663-1672*, de R. Bodéüs.

<sup>10</sup> Na *Dissertação*, os elogios são profusos: “Jakob Thomasius, homem de solidíssima erudição.” D I, GP IV p. 134; “Jakob Thomasius, ilustríssimo não só por suas muitas diatribes sobre diversos argumentos, como também e sobretudo por suas *Tábuas da Filosofia Prática*.” D XXVI, GP IV p. 156; “Por isso me pareceu oportuno este lugar para acrescentar aqui minha própria seleção de escritos. Tirei-os de uma longa epístola que escrevi a um celeberrimo peripatético alemão, homem cultíssimo e erudito em todas as coisas, ademais, conhecedor acurado de filosofia, que a divulgou ao mundo com claros exemplos e, como desejo, há de ser divulgada com muitos mais, além dos que ele dispõe em abundância.” D XXVI, GP IV p. 156, esta última passagem refere-se à carta a Thomasius que Leibniz anexa à *Dissertação*, a que intitula *Conciliação de Aristóteles com os modernos* (“A” 11, GP I 6).

Em novembro de 1669, Leibniz envia a Thomasius uma carta<sup>11</sup> em que relata sua intenção de publicar um “livro esquecido, mas engenhoso”, de Mario Nizzoli, “autor do *Tesouro*<sup>12</sup>, obra conhecida até mesmo pelas crianças, e por aqueles que “não pagam ainda pelo seu banho”<sup>13</sup>. O livro em questão chama-se *Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar*, de 1553, escrito com o intuito do autor defender-se de Marco Antonio Maioragio.

Com efeito, diz Leibniz, Célio Calcagnini editou uma obra chamada *Controvérsias*<sup>14</sup> em que censurava o *Dos Deveres* de Cícero. Maioragio apressou-se em publicar uma obra em defesa de Cícero, aproveitando para conciliá-lo com Aristóteles<sup>15</sup>. Imediatamente, Nizzoli publica um outro texto, em que ataca ambos os autores, um por censurar Cícero, e o outro por tentar conciliá-lo com Aristóteles<sup>16</sup>. Maioragio responde a Nizzoli<sup>17</sup>, e este publica enfim sua resposta no *Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar*<sup>18</sup>.

---

<sup>11</sup> Leibniz a Thomasius, “A” 13; não consta em GP.

<sup>12</sup> *Tesouro Ciceroniano, Observationes in M. T. Ciceronem* (1535), ou *Nizolius sive thesaurus Ciceronianus*, como foi editado postumamente por seu sobrinho, Michele Nizzoli, em Veneza, 1570. Esta obra de Nizzoli faz parte de um conjunto de livros que buscavam a recuperação dos sentidos dos termos da Antigüidade, negligenciados pelos escolásticos.

<sup>13</sup> Referência a Juvenal (*Sátiras*, II, 152) que ironiza a passagem dos mortos para o Inferno, através do rio Estige, sobre a barca de Caronte, ao dizer que mesmo as crianças não acreditam nessas fábulas, exceto as que ainda não pagam por seus banhos (por serem muito novas). Interpretação de R. BODÉÛS.

<sup>14</sup> *Disquisitiones aliquot in libros Officiorum Ciceronis* c. 1544.

<sup>15</sup> *Decisiones, quibus M. T. Ciceronem ab omnibus Coelii Calcagnani liberat criminationibus*.

<sup>16</sup> *Defensiones aliquot Ciceronis locorum*, uma monografia publicada em conjunto com o *De Officiis* (*Dos Deveres*, de M. T. Cícero), Veneza, 1554.

<sup>17</sup> Maioragio responde a Nizzoli em várias obras: *Antiparadoxa in Ciceronis paradoxa; Apologia in Nizolium; Recusatio eorum quae Nizolius in Majoragii decisionibus notavit; Reprehensionum contra Nizolium Libri II*.

<sup>18</sup> Esta é a versão da carta a Thomasius; em D III, GP IV p. 135-6 da *Dissertação* essa versão da reedição é reproduzida mais extensamente.

Na continuação da carta a Thomasius, Leibniz diz que este livro ataca sobretudo duas coisas: 1 – a realidade dos universais, argumento pelo qual Nizzoli declara-se nominalista, e 2 – a terminologia dos escolásticos.<sup>19</sup> Segundo Leibniz, Nizzoli mostra, elegantemente, que os escolásticos exprimem-se de um modo bárbaro e com pouca precisão.

A proposta de Nizzoli, segundo Leibniz, não é meramente vituperar o barbarismo escolástico, mas sim propor uma substituição deste por um estilo inspirado no de Cícero e nos Antigos<sup>20</sup>, não técnica, mas sim retirada do falar médio. Segundo ele, Nizzoli mostra que com este estilo é possível enunciar propriamente, de maneira pura e precisa, toda a sutileza que se queira, que uma coisa pode ser manifestada com grande facilidade mediante termos populares, ao invés de elucubrações técnicas que só trazem obscuridade.<sup>21</sup>

Leibniz relata a Thomasius que já decidiu acrescentar um longo prefácio<sup>22</sup> em que explicará as regras e propostas de Nizzoli, bem como atenuará certos exageros cometidos pelo autor. E termina a carta pedindo a Thomasius que lhe envie qualquer informação que tenha sobre a filosofia de Nizzoli ou de autores que estejam próximos de sua posição filosófica.<sup>23</sup>

---

<sup>19</sup> “Nizolius his Libris duo imprimis fuse impugnat: I) universalia realia, in quo argumento se Nominalem profitetur, II) terminos Scholasticorum”. “A” 13. Na *Dissertação*, Leibniz dedica um capítulo (D XXVIII, GP IV p. 157 e sgts) ao tema, além de outros relacionados (D XXIX, GP IV p. 158-9; D XXXI, D XXXII, GP IV p. 160-2).

<sup>20</sup> Cícero é o modelo de Nizzoli e, os aristotélicos escolásticos, seu alvo. Embora Leibniz o reedite, não perde a oportunidade para reabilitar Aristóteles: “(...) não negamos que também entre os filósofos, sobretudo entre aqueles que tenham bebido nas fontes de Aristóteles e dos Antigos mais do que nas lacunas dos escolásticos, tenham sobrevivido homens de doutrina sólida e útil”. *Dissertação* D XI, GP IV p. 143. É importante ressaltar que Leibniz dedica um capítulo (D XXVI, GP IV p. 155) de sua *Dissertação* para preservar Aristóteles, afirmando ser “evidente o erro de imputar a Aristóteles os vícios dos escolásticos”.

<sup>21</sup> “A” 13, não consta em GP.

<sup>22</sup> Prefácio que será a *Dissertação* sobre o estilo filosófico de Nizzoli.

<sup>23</sup> “A” 13, não consta em GP.

No fim do mesmo mês de novembro de 1669, Thomasius responde à carta de Leibniz<sup>24</sup>. Felicita-o pela empreitada à qual Leibniz se dispõe, e tece algumas considerações bibliográficas sobre pormenores das edições que envolvem a polêmica em torno da obra que Leibniz pretende reeditar. Em seguida, observa que os juízos de Nizzoli em muito se assemelham aos de Ramée<sup>25</sup> e seus discípulos, pois eles preferem a linguagem de Cícero em vez da Escolástica, no que concerne a resolver uma querela filosófica.

Thomasius acrescenta que, em sua opinião, não reprova nem a linguagem técnica da escolástica, nem a de Cícero, tomada de empréstimo do uso comum, desde que o leitor compreenda o que é dito. As possibilidades de expressão existem igualmente, de acordo com o conhecimento prévio estabelecido. Sem um uso comum preestabelecido, não é possível a compreensão. De qualquer modo, Thomasius conclui eximindo-se de se posicionar sobre esta questão, uma vez que sua formação fora acentuadamente escolástica, como assume numa carta de maio de 1669, onde afirma que “a primeira juventude (de Leibniz) coincide com um tempo em que todos os combates se encontram concluídos, ao passo que passei a minha no final de uma idade bárbara”<sup>26</sup>.

Em abril de 1670, Leibniz escreve a Thomasius<sup>27</sup>, agradecendo as informações sobre a polêmica entre Calcagnini e Grifoli. Informa que está trabalhando na edição de Nizzoli, e sua carta indica estar enviando algum material para obter o parecer de Thomasius. Por fim, comenta sua intenção de anexar à edição da obra de Nizzoli uma carta que lhe havia enviado em abril

---

<sup>24</sup> “A” 14; GP I 8.

<sup>25</sup> Comentário que será explorado na seção dedicada a Ramée.

<sup>26</sup> “A” 12; GP I 7: “(...) *cujus vnatissima aetas in ea incidit tempora, in quibus prope debellatum foret: mea contra juvenus omnis consumta est in illis aevi barbari reliquiis (...)*”.

<sup>27</sup> “A” 17; GP I 9.

de 1669, intitulada *Conciliação de Aristóteles com os modernos*<sup>28</sup>. Esta carta não tem uma ligação direta com a idéia da publicação da obra de Nizzoli, mas ilustra longamente um dos pontos tratados na *Dissertação*, relativo ao repúdio ao aristotelismo medieval, e reconciliação de Aristóteles com a Filosofia contemporânea, sendo Thomasius considerado por Leibniz como um dos responsáveis por este movimento.

Em outubro de 1670, com a *Dissertação* já publicada, Thomasius escreve a Leibniz<sup>29</sup>, dizendo ter tomado contato com a obra por meio de um amigo; elogia o trabalho e agradece-lhe as referências ao seu nome. Entretanto, percebe-se na carta alguma reserva quanto às teses defendidas por Leibniz na *Dissertação*.<sup>30</sup>

Esta reserva é percebida e comentada por Leibniz. Em dezembro de 1670, envia a última carta a Thomasius relativa à edição de Nizzoli<sup>31</sup>, e Leibniz reconhece que, ao censurar os que quase transformaram toda filosofia em logomaquias, pode ter se excedido no zelo. Explica que, geralmente, quando se quer fugir de uma coisa, acaba por se filiar ao seu contrário em demasia. Agradece a Thomasius por seu comedimento diante das questões filosóficas e elogia seu modo de censurar, enfatizando que se todos filosofassem e agissem como ele, tratando Aristóteles corretamente, as polêmicas de Ramée e Nizzoli seriam supérfluas<sup>32</sup>.

---

<sup>28</sup> *Epistola ad exquisitissimae doctrinae virum [Jacobum Thomasium] de Aristotele recentioribus reconciliabili*. “A” 11; GP I 6.

<sup>29</sup> “A” 30, GP I 10.

<sup>30</sup> Thomasius é evasivo, indica que não está de acordo com algo mas alega falta de tempo para comentar: “De resto, as vossas convicções ou as vossas exposições pareciam-me de tal natureza que, ainda que de todo não se encontravam com meus pensamentos, não era necessário, contudo, precipitar seu juízo, mas o tempo de o retomar e meditá-lo falta-me agora mais que nunca”. “A” 30; GP I 10.

<sup>31</sup> “A” 35, GP I 11.

<sup>32</sup> “A” 35; GP I 11. “Ad Nizolium forte contra eos, qui nobis paene totam philosophiam in Logomachiam converterunt, quaedam paullo zelosius dixi, ut solet plerumque fugientibus aliquid

### 3) Exposição das propostas e conceitos da *Dissertação*

A 2ª edição da *Dissertação*, de 1674, está dividida em 32 capítulos. Para a apresentação das principais idéias do texto, optei por resumir o conteúdo seguindo a ordem dos capítulos, tal como Leibniz as organiza, mas sempre indicando as páginas correspondentes da 1ª edição de 1670.

#### Resumo da *Dissertação*

Leibniz dedica o primeiro capítulo da *Dissertação* a justificar a edição de obras alheias. Para tanto, afirma que:

(...) me escudo no exemplo de homens famosos e, por outra, quase não levo a mal não ser considerado homem de engenho pelos censores, e me conformo com receber louvores pelos meus estudos e minha boa vontade. Buscar diligentemente exemplos de homens egrégios é o que importa, não a abundância deles.<sup>33</sup>

Nos capítulos II a IV, apresenta Nizzoli, elogiando-o, ao dizer que este chegou à reflexão filosófica a partir de uma leitura diligente de Cícero, tratando sutis questões filosóficas “em latim, ao mesmo tempo que com adequação, para não dizer elegante e abundantemente”.<sup>34</sup> Em seguida, posiciona-se em relação à polêmica em que se envolveu: “Nosso Nizzoli, homem agudo e bom, (...) começou a desprezar com justiça a infeliz maneira

---

nimia in contrarium declinatio nasci, unde nec ingrata erit censura tua, tua inquam, cujus in philosophando dicendoque rationem si tenuissent omnes, poteramus Nizzoli et Ramo et ceteris id genus censoribus carere”.

<sup>33</sup> *Dissertação*, D I; GP IV p. 131. Embora Leibniz diga que o exemplo de homens egrégios seja mais importante que a abundância dos mesmos, não deixa de citar neste capítulo mais de uma centena deles. É o recurso da “amplificação”, empregado no gênero demonstrativo, um tipo de argumento que será explorado mais adiante, na análise retórica deste trabalho.

<sup>34</sup> *Dissertação*, D III; GP IV p. 135.

com que os escolásticos tratavam as questões, com muita obscuridade, pouca utilidade e verdadeiramente nenhuma elegância”.<sup>35</sup>

No capítulo IV<sup>36</sup>, passa a tratar da obra de Nizzoli reeditada, ao resumir o conteúdo de *Sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar*, definindo-o da seguinte maneira: “não há outra coisa em toda obra que uma certa Lógica reformada e ordenada ao puro e próprio modo de falar”<sup>37</sup>. Afirma que Nizzoli não trata dos princípios da Metafísica, a não ser quando se assemelham aos da Dialética; não trata da Matemática, nem das coisas civis. Assim, não há nenhuma justificativa para o título grandioso que a obra ostenta, a não ser esta:

(...) que a Lógica verdadeira não só é instrumento, mas também, de certo modo, contém os princípios e o verdadeiro método de filosofar, porque nos fornece as regras gerais pelas quais se pode distinguir o verdadeiro do falso e se podem demonstrar todas as conclusões com a ajuda tão somente de definições e experimentos. Mas admitamos que aquelas regras gerais não são os princípios da filosofia nem os das mesmas proposições e que não fazem a verdade das coisas, mas que as mostram; entretanto, farão o filósofo e serão os princípios do reto filosofar, e isto é suficiente para justificar a Nizzoli.<sup>38</sup>

Entretanto, Leibniz vai além na justificação de Nizzoli, e a *Dissertação* inteira consiste em um balanço minucioso das questões tratadas pela obra reeditada. No capítulo V<sup>39</sup>, apresenta seu plano de trabalho: dividirá a

---

<sup>35</sup> *Dissertação*, D III; GP IV p. 135.

<sup>36</sup> GP IV p. 137.

<sup>37</sup> *Dissertação*, D IV, GP IV p. 137.

<sup>38</sup> *Dissertação*, D IV, GP IV p. 137.

<sup>39</sup> GP IV p. 138.

*Dissertação* em duas partes, a primeira trata dos acertos e a segunda dos erros nizzolianos.<sup>40</sup>

Com efeito, os dois principais valores da obra de Nizzoli, que a fazem digna de publicação, são o *método de discursar* e o *tempo do autor*<sup>41</sup>. “O *método de discursar*, porque é digno de um filósofo; o *tempo do autor*, porque o autor é digno do nosso tempo e, se consideramos o tempo em que viveu, tais meditações só couberam aos engenhos mais sólidos e mais raros.”<sup>42</sup> Continua, então, dizendo que muitos a consideraram uma obra digna de voltar às escolas, pelas qualidades, pois seu *método de discursar* “é natural e próprio, simples e perspicuo, alheio a toda distorção e artifício, fácil, popular e extraído do meio que nos rodeia e conveniente às coisas tratadas; e por sua luz mais ajudando à memória que confundindo o juízo com uma agudeza vã e fina”.<sup>43</sup>

No seguinte capítulo (VI<sup>44</sup>), Leibniz introduz as virtudes do discurso filosófico, as *laudes orationis*, que são três: “clareza” (*Claritas/Perspicuitas*)<sup>45</sup>, “verdade” (*Veritas*) e “elegância” (*Elegantia*).<sup>46</sup>

O discurso deve ser *claro*, isto é, deve empregar palavras cujo significado seja conhecido por todo aquele que preste atenção. Sua medida é o entendimento.<sup>47</sup>

---

<sup>40</sup> *Dissertação*, D III-IV; GP IV p. 137 e 138.

<sup>41</sup> *Dissertação*, D V, GP IV p. 138 “Dicendi ratio et tempus auctoris”.

<sup>42</sup> Leibniz reforça a questão temporal por várias razões, dentre elas: “Sed et illud obstetisse Nizolii progressibus videtur, quod in Italia scripsit, in qua etiam nunc Aristoteles cum Scholasticis addictius regnat”. (“Parece, além disso, que ter escrito na Itália foi um obstáculo para sua aceitação progressiva, já que ali reinam os seguidores Escolásticos de Aristóteles”). *Dissertação*, D III, GP IV p. 137.

<sup>43</sup> *Dissertação*, D V, GP IV p. 138. “Dicendi inquam ratio naturalis et propria, simplex et perspicua, et ab omni detorsione et fucio libera, et facilis et popularis et e medio sumta, et congrua rebus, et luce sua juvans potius memoriam, quam iudicium inani acumine confundens”.

<sup>44</sup> GP IV p. 138.

<sup>45</sup> Na *Dissertação*, Leibniz emprega ora “claritas”, ora “perspicuitas”.

<sup>46</sup> *Dissertação*, D VI, GP IV p. 138. A “utilidade”, que poderia ser uma quarta virtude, “pertence, sobretudo, às coisas mesmas”.

<sup>47</sup> *Dissertação*, D VI, GP IV p. 138.

Em segundo lugar, deve ser *verdadeiro*. “*Verdadeiro* é o discurso cujo significado se entenderá mediante uma reta disposição tanto do ouvinte como do meio, (...) o sentido é a medida da *verdade*”.<sup>48</sup>

Em último lugar, o discurso filosófico deve ser *elegante*, já que, além de tornar o discurso agradável para o que lê e para o que ouve, a elegância tem muito poder para chamar a atenção, mover os ânimos e ajudar que se gravem as coisas na memória com mais força.<sup>49</sup> Entretanto, diz que acerca da *elegância* irá tratar em outra oportunidade; e a esse respeito propõe a leitura do livro *Sobre o gênero do discurso do filósofo ou sobre a separação entre sabedoria e eloqüência*<sup>50</sup>, de Flavio Querenghi. Das três virtudes do discurso, a *elegância* e a *verdade* são menos desenvolvidas, já que o maior vício do discurso filosófico é a falta de *clareza*, como se verá mais adiante.

A conjunção das duas primeiras características, *clareza* e *verdade*, resulta na *certeza*, que Leibniz define como “a clareza da verdade”.<sup>51</sup>

No capítulo VII<sup>52</sup>, desenvolve com mais pormenor a *clareza* do discurso. Esta é constituída não só nas palavras *por si*, mas também pela

---

<sup>48</sup> *Dissertação*, D VI; GP IV p. 138. “Vera est oratio cujus significatum sentiente et medio recte disposito sentietur (nam claritatis mensura intellectus, veritatis sensus)”.

<sup>49</sup> *Dissertação*, D VI, GP IV p. 139. “Elegans est Oratio, quae auditu lectuve jucunda est. Quum autem de Oratione philosophica, styloque illi debito sermo sit nobis, elegantiam impraesentiarum praetermitteremus, esti fateamur eam ad attentionem procurandam, ad movendos animos, ad memoriam fortius, ut sic dicam, impraegnandam, plurimum posse”.

<sup>50</sup> *Dissertação*, D XX, GP IV p. 150. “Lege sis interim Quaerengum de Eloquentiae Philosophi”. Nome exato da obra de Querenghi: *Flavii Quaerenghi, Libri duo, unus Institutionum moralium epitome, alter De genere dicendi philosophorum, seu De sapientiae & eloquentiae divortio*.

<sup>51</sup> *Dissertação*, D VI, GP IV p. 139. “Certitudo autem, etiamsi rigorosissimus definitior accedat, nihil aliud esse comperitur, quam Claritas veritatis, ut ita vel ex ipsa certitudinis notione sequatur orationis philosophicae, quippe certitudinem quaerentis dotes esse claritatem et veritatem”. (“A certeza do resto, inclusive para o mais rigoroso definidor, não é outra coisa que a *clareza da verdade*, de modo que da mesma noção de certeza siga a do discurso filosófico, já que a *clareza* e a *verdade* são os dotes do discurso que procura a certeza.”)

<sup>52</sup> GP IV p. 139.

*construção* do discurso<sup>53</sup>; pode-se entender o significado de cada palavra, mas não o do discurso, caso a construção não seja clara. Mas a *clareza* que nasce da “construção” é deixada de lado, pois diz que neste quesito costumam “pecar os oradores e poetas mais que nossos filósofos”.<sup>54</sup>

Com relação à *clareza* da palavra tomada *por si*, existem dois vícios que se opõem a ela ou ao conhecimento do significado de uma palavra. Um é a *obscuridade*, que ocorre quando não se conhece nenhum significado da palavra, e o outro é a *ambigüidade*, que ocorre quando há vício pelo excesso de *clareza*, e aparecem vários significados ao mesmo tempo.<sup>55</sup>

Duas são as fontes da *clareza* da palavra *por si*: a *origem* e o *uso* da palavra. As *origens* das palavras reduzem-se a duas: o *uso da raiz* e a *analogia da derivação feita da raiz*.<sup>56</sup> O *uso* é o significado da palavra comumente conhecido pelos falantes de uma mesma língua. A *analogia* é o significado da flexão ou derivação, igualmente conhecida pelos falantes da mesma língua<sup>57</sup>. Para Leibniz, tanto um bom gramático e um bom filósofo têm condições de deduzir da origem das palavras seu uso, por meio de continuados sorites de tropos.<sup>58</sup>

A regra que propõe afirma que se a origem não está de acordo com o uso, deve-se privilegiar o uso. Se o significado do uso é dúbio ou incompatível, deve-se ater à origem. Se é múltiplo, aconselha-se abstrair

---

<sup>53</sup> *Dissertação*, D VII, GP IV p. 139. “Porro claritas vocabuli ex duobus oritur: vel ex voce per se, vel ex circumstantiis orationis”. Às vezes Leibniz emprega a expressão “construção do discurso”, em sinonímia com “circunstância do discurso”

<sup>54</sup> *Dissertação*, D VII; GP IV p. 139. “Sed in obscuritate constructionis oratores potius et poëtae, quam philosophi nostri peccare solent, nobis igitur est de vobum per se sumtarum potius claritate dicendum”.

<sup>55</sup> *Dissertação*, D VII, GP IV p. 139. “Claritati, sive notitiae significationis, duo vitia opposita sunt, obscuritas, et ut sic dicam nimia claritas seu ambiguitas; illic nulla significatio nota est, hic plures simul apparent, sed quae sit vera incertum est”.

<sup>56</sup> *Dissertação*, D VII, GP IV p. 139.

<sup>57</sup> *Dissertação*, D VII, GP IV p. 139.

<sup>58</sup> *Dissertação*, D VII; GP IV p. 140.

algum significado formal que contenha em si todos os usuais; e, se não, pelo menos determinar um uso original do qual seriam todos os demais usos. Uma vez eleito o significado, é necessário levá-lo a uma definição que é a “significação significada”, e propô-la ao ouvinte ou leitor e procurar que essa definição seja clara e verdadeira.<sup>59</sup>

Partindo das considerações sobre a *clareza*, Leibniz introduz no capítulo VIII<sup>60</sup> os dois tipos de termos do discurso filosófico: os *populares* e os *técnicos*.

Termo (ou vocábulo) *popular* é “aquele cuja palavra e significado são usuais”; obtém-se o máximo de clareza com os termos tomados da linguagem ordinária, considerando o uso popular. Termo (ou vocábulo) *técnico* “é aquele cuja palavra ou significado é privado, isto é, próprio de um homem ou de um gênero de homens”.<sup>61</sup> Devem ser evitados mais do que “um cão raivoso ou uma serpente”, principalmente os termos que servem como predicamento, a maior parte das vezes tão alheios ao uso da língua latina<sup>62</sup>.

---

<sup>59</sup> *Dissertação*, D VII; GP IV p. 140.

<sup>60</sup> GP IV p. 141.

<sup>61</sup> “Terminum (liceat enim hoc sensu Termini nomine uti, ut significet vocem quatenus significata est, nisi vocabuli nomen substituere mavelis, quod me quidem non invito fiet) popularem voco, cum vox et significatio usitata est, technicum, cum vel vox vel significatio privata (seu certo homini vel hominum generi propria est)”. *Dissertação*, D VIII, GP IV p. 141. (“Chamo termo ‘popular’ (seja nos permitido usar o ‘termo’ para significar a palavra enquanto significada, a não ser que preferamos substituí-lo por ‘vocábulo’, coisa que, na verdade, não seria feita contra minha vontade) aquele cuja palavra e significado são usuais. Termo técnico é aquele cuja palavra ou significado é privado, isto é, próprio de um homem ou de um gênero de homens.”).

<sup>62</sup> “Termini igitur technici cane pejus et angue fugiendi sunt, et abstinendum inprimis illis praedicamentorum vocabulis plerumque ab usu Latinae linguae remotissimis”. (“Portanto, deve-se fugir dos termos técnicos mais do que de um cão raivoso ou de uma serpente. Devem ser evitados, sobretudo, os termos que sirvam de predicamentos, a maior parte das vezes tão alheios ao uso da língua latina”). *Dissertação*, D VIII; GP IV p. 140. “Predicamento” é sinônimo de “categoria”, do grego *Κατηγορία*. As *categorias do ser* são diferentes classes de predicados atribuídas a um sujeito. Leibniz refere-se, como será visto adiante, aos barbarismos de linguagem dos escolásticos ao criar palavras técnicas novas, distanciando-se do latim usual.

No capítulo IX<sup>63</sup>, Leibniz afirma que “se a palavra é privada, quer dizer que foi formada por uma *ὀνοματοποιία* [onomatopéia]”. Mesmo que privada, e conseqüentemente técnica, seu uso não é vedado, desde que algumas regras sejam respeitadas:

Mas na formação de palavras, há de se considerar, em primeiro lugar, que não se constitua casualmente, como que por um ímpeto arbitrário do ânimo, mas com alguma razão, ora, a razão é tanto louvável quanto mais apta. Esta proporção para a formação de palavra receberá sua aptidão seja da raiz seja do modo de formação. A raiz deve ser a mais usual e o mais próximo possível da coisa que tentamos designar com uma nova palavra. A analogia deve ser também usual e apropriada, de tal maneira que da significação da raiz e da analogia se possa formar uma definição do novo vocábulo que pretendemos denominar.<sup>64</sup>

Além disso, outra distinção é introduzida: a dos termos *abstratos* e *concretos*. Como os concretos são mais conhecidos, acabam fundamentando a definição dos abstratos. Mas se a palavra não é nova, e sim seu significado, uma de duas condições precisa ser respeitada: ou a significação é congruente com a palavra, ou seja, pode ser derivada com a ajuda de tropos do uso comum ou de origem, ou então deve-se procurar outra palavra mais congruente.

No capítulo X<sup>65</sup>, são expostas mais possibilidades de uso de termos técnicos, mas sempre advertindo para evitá-los ao máximo, excetuando os

---

<sup>63</sup> GP IV p. 141.

<sup>64</sup> *Dissertação*, D IX, GP IV p. 141.

<sup>65</sup> GP IV p. 141-2.

casos em que seu emprego minimizasse a prolixidade, uma vez que em certas situações um termo técnico pode substituir muitos populares.<sup>66</sup>

Aproveitando-se da dicotomia *popular x técnico*, Leibniz comenta a diferença entre o conhecimento filosófico e o comum, observando que “os filósofos nem sempre se distinguem dos plebeus por perceberem coisas diferentes, mas sim por perceberem de modo diferente, isto é, com o olho da mente e com reflexão ou atenção e comparando-as umas com as outras”.<sup>67</sup> E acrescenta:

Além do mais, estão os filósofos muito longe de perceber coisas mais abstrusas e nobres que os demais homens, pelo contrário; antes que o incomparável Verulam [Francis Bacon] e outros preclaros varões devolvessem a Filosofia à nossa terra desde as divagações etéreas ou desde os espaços imaginários e a fizeram útil para a vida, qualquer alquimista, com um sopro na cinza, teria freqüentemente conhecimentos mais seguros e claros das coisas da natureza do que um qualquer filosofastro (pois não negamos que também entre os filósofos, sobretudo entre aqueles que tenham bebido nas fontes de Aristóteles e dos antigos mais do que nas lacunas dos escolásticos, tenham sobrevivido homens de doutrina sólida e útil) enclausurado que se dedica somente às *haecceitas* ou *hoccitas*.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> Como no exemplo dado por Leibniz, em D X, GP IV p. 142: em vez de quadrado, termo técnico, teríamos de dizer “aquele que tem iguais todas as suas linhas que delimitam, e aquele cujas únicas quatro linhas são linhas que delimitam, e todas as convergências entre as linhas que delimitam são iguais de um e outro lado”; uma explicação mais rigorosa ainda definiria linha, lado, etc.

<sup>67</sup> *Dissertação*, D XI, GP IV p. 142-43. “Nam philosophi plebejis non semper in eo praestant, quod alias res sentiant, sed quod sentiant alio modo, id est oculo mentis, et cum reflexione seu attentione, et rerum cum aliis comparationes”.

<sup>68</sup> *Dissertação*, D XI, GP IV p. 142-43. *Haecceitas* e *hoccitas* referem-se a *ecceidade* ou *haecceidade*, termo criado por Duns Scoto, que denomina o caso em que um indivíduo seja ele mesmo e se distinga de qualquer outro. *Hoccitas* é a proposta de Leibniz, que se baseia em seus estudos filológicos. Ele diz (D IX, GP IV p. 142): “Por exemplo, *haecceitas* não tem uma analogia

Nos capítulos XII a XIV<sup>69</sup>, aponta para as vantagens da transmissão da Filosofia por meio de uma língua viva ou popular, pois isso desnudaria um filosofastro; isso também permite que a plebe e até a mulheres possam julgar o que lêem. Considera o alemão uma ótima língua para se filosofar, assim como as outras línguas derivadas do alemão. Para ele, as línguas de origem latina são boas para exprimir ficções. Uma palavra latino-bárbara levemente flexionada produz uma francesa ou italiana não-bárbara. E isso explica porque muitas palavras da Filosofia escolástica transferiram-se para a língua francesa, algo que não ocorreu com o alemão.

Voltando aos termos *técnicos* e *populares*, no capítulo XV<sup>70</sup>, afirma que nenhuma disciplina necessita de termos técnicos. Existem algumas exceções, no caso da Matemática, Física e Mecânica, por tratarem de coisas incomuns ou de acesso não imediato ao vulgo.

No capítulo XVI<sup>71</sup>, introduz outra importante dicotomia para a Filosofia: o filosofar *acroamático* e o *exotérico*.

---

de uso; seria melhor empregar *hoccitas* (ou *hoccimonia*), como se emprega *quidditas* e não *quaedeitas*. Pois bem, da raiz de *hoccitas* e da analogia pode se formar sua definição, pois a raiz de *hoccitas* é *hoc* e a analogia é *itas*. Mas esta analogia ou proporção de derivação expressa o fundamento da denominação na raiz, isto é, a qualidade da raiz enquanto é tal e qual se diz que é. A *hoccitas* será, portanto, a razão pela qual se diz *hoc* (do mesmo modo que Aristóteles define a qualidade como aquilo pelo que se nos diz *quais*), ou, dito de outra maneira, a qualidade desta coisa enquanto esta coisa”. É conveniente lembrar também que o conceito de “Filosofia” e “filósofo” era mais amplo do que o que temos hoje. Assim, a Filosofia precisa acolher procedimentos que mais tarde serão atribuídos à ciência. Dentre alguns exemplos desta característica: “Assim, Joachim Jung de Hamburgo, um verdadeiro filósofo, observou muitas espécies de insetos, que tinham sido vistas por muitas pessoas, mas que antes tinham sido desprezadas e até pisadas por todo mundo. Ele os observou, os colecionou, os classificou, os comparou entre si e depois dessa comparação colocou-lhes nomes novos”. D XI, GP IV p. 143.

<sup>69</sup> GP IV p. 143-4.

<sup>70</sup> GP IV p. 145.

<sup>71</sup> GP IV p. 146.

O *acroamático*, que é rigoroso, “consta de definições, divisões e demonstrações”<sup>72</sup>; seu modelo é o da demonstração matemática. O *exotérico* é aquele que “em que certas coisas se enunciam sem demonstração, mas que se confirmam por certas congruências ou razões tópicas ou demonstrativas. Mas não se explicam, a não ser por meio de exemplos e similitudes propostas topicamente. Tal gênero de discurso é filosófico ou dogmático, mas não é *acroamático*, isto é, não é nem muito rigoroso nem muito exato”.<sup>73</sup> Seu modelo é o escólio na matemática. E em que o discurso filosófico *exotérico* distingue-se do *acroamático*: “(...) o excesso pode ser diminuído, como se cedesse algo à certeza, mas não cedendo pouco ou nada à clareza.”<sup>74</sup>

Assim, ao longo da *Dissertação*, quando Leibniz fala de *estilo filosófico*, refere-se somente à filosofia *acroamática*.<sup>75</sup> Porém, cabe acrescentar que nesta filosofia é possível admitir também “que se misturem de quando em quando alusões, símiles, metáforas, exemplos, argúcias, histórias e que se possa também recrear o ânimo cansado do leitor introduzindo algo gracioso, mas tendo cuidado de evitar toda obscuridade e as figuras de linguagem supérfluas”.<sup>76</sup>

No capítulo XVII<sup>77</sup>, Leibniz retorna aos termos *concretos* e *abstratos*, e diz que “para se filosofar corretamente deve-se empregar somente termos

---

<sup>72</sup> *Dissertação*, D XVI, GP IV p. 146.

<sup>73</sup> *Dissertação*, D XVI, GP IV p. 146.

<sup>74</sup> *Dissertação*, D XVI, GP IV p. 146.

<sup>75</sup> *Dissertação*, D XVI, GP IV p. 146. “Portanto, tudo o que se disse do estilo filosófico deve ser dito à parte *acroamática*”; (“Quaecunque igitur de styli philosophici ratione dicta sunt, de parte *Acroamatica* dicta sunt”).

<sup>76</sup> *Dissertação*, D XVII, GP IV p. 147. “De caetero liceat fortasse acutas nonnunquam allusiones, similitudines, metaphoras, exempla, argutias, historias inspergere et lectoris fessi animum jucunditatis interstitio recreare, sic tamen ut tunc quoque omnis obscuritas, omnis translationum nimietas vitetur”.

<sup>77</sup> GP IV p. 147.

concretos, ainda que vulgarmente se creia no contrário”.<sup>78</sup> Defende que Aristóteles seguiu este preceito na maior parte das vezes; e que o uso de termos abstratos é o responsável pelo obscurecimento da Filosofia.

Censura os escolásticos no capítulo XVIII<sup>79</sup>, por usarem tropos sem critério. Eles devem ser usados com moderação, e de preferência ligados à origem da palavra. E encerra o capítulo afirmando que o que fora dito até este ponto trata da clareza do vocábulo (ou palavra) *por si*.

Com isso, retoma, no capítulo XIX<sup>80</sup>, a *clareza do discurso* que vem das *circunstâncias*, como já fora mencionado no capítulo VII<sup>81</sup>. Ou seja, o argumento do discurso, que por conta do sentido, elimina as ambigüidades. Assim, se o assunto é Astronomia, e se fala de “Ursa”, sabe-se que esta palavra refere-se a uma constelação, e não ao animal.

E finalmente, concluindo a questão da *clareza*, no capítulo XX<sup>82</sup>, Leibniz formula algumas censuras contra alguns “filósofos egípcios, os chineses contemporâneos, que parecem ser uma colônia dos egípcios, e todos os orientais em geral, e seus seguidores gregos, como Pitágoras, e também os latinos e árabes e inclusive os químicos”, que obscurecem suas doutrinas com enigmas.<sup>83</sup> Como sempre, há ressalvas: “Esta maneira de proceder não pode ser desaprovada em todos os casos, já que tampouco se deve revelar todas as coisas a todo mundo. Os filósofos que permitiram que se divulgasse ao vulgo de imediato os mistérios das artes, sobretudo os da Medicina e Matemática,

---

<sup>78</sup> *Dissertação*, D XVII, GP IV p. 147. “Illud quoque hoc loco admonitu dignum visum est, quia vulgo contra sentiunt, inter accurate philosophandum coucretis tantum utendum esse”.

<sup>79</sup> GP IV p. 148.

<sup>80</sup> GP IV p. 149.

<sup>81</sup> GP IV p. 139.

<sup>82</sup> GP IV p. 149.

<sup>83</sup> *Dissertação*, D XX, GP IV p. 149. “Equidem non ignoro et philosophos Aegyptiorum veteres, et Sinensium hodiernos, et omnino orientales, et qui eos secutus est, Pythagoram apud Graecos, apud Latinos autem et Arabes, Chemicos aenigmatibus sua occuluisse”.

agiram contra a prudência civil”.<sup>84</sup> Mas o que foi dito ao longo de toda a exposição sobre a *clareza*, continua valendo: para filosofar com rigor, é necessário ser claro e evitar uma linguagem técnica e enigmática.

Leibniz inicia o capítulo XXI<sup>85</sup> anunciando que discorrerá sobre a *verdade*: “Só nos resta tratar da *verdade*, mas pertence à Lógica preceituar o método para compará-la e confirmá-la e o artifício completo para descobri-la e julgar acerca dela”<sup>86</sup>. A Lógica entra em cena ao mesmo tempo em que a Retórica, e seus papéis são definidos:

Sendo as coisas assim, sou quase propenso a crer que, como as partes da Retórica são duas, uma que trata da construção das palavras com elegância, ornato e eficácia, e outra que trata de mover afetos, do mesmo modo duas são as partes da Lógica: uma verbal, a outra real a outra real [das *res*, as coisas ou argumentos da invenção]. A primeira trata do uso claro, distinto e próprio das palavras, ou seja, do estilo filosófico, a segunda trata da direção dos pensamentos.<sup>87</sup>

E acrescenta que “a Gramática ensina a falar com pureza e de acordo com o uso das gentes, a Retórica nos ensina a mover de modo apto os afetos, e a Lógica nos ensina a falar de modo apto a mover a mente”.<sup>88</sup>

No capítulo XXII<sup>89</sup>, recomenda que os sistemas dos filósofos antigos não sejam rejeitados, mas corrigidos. Com isso, reintroduz no capítulo XXIII<sup>90</sup>

---

<sup>84</sup> *Dissertação*, D XX, GP IV p. 149.

<sup>85</sup> GP IV p. 150.

<sup>86</sup> *Dissertação*, D XXI, GP IV p. 150.

<sup>87</sup> *Dissertação*, D. XXI, GP IV p. 151.

<sup>88</sup> *Dissertação*, D XXI, GP IV p. 151.

<sup>89</sup> GP IV p. 151.

<sup>90</sup> GP IV p. 153.

a questão da Escolástica, reafirmando a necessidade de correção, em vez da repreensão ou simples rejeição. E assim justifica mais uma vez a obra de Nizzoli, pois insere-o na lista de autores (mais de 60, neste capítulo) responsáveis pela restauração das letras (eloquência filosófica), enfrentando a barbárie (escolástica).

Estende a justificativa para Nizzoli, no capítulo XXIV<sup>91</sup>, ao retornar (que já havia sido tocada no capítulo V<sup>92</sup>) à questão do *tempo do autor*, mostrando como muitos descobrimentos novos já haviam sido defendidos por antigos homens doutos.

No capítulo XXV<sup>93</sup>, o texto muda de rumo e passa a apontar os erros e vícios de Nizzoli.

Um dos defeitos que Nizzoli merece reprovação, segundo Leibniz, é a maledicência com que arremete contra Aristóteles, Platão, Galeno, contra os antigos comentadores gregos de Aristóteles e contra os escolásticos indiscriminadamente, entre outros. Nizzoli chega a chamar Tomás de Aquino de “caolho entre cegos”.<sup>94</sup> Assim, maledicência deve ser evitada nos escritos filosóficos, “para que os leitores não aprendam a procacidade ao mesmo tempo em que a pureza de estilo”.<sup>95</sup>

---

<sup>91</sup> GP IV p. 153.

<sup>92</sup> GP IV p. 138.

<sup>93</sup> GP IV p. 154.

<sup>94</sup> *Dissertação*, D XXV, GP IV p. 154. “Restat nunc, ut Errores quoque et Vitia Nizolii nostri ne dissimulemus. Et ex vitiis potissimum mihi vituperationem mereri videtur maledicentia, qua in Aristotelem, in Platonem ipsum, in Galenum, in veteres Aristotelis interpretes Graecos, in Scholasticos sine discrimine (nam Thomam Aquinatem, cum mollissime tractatum cupit, appellat monoculum inter caecos lib. 4. cap. 7) invehitur”.

<sup>95</sup> *Dissertação*, D XXV, GP IV p. 154.

Entre os grandes erros da obra de Nizzoli está, segundo Leibniz (D XXVI<sup>96</sup>), imputar a Aristóteles os vícios dos escolásticos. Acusa-o de injuriar os que justificam Aristóteles, e acrescenta:

está claro em nosso século, depois de tantas investigações sobre Aristóteles realizadas por comentadores doutíssimos e alheios à barbárie anterior, que Aristóteles está limpo e é inocente de toda aquela inépcia com que os escolásticos corromperam todas as partes.<sup>97</sup>

Os erros de Aristóteles são somente um passo em falso de um homem insigne e versado nas verdadeiras luzes, “são muito distintos dessas falsidades de qualquer imperito claustral, que produzem vertigem”.<sup>98</sup> Leibniz, então, se reporta a autoridades para demonstrar isto, citando mais de três dezenas de autores para corroborar sua posição.<sup>99</sup>

No capítulo XXVII<sup>100</sup>, Leibniz muda sua orientação e afirma que são injustos também os que censuram duramente os escolásticos. Afinal,

se tivesses vivido então, pensarias distintamente. A História, tanto a Civil como a da Filosofia, era desconhecida, e os melhores escritores tinham péssimas traduções, já que sem o benefício da tipografia as obras deviam ser transcritas algumas vezes com enormes dos custos e outras vezes no meio das maiores dificuldades, e assim os

---

<sup>96</sup> GP IV p. 154-5.

<sup>97</sup> *Dissertação*, D XXVI, GP IV p. 155.

<sup>98</sup> *Dissertação*, D XXVI, GP IV p. 155.

<sup>99</sup> *Dissertação*, D XXVI, GP IV p. 156.

<sup>100</sup> GP IV p. 156-7.

descobrimientos de alguns chegavam ao conhecimento de outros muito tarde.<sup>101</sup>

Não só isso: muitos escolásticos eram “superiores a alguns contemporâneos nossos em agudeza, em solidez e em modéstia, e que tinham mais prudência para se abster de questões inúteis”.<sup>102</sup> E isto é mostrado, no capítulo XXVIII<sup>103</sup>, por suas considerações acerca da escola nominalista<sup>104</sup>, a “a mais profunda e a mais congruente com o método da Filosofia atual reformada”.<sup>105</sup> Leibniz lamenta, entretanto, que em seu tempo esta escola esteja quase extinta, ao menos entre os escolásticos.

Leibniz afirma que Nizzoli se declara nominalista<sup>106</sup>, acrescentando que quase todos os reformadores da Filosofia são nominalistas.<sup>107</sup> Entretanto, esse nominalismo de Nizzoli o leva a graves erros, apresentados no capítulo

---

<sup>101</sup> *Dissertação*, D XXVII, GP IV p. 156-7. “Nam nec illud praetereundum est, iniquos esse, qui illorum temporum lapsus tam acerbe perstringunt; tu si illic sis, aliter sentias. Quum historia et civilis et philosophica delitesceret, quum scriptores optimi non nisi pessime translati haberentur, quum typographiae beneficio destitutis aut sumtuosissime omnia aut molestissime transcribenda essent, et unius inventa ad caeterorum notitiam raro, nec nisi tarde pervenirent”.

<sup>102</sup> *Dissertação*, D XXVII, GP IV p. 157.

<sup>103</sup> GP IV p. 157.

<sup>104</sup> Nominalistas, segundo Leibniz, são os que pensam que todas as coisas, exceto as substâncias singulares, são meros nomes. Negam, portanto, a realidade dos abstratos e universais. D XXVIII, GP IV p. 157. “Nominales sunt, qui omnia putant esse nuda nomina praeter substantiae singulares, abstractorum igitur et universalium realitatem prorsus tollunt”. Outra característica dos nominalistas parece ser bastante apreciada por Leibniz: “A Regra Geral que os nominalistas põem em prática em cada momento é: não se deve multiplicar os entes sem necessidade. Mas esta regra é rejeitada uma vez ou outra pelos autores como uma injúria à fecundidade divina que não é parca, mas sim generosa, e que se alegra com a variedade e copiosidade das coisas”. Para esta objeção, Leibniz responde: “uma hipótese é tanto melhor quanto mais simples e que, ao dar razão dos fenômenos, atua melhor aquele que faz o menor número de suposições gratuitas. E o que atua de outro modo está acusando a natureza, ou melhor, ao seu autor, Deus, de superficialidade inepta”. D XXVIII, GP IV p. 157. Esta posição será sempre mantida por Leibniz em seus escritos, e será a fundamentação de sua “harmonia preestabelecida”, principalmente contra o “ocasionalismo” (intervenção constante de Deus nos eventos) de Malebranche.

<sup>105</sup> *Dissertação*, D XXVII, GP IV p. 157.

<sup>106</sup> *Dissertação*, D XXVII, GP IV p. 157.

<sup>107</sup> *Dissertação*, D XXVII, GP IV p. 157.

XXIX<sup>108</sup>: “o mais grave é a total abolição da Dialética e da Metafísica, ainda que os nominalistas as tenham conservado nos mesmos princípios que ele emprega para eliminá-las”.<sup>109</sup>

Esta posição de Nizzoli é desnecessária para Leibniz, pois bastaria uma reorganização das áreas do conhecimento: tradicionalmente, a Metafísica incumbe-se “tanto da arte de meditar ou da ciência da mente, tanto da piedade natural ou da ciência das maiores coisas”.<sup>110</sup> Ora, abolida a Metafísica, mesmo que a “arte de meditar ou ciência da mente” passe a ser atribuição da Oratória (posição de Nizzoli) e a “piedade natural ou ciência das maiores coisas” passe a ser atribuição da Física<sup>111</sup>, considerando que os antigos dividiram o conhecimento em três partes, Lógica, Física e Ética; nada impede, segundo Leibniz, que a Dialética esteja num lugar separado da Retórica (como ocorre com a Gramática) e a Metafísica ou Teologia num lugar separado da Física (como ocorre com a Matemática)<sup>112</sup>.

Outro erro de Nizzoli é sustentar que a demonstração, tal como a descreve Aristóteles, seja tomada da natureza das coisas<sup>113</sup>. Argumenta que os universais não se encontram na natureza das coisas, ao que, responde Leibniz, basta demonstrar que os nomes são universais.

Leibniz rejeita também, no capítulo XXX<sup>114</sup>, a tese de Nizzoli que, baseando-se em comentários de Cícero, afirma que as obras de Aristóteles não são genuínas. Para isso Leibniz responde que Cícero era um homem dedicado à política, e por isso não teve tempo de avaliar a

---

<sup>108</sup> GP IV p. 159.

<sup>109</sup> *Dissertação*, D XXIX, GP IV p. 158-9.

<sup>110</sup> *Dissertação*, D XXIX, GP IV p. 159.

<sup>111</sup> *Dissertação*, D XXIX, GP IV p. 159.

<sup>112</sup> *Dissertação*, D XXIX, GP IV p. 159.

<sup>113</sup> *Dissertação*, D XXIX, GP IV p. 159.

<sup>114</sup> GP IV p. 159.

autenticidade dos escritos aristotélicos adequadamente; Cícero também, continua Leibniz, fez estas afirmações sobre Aristóteles em seus diálogos, por meio de um personagem adversário, não querendo com isso significar seu próprio pensamento e defender a tese da inautenticidade. E conclui alegando que a Filosofia de Aristóteles possui uma harmonia de hipóteses e uniformidade de método, e isso basta para não se duvidar da autenticidade.<sup>115</sup>

No capítulo XXXI<sup>116</sup>, Leibniz refuta o tratamento que Nizzoli dá à natureza dos universais. Pois, para Nizzoli, o universal não é outra coisa que todos os singulares tomados simultânea e coletivamente, o que é impreciso para Leibniz, uma vez que a abstração de um conjunto de indivíduos, reunidos circunstancialmente por um predicado comum, não é a mesma coisa que um indivíduo específico.

No último capítulo (XXXII<sup>117</sup>), Leibniz mostra como a posição de Nizzoli com relação aos universais é um grave erro, uma vez que arruína a ciência e dá vitória aos cépticos: se os universais não são outra coisa que coleções de singulares, seguirá que não existe ciência por demonstração mas sim coleção de singulares ou indução, conseqüência repudiada por Leibniz. Nunca se estaria seguro de ter considerado todos os indivíduos, produzindo inclusive incerteza moral. Para refutar isso, Leibniz demonstra como não precisamos nos queimar com todos os fogos de todo o sempre para saber que o fogo queima.

Assim Leibniz fecha sua *Dissertação*, afirmando que, embora longa, fora necessária, dedicando uma passagem final ao leitor:

---

<sup>115</sup> “Harmonia” e “Methodus”, D XXX, GP IV p. 160.

<sup>116</sup> GP IV p. 160.

<sup>117</sup> GP IV p. 162.

Pelo mais, benévolo leitor, passe bem e preocupe-se em buscar seu próprio proveito, bom proveito.<sup>118</sup>

### **Os temas da *Dissertação***

A polêmica de Nizzoli com Calcagnini, Grifoli e Maioragio vincula-se à razão da publicação de *Sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar*, no que concerne ao projeto e empenho de Nizzoli de reforma da Filosofia. Esta “reforma” é o que justifica a republicação feita por Leibniz, estando outras questões relevantes subordinadas a este objetivo principal. Assim, tratarei das questões da *Dissertação* a partir desta perspectiva, conceituando a “reforma” e seus desdobramentos a partir da leitura de Leibniz.

### **A barbárie e a *Dissertação* sobre o estilo filosófico de Nizzoli**

Na circunstância da *Dissertação*, o “barbarismo” refere-se ao distanciamento, por parte da filosofia escolástica, dos métodos de discursar da Antigüidade. Entretanto, no tempo de Nizzoli, o “barbarismo” envolve também questões políticas, mas que aqui são tratadas superficialmente, uma vez que não é o ponto de vista privilegiado por Leibniz.

Com o intuito de justificar sua *Dissertação* e a reedição do *Sobre os verdadeiros princípios e verdadeiro método de filosofar*, Leibniz alude à principal obra de Nizzoli, o *Tesouro Ciceroniano*, que consistia em um índice de termos ciceronianos. Tomar como modelo o estilo dos antigos para o aperfeiçoamento da linguagem era uma característica geral dos reformadores da Filosofia, e obras que buscavam restaurar a terminologia da Antigüidade

---

<sup>118</sup> *Dissertação*, D XXXII, GP IV p. 162. “Quod superest, vale, Lector benevole, et studium tuis commodis consulendi boni consule”.

latina<sup>119</sup> e seu sentido eram comuns. Entretanto, os propósitos eram distintos, e as ênfases dadas a certos autores, idem. Assim, vemos uma grande quantidade de autores defendendo um ciceronianismo exaltado – do qual Nizzoli fazia parte – e que também se confundia com algum tipo de italianidade, se consideramos ainda que grande parte dos reformadores vêm da península itálica.

Os eruditos, já desde Petrarca, Filippo Villani, Leon Battista Alberti, Lorenzo Valla, dentre outros, defenderam a tese de que as invasões germânicas, bárbaras, arruinaram as virtudes da Antigüidade. Valla, por exemplo, reforça na *Doação de Constantino* a falsidade do documento destacando os diversos barbarismos lingüísticos<sup>120</sup>. Afirma também, em sua obra *As elegâncias da Língua Latina*, serem os bárbaros responsáveis pela decadência do latim, ao enfatizar a expressão *lingua Romana* em detrimento de *lingua Latina*, pois esta última estaria misturada com elementos alheios à Antigüidade, com intromissões em sua sintaxe e vocabulário, que não por acaso seria a língua da Igreja.<sup>121</sup> Estas posições podem ser compreendidas

---

<sup>119</sup> Terminologia que, segundo alguns, foi abandonada no séc. XIII. Gilson afirma que a mudança de orientação que se produziu no séc. XIII no estudo de Gramática pode ser resumida do seguinte modo: “(...) até então, a Gramática e a Dialética haviam vivido lado a lado, como duas das sete artes liberais, que eram estudadas a fim de se alcançar uma eloqüência inseparável da sabedoria; mas, a partir de então, a Gramática vai se deixar absorver progressivamente pela Lógica e servir de introdução filosófica ao seu estudo, em vez de introduzir ao estudo literário das obras-primas da Antigüidade”. Gilson, p. 501, *A Filosofia na Idade Média*, 1ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1998.

<sup>120</sup> Denuncia um latim sofrível. Dentre muitas passagens: “Omitto hic barbariem sermonis, quod “princeps sacerdotibus” pro “sacerdotum” dixit, et quod in eodem loco posuit “extiterit” et “existat”, et, cum dixerit “in universo orbe terrarum”, iterum addit “totius mundi”, quasi quiddam diversum, aut caelum, quae mundi pars est, complecti velit, cum bona pars orbis terrarum sub Roma non esset, et quod “fidem Christianorum”, “vel stabilitatem procurandam”, tamquam non possent simul esse, distinxit, et quod “decernere” et “sancire” miscuit, et veluti prius cum ceteris Constantinus non iudicasset, decernere eum et, tamquam poenam proponat, sancire, et quidem una cum populo sancire facit”. P. 92. Lorenzo Valla, *Discourse on the Forgery of the Alleged Donation of Constantine* trad. de C. Coleman, New Haven, Yale University Press, 1922.

<sup>121</sup> “Não quero prolongar-me na comparação do Império Romano com a língua latina. O Império foi rechaçado pelos povos e gentes como carga dolorosa. Mas a língua foi tida como a mais doce que o

quando consideramos o papado de Avinhão (1305 – 1375), e o “Cisma do Ocidente” (1378 – 1417)<sup>122</sup>, que desprestigiaram e enfraqueceram Roma, um período de bastante instabilidade política, em que a península italiana é constantemente ocupada por exércitos de forças européias maiores, como França e Sacro Império.

Isso também possibilita que a antítese entre “bárbaro” e “italiano” seja ampliada: de um lado, os escolásticos, representantes desta igreja alienígena e inimiga, de outro, os amigos da eloquência latina, e sua latinidade romana. Também deste modo, “escolástica” e “barbárie” tornaram-se sinônimos, o que permitiu uma falsa ilação ao se associar a “escolástica” à “Idade Média” inteira, ou até mesmo ao se considerar toda a Idade Média como “bárbara”, quando a escolástica censurada por Nizzoli e Leibniz refere-se aos séculos XIV e o XV.

Pode-se verificar como este ciceronianismo italiano restaurado insurgiu-se, quando nos deparamos com as reações contra ele, como foi o caso de Erasmo de Roterdam. Com efeito, em 1528, publica um diálogo, *O ciceroniano*<sup>123</sup>, em que desafia os puristas que aceitavam exclusivamente

---

néctar, mais brilhante que a seda, mais preciosa que o ouro e as pedras, e a conservaram como um deus que baixou dos céus. Grande é pois o segredo da língua latina. Grande o seu engenho, já que durante tantos séculos continua sendo cultivada pelos estrangeiros, pelos bárbaros, pelos mesmos inimigos, de uma forma tão santa e religiosa”. *Las Elegancias de la Lengua Latina*, in: *Renacimiento y Humanismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1986. Valla refere-se ao poder temporal da Igreja, ao domínio Papal de Roma, e sua submissão ao Sacro Império Romano (Germânico) que se apresenta como força protetora.

<sup>122</sup> O período em que o papado transfere-se para Avinhão (1305 – 1375) é chamado por pensadores italianos de “cativeiro da Babilônia”, em alusão ao evento da Antigüidade, em que o rei da Babilônia, Nabucodonosor, cerca Jerusalém e captura seu rei (Joaquim) e vassalos (606 – 536 a. C). Importante lembrar que Petrarca gravita em torno deste papado, milita pelo retorno a Roma e introduz a idéia do retorno aos valores da Antigüidade, e essa atuação é marcadamente política. Leibniz o responsabiliza pela introdução da elegância na Filosofia Civil (D XXIII). O “Cisma do Ocidente” se dá quando o papado retorna a Roma, mas um outro Papa é eleito concomitantemente em Avinhão.

<sup>123</sup> *Dialogus Ciceronianus*, 1528, Basileia, in: *The Erasmus Reader*, Toronto, Rummel, University of Toronto Press, 1990.

Cícero como modelo de discurso, e que descartavam os não-italianos. Esta obra de Erasmo indica a existência de uma querela de fundo político, não querendo dizer que Erasmo rejeitasse as virtudes ciceronianas do discurso, como a limpidez, a transparência, elegância de expressão e a ordem, sem no entanto a maledicência comum dos ciceronianos restaurados<sup>124</sup>.

Leibniz não envereda pelo ciceronianismo mais político, como será enfatizado adiante, e atém-se a elogiar o papel de Nizzoli na restauração dos valores antigos para as artes:

(...) nosso Nizzoli, homem agudo e bom, não só começou a desprezar com justiça a infeliz maneira com que os escolásticos tratavam as questões, com muita obscuridade, pouca utilidade e verdadeiramente nenhuma elegância; mas também teve valor ao expor publicamente suas meditações para confirmar isso e restaurar as artes em seu tempo.<sup>125</sup>

Pelo que se pode avaliar ao longo da *Dissertação*, e pela Carta VIII a Thomasius<sup>126</sup>, Leibniz considera útil a republicação de Nizzoli por duas razões: uma, pelo acerto de Nizzoli ao buscar a restauração do discurso filosófico, e a outra, pelo erro de Nizzoli, ao rejeitar Aristóteles. Ou seja, Leibniz aproveita esta oportunidade para ele mesmo reexaminar o papel de Aristóteles e de alguns aristotelismos, e até mesmo harmonizar o projeto nizzoliano de reforma do discurso.

---

<sup>124</sup> Para esta posição de Erasmo: P. Jacopin e J. Lagrée, *Erasme Humanisme et Langage*, Paris, PUF, 1996, p. 45. Leibniz também condena a maledicência usada por Nizzoli: D XXV, GP IV p. 154.

<sup>125</sup> *Dissertação*, D III, GP IV p. 135.

<sup>126</sup> “A” 13, não consta em GP.

Pode-se ver, no capítulo IV<sup>127</sup>, como o próprio Leibniz intitularia a obra de Nizzoli, caso fosse seu autor:

Efetivamente, não há outra coisa em toda obra que uma certa Lógica reformada e ordenada ao puro e próprio modo de falar. Se tivesse sido eu o autor, este, sem dúvida, teria sido o título do livro.

É digna de nota esta definição de “Lógica”, estreitamente ligada ao discurso, mas não se esquecendo de que a Lógica contém “os princípios e o verdadeiro método de filosofar”.<sup>128</sup> O título da *Dissertação* nos indica o rumo principal a ser tomado: um estudo sobre o estilo, vinculado a esta Lógica.

Tampouco se pode deixar de considerar que Leibniz examina o estilo filosófico de Nizzoli. Pois a parte da Retórica que trata do estilo é a *elocução*<sup>129</sup>. E é a partir dos estudos latinos da Antigüidade acerca da elocução que a exposição de Leibniz será caracterizada.

Assim, após destacar como qualidades de Nizzoli e de sua obra o *tempo do autor*, ou seja, a atualidade deste debate, e o *método de discursar*, que não só preceitua como o usa<sup>130</sup>, Leibniz apresenta as três virtudes do discurso filosófico, que tornam a obra de Nizzoli digna de republicação e que fazem parte da restauração filosófica anti-escolástica: a *clareza*, a *verdade* e a

---

<sup>127</sup> GP IV p. 137.

<sup>128</sup> *Dissertação*, D IV, GP IV p. 137: “(...) a Lógica verdadeira não só é instrumento, mas também, de certo modo, contém os princípios e o verdadeiro método de filosofar, porque nos fornece as regras gerais pelas quais se pode distinguir o verdadeiro do falso e se podem demonstrar todas as conclusões com somente a ajuda de definições e experimentos”.

<sup>129</sup> “Elocução”, *léxis*. Parte da Retórica que trata da língua e do estilo. “São três os aspectos concernentes ao discurso que têm de ser tratados. O primeiro, de onde provêm as provas; o segundo é relativo à expressão enunciativa (elocução, λέξις, léxis); o terceiro, à forma como convém forçosamente organizar as partes do discurso”. Aristóteles, *Retórica* III, 1, pág 175, 1403 a.

<sup>130</sup> *Dissertação*, D V, GP IV p. 138.

*elegância*<sup>131</sup>, virtudes presentes nas preceptivas retóricas, como veremos a seguir.<sup>132</sup>

### **As virtudes do discurso filosófico**

A preceptivas retóricas da Antigüidade, ao tratarem das virtudes do discurso<sup>133</sup>, não se dedicam especificamente ao estilo filosófico, embora não deixem de mencioná-lo, principalmente quando situam a Filosofia entre as outras áreas do saber. Estas menções abrem a possibilidade para derivações ulteriores, como é o caso da *Dissertação*, a qual é um desenvolvimento e pormenorização dessas obras mais gerais, para preceituar o estilo filosófico. E o texto de Leibniz não deixa de expor este vínculo herdado.

Para os pensadores antigos, a sabedoria tem muito a perder, caso se separe da eloquência. A eloquência é um instrumento muito útil, por meio do qual a verdade e a justiça podem ser promovidas e melhor reveladas; e sem ela a sabedoria é um conhecimento estéril. Por isso mesmo, Cícero não tem dúvidas sobre quem perde mais, numa comparação entre um orador douto e um filósofo sem eloquência:

(...) o triunfo será do orador douto. (...). Se, por outro lado, separamos o filósofo e o orador, não terá a vantagem, pois o orador perfeito possui toda a ciência dos filósofos, enquanto que os filósofos, com todo o seu saber, não necessariamente possuem a

---

<sup>131</sup> *Dissertação*, D V, GP IV p. 138.

<sup>132</sup> A base do estudo deste trabalho é Aristóteles, Cícero e Quintiliano e *Ad Herennium*. Eventualmente são introduzidas outras preceptivas, de acordo com o caso.

<sup>133</sup> Ou “luzes do discurso”, como Cícero emprega nas *Partições Oratórias* (I, 19).

eloquência. Eles a desprezam; no entanto, parece ser ela quem coroa, de alguma forma, os seus conhecimentos.<sup>134</sup>

A Retórica, a arte da eloquência, está organizada em cinco partes, variando algo, dependendo do autor. São elas: *invenção*<sup>135</sup>, busca do orador por argumentos e meios de persuasão relativos ao tema tratado; *disposição*<sup>136</sup>, ordenação dos argumentos, donde resultará a organização interna do seu discurso, seu plano; *elocução*<sup>137</sup>, que diz respeito à redação escrita do discurso, ao estilo; a *ação*<sup>138</sup>, que é o discurso mesmo proferido, das mímicas e gestos, e a *memória*<sup>139</sup>. Como já dito, por tratar do estilo filosófico, a *Dissertação* será examinada à luz da “elocução”.

Contudo, antes de se aperfeiçoar a elocução e as virtudes do discurso, pressupõe-se a correção gramatical: “O princípio básico da expressão enunciativa, porém, é falar corretamente”, citado por Aristóteles, ἐλληνίζειν<sup>140</sup>, e é traduzido por *latinitas*<sup>141</sup>, conceito pertencente à Gramática<sup>142</sup>. Estabelecida esta condição prévia, as virtudes do discurso não são tão discrepantes, embora variem um pouco de autor para autor. Isso será

---

<sup>134</sup> Cícero, *Do Orador* III, 142, 3. “ (...) sin quaerimus quid unum excellat ex omnibus, docto oratori palma danda est; quem si patiuntur eundem esse philosophum, sublata controuersia est. Sin eos diiungent, hoc erunt inferiores, quod in oratore perfecto inest illorum omnis scientia, in philosophorum autem cognitione non continuo inest eloquentia; quae quamuis contemnatur ab eis, necesse est tamen aliquem cumulum illorum artibus adfere uideatur”.

<sup>135</sup> “Inuentio”, “euresis”.

<sup>136</sup> “Dispositio”, “taxis”.

<sup>137</sup> “Elocutio”, “lexis”.

<sup>138</sup> “Actio” ou “pronuntiatio”, “hypocrisis”.

<sup>139</sup> “Memoria”, “mnéme”.

<sup>140</sup> Aristóteles, *Retórica* III, 5, p. 186, 1407 a.

<sup>141</sup> *Ad Herennium*, IV, 17; Cícero, *Do Orador*, III, 40. Este conceito será debatido mais adiante, ao longo do desenvolvimento das três virtudes do discurso.

<sup>142</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, VIII, 1, 2. “ (...) ea, quae de ratione Latine atque emendate loquendi fuerunt dicenda, (...) cum grammaticae loqueremur, exsecuti sumus”.

evidenciado a partir da própria articulação de Leibniz, interessando, no entanto, sua leitura dos autores da Antigüidade.

Das três virtudes do discurso filosófico, a *clareza* ocupa o papel principal, pois Leibniz consagra mais da metade dos capítulos de sua *Dissertação* a ela. Para a *elegância*, dedica uma breve definição e uma indicação de leitura<sup>143</sup>. E para a *verdade*, divide em duas partes complementares o seu tratamento: uma pertencente à Lógica e outra justamente vinculada à *clareza*<sup>144</sup>.

Mas este predomínio da *clareza* não é fortuito, muito pelo contrário. Como veremos, é ela que articula as outras duas virtudes do discurso, e esta posição de Leibniz não se afasta da Retórica da Antigüidade. Basta, por ora, lembrarmos da afirmação de Aristóteles:

(...) proponhamos como definição que a virtude suprema da expressão enunciativa é a *clareza*.<sup>145</sup>

## A Clareza

Aristóteles considera a *clareza* (σαφή λέξις) um pré-requisito para o discurso: este não cumpre sua função própria sem ela.<sup>146</sup> Esta consideração permanece nos autores latinos, e também para Leibniz, na *Dissertação*, visto que é tratada mais extensamente do que a *verdade* e a *elegância*, dado que o maior vício escolástico, segundo Leibniz, refere-se à ausência de *clareza*.

---

<sup>143</sup> O livro de Querenghi: *Flavii Quaerenghi, Libri duo, unus Institutionum moralium epitome, alter De genere dicendi philosophorum, seu De sapientiae & eloquentiae divortio* [Sobre o gênero do discurso do filósofo ou sobre a separação entre sabedoria e eloquência], D XX, GP IV p. 150.

<sup>144</sup> *Dissertação*, D XXI, GP IV p. 150-1.

<sup>145</sup> Aristóteles, *Retórica*, III, 2, p. 178, 1404 b. Também é a posição de Quintiliano, *Inst. Or.*, VIII, 2, 22. “Nobis prima sit virtus perspicuitas, (...)”.

<sup>146</sup> Aristóteles, *Retórica*, III, 2, p. 178, 1404 b.

Em sua *Dissertação*, Leibniz varia no uso do termo latino. Ora emprega *claritas*, ora *perspicuitas*, sem variação circunstancial que possa indicar diferenças nas acepções, e esses usos podem ser encontrados também entre os autores latinos<sup>147</sup>. Com efeito, “perspícuo” é o que se pode ver com nitidez, o que é claro; o que nos permite tomar aqui ambas designações como sinônimas, traduzindo-as sempre por “clareza”.

Na definição de Leibniz, é *claro* o discurso que se faz com palavras cujo significado é conhecido por todo aquele que preste atenção<sup>148</sup>. Já de início, distingue duas possibilidades de se obter a *clareza*: pela própria palavra (ou “por si”) ou pela construção ou circunstância do argumento/discurso. Leibniz trata muito mais da clareza da palavra por si do que da clareza da construção ou circunstância, e apresenta a razão disso: porque “de obscuridades na construção costumam pecar mais os oradores e poetas que nossos filósofos”.<sup>149</sup> Mas, principalmente, porque considera a clareza por si mais importante do que a da construção:

Se for do discurso mesmo, a *clareza* não será do vocábulo por si, mas sim do discurso por si. Isto se dá quando o argumento tratado fica claro pelo discurso mesmo, e o argumento elimina a ambigüidade. (...) Mas se for necessário caçar o significado, por assim dizer, por meio de inumeráveis conjecturas, ainda que estas sejam tiradas do mesmo discurso, não merece elogios pela sua clareza. Na verdade, se os ouvintes ou leitores têm de chegar ao

---

<sup>147</sup> Muito embora haja uma grande prevalência do termo *perspicuitas*. Em *Ad Herennium* (IV, 17) encontramos o termo *explanatio* para designar a *clareza*.

<sup>148</sup> *Dissertação*, D VI, GP IV p. 138.

<sup>149</sup> *Dissertação*, D VII, GP IV p. 139.

sentido das palavras pelas circunstâncias externas, o discurso pode ser considerado obscuro por si.<sup>150</sup>

A possibilidade de obscuridade na construção é vedada ao filósofo, mas permitida a outros. No capítulo VII<sup>151</sup>, menciona os oradores e poetas; e no XIX<sup>152</sup>, afirma que convém “que seja obscuro o discurso de um profeta, ou o de um alquimista, que trombeteia seus milagres, ou o do oráculo de Delfos, ou o do teólogo místico, ou o do poeta enigmista, mas nada é mais alheio a um filósofo que isto”. Ainda assim, apesar do tom irônico, ao mesmo tempo em que censura alguns pela obscuridade e discurso enigmista<sup>153</sup>, não afasta a utilidade destas características, afirmando que não “se deve revelar todas as coisas a todo mundo”, e censura os filósofos que divulgaram os segredos das artes, agindo assim contra a prudência civil.<sup>154</sup>

Mas no que diz respeito à Filosofia, nunca é demais lembrar que o filósofo deve ser claro, pois a meta da clareza é a compreensibilidade intelectual. A formulação de Leibniz – em sua definição de clareza e na atribuição de seu papel – está muito próxima desta de Quintiliano:

Que seja para nós a clareza a primeira virtude, a propriedade das palavras, a reta ordem, o período não tão longo, em que nada falte e nada seja supérfluo: assim o discurso será aceitável ao douto e acessível ao imperito (...) Com efeito, se falamos nem menos, nem mais do que o necessário, nem de modo desordenado ou não claro,

---

<sup>150</sup> *Dissertação*, D XIX, GP IV p. 149.

<sup>151</sup> GP IV p. 139.

<sup>152</sup> GP IV p. 149.

<sup>153</sup> *Dissertação*, D XX, GP IV p. 149: “Certamente não ignoro que os antigos filósofos egípcios, os chineses contemporâneos, que se assemelham às colônias dos egípcios, e todos os orientais em geral, e seus seguidores gregos, como Pitágoras, e também os latinos e árabes e inclusive os químicos, tenham obscurecido suas doutrinas com enigmas”.

<sup>154</sup> *Dissertação*, D XX, GP IV p. 149. Ou seja, cada tipo de discurso tem suas virtudes específicas.

nossas palavras serão límpidas e acessíveis até mesmo para um auditório mediocrementemente atento (...) Por isso, é necessário atentar não para o que [o que julga] pode entender, mas antes para o que pode vir a não entender.<sup>155</sup>

Dois vícios opõem-se à *clareza* da palavra em si: a obscuridade, quando não aparece nenhum significado, e a ambigüidade, que é o excesso de *clareza*, quando muitos significados aparecem e não fica claro qual o verdadeiro.<sup>156</sup>

A divisão das possibilidades de *clareza* – entre palavras por si e pela construção – pode ser correlacionada com o esquema das virtudes do discurso no âmbito da *latinitas*. Quintiliano estabelece que a Gramática se caracteriza por ser uma *ars recte dicendi*<sup>157</sup>, enquanto a Retórica, *ars bene dicendi*<sup>158</sup>. *Recte dicendi* é o uso correto da língua, e *bene dicendi* é seu aperfeiçoamento, sua adequação segundo o público e tema. A elocução tem um vínculo estreito com a Gramática pois, como já vimos, a correção gramatical é pré-requisito para o estilo, e as virtudes do discurso para ambas coincidem.

E Quintiliano classifica os preceitos da Elocução e da Gramática dividindo-os em preceitos para palavras singulares (*verba singula*)<sup>159</sup> e para palavras agrupadas (*verba coniuncta*)<sup>160</sup>, que são outras denominações para “palavras por si” e “construção/circunstância”, usadas por Leibniz. Mas esta

---

<sup>155</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, VIII, 2, 22, 23 e 24: “Nobis prima sit virtus perspicuitas, propria verba, rectus ordo, non in longum dilata conclusio, nihil neque desit neque superfluat: ita sermo et doctis probabilis et planus inperitis erit”; (VIII, 2, 23) “Nam si neque pauciora, quam oportet, neque plura neque inordinata aut indistincta dixerimus, erunt dilucida et neglegenter quoque audientibus aperta (...)”; (VIII, 2, 24) “Quare non, ut intellegere possit, sed, ne omnino possit non intellegere, curandum”.

<sup>156</sup> *Dissertação*, D VII, GP IV p. 139.

<sup>157</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, I, 4, 2, “recte loquendi scientia”; I, 9, 1, “ratio loquendi”.

<sup>158</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, II, 17, 37, “Rhetorice ars est bene dicendi”; II, 14, 5, “bene dicendi scientia”.

<sup>159</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, I, 5, 2 e 8, 1, 1.

<sup>160</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, I, 5, 2 e 8, 1, 1.

divisão é adotada por todos os retores: em *Ad Herennium*, encontramos “grupo de palavras” em oposição à “palavra”<sup>161</sup>; em Cícero, nas *Partições Oratórias*, “palavras isoladas” e “palavras colocadas juntas”<sup>162</sup>.

Na *latinitas*, o vício nas *verba coniuncta* é o solecismo, que é a intromissão, na norma culta, de construções sintáticas alheias à mesma<sup>163</sup>. No caso das *verba singula*, é o barbarismo, que é a intromissão de palavras e termos alheios à língua (e que por isso geram obscuridade). É no barbarismo que encontramos, para Leibniz, um dos grandes defeitos da Filosofia escolástica; e essa é uma das razões do porquê desta Filosofia ser chamada de “bárbara”. Do mesmo modo que prioriza as palavras por si em sua exposição sobre a *clareza* do discurso filosófico, Leibniz tampouco dá muita atenção às construções dos discursos escolásticos, e sim nos termos que empregam isoladamente.

Como a definição de *clareza* implica o conhecimento da palavra pelo maior número de pessoas, nada mais indicado do que adotar, como critério, segundo Leibniz, o *uso* desta palavra, pelos falantes da mesma língua:

Ao empregar as palavras deve-se observar esta regra: que, se a origem não está de acordo com o uso, sigamos, ao falar, mais bem o uso que a origem; mas, se o uso é dúbio ou é incompatível, permaneçamos fiéis mais bem à origem.<sup>164</sup>

---

<sup>161</sup> Quando são explicados os vícios do discurso, o solecismo e o barbarismo: “Soloecismus est cum in uerbis pluribus consequens uerbum superiori non accomodatur. Barbarismus est cum uerbum aliquod uitiose effectur”. *Ad Herennium* IV, 17.

<sup>162</sup> Cícero, *Partições Oratórias*, I, 16. “Prima uis est in simplicibus uerbis, in coniunctis secunda”.

<sup>163</sup> Muito embora, como vimos, uma construção pode ser obscura, enigmática, sem estar gramaticalmente equivocada.

<sup>164</sup> *Dissertação*, D VII, GP IV p. 139 – 40. A busca de um significado *original* (próximo de sua *origem*) da palavra seria a segunda opção, caso o *uso* não satisfaça. Sobre a abordagem de Cícero com relação ao *uso* e à *origem* (ou *nativa*, que é o termo por ele empregado), ver: *Partições Oratórias*, I, 16-17.

Esta posição fica mais evidenciada quando acrescenta que se obtém “o máximo de clareza com os termos tomados da linguagem ordinária, considerando o uso popular”<sup>165</sup> e que se deve “fugir dos termos técnicos mais do que de um cão raivoso ou de uma serpente”<sup>166</sup>.

Tal formulação não dista das considerações sobre a clareza em *Ad Herennium*.

A clareza resulta num discurso inteligível e límpido. É obtida de duas maneiras: pelo uso de palavras usuais e próprios. Palavras usuais são aquelas empregadas habitualmente na conversa e na linguagem cotidiana; palavras próprias são aquelas que se aplicam ou podem ser aplicadas ao tema que falaremos.<sup>167</sup>

O primado do *uso* determina toda uma ordem de preferências quanto às condições de emprego das palavras: os termos populares/plebeus têm preferência sobre os técnicos; os concretos sobre os abstratos, e a língua viva sobre a língua morta.

Cabem estreitas exceções: deve-se recorrer aos técnicos quando há possibilidade do discurso ser prolixo, pois “foi necessário então excogitar termos técnicos para aquelas coisas que o povo não pôs nomes especiais, ou

---

<sup>165</sup> *Dissertação*, D VIII, GP IV p. 141.

<sup>166</sup> “Chamo termo ‘popular’ (...) aquele cuja palavra e significado são usuais. Termo técnico é aquele cuja palavra ou significado é privado, isto é, próprio de um homem ou de um gênero de homens”. *Dissertação*, D VII. Os termos técnicos são inventados, onomatopéias, e se obedecem algumas regras para sua criação, podem ter sua utilidade. Para “onomatopéias”, ver *Dissertação*, D IX, GP IV p. 141.

<sup>167</sup> *Ad Herennium*, IV, 17: “Explanatio est quae reddit apertam et dilucidam orationem. Ea comparatur duabus rebus, usitatis uerbis et propriis. Visitata sunt ea quae uersantur in sermone et consuetudine cottidiana; propria quae eius rei uerba sunt aut esse possunt qua de loquemur”.

porque não deram atenção”<sup>168</sup>, mas, “ainda que os termos técnicos resumam um pouco melhor o significado que os populares, não se segue daí uma notável diminuição do tédio ou do esforço da memória; está claro que é mais proveitoso ao filosofar abster-se de empregar termos técnicos”<sup>169</sup>.

Leibniz recomenda também que se evitem os termos abstratos, outro responsável pela obscuridade na filosofia<sup>170</sup>. Os termos concretos são coisas, ao passo que os abstratos são modos das coisas, relações da coisa com o intelecto.<sup>171</sup> Pelos exemplos dados por Leibniz, a censura é endereçada à essencialização das abstrações, como no seguinte caso: em lugar do concreto “o homem é racional”, substituamos pelo abstrato “o homem tem racionalidade”<sup>172</sup>, conferindo ao termo “racionalidade” uma condição de ente, procedimento muito empregado pela escolástica.

Neste caso, a objeção a este tipo de termo vincula-se a questões de ordem filosófica. Afinal, os abstratos são termos de estreita ligação com os tropos, que são empregos figurados das palavras, igualmente condenados por Leibniz<sup>173</sup>. A abstração resulta numa “repetição de modos até o infinito, e qualidades de qualidades, e números de números, e se tudo isso fossem coisas, resultaria não só no infinito, mas também na contradição”<sup>174</sup>. E é por meio dos tropos (de suspensão) que os cépticos da Antigüidade mostravam as contradições insolúveis do conhecimento, e suspendiam seu juízo, e o Cepticismo é repudiado por Leibniz<sup>175</sup>.

---

<sup>168</sup> *Dissertação*, D X, GP IV p. 141 – 2.

<sup>169</sup> *Dissertação*, D XV, GP IV p. 145.

<sup>170</sup> *Dissertação*, D XVII, GP IV p. 147.

<sup>171</sup> *Dissertação*, D XVII, GP IV p. 147.

<sup>172</sup> *Dissertação* D XVIII, GP IV p. 148.

<sup>173</sup> *Dissertação*, D XVIII, GP IV p. 148.

<sup>174</sup> *Dissertação*, D XVII, GP IV p. 147.

<sup>175</sup> Dentre várias passagens, vemos este repúdio no capítulo XXXII da *Dissertação*: “(...) se os universais não fossem outra coisa que coleções de singulares, seguirá que não existe ciência por

A razão da preferência por uma língua viva, em detrimento da morta, baseia-se em seu maior alcance de público. E deste modo, os filosofastros seriam mais facilmente desmascarados: “é surpreendente, se tentam, ver como ficam consternados ou se põem no ridículo diante dos presentes, pouco versados na língua latina, ainda que sejam inteligentes e experimentados”<sup>176</sup>. A defesa de uma língua viva não é uma surpresa: Erasmo, por exemplo, defendeu a mesma posição em seu diálogo *O ciceroniano*<sup>177</sup>.

## A Verdade

Curiosamente, do mesmo modo que acontecerá com a *elegância*, Leibniz afirma que a *Dissertação* não é o lugar adequado para tratar da *verdade*<sup>178</sup>, e isto ocorre porque a *Dissertação* concentra seus esforços na *clareza*, o que é, para Leibniz, a virtude do discurso mais ausente no estilo “bárbaro”, “obscuro” e “enigmista” dos escolásticos. Resta-nos, então, um tratamento sucinto da *verdade*.

Assim, Leibniz define como verdadeiro um discurso

cujo significado se entenderá mediante uma reta disposição tanto do ouvinte como do meio: (pois assim como o entendimento é a medida da *clareza*, o sentido é a medida da *verdade*).<sup>179</sup>

---

demonstração (coisa que diz Nizzoli mais adiante), mas sim coleção de singulares ou indução. Mas por este procedimento arruinar-se-á as ciências e os cépticos terão vencido”.

<sup>176</sup> *Dissertação*, D XII, GP IV p. 143 – 4.

<sup>177</sup> Seu representante no diálogo, Nosopon, afirma: “Primeira precaução: não falar latim, se posso evitar”. Apud: P. Jacopin e J. Lagrée, *Erasmé Humanisme et Langage*, Paris, PUF, 1996, p. 37. *Dialogus Ciceronianus*, 1528, Basiléia. Tradução parcial: *The Erasmus Reader*, Toronto, Rummel, University of Toronto Press, 1990.

<sup>178</sup> *Dissertação*, D VI, GP IV p. 138 – 9.

<sup>179</sup> *Dissertação*, D VI, GP IV p. 138 – 9.

“Sentido” quer dizer a forma de recepção das sensações. Para tornar isto mais claro, Leibniz concede-nos dois exemplos, um concreto e um abstrato. O primeiro afirma que a proposição “Roma está situada às margens do Tibre” pode ser verificada por qualquer um que vá até Roma e, de uma olhada, certifique-se disso. O segundo exemplo, abstrato, afirma que “todo número binário é par”, e conhecendo a definição de binário e par, certifica-se que duas partes iguais que constituem um todo corresponde à definição de par. Em ambos os casos, requer-se uma “reta disposição tanto do ouvinte quanto do meio”<sup>180</sup>, ou seja, que o ouvinte/leitor não tenha alteração nos sentidos (não seja cego, ou surdo)<sup>181</sup>, e que o intervalo não seja demasiado grande (tanto o que ouve não pode estar longe de quem fala, quanto o que vê não pode estar longe do que deve ser visto).

Mais à frente, no capítulo XXI<sup>182</sup>, Leibniz retoma a discussão sobre a *verdade*, afirmando que “pertence à Lógica preceituar o método para compará-la e confirmá-la e o artifício completo para descobri-la e julgar acerca dela”<sup>183</sup>. A concepção de Lógica de Leibniz assemelha-se aos preceitos da *Logique de Port-Royal*, que logo em seu início estabelece as definições básicas sobre o assunto:

A Lógica é a arte de bem conduzir a razão no conhecimento das coisas, tanto para se instruir a si próprio como para instruir os outros. Esta arte consiste nas reflexões que os homens fizeram sobre as quatro operações de seus espíritos, *conceber, julgar, raciocinar e ordenar*.<sup>184</sup>

---

<sup>180</sup> *Dissertação*, D VI, GP IV p. 138 – 9.

<sup>181</sup> *Dissertação*, D VI, GP IV p. 138 – 9.

<sup>182</sup> GP IV p. 150-1.

<sup>183</sup> *Dissertação* D XXI, GP IV p. 138 – 9.

<sup>184</sup> *La logique ou l'art de penser*, A. Arnauld, P. Nicole, Paris, Gallimard, 1992, introd., § 1, p. 30.

Também podemos ver, na *Dissertação*, como Leibniz divide a Lógica em duas partes: uma verbal e outra real; sendo que “a primeira trata do uso claro, distinto e próprio das palavras, ou seja, do estilo filosófico, a segunda trata da direção dos pensamentos”<sup>185</sup>.

Não é assunto imediato desta dissertação analisar a relação da Lógica com a Retórica, mas é dado que ambas não operam separadamente. Aristóteles mesmo afirma que

a Retórica é como que um rebento da Dialética e daquele saber prático sobre os caracteres a que é justo chamar Política. (...) A Retórica é, de fato, uma parte da Dialética e a ela se assemelha, como dissemos no princípio; pois nenhuma das duas é ciência de definição de um assunto específico, mas mera faculdade de proporcionar razões para os argumentos.<sup>186</sup>

Com efeito, Aristóteles, quando apresenta o modo de prova técnico ou artístico (*ἐ’υτεχνοὶ πίστεις*)<sup>187</sup>, divide-o em três meios de persuasão: os derivados do caráter do orador (*ἠθος*)<sup>188</sup>, os derivados do afeto despertado pelo orador (*πάθος*)<sup>189</sup>, e os derivados dos argumentos prováveis ou verdadeiros (*λόγος*)<sup>190</sup>, sendo este último tipo fundamentado no método lógico.

---

<sup>185</sup> *Dissertação* D XXI, GP IV p. 150.

<sup>186</sup> Aristóteles, *Retórica*, I, 2, p. 50, 1356 a.

<sup>187</sup> Aristóteles, *Retórica*, I, 2, p. 49, 1355 b.

<sup>188</sup> “Étos”; Aristóteles, *Retórica*, I, 2, p. 49, 1356 a.

<sup>189</sup> “Pathos”; Aristóteles, *Retórica*, I, 2, p. 49, 1356 a.

<sup>190</sup> “Logos”, Aristóteles, *Retórica*, I, 2, p. 50, 1356 a.

Especificamente, Leibniz concentra-se nos argumentos verdadeiros, como menciona no capítulo VI<sup>191</sup> e enfatiza no XVI<sup>192</sup>, ao expor os dois modos de filosofar, o “acroamático” e o “exotérico”, dando preferência ao primeiro, por ser mais rigoroso, por consistir em definições e demonstrações, não abrindo muita margem para imprecisões.

Mas se só a *verdade* fosse suficiente para o discurso filosófico, não precisaríamos da *clareza*, o que é um grave erro. E muito menos da *elegância* – o que tampouco é o caso – como indica Aristóteles na seguinte passagem:

(...) a Retórica é útil porque a verdade e a justiça são por natureza mais fortes que os seus contrários. De sorte que, se os juízos se não fizerem como convém, a verdade e a justiça serão necessariamente vencidas pelos seus contrários, e isso é digno de censura. Além disso, nem mesmo que tivéssemos a ciência mais exata nos seria fácil persuadir com ela certos auditórios.<sup>193</sup>

## A Elegância

Sobre a elegância, Leibniz afirma, no capítulo VI:

É *elegante* o discurso que resulta agradável para o que lê e para o que escuta, mas, como estamos tratando do discurso filosófico e do estilo conveniente a ele, passaremos por alto pela elegância, ainda que admitamos que tem muito poder para chamar a atenção,

---

<sup>191</sup> GP IV p. 138 – 9.

<sup>192</sup> GP IV p. 146.

<sup>193</sup> Aristóteles, *Retórica*, I, 1, p. 47, 1355 a.

para mover os ânimos e para que se gravem as coisas na memória, por assim dizer, com mais força.<sup>194</sup>

À primeira vista, segundo esta passagem, pode parecer que a *elegância* é pouco importante para o estilo filosófico, apesar de sua utilidade de poder tornar o discurso agradável, chamar a atenção, mover os ânimos e ajudar a gravar as coisas na memória com mais força.

Mas, como já antes dito para a *verdade*, a *elegância* assume um papel secundário na *Dissertação* porque, antes de tudo, o estilo escolástico bárbaro – objeto de censura da *Dissertação* – não possui o pré-requisito de qualquer discurso, que é ser claro. Mas, de modo geral, o predomínio da *clareza* também pode ser encontrado nas preceptivas da Antigüidade. O “elegante” ou “agradável”, embora útil, pode ser secundário, dependendo do tipo de discurso. Como diz Aristóteles:

(...) o que é justo é o que deve ser almejado num discurso, mais do que desagradar ou agradar. Justo é competir com os fatos por si só, de forma que todos os elementos exteriores à demonstração são supérfluos. (...) Daí que, em qualquer método de ensino, seja necessário que haja algo referente à expressão; pois, no que respeita a demonstrar algo com clareza, há uma certa diferença entre exprimir-nos deste ou daquele modo. Ela não é certamente muito grande, mas tudo isto consiste num processo de expor e destina-se a um ouvinte. E por isso é que ninguém ensina Geometria desta forma.<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> GP IV p. 138 – 9.

<sup>195</sup> Aristóteles, *Retórica*, III, 1, 1404 a, pp. 176 – 7.

Ao basearmos-nos no quadro esquemático das virtudes do discurso, a *elegância* tende a se localizar no âmbito do “ornamento” (uso esta palavra como designação genérica e aproximada, uma vez que cada autor usa um nome diferente, e o matiza de acordo com sua conveniência).

Podemos partir de Aristóteles, para conceituar a *elegância*. Em sua *Retórica*, Aristóteles usa o termo τὸ ἀστεῖον para designá-la<sup>196</sup>, sendo correspondente dos termos latinos *urbanitas* ou *elegantia*, dependendo do caso, como veremos a partir de Leibniz.

Aristóteles vincula a *elegância* com a metáfora, em seus dois capítulos sobre o assunto.<sup>197</sup> Afirma que “uma aprendizagem fácil é, por natureza, agradável para todos; por seu turno, as palavras têm determinado significado, de tal forma que as mais agradáveis são todas as palavras que nos proporcionam também conhecimento”<sup>198</sup>. Numa acepção mais abrangente:

(...) tanto a expressão como os entimemas que nos proporcionam uma aprendizagem rápida são necessariamente “elegantes”.<sup>199</sup>

A noção de *urbanitas* e sua relação com a *elegância* já é indicada por Aristóteles. Este afirma que as expressões elegantes e de maior aceitação (e reputação) derivam de uma boa formulação, dependente da habilidade, da exercitação e do método<sup>200</sup>. E se bem formulado, resulta na elegância urbana<sup>201</sup>. Esta caracterização provavelmente opera na tradicional oposição

---

<sup>196</sup> Aristóteles, *Retórica*, III, 10, 1410 b, p. 196.

<sup>197</sup> Aristóteles, *Retórica*, III, 10-11, 1410 b – 1412 b, págs 196 – 204.

<sup>198</sup> Aristóteles, *Retórica*, III, 10, 1410 b, p. 196.

<sup>199</sup> Aristóteles, *Retórica*, III 10 pág 197 1410 b.

<sup>200</sup> Aristóteles, *Retórica* III 10 1410 b, p. 196.

<sup>201</sup> Aristóteles, *Retórica* III 10 1410 b, p. 197.

helenismo ou latinidade x barbárie<sup>202</sup>, no que concerne ao correto uso da linguagem, sem mencionar a questão da aceitação/reputação, ou seja, um modo bárbaro não é bem aceito/reputado.

Com efeito, como o próprio termo *urbanitas* manifesta, esta noção que relaciona virtude do discurso em conjunto com a oposição bárbaro x não-bárbaro é bem desenvolvida na latinidade. Deste modo, Quintiliano diz que a *urbanitas* refaz os ânimos oportunamente<sup>203</sup>, e Cícero acrescenta em *Brutus*:

Você entenderá o que quero dizer, Brutus, quando vier à Gália. Lá você ouvirá algumas palavras que não são encontradas em Roma, mas que podem ser desaprendidas e trocadas por palavras romanas. É muito mais significativo que nas palavras e pronúncia de nossos oradores há uma certa entonação e qualidade que são uma característica mais urbana [*urbanius*], e isto é reconhecível não só nos oradores, mas em outras [coisas].<sup>204</sup>

Mas a *urbanitas* como *elegância* não exaure o conceito para Leibniz, uma vez que ainda encontramos na latinidade a *elegantia*. Mesmo que a temática da *elegância* de Leibniz envolva a noção de *urbanitas*, e já tenhamos com este conceito contemplado a maioria dos efeitos da elegância (por ser

---

<sup>202</sup> Na latinidade, como será mostrado em seguida, a *urbanitas* é também oposta à *rusticitas*: “urbanitas (...) qua (...) significari video sermonem praefertentem in verbis et sono et usu proprium quendam gustum urbis et sumptam ex conversatione doctorum tacitam eruditionem, denique cui contraria sit rusticitas (...)”. Quintiliano, *Inst. Or.*, VI, 3, 17.

<sup>203</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, IV, 1, 49: “(...) urbanitas opportuna reficit animos et undecumque petita iudicis voluptas levat taedium”; ou Quintiliano, *Inst. Or.*, VI, 3, 104 “Urbanitas est virtus quaedam in breve dictum coacta et apta ad delectandos movendosque homines in omnem affectum animi, maxime idonea ad resistendum vel lacessendum, prout quaque res ac persona desiderat”.

<sup>204</sup> Cícero, *Brutus* 46, 171. “Id tu, Brute, iam intelleges, cum in Galliam veneris; audies tum quidem etiam verba quaedam non trita Romae, sed haec mutari dediscique possunt; illud est maius, quod in vocibus nostrorum oratorum retinnit quiddam et resonat urbanus”.

agradável, por mover os ânimos, por facilitar o aprendizado<sup>205</sup>) o termo usado pelo próprio Leibniz, em latim, é *elegantia*. E nesta acepção toda a utilidade é novamente desenvolvida.

Como já vimos, a perfeição da elocução pressupõe a correção gramatical (*latinitas*) e a articulação da clareza (*claritas/perpiscuitas*).

Entretanto, se formos conceituar a *elegantia* a partir de *Ad Herennium*, encontramos uma formulação distinta, ou uma inversão: a *elegantia* é uma combinação da *latinitas* com a *explanatio*, que é uma outra designação para clareza (*perspicuitas*)<sup>206</sup>. A *elegantia* é definida como a virtude que faz com que cada idéia seja expressa por uma língua pura (pela *latinitas*) e clara (pela *explanatio*). Como já dito, a *latinitas* é obtida ao se respeitar duas coisas: evitar o solecismo (erro de concordância) e o barbarismo. Creio que, entretanto, esta disparidade não passa de uma mera questão de denominação. Se observamos o *ornatus* de Quintiliano, e a *dignitas*, de *Ad Herennium*, denominações relacionadas ao ornamento e efeitos do discurso, podemos encontrar a importância desta virtude, e o uso.

Assim, como diz Quintiliano, seguido por Leibniz, o *ornatus* produz deleite<sup>207</sup>, faz com que o público ouça com gosto<sup>208</sup>, atenção<sup>209</sup>, dá mais crédito<sup>210</sup> e move os ânimos<sup>211</sup>. E em *Ad Herennium*, diz-se que a *dignitas* é

---

<sup>205</sup> *Dissertação*, D VI, GP IV p. 138-9.

<sup>206</sup> *Ad Herennium* IV, 17.

<sup>207</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, VIII, 3, 5. Ajuda a evitar o *taedium*.

<sup>208</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, VIII, 3, 5. “*Libenter audiunt*”.

<sup>209</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, VIII, 3, 5. “*Magis attendunt*”.

<sup>210</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, VIII, 3, 5. “*Facilius credunt*”.

<sup>211</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, VIII, 6, 67.

atingida pela variedade, mediante figuras de linguagem e pensamento<sup>212</sup>, e com elas consegue-se gravidade e eficácia<sup>213</sup>.

À parte essa diferente denominação em *Ad Herennium* e em Quintiliano, vemos também em Cícero o termo *elegância* em convergência com o exposto por Leibniz. Deste modo, encontramos nas *Partições Oratórias* que:

O discurso é polido<sup>214</sup> se se colocam palavras escolhidas por sua gravidade, transladadas<sup>215</sup>, exageradas, adicionadas ao nome, duplicadas, que significam o mesmo, que não desagradam pela própria imitação das coisas. Na verdade, esta parte do discurso é a que apresentaria o assunto quase diante dos olhos. Pois, esse sentido é atingido antes de qualquer outro; mas os outros sentidos e, acima de tudo, a própria mente, também podem ser movidos. Mas o que foi dito a respeito do discurso claro vale também para o elegante. Este é tanto mais elegante quanto aquele, claro. Por um se faz com que entendamos, por outro, com que pareçamos ver.

Percebemos que a relação com a metáfora permanece, como em Aristóteles, e também a relação intrínseca com a *clareza*. Até porque a expressão “diante dos olhos” (πρὸ ὀμμάτων ποιεῖν) é recorrente em Aristóteles, em sua *Retórica*, nas partes dedicadas à *clareza*, quando afirma que “há palavras mais apropriadas do que outras, e mais semelhantes ao objeto

---

<sup>212</sup> *Ad Herennium*, IV 18. “Dignitas est quae reddit ornatam orationem uarietate distinguens”.

<sup>213</sup> *Ad Herennium*, IV 19. “Haec exornatio cum multum uenustatis habet tum grauitatis et acrimoniae plurimum”.

<sup>214</sup> Cícero usa aqui *illustris* (*Partições Oratórias*, VI, 20), que pode ser um sinônimo de “elegância”; em seguida *elegantia* (VI, 21).

<sup>215</sup> “Metafóricas”.

e mais próprias para trazer o assunto para diante dos olhos”<sup>216</sup>; e à *elegância*, quando diz:

(...) já foi exposto que a expressão “elegante” provém da metáfora de analogia e de dispor “o objeto diante dos olhos”. (...) Na verdade, chamo pôr diante dos olhos aquilo que representa uma ação.<sup>217</sup>

Mas não nos esqueçamos de que tratamos do discurso filosófico, e o estilo adequado a ele. Tudo o exposto até aqui abrange a *elegância* no discurso oratório, mas os parâmetros específicos da Filosofia demandam moderação, como Leibniz expõe:

Ademais, pode-se admitir que se misturem de quando em quando alusões, similitudes, metáforas, exemplos, argúcias, histórias e que se possa também recrear o ânimo cansado do leitor<sup>218</sup> introduzindo algo gracioso, mas tendo cuidado de evitar toda obscuridade e as figuras de linguagem supérfluas<sup>219</sup>.

Esta posição de Leibniz difere da de Cícero, presente no *O Orador*:

Ainda que, com efeito, alguns filósofos tenham falado com elegância, (...) seus discursos não têm o nervo nem a agudeza da oratória e do foro. Eles dirigem-se a pessoas doudas, com a intenção

---

<sup>216</sup> Aristóteles, *Retórica*, III, 2, p. 181, 1405 b.

<sup>217</sup> Aristóteles, *Retórica*, III, 11, p. 200, 1411 b. Para “ação”: ἐνέργεια. Segundo os tradutores/comentadores da edição de Aristóteles utilizada, esta “ação” pode ser “recurso capaz de representar coisas animadas ou inanimadas”, ou meramente “nitidez”.

<sup>218</sup> Também para evitar o *taedium*.

<sup>219</sup> *Dissertação*, D XVI, GP IV p. 146. “De caetero liceat fortasse acutas nonnunquam allusiones, similitudines, metaphoras, exempla, argutias, historias inspergere et lectoris fessi animum jucunditatis interstitio recreare, sic tamen ut tunc quoque omnis obscuritas, omnis translationum nimietas vitetur”.

mais de apaziguar seus sentimentos do que excitá-los, e falam de temas aprazíveis e em absoluto excitantes, para instruir, não para seduzir, de maneira que, quando conseguem em seu discurso uma certa agradável elegância, parece para alguns que se foi mais além do necessário. Assim, pois, não é difícil separar a eloquência, da qual trataremos agora, do gênero filosófico. O estilo filosófico é, com efeito, suave e sombrio, sem frases nem palavras dirigidas ao povo, sem a atadura do ritmo, senão totalmente livre; no qual não há nada irado, nada invejado, nada atroz, nada miserável, nada astuto; é, de certo modo, uma virgem casta, reservada e sem mácula.<sup>220</sup>

Deste modo, ao considerar as reflexões de Leibniz sobre as virtudes do discurso, prescritas com alguma modificação para atender as demandas do gênero filosófico, podemos verificar o legado da Retórica antiga que assume seu alinhamento com as grandes preceptivas, de Aristóteles, Cícero, *Ad Herennium*. e Quintiliano.

Após apresentar as virtudes do discurso filosófico que, segundo Leibniz, Nizzoli tanto preceitua quanto pratica, cabe introduzir aqui uma longa digressão, ao mesmo tempo necessária, que nos dê mais elementos para compreender como Leibniz e Thomasius vêem semelhanças entre Nizzoli e

---

<sup>220</sup>Cícero, *O Orador*, XIX, 62-4, p. 350-2. “Quanquam enim et philosophi quidam ornati locute sunt (...) tamen horum oratio neque nervos neque aculeos oratorios ac forensis habet. Locuntur cum doctis quorum sedare animos malunt quam incitare; sic de rebus placatis ac minime turbulentis docendi causa non capiendi locuntur, ut in eo ipso quod delectationem aliquam dicendo aucupentur plus nonnullis quam necesse sit facere videantur. Ergo ab hoc genere no difficile est hanc eloquentiam de qua nunc agitur secernere. Mollis est enim oratio philosophorum et umbratilis nec sententiis nec verbis instructa popularibus nec vincata numeris sed soluta liberius; nihil iratum habet, nihil invidum, nihil atrox, nihil miserabile, nihil astutum; casta verecunda virgo incorrupta quodam modo”.

Ramée<sup>221</sup>, para melhor ilustrar o porquê de algumas partes do projeto de restauração do estilo filosófico destes últimos serem censuradas por Leibniz.

---

<sup>221</sup> Como mencionado na troca de cartas entre Leibniz e Thomasius na ocasião da reedição de Nizzoli.

#### 4) A reforma de Pierre de la Ramée e sua semelhança com Nizzoli

No fim do mês de novembro de 1669, respondendo a uma carta de Leibniz<sup>222</sup>, Thomasius afirma que os juízos de Nizzoli em muito se assemelham aos de Ramée e seus discípulos, por eles preferirem a linguagem de Cícero em vez da escolástica, no que concerne a resolver uma querela filosófica. Partindo desta observação, temos a seguir a reforma de Ramée e posteriormente como esta se assemelha à proposta de Nizzoli, segundo Leibniz.

Por considerarem que havia categorias superpostas no *trívio* (*Gramática, Retórica e Dialética*) que prejudicavam seu ensino<sup>223</sup>, Ramée e seu colaborador Omar Talon propõem, na metade do século XVI, uma reorganização das *artes liberales*, reduzindo drasticamente a Retórica. As disciplinas do trívio são estruturadas por eles da seguinte maneira:

##### **Gramática**

A *gramática* é para os ramistas a arte de falar bem no que concerne às regras da língua, pois por ela aprendemos a pureza da dicção, e a composição da oração, sendo o contrário de seus preceitos o barbarismo e o solecismo<sup>224</sup>.

---

<sup>222</sup> “A” 14; GP I 8.

<sup>223</sup> “Partes Rhetoricae: Partes eius duae sunt, Elocutio & Pronuntiatio: hac siquidem solae sunt, & propriae artis huius partes: nam si Grammaticam, Rhetoricam, Dialecticam generales & communes disciplinas: ita, ut ad facilè docendum, & perspicuè decet, distinxeris, ut non commisceantur alienis inter se praeceptis, sed suis & propriis finibus contineantur: Grammatica ex quatuor partibus, etimologia, syntaxi, prosodia, orthographia proprium & purum sermonem praestabit: Dialectica inuentionem rerum, & dispositionem, dispositionisque comitem memoriam suppeditabit: Rhetorica igitur hoc sibi proprium solum retinebit, ut res à Dialectica repertas & collocatas, à Grammatica autem puro & proprio sermone expositas, elocutiones ornamentu magnificentius expoliat, & pronuntiationis & actionis gratia comendet”. PP. 5-6, Omar Talon, *Audomari Talaei Rhetorica, ad Carolum Lotharingum Cardinalem* 5ª ed., Paris, M. David, 1549.

<sup>224</sup> “Comme donques nous apprenõs em noz ieunes ans la Grammaire pour bien parler, pourtant que par elle nous composition de l’oration, & par là semblablement le contraire barbarisme & solecisme...”, Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 2. Na *gramática* está contida a *latinitas*.

Ela é pré-requisito para a Retórica, por assim dizer, já que pode ser definida como o uso correto da língua, *ars recte dicendi*<sup>225</sup>, enquanto a Retórica é a adequação quanto ao público e aos fins do discurso, uma *ars bene dicendi*<sup>226</sup>. Para os ramistas, a *gramática* é composta de quatro partes: *etimologia*, *sintaxe*, *prosódia* e *ortografia*.<sup>227</sup>

## Retórica

Segundo Ramée, a *Retórica* é a arte de falar bem no que concerne ao estilo<sup>228</sup>, sendo duas as suas partes: *elocutio* (“elocução”) e *pronuntiatio* (“pronúnciação”, também chamada algumas vezes de *actio*, “ação”, por Cícero)<sup>229</sup>, em vez das cinco tradicionais (as duas mencionadas mais a *inuentio*, “invenção”; a *dispositio*, “disposição”; e a *memoria*, “memória”)<sup>230</sup>. Ramée afirma em sua *Dialectique* que “os tropos e figuras da elocução, paralelamente às graças da ação, compõem a totalidade da Retórica,

---

<sup>225</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, I, 4, 2, “recte loquendi scientia”; I, 9, 1, “ratio loquendi”. Para mais considerações sobre a *Gramática* e sua utilidade, ver tópico *Clareza*.

<sup>226</sup> Quintiliano, *Inst. Or.*, II, 17, 37, “Rhetorice ars est bene dicendi”; II, 14, 5, “bene dicendi scientia”. Ramée afirma também: “Grammaire & Rhetorique pour bien parler & orner la parole (...)”. Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris, A. Wechel, 1555, “Prefácio”.

<sup>227</sup> P. 5, Omar Talon, *Audomari Talaei Rhetorica, ad Carolum Lotharingum Cardinalem* 5ª ed., Paris, M. David, 1549.

<sup>228</sup> “Rhetorica est ars bene dicēdi: cuius virtus prudenter adhibita, mirabiles effectus habet.”, pp. 5 e 6, *Audomari Talaei rhetorica / e P. Rami, ... praelectionibus observata et libris duobus divisa*, A. Wechel, 1572; “Rhetorique, est um art de bien & elegāment parler”, p. 4, Antoine Fouquelin, *La Rhetorique Française*, (1ª ed. 1555); “Rhetorica, est doctrina bene dicendi”, p. 5, Omar Talon, *Audomari Talaei Rhetorica, ad Carolum Lotharingum Cardinalem* 5ª ed., Paris, M. David, 1549.

<sup>229</sup> “Partes Rhetoricae duae sunt; Elocutio et Pronuntiatio.” pp 5 e 6, *Audomari Talaei rhetorica / e P. Rami, ... praelectionibus observata et libris duobus divisa*, A. Wechel, 1572; “Rhetorique à deux parties Elocuiō & Pronuntiatiō”, p. 4, Antoine Fouquelin, *La Rhetorique Française*, (1ª ed. 1555); “Rhetorica Partes eius duae sunt, Elocutio & Pronuntiatio”, p. 5, Omar Talon, *Audomari Talaei Rhetorica, ad Carolum Lotharingum Cardinalem* 5ª ed., Paris, M. David, 1549. A pronúnciação é chamada de ação (*actio*) por Cícero em *Do Orador* 3, 56, 513.

<sup>230</sup> Cinco partes é a organização dada na *De Ratione Dicendi Ad C. Herennium*: “Nos quidem unum de quinque rebus plurimum posse non facile dixerimus (...)”. Liber III 19. também L 1, 2, p. 3: “Oportet igitur esse in oratore inuentionem, dispositionem, elocutionem, memoriam, pronuntiationem”.

verdadeira arte e distinta da Dialética”.<sup>231</sup> A *elocução* é também simplificada: só compreende quatro tropos – metonímia, ironia, metáfora e sinédoque e seus casos, além de algumas figuras.<sup>232</sup> Já a *pronúnciação* é pouco desenvolvida pelos ramistas, talvez por conta de um interesse maior pela linguagem escrita.<sup>233</sup>

## Dialética

Ramée diz que a “*Dialética* é a arte de bem disputar, e neste mesmo sentido é chamada de *Lógica*”.<sup>234</sup> Afirma que ambos os termos – *dialética* e *lógica* – derivam de *logos*, isto é, razão<sup>235</sup>. “*Dialogizar* assim como *logicizar* não são outra coisa que disputar ou raciocinar”.<sup>236</sup> A *dialética* dá os preceitos para o ensino e direção do espírito para que se revele a verdade e falsidade de

---

<sup>231</sup> Pierre de la Ramée, *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 134. “(...) tous les tropes et figures d’élocution, toutes les grâces d’action, qui est la Rhetorique entière, vraye et séparée de la Dialectique”. Definições de Fouquelin para tropos e figuras: “trope, est une elocution, par laquelle la propre & naturelle signification du mot est changée en une autre: ce que declare ce mot (trope) qui signifie en françois, mutation”. P. 4-5. “Figure d’ocques, est une espece d’elocution, par laquelle le langage est changé de la simple & vulgaire manière de parler: Car tout ainsi que des dictiōs, les unes sont propres, les autres transferées: ainsi du langage & manière de dire, l’une est simple & vulgaire, l’autre est figurée: c’est à dire un peu changée du commun & familier, que s’offre premierement, quád nous voulons deuiser de quelque chose: non pas que le vulgaire n’use quelquefois de ces ornements de Rhetorique, mais pource que ces lumières ne reluisent pas si souuent au langage & parler des indoctes”. p. 18-19, Antoine Fouquelin, *La Rhetorique Françoise*, (1ª ed. 1555). É digno de nota o emprego nessa passagem do termo *ação*, remetendo ao *Do orador* 3, 56, 513, em vez de *pronúnciação*.

<sup>232</sup> “Elocutio est tropus aut figura”. *Audomari Talaei rhetorica / e P. Rami,... praelectionibus observata et libris duobus divisa*, A. Wechel, 1572, p. 7. “Il ya quatre sorte de tropes: Metonimie, Ironie, Metaphore, Synecdoche”, Antoine Fouquelin, *La Rhetorique Françoise*, (1ª ed. 1555), p. 5. Ver também em Omar Talon, *Audomari Talaei Rhetorica, ad Carolum Lotharingum Cardinalem* 5ª ed., Paris, M. David, 1549, p. 6.

<sup>233</sup> Para esta hipótese, ver W. J. ONG, *Ramus, Method, and the decay of Dialogue*, Cambridge, Mass. 1958 p. 307-14.

<sup>234</sup> Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 1. “Dialectique est art de bien disputer: & mesme sense est nomée Logique (...)”.

<sup>235</sup> P. 1, Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555.

<sup>236</sup> Passagem de difícil tradução: “...dialegestae comme aussi logizestae n’est autre chose que disputer ou raisonner”.. Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 1. Para “dialegestae” e “logizestae” optei por “dialogizar” e “logicizar”. Não traduzo “dialegestae” por “dialogar” já que este último só vem a ser registrado na língua francesa em 1717.

toda razão, seja ela necessária – “ciência” –, seja ela contingente – “opinião”.<sup>237</sup> Os antigos não convergiram quanto a isso, pois, segundo Ramée, uns acreditavam que tudo era ciência, como Heráclito, enquanto outros, como Anaxarco, acreditavam que tudo era opinião; Platão e Aristóteles parecem pender para este lado<sup>238</sup>, já que Platão, no *Timeu*, considera a verdade coisa dos deuses, enquanto para os homens resta o que é semelhante ao verdadeiro. Ambos, Platão e Aristóteles, diz Ramée, declaram abertamente que o homem é capaz de “ciência” nas coisas abrangidas pelas “disciplinas”; e de “opinião” – as questões contingentes –, nos assuntos infinitos, que se sucedem “de hora em hora”<sup>239</sup>, ou seja, no caso específico de Aristóteles, uma ciência do certo, a *analítica*, e outra do provável, a *dialética*<sup>240</sup>. Assim, o grande erro de Aristóteles, para Ramée, é ter tratado das coisas como de duas espécies, ao fazer duas lógicas, uma para a “ciência” e outra para a “opinião”: erro porque, sejam as coisas mutáveis ou imutáveis, a arte de conhecer, a *dialética* ou *lógica*, é uma e a mesma doutrina para compreender todas as coisas<sup>241</sup>.

Ramée atribui à Dialética todo o ônus da argumentação, que é dividida por ele em duas partes, justamente aquelas retiradas da Retórica<sup>242</sup> – *invenção*<sup>243</sup> e *juízo*<sup>244</sup>:

---

<sup>237</sup> Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 2.

<sup>238</sup> Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 2-3.

<sup>239</sup> Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 3. Ramée afirma que Platão e Aristóteles opõem “disciplina”, algo delimitado, com o não-calculável, o infinito: assim o conhecimento necessário, chamado também de ciência, só seria possível no primeiro caso.

<sup>240</sup> A *analítica* é o processo dedutivo que parte de premissas certas, a *dialética* de premissas prováveis (Analíticos, I, IV, 46; Tópicos I, 1).

<sup>241</sup> Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 4. A dissertação de graduação de Ramée *Quaecumque ab Aristotele dicta essent, commentitia esse* (1536) (“tudo o que disse Aristóteles é ficção”) pode ser eloqüente, mas veremos como Aristóteles é também uma de suas fontes para a reestruturação do *trívio*.

<sup>242</sup> “Les parties de Dialectique sont deux, Invention & Jugement: La premiere declare les parties separées, dont toute sentence est composée: la deuzieme monstre les manieres & especes de les disposer (...)”. Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 4.

- A *invenção*, cujos *Tópicos* de Aristóteles podem ser assinalados como uma das fontes, é a busca (por meio de regras) dos argumentos; estes podem ser encontrados nos nove lugares (*loci*, de “causa”, “efeito”, “sujeito”, “adjunto”, “oposto”, “comparativo”, “nome”, “divisão” e “definição”, e suas subdivisões)<sup>245</sup>;
- O *juízo*<sup>246</sup> mostra as vias e meios de julgar mediante certas regras de disposição: aquelas que são citadas nos *Analíticos* de Aristóteles sob o nome de *composição* e *resolução*.<sup>247</sup> A disposição da lógica ou dialética é de três espécies: *enunciação*, que compreende as afirmações das sentenças<sup>248</sup>; *silogismo*, que verifica a veracidade ou falsidade dos argumentos<sup>249</sup>; e *método*, que organiza os argumentos mediante subdivisões.<sup>250</sup>

Apesar do aparente antagonismo, podemos destacar a própria *Retórica* de Aristóteles como fonte para as reformas de Ramée, pois logo em seu início, como já vimos, Aristóteles afirma que a “retórica é a outra face da dialética,

---

<sup>243</sup> Latim: *inuentio*. Francês: *invention*. Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 4.

<sup>244</sup> Latim: *iudicium*. Francês: *iugement*. Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 4.

<sup>245</sup> Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 6. Em grego: *topoi*. A teoria dos lugares trata das classes gerais de argumentos, cujo repertório é utilizado pela *invenção*. Nos *Tópicos* de Aristóteles, especificamente o livro VIII, preceitua-se como disputar publicamente.

<sup>246</sup> Termo retirado provavelmente de Cícero, *Tópica*, VI: “Cum omnis ratio diligens disserendi duas habeat partis, unam inveniendi alteram iudicandi, utriusque princeps, ut mihi quidem videtur, Aristoteles fuit”; e de Boécio, *Differentiis Topicis*. “Omnis ratio disserendi, quam *logicen* Peripatetici ueteres appellauerunt, in duas distribuitur partes unam inveniendi, alteram iudicandi”, 1173C; 1176C; 1185A. Ver também livro IV, no qual Boécio subordina os lugares (*loci*) da Retórica aos lugares (*loci*) da Dialética.

<sup>247</sup> “Jugement est la deuziesme partie de Logique, qui monstre les voyes & moyens de bien iuger par certaines reigles de disposition: Lesquelles pour ceste cause sont comprises par Aristote aux Analytiques soubz les noms de composition & resolution” Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 71. *Resolução* (*resolutio*, tradução latina do grego *analysis*) é o raciocínio indutivo, a *composição* (*compositio*, tradução latina do grego *synthesis*) o dedutivo.

<sup>248</sup> Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 71.

<sup>249</sup> Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 87.

<sup>250</sup> Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 119.

pois ambas se ocupam de questões em comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular<sup>251</sup>; e mais adiante reforça ao dizer que

(...) a Retórica é como que um rebento da Dialética e daquele saber prático sobre os caracteres a que é justo chamar de Política. (...) A Retórica é, de fato, uma parte da Dialética e a ela se assemelha, (...) pois nenhuma das duas é ciência de definição de um assunto específico, mas mera faculdade de proporcionar razões para os argumentos.<sup>252</sup>

Sendo a Retórica “como que um rebento da Dialética”, uma proposta reformadora e simplificadora poderia buscar eliminar as redundâncias de ambas. Mas nossa questão principal aqui não é investigar tanto as semelhanças de Ramée com Aristóteles, mas sim com Nizzoli, por meio de Cícero.

### **De como Leibniz e Thomasius vêm semelhanças entre as propostas de Ramée e Nizzoli**

As propostas de Ramée produziram opiniões antagônicas desde o início, sendo sua oposição vigorosa o suficiente para proibir suas atividades de docência em filosofia em 1544, por meio de um edito de Francisco I, só suspenso em 1547 com a subida ao trono de Henrique II.

Em 1561 Ramée torna-se defensor do calvinismo, e em 1572 é morto no massacre de São Bartolomeu. Por essa e outras razões, como por exemplo seu objetivo de reformulação e simplificação do sistema de ensino, suas idéias

---

<sup>251</sup> Aristóteles, *Retórica*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, tradução e notas de M. A. Júnior, P. F. Alberto e A. N. Pena, 1354a.

<sup>252</sup> Aristóteles, *Retórica*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, tradução e notas de M. A. Júnior, P. F. Alberto e A. N. Pena, 1356a.

obtêm boa aceitação na Alemanha protestante de ensino ainda fortemente escolástico, ambiente de formação de Thomasius e de seu pupilo, Leibniz.

Mais de um século depois de Ramée, as preceptivas de lógica e retórica ainda debatiam suas idéias, como é o caso da *Lógica de Port-Royal*<sup>253</sup>, de 1662. Seus autores, Antoine Arnauld e Pierre Nicole, reprovam categoricamente as principais características da reforma de Ramée: acham ridícula sua tentativa de demarcar os limites exatos das ciências<sup>254</sup>; confuso seu método de divisões e dicotomias<sup>255</sup>, e não compartilham da definição de lógica como *arte de disputar*<sup>256</sup>.

Essa divergência é resultado de uma outra noção de lógica, posteriormente defendida por Leibniz, como um saber indissociável dos outros. Embora Ramée coloque a Lógica como um saber privilegiado e regulador de todas as disciplinas – procedimento não tão distante da proposta da *Logique* – a aplicação desta diretriz não se realiza aos olhos dos autores de *Port-Royal*, pois, como é possível esvaziar a Retórica de seu procedimento lógico?

Leibniz também efetua sua divisão disciplinar, coincidindo com os autores da *Logique* na maior parte dos pontos. No capítulo XXI<sup>257</sup> da

---

<sup>253</sup> *La logique ou l'art de penser*, A. Arnauld, P. Nicole, Gallimard, 1992, 5ª ed. 1683.

<sup>254</sup> *La logique ou l'art de penser*, A. Arnauld, P. Nicole, Gallimard, 1992, p. 24: “(...) c'est une chose entierement ridicule que les gehennes que se donnent certains Auteurs, comme Ramus & les Ramistes, quoique d'ailleurs fort habiles gens, qui prennent autant de peine pour borner les jurisdictions de chaque science, & faire qu'elles n'entreprennent pas les unes sur les autres, que l'on en prend pour marquer les limites des royaumes, & regler les ressorts des Parlemens”.

<sup>255</sup> “Ceux qui ont traité des Lieux les ont divisés en differente maniere. (...); celle de Ramus est trop embarrassé de subdivisions”. *La logique ou l'art de penser*, A. Arnauld, P. Nicole, Gallimard, 1992, p. 236.

<sup>256</sup> “La Logique est l'art de bien conduire sa raison dans la connoissance des choses, tant pour s'en instruire soi-même, que pour en instruire les autres. Cet art consiste dans les reflexions que les hommes ont faites sur les quatre principales operations de leur esprit, *concevoir, juger, raisonner, & ordonner*.” *La logique ou l'art de penser*, A. Arnauld, P. Nicole, Gallimard, 1992, p. 37.

<sup>257</sup> GP IV p. 150.

*Dissertação*, que trata da utilidade da “clareza” no estilo filosófico, refuta as propostas ramistas e apresenta a seguinte organização das disciplinas do trívio:

- Pertence à *Lógica*, “vestíbulo da filosofia”, preceituar o método para se obter e confirmar a verdade, e o artifício para descobri-la (*inveniendi*). A lógica possui duas partes, uma verbal – que trata do uso claro, distinto e próprio das palavras, ou seja, do estilo filosófico; e outra real a outra real (das *res*, as coisas ou argumentos da invenção) – que trata da direção dos pensamentos. A lógica nos ensina a falar de modo apto a mover a mente;
- A *Gramática* ensina a falar com pureza e de acordo com o uso das gentes;
- A *Retórica* nos ensina a mover de modo apto os afetos, e possui duas partes: uma que trata da construção das palavras com elegância, ornato e eficácia, e outra que trata de mover afetos.

A proposta leibniziana de definição da Retórica parece, numa leitura ligeira, com a concepção ramista, pois ela estaria encarregada unicamente da parte elocutiva. Mas a diferença entre as propostas reside precisamente na assunção de que é impossível separar as operações do espírito, como podemos ver a seguir na seguinte afirmação de Leibniz:

(...) não se pode dar razão àqueles que separam a Oratória da Retórica, pretendendo que a oratória dê as regras para mover os afetos e a retórica as para a elegância da dicção, como fazem alguns “ramistas” ou “semi-ramistas”, homens por outro lado doutíssimos, como Keckermann, Alsted, Conrad Dieterich, Kaspar Barth. E digo

que não é possível dar-lhes razão visto que está tão implicado todo ato de pensar e da vontade com as palavras, que dificilmente pode-se realizar em nosso interior senão pelo emprego tácito das palavras, já que elas são o instrumento mais próximo do pensamento. E são também quase o único instrumento que temos para manifestar nossos pensamentos. E finalmente porque nas mesmas regras estão contidos ao mesmo tempo o regulamento para mover os afetos, dirigir os pensamentos e, feito junto a isso, os preceitos com os que facilmente se consegue dispor as palavras de acordo com essa finalidade. Semelhantemente, não acho que se deva reprovar quem defende que pertence às partes da lógica tratar dos preceitos do pensar e do gênero do discursar apto ao ensino.<sup>258</sup>

Desta passagem vemos que, do mesmo jeito que Bernard Lamy<sup>259</sup>, Leibniz considera os afetos parte intrínseca da argumentação e indissociável dos pensamentos, e condena explicitamente a corrente ramista, quando afirma que “nas mesmas regras estão contidos ao mesmo tempo o regulamento para mover os afetos, dirigir os pensamentos e, feito junto a isso, os preceitos com os que facilmente se consegue dispor as palavras de acordo com essa finalidade”; ou seja, a operação conjunta no espírito da *invenção, elocução e disposição*.

---

<sup>258</sup> *Dissertação*, D XXI, GP IV p. 150-1.

<sup>259</sup> Podemos ver como uma preceptiva retórica como a *Rhetorique* de Bernard Lamy, de mesma orientação que *Port-Royal*, defende a impossibilidade de dissociação da Lógica com a Retórica: “(...) l’art de persuader a cinq parties. La premiere est l’invention des moyens propres pour persuader; la seconde la disposition de ces moyens; la troisiéme l’élocutiõ, la quatriéme la memoire; la cinquiéme la prononciation. (...) les Maîtres de l’Art reconnoissent trois moyens de persuader, les argumens ou les preuves; les moeurs, & les passions”. 242 – 243; 3ª edição, *L’art de parler*, 1678; p. 305, *La rhetorique ou l’art de parler*, 3ª ed., 1688, Bernard Lamy. 1ª ed. de 1675.

Em termos elocutivos, Leibniz aponta o insucesso de Ramée, quando compara-o a Nizzoli, em acabar com os tecnicismos escolásticos, ao afirmar que é digno de nota

(...) a redução dos termos técnicos aos populares, que com grande insistência recomendam nestes tempos nossos preclaros escritores como são Hobbes, Descartes, Jungio, Clauberg, Raey, e o teólogo Antoine Arnauld (considerado o autor da *Lógica Gálica*, libelo certamente mui elegante), e que agudamente nosso Nizzoli a pôs de maneira especial entre seus objetivos. Com isso melhorava muitíssimo o consílio de Ramée, que, ao eliminar os termos de Aristóteles, os substituía por outros termos técnicos, multiplicando deste modo não o conhecimento, mas o trabalho.

E Leibniz insiste nessa vantagem de Nizzoli sobre Ramée, quando afirma que Nizzoli não se equivoca ao insistir “em cada passo, ao tratar da lógica, nos métodos exatos do discursar”, sendo esse gênero de discursar “sóbrio, próprio e natural (*nativo*) e verdadeiramente filosófico” que, com tanta eficácia extirpa do campo da filosofia “todos aqueles espinheiros verbais”<sup>260</sup>, vícios que de certa maneira Ramée não conseguiu escapar quando multiplica os termos técnicos.

---

<sup>260</sup> *Dissertação*, D XXI, GP IV p. 150-1. Essas considerações de Leibniz se assemelham às da *Logique*: “Ainsi tout consiste presque à s’eloigner de certaines mauvaises manieres d’écrire & de parler, & sur-tout d’un stile artificiel & rethoricien [sic] composé de péenses fausses & hyperboliques & de figures forcées, qui est le plus grand de tous les vices. Or l’on trouvera peut-être autant de choses utiles dans cette Logique pour connoître & pour éviter ces défauts (...). Le chapitre dernier de la premiere partie en faisant voir la nature du stile figuré, apprend à même temps l’usage que l’on en doit faire; & découvre la vraie regle par laquelle on doit discerner les bonnes & les mauvaises figures. Celui où l’on traite des lieux en general, peut beaucoup servir à retrancher l’abondance superflue des pensées communes. L’article où l’on parle des mauvais raisonnemens [sic] où l’éloquence engage insensiblement, em apprenant à ne prendre jamais pour beau ce qui est faux, propose em passant une des plus importantes regles de la veritable Rhetorique, & qui peut

É inegável, entretanto, que a Lógica assume um papel preponderante na concepção leibniziana, como quando diz que não se deve reprovar “quem defende que pertence às partes da Lógica tratar dos preceitos do pensar e do gênero do discursar apto ao ensino”, e assim parece estar, de certa maneira, aprovando o currículo ramista, que prega uma lógica responsável pelo ensino.

E inúmeras passagens da *Dissertação* minimizam, por assim dizer, as falhas de Ramée, aproximando-o das virtudes do próprio Nizzoli: quando, por exemplo, cita os que se dedicaram a investir contra a dicção pseudofilosófica, e que “filosofaram partindo de Cícero, de Quintiliano e de Boécio, como são Frey, Buscher, Jason Denores e Ramée, os ramistas ou felipe-ramistas”.<sup>261</sup> Tal comparação já é encontrada na já citada carta de novembro de 1669<sup>262</sup>, quando Thomasius observa que os juízos de Nizzoli em muito se assemelham aos de Ramée e seus discípulos, pois eles preferem a linguagem de Cícero em vez da escolástica, no que concerne a resolver uma querela filosófica.

É importante destacar como se dá esse ciceronianismo que une Nizzoli e Ramée. Talvez devamos buscar essa resposta ao analisar as fontes de Ramée, e o uso que faz delas. A maneira como Ramée organiza, caracteriza e emprega os termos *invenção* e *juízo* é retirada de diversas procedências, dentre as quais podemos ressaltar, além dos já mencionados *Retórica* e o oitavo livro dos *Tópicos* – ambos de Aristóteles, também o *Fedro* de Platão; além de Cícero e Quintiliano<sup>263</sup>. O uso do termo *juízo*, em vez da costumeira *disposição*, é

---

plus que tout autre former l'esprit à une maniere d'écrire simple, naturelle & judicieuse”. *La logique ou l'art de penser*, A. Arnauld, P. Nicole, Gallimard, 1992; pp. 29-30.

<sup>261</sup> *Dissertação*, D XXIII, GP IV p. 151-2.

<sup>262</sup> “A” 14; GP I 8.

<sup>263</sup> Estas procedências, autores e respectivas obras mencionadas, são citadas por Ramée como suas fontes. Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 5.

retirado provavelmente de fontes como Rodolfo Agrícola<sup>264</sup>, Felipe Melanchton<sup>265</sup> e Boécio<sup>266</sup>; mas ressalta-se principalmente o uso que Ramée faz da leitura de Aristóteles por Cícero pois, em seu *Tópicos*, Cícero afirma que

Todo método diligente de disputa (*disserendi*) divide-se em duas partes— uma da *invenção*, a outra do *juízo* — e, principalmente Aristóteles, ao que me parece, considerou cada um deles.<sup>267</sup>

Pode-se dizer que muitas das censuras feitas por Ramée e endereçadas a Aristóteles têm como alvo mais preciso seus intérpretes escolásticos<sup>268</sup>, que adotam uma lógica mais formalizada, com tecnicismos distantes da língua usual. Ramée não está de acordo com Aristóteles quando este diferencia a *dialética* da *analítica*: Ramée prefere um saber unificador, e não um para a opinião e outro para a ciência<sup>269</sup>. Mas está de acordo quando caracteriza a *dialética* como arte de disputar e exercitar, mesmo que Ramée trabalhe essas características ao seu modo.<sup>270</sup>

---

<sup>264</sup> Rodolfo Agrícola, *Inventio dialectica*, 1551. Segundo Günter Frank, Agrícola associa a lógica com a retórica no modo como Ramée. Ver *Filósofos da Renascença*, Paul Blum (org.), São Leopoldo, Unisinos, 2003, p. 163, “Felipe Melanchton”.

<sup>265</sup> Seguindo a proposta de Raimund Lull, Melanchton desenvolve em *Compendiaria dialectices ratio* (1520) e principalmente em *Erotemata dialectices* (1547) sua dialética para que seja o fundamento das ciências. Ver *Filósofos da Renascença*, Paul Blum (org.), São Leopoldo, Unisinos, 2003, p. 163, artigo de Günter Frank, “Felipe Melanchton”.

<sup>266</sup> Como no já citado *Differentiis Topicis* de Boécio.

<sup>267</sup> Cícero, *Tópicos*, VI: “Cum omnis ratio diligens disserendi duas habeat partis, unam inveniendi alteram iudicandi, utriusque princeps, ut mihi quidem videtur, Aristoteles fuit”.

<sup>268</sup> Algo comum, como aponta Leibniz: D XXVI, GP155: “Sem lugar para dúvidas, é evidente o erro de imputar a Aristóteles os vícios dos escolásticos”.

<sup>269</sup> Pierre de la Ramée; *Dialectique*, Paris: A. Wechel, 1555, p. 3.

<sup>270</sup> Como nos *Tópicos* de Aristóteles, especificamente o livro VIII, em que se preceitua como disputar publicamente. Boécio diz que “lógica” é como os peripatéticos chamam o método de disputa. Boécio, *Differentiis Topicis*. “Omnis ratio disserendi, quam *logicen* Peripatetici ueteres appellauerunt, in duas distribuitur partes unam inveniendi, alteram iudicandi”, 1173C; 1176C; 1185A.

E é essa leitura, a da dialética como disputa, que os restauradores buscam em Cícero, leitor de Aristóteles<sup>271</sup>. A partir da interpretação de Leibniz, parece-me que, para compreendermos a semelhança entre Nizzoli e Ramée, é preciso tomar a concepção destes como a de uma dialética que articula a *invenção*, a *disposição* (ou *juízo*), somadas as partes provenientes dos *Primeiros* e *Segundos Analíticos*, enfatizando não ser possível para Leibniz separar a condução dos afetos da lógica.

O caso de Nizzoli é encontrado de maneira clara no capítulo IV<sup>272</sup>, quando Leibniz comenta o título do livro de Nizzoli, que no seu entender não há em toda obra de Nizzoli outra coisa que “uma certa lógica reformada e ordenada ao puro e próprio modo de falar”<sup>273</sup> e que essa

lógica verdadeira não só é instrumento, mas também, de certo modo, contém os princípios e o verdadeiro método de filosofar, porque nos fornece as regras gerais pelas quais se pode distinguir o verdadeiro do falso e se podem demonstrar todas as conclusões com a ajuda tão somente de definições e experimentos<sup>274</sup>.

Mais adiante, ao censurar os que separam a Retórica da Oratória<sup>275</sup>, Leibniz comenta que

---

<sup>271</sup> Uma referência são as *Dialecticae disputationes*, de Lorenzo Valla. Os ciceronianos acabavam por opor Cícero e Aristóteles.

<sup>272</sup> GP IV p. 137.

<sup>273</sup> Lembremos que Nizzoli intitula sua obra *Quatro livros de Mário Nizzoli de Brescello sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar contra os pseudofilósofos*, título que Leibniz considera “mais grandioso que exato”. *Dissertação D IV*, GP IV p. 137.

<sup>274</sup> *Dissertação D IV*, GP IV p. 137.

<sup>275</sup> *Dissertação D XXI*, GP IV p. 150-1. Leibniz endereça sua crítica aqui aos ramistas que insistem em reduzir a Retórica à “elocução”.

está tão implicado todo ato de pensar e da vontade com as palavras, que dificilmente pode-se realizar em nosso interior senão pelo emprego tácito das palavras, já que elas são o instrumento mais próximo do pensamento. E são também quase o único instrumento que temos para manifestar nossos pensamentos. E finalmente porque nas mesmas regras estão contidos ao mesmo tempo o regulamento para mover os afetos, dirigir os pensamentos e, feito junto a isso, os preceitos com os que facilmente se consegue dispor as palavras de acordo com essa finalidade<sup>276</sup>.

Em suma, a dificuldade de compreender a interpretação de Leibniz e Thomasius, quando aproximam Nizzoli e Ramée, origina-se de vários pontos: da necessidade de investigar como Ramée e Nizzoli são censores de Aristóteles mas derivam parte de suas lógicas do mesmo; de como elegem a filosofia de Cícero o modelo filosófico a ser seguido, opondo-o a Aristóteles; e de serem ambos, Ramée e Nizzoli, tomados por ciceronianos quando, no caso de Ramée, exclui da Retórica a *invenção* e a *disposição* (ou *juízo*), organização não adotada pelo próprio Cícero. Parte dessas dificuldades podem ser contornadas se considerarmos que nossa tarefa de investigação aqui limita-se meramente a caracterizar a perspectiva de Leibniz para assim melhor esclarecer seu projeto de estilo filosófico, e não tanto avaliar se realmente Ramée concebeu seu projeto como Leibniz o interpreta.

As características vistas acima ora aproximam, ora afastam Leibniz de Ramée e Nizzoli. Pois sua censura a Nizzoli consiste em apontar como ele cometeu injustiças e erros com relação a Aristóteles, e com a Filosofia escolástica ao rejeitá-la. Nizzoli também negligencia toda a parte formal da lógica – a *analítica* –; comete o grande erro de abolir a Dialética e a

---

<sup>276</sup> *Dissertação D XXI*, GP IV p. 150-1.

Metafísica e centra-se, no que concerne ao estilo filosófico, em procedimentos ético-patéticos, afastando-se da tenuidade e amenidade recomendadas. Similarmente, os ramistas se equivocam ao separar as operações do espírito – o conteúdo lógico da Retórica, reduzindo esta última à *elocução*<sup>277</sup> –, e ao produzir uma dialética retorizada, uma lógica da *invenção* fundada na disputa. Por sua vez, o lugar de Leibniz será examinado mais pormenorizadamente a seguir, ao analisarmos retoricamente sua *Dissertação*.

---

<sup>277</sup> Sobre “Dialética” e “Retórica”: *Dissertação*, D XXIX, GP IV p. 158-9.

## 5) Análise retórica da *Dissertação*

Se a filosofia fosse mera transmissão de idéias e conceitos, teríamos, ao longo da história, textos muito mais enxutos e sumários do que realmente existem. Afinal, não haveria a necessidade de se alongar quando é possível formular e apresentar os argumentos, por exemplo, mediante silogismos. Entretanto, muito pelo contrário, encontramos textos que prezam por estar em conformidade com parâmetros retóricos, de maior complexidade, pois o discurso filosófico não pode prescindir de meios disponíveis para a *persuasão*. Deste modo, por exemplo, um discurso mais formal, como o silogístico, seria uma possibilidade dentre muitas, no conjunto de instrumentos para o convencimento. É objeto de discussão a oportunidade de emprego de cada um dos recursos, seus alcances e limites, como vemos na *Dissertação sobre o estilo filosófico de Nizzoli*, examinada retoricamente a seguir.

A *Dissertação sobre o estilo filosófico de Mario Nizzoli* é um prefácio em que Leibniz apresenta Nizzoli e sua obra, justificando a reedição de *Sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar* a partir de sua análise, ora louvando, ora censurando seu “método de discursar”, que vem a ser o próprio estilo filosófico de Nizzoli<sup>278</sup>. Assim, *Dissertação* é um texto pertencente ao gênero demonstrativo (ou epidítico), ao predominar suas características, como situar-se temporalmente no presente<sup>279</sup>; por ser gênero “mais apropriado ao texto escrito, pois sua função é ser lido”<sup>280</sup>; por se tratar de louvar e censurar<sup>281</sup> Nizzoli e sua filosofia, e por possuir como argumento-

---

<sup>278</sup> “Digo que seu *método de discursar* é natural e próprio, simples e perspicuo, alheio a toda distorção e artifício, fácil, popular e extraído do meio que nos rodeia e conveniente às coisas tratadas; e por sua luz mais ajudando a memória que confundindo o juízo com uma agudeza vã e fina”. *Dissertação*, D V, GP IV p. 137.

<sup>279</sup> Aristóteles, *Retórica*, 1358b, p. 56.

<sup>280</sup> Aristóteles, *Retórica*, 1414a, p. 207.

<sup>281</sup> Aristóteles, *Retórica*, 1366a, p. 75.

tipo hegemônico a amplificação<sup>282</sup>, isto é, “um meio que visa, graças a um lugar comum, a instigar o auditório”<sup>283</sup> e que “incita a mente dos ouvintes à comiseração ou os instiga à ira”.<sup>284</sup> Nas palavras de Cícero,

o mais alto louvor da eloquência provém de conseguirmos amplificar nossa argumentação adornando-a, já que é a amplificação que serve não apenas para aumentar o que quer que estejamos dizendo e elevá-lo a um plano superior, mas também para atenuar as objeções e desmerecer o lado oposto.<sup>285</sup>

No gênero demonstrativo, o leitor tem um papel muito mais indireto do que nos outros dois gêneros: no judiciário, o público (juízes) deve julgar acerca de um evento passado, e no deliberativo, o público (assembléia) delibera sobre o futuro.

Entretanto, um discurso em gênero demonstrativo poderia se tornar um panegírico (ou seu similar oposto, o vitupério), o que não é o caso da *Dissertação*. Temos de considerar que há na *Dissertação* também elementos do gênero judiciário – quando incita o leitor a julgar a utilidade da obra de Nizzoli contra o barbarismo do passado e sua utilidade para o presente. Ou seja, o leitor é levado pelo autor a julgar não só o objeto em questão, como

---

<sup>282</sup> “Amplificação” como argumento hegemônico do gênero demonstrativo: Aristóteles, *Retórica*, 1368a, p. 79. Quintiliano, *Inst. Orat* III, 6.: “Sed proprium laudis est res amplificare et ornare” [Mas são características do elogio a amplificação das coisas e seu ornamento].

<sup>283</sup> “Amplificatio est res quae per locum communem instigationis auditorium causa sumitur”. *Ad Herennium* II, 47, p. 81.

<sup>284</sup> *Ad Herennium* III, 23, 108.

<sup>285</sup> Cícero, *Do orador* III, 104.

também a legitimidade da tarefa que Leibniz empreende de editar obra alheia.<sup>286</sup>

Destacarei os aspectos da *Dissertação* que concernem ao gênero demonstrativo, como os louvores e censuras, as amplificações, e a elocução adotada, sem perder de vista os momentos em que elementos do gênero judiciário concorram na exposição.

### **Partes da Retórica**

Como é sabido, a Retórica é composta de cinco partes: *disposição*, *invenção*, *elocução*, *ação* (ou *pronúnciação*) e *memória*. Na análise de um texto, por ser escrito, estão ausentes as duas últimas, relativas aos discursos orais, e considera-se somente as três primeiras. Como percurso, determinaremos a *disposição* para evidenciar sua *invenção* e sua *elocução* pertinentes.

### **Sumário do texto<sup>287</sup>**

O texto da *Dissertação* pode ser estruturado, de acordo com os assuntos, da seguinte maneira:

- Capítulo I: Leibniz discorre sobre a edição de obras alheias, mostrando a nobreza de tal tarefa através da exposição de exemplos passados e presentes, e de sua utilidade.

---

<sup>286</sup> Na defesa desta dissertação, o Prof. João Adolfo Hansen mostrou que estão presentes também elementos do gênero deliberativo.

<sup>287</sup> A análise da disposição da *Dissertação* fundamentou-se em sua organização por capítulos, feita por Leibniz em 1674. Esta reformulação feita pelo autor, em comparação com a edição de 1670, cujo texto é corrido, facilitou muito o trabalho de divisão do texto. Excepcionalmente nesta seção de “Análise Retórica”, não são inseridas as páginas correspondentes à primeira edição, editada por Gerhardt (GP). É possível, contudo, encontrar a correlação de capítulos e páginas ao final deste trabalho, no sumário da tradução. Todas as referências nesta seção remetem à edição de Dutens (D, 1674).

- Capítulos II e III: Exposição sobre a vida de Nizzoli e sobre as circunstâncias de produção de *Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar*.
- Capítulo IV e V: Sumário dos argumentos e do método contidos na obra *Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar* e apresentação do modo como os trata.
- Capítulos VI a XXIV: elogios de Leibniz à obra de Nizzoli com avaliação pormenorizada dos argumentos (sendo que, mais precisamente, do VI ao XXIII trata do “método de discursar” e no XXIV do “tempo do autor”).
- Capítulos XXV a XXXII: censuras de Leibniz à obra de Nizzoli com avaliação pormenorizada dos argumentos.
- Capítulo XXXII *in fine*: peroração.

Em termos de disposição, o texto aparece-nos organizado do seguinte modo: *exórdio*, *proposição*, *louvor (argumentação)*, *censura (refutação)* e *peroração*. Dentre as variantes existentes nas preceptivas acerca do assunto, como em Aristóteles, que determina duas partes<sup>288</sup>, Cícero<sup>289</sup> e *Ad Herennium*, seis<sup>290</sup>, sigo a orientação de Quintiliano, que propõe cinco partes<sup>291</sup>, por considerar ser a organização que melhor se encaixa no esquema empregado por Leibniz.

Deste modo, a *disposição* da *Dissertação* apresentaria a seguinte forma:

A. *Exórdio*: capítulo I, começo do discurso, almeja a simpatia do leitor (público);

---

<sup>288</sup> Duas partes – exposição e demonstração (das provas) – que podem ser organizadas em, no máximo, quatro partes: *proêmio*, *exposição*, *provas* e *epílogo*. Aristóteles III, 13, 1414a – 1414b.

<sup>289</sup> *De Inventione* I, 14, 19.

<sup>290</sup> *Ad Herennium* I, 3, 4.

<sup>291</sup> *Inst. Orat.* III, 9, 1.

- B. *Proposição*: capítulos II a V, apresentação resumida do objeto e de como o mesmo será tratado, antecipando também os argumentos favoráveis e contrários;
- C. *Louvor* (Probatio, *Argumentação*): capítulos VI a XXIV, exposição dos argumentos favoráveis a Nizzoli e sua obra;
- D. *Censura* (Refutatio, *Refutação*): capítulos XXV a XXXII, exposição dos argumentos contrários a Nizzoli e sua obra;
- E. *Peroração* ou *epílogo*: XXXII, breve recapitulação e conclusão.

O gênero demonstrativo costuma requerer um menor número de partes do que os outros dois gêneros em sua disposição, por não envolver uma triangulação tão ativa entre acusador, defensor e juízes/assembleia. A razão de Leibniz para o emprego desta disposição mais estendida pode ser especulada. O texto não pertence ao gênero judiciário, por não estarmos em um tribunal e por não se tratar estritamente do julgamento de uma causa justa ou injusta. Mas como se trata do prefácio de um livro envolvido em polêmica, tanto em relação a seu conteúdo filosófico quanto ao fato de ser uma reedição, Leibniz pode ter optado por uma postura prudente para maximizar seus *ethos* e *logos* pois, talvez, um panegírico patético não tivesse condições de atingir seus objetivos persuasivos. É como num possível julgamento em que Leibniz defende a ação de reeditar a obra de Nizzoli, encarecendo suas virtudes, embora sem ocultar seus vícios.

O texto de Leibniz marca muito nitidamente estes seus movimentos. O primeiro capítulo caracteriza-se claramente como um “exórdio”, em que Leibniz produz um encômio à tarefa de edição de obras alheias. Neste primeiro capítulo, Nizzoli é mencionado somente uma vez, conjuntamente a mais ou menos outros 150 autores. Temos então, logo no segundo capítulo, uma marcação: “Agora devemos nos ocupar do autor mesmo, cujas obras

vamos editar, e do argumento que trata”. Assim, do capítulo II ao V, Leibniz nos apresenta Nizzoli e sua obra, introduzindo-nos na questão. Esta apresentação se desenvolve até o fim capítulo V, quando Leibniz anuncia o plano da obra: “Dividiremos o resto do prefácio tratando, primeiro, acerca do uso das questões que são expostas corretamente por Nizzoli e, depois, de certos erros e excessos seus”. Todo este período de apresentação do autor, da obra e de seu plano de trabalho pode ser considerado como a parte correspondente à “proposição”. A partir do capítulo VI, temos o que Quintiliano tratou como “argumentação” (*probatio*)<sup>292</sup>, ou seja, o louvor ou argumentos favoráveis. Esta parte estende-se até o capítulo XXV, quando encontramos outra marcação: “Resta-nos então não dissimular os erros e vícios de nosso Nizzoli”. Inversamente à parte anterior, esta é a “refutação”, ou seja, censura ou apresentação dos argumentos contrários que vem até o capítulo XXXII. Por fim, temos a “peroração” no final desse capítulo XXXII, que enseja a recapitulação e a conclusão do texto, como será visto adiante.

## **Exórdio**

Em termos elocutivos, o “exórdio” é escrito em gênero grave ou alto, isto é, consiste em um arranjo de expressões graves e ornamentadas, com figuras amplificadas que apelam para a comiseração em relação ao autor e a grandeza da questão.<sup>293</sup>

O exórdio tem três funções básicas: captar a atenção do público, torná-lo dócil e fazê-lo benévolo<sup>294</sup>. Note-se que atenção, docilidade e benevolência

---

<sup>292</sup> Costuma-se traduzir *probatio* por “argumentação”, e não “provação”, por evitar a polissemia deste último termo em português.

<sup>293</sup> *Ad Herennium* IV, 10.

<sup>294</sup> “In ancipiti maxime benevolum iudicem, in obscuro docilem, in humili attentum parare debemus”. Quintiliano, *Inst. Orat.*: IV, 1, 41.

também são metas a serem atingidas ao longo de toda a *Dissertação*, pois o que é conquistado no início não deve ser perdido ao longo de uma exposição, às vezes árida e longa, mas no exórdio é quando aparece a primeira oportunidade, e esta não deve ser desperdiçada.

A atenção do público é conquistada, dizem as preceptivas retóricas, se prometemos falar de questões importantes, novas, extraordinárias ou de questões concernentes ao Estado, sobre o público mesmo, ou sobre o culto de deuses imortais; se demandarmos que nos ouçam com atenção; se enumerarmos os pontos de que trataremos.<sup>295</sup> A falta de atenção do público pode ser resultado do tédio<sup>296</sup>, decorrente ou da (falta de) importância do assunto<sup>297</sup> ou do cansaço do público.

Dócil é o público que aprende com mais facilidade, de acordo com a obscuridade ou clareza do tema tratado; os recursos empregados para se obter a docilidade estão estreitamente ligados aos que captam a atenção.<sup>298</sup>

Note-se que, embora prefácio a uma obra filosófica (que demanda menos ornamento), Leibniz emprega figuras de linguagem (recurso vinculado à elocução): mostra a importância e utilidade do assunto (mediante exemplos ou argumentos de autoridade<sup>299</sup> de outras reedições de obras alheias), utiliza-se do discurso direto e variação do tom patético por meio de sinais de interrogação e exclamação para tornar o leitor atento e minimizar as possibilidades de tédio.

---

<sup>295</sup> *Ad Herennium* I, 7, p. 7.

<sup>296</sup> Quintiliano, *Inst. Orat* IV, 1, 49.

<sup>297</sup> *Ad Herennium* I, 5, p. 5: “humile genus est, cum contempta res affertur”.

<sup>298</sup> *Ad Herennium* I, 7, p. 7.

<sup>299</sup> Quintiliano, *Inst. Orat.* IV, 1, 69.

Assim, por exemplo, Leibniz emprega algumas vezes figuras de “plantas” para expressar seu pensamento. No começo do primeiro capítulo, remete à “planta trepadeira” para significar um “aproveitador”:

Os que tal coisa fazem têm por costume zombar, com o insulto de planta trepadeira, dos que gravam nos papéis alheios seus próprios nomes.<sup>300</sup>

A metáfora “botânica” retorna novamente no capítulo XXI, quando emprega expressões como “campo da filosofia”, “espinheiros verbais”, “florescem”, “emaranhado” para referir-se aos barbarismos dos pseudofilósofos:

(...) para se extirparem do campo da filosofia todos aqueles espinheiros verbais. Parece-me que isso está sendo conseguido suficientemente no campo da Lógica, vestibulo da Filosofia, enquanto haja aqueles, o que não perdemos a esperança de que acontecerá, na presente abundância de tantos egrégios engenhos que florescem por todas as partes, que prossigam a empresa iniciada, que confiamos que limparão do emaranhado de palavrório com o mesmo método as demais partes da Filosofia: a Metafísica, a Física Geral, a Filosofia Civil e a verdadeira Jurisprudência.<sup>301</sup>

O discurso direto com caráter patético é aqui modulado por sinais de exclamação ou interrogação. Deste modo, abundam as sentenças principiadas pela fórmula “quem...?”:

---

<sup>300</sup> *Dissertação D I, GP IV p. 131.*

<sup>301</sup> *Dissertação D XXI, GP IV p. 151.*

Quem ignora quanto empenho pôs o Imperador Rodolfo em catalogar as obras de Teofrasto Paracelso?<sup>302</sup>

Quem não elogiará a antiga tipografia parisiense e aos *Elzeviros* e aos *Blavios*, que com suas notícias, histórias e memórias, dão à luz, ou para proveito de todo público ou todo mundo, tantos preclaros monumentos que de outro modo teriam permanecido escondidos nas bibliotecas?<sup>303</sup>

Benévolo, por fim, é o público que tende favoravelmente ao autor do texto ou orador, e à causa em questão. Para obter a benevolência do leitor, Leibniz emprega os seguintes recursos: elogia a si mesmo, isto é, garante seu *ethos*, mas colocando-se humildemente para não incorrer na arrogância; apresenta a importância do assunto – tanto de Nizzoli quanto de sua obra –, e ataca os censores de Nizzoli; também seduz o leitor/público elogiando-o.<sup>304</sup> Estes recursos, o da comiseração do autor e da grandiosidade da questão são partes da amplificação e do gênero elocutivo alto.

Logo no início do capítulo I, aliás, Leibniz já trata o leitor literalmente por “benévolo”, e procura garantir seu *ethos* mostrando a utilidade e grandeza de sua tarefa, ao mesmo tempo que sua possível ingloria, aos olhos dos arrogantes que podem tratar o autor de uma edição de obras alheias como uma “planta trepadeira”. Neste caso, o uso de exemplos de “homens egrégios” é amplificado para afastar qualquer acusação de oportunismo:

A edição de obras alheias, benévolo leitor, é coisa humilde e desprezada, e marca de um engenho pobre por si mesmo aos olhos

---

<sup>302</sup> *Dissertação D I*, GP IV p. 132.

<sup>303</sup> *Dissertação D I*, GP IV p. 133.

<sup>304</sup> *Dissertação D I*. Para “benevolência”, ver *Ad Herennium*, I, 8, p. 7.

daqueles cuja mente elevada ou opinião se eleva acima dos demais. Os que tal coisa fazem têm por costume zombar, com o insulto de planta trepadeira, dos que gravam nos papéis alheios seus próprios nomes. (...) Mas, na verdade, preocupam-me pouco estas coisas, porque, por uma parte, me escudo no exemplo de homens famosos e, por outra, quase não levo a mal não ser considerado homem de engenho pelos censores, e me conformo com receber louvores pelos meus estudos e minha boa vontade. Buscar diligentemente exemplos de homens egrégios é o que importa, não a abundância deles (...).<sup>305</sup>

Apesar da ressalva relativa à “abundância”, Leibniz cita o exemplo de “homens egrégios” copiosamente, para ainda, mais adiante, afirmar “que seria interminável citar a todos”!<sup>306</sup>

A utilidade da “reedição de obras alheias” é explorada em todas as suas dimensões no capítulo I, visando a afastar possíveis objeções. Deste modo, Leibniz mostra a utilidade da reedição não só de obras antigas como das recentes, desde que raras e importantes demais para serem desconhecidas, como é o caso de Nizzoli. Leibniz tampouco deixa de recorrer à humildade (“meu conhecimento das coisas livrescas, que é exíguo”<sup>307</sup>) e à prudência do leitor, em busca de sua benevolência:

Porventura haverá aqueles que consideram que uma coisa é conservar obras imortais antigas e os monumentos do Medievo, outra coisa muito distinta é difundir pelo mundo, já saturado de tais coisas, as bagatelas recentes. Com efeito, estes na atualidade pensam desdenhosamente a respeito dos engenhos deste tempo e não

---

<sup>305</sup> *Dissertação D I, GP IV p. 131.*

<sup>306</sup> *Dissertação D I, GP IV p. 133.*

<sup>307</sup> *Dissertação D I, GP IV p. 133.*

percebem que virá um tempo em que também essas coisas serão antigas. (...) Não obstante, ainda haveria, sem dúvida, aqueles que pensam que publicar as obras inéditas pode ser justificável, mas que imprimir uma segunda vez, pode parecer um ato de mau gosto e que o gasto não só é inútil como danoso para o público. Este é o último aríete que eles movem. Se o repelimos, a edição de uma obra alheia fica reivindicada suficientemente. E para isto não é necessário um grande esforço, já que não se pode negar que as obras impressas ou difundidas pela fama, ou bem eliminadas pelo ódio ou desprezo, são tão raras muitas vezes como os manuscritos. Não temo certamente que alguém diga que a obra de Nizzoli, que agora apresento, já está, então, nas mãos de muitos. Digo-o não tanto por mim, para não parecer avaliar os outros a partir de meu conhecimento das coisas livrescas, que é exíguo, mas pelos homens mais instruídos e versados nesse gênero de estudos, que admitiram que nunca ou muito raramente a tiveram diante dos olhos. Por isso, não creio que qualquer homem prudente veja em mim como defeito o que aqui e ali se aprova nos demais. (...) Na verdade, sendo tantos e tão importantes os acusados, não creio que tenha de temer em incorrer em desonra e censura.<sup>308</sup>

Em todas as situações do exórdio, na busca da atenção, docilidade e benevolência do auditório, o recurso da amplificação é usado amiúde. Com efeito, se considerarmos a explicação de *Ad Herennium*, que apresenta dez preceitos de lugares-comuns da amplificação<sup>309</sup>, Leibniz emprega principalmente o da autoridade, quando relaciona a lista de pensadores do passado e presente que se propuseram ou se propõem a uma tarefa similar a sua, de editar obras alheias. Deste modo procura se certificar, mediante

---

<sup>308</sup> *Dissertação D I, GP IV p. 131.*

<sup>309</sup> *Ad Herennium II 48-50., 81-4.*

argumentos amplificados, de que seu trabalho não será tomado por inútil, aproveitador ou caprichoso. Lembremos, como já supracitado, que a amplificação “serve não apenas para aumentar o que quer que estejamos dizendo e elevá-lo a um plano superior, mas também para atenuar as objeções e desmerecer o lado oposto”.<sup>310</sup>

## Proposição

A “proposição” consiste em uma apresentação sucinta da causa que será desenvolvida, e é o cerne da parte chamada “narração”.<sup>311</sup>

A “proposição” da *Dissertação* corresponde aos capítulos II a V, sendo que os dois primeiros (II e III) tratam de uma apresentação do “autor” Nizzoli e a obra pelo qual é conhecido – o *Índice Ciceroniano* –, e os outros dois (IV e V) tratam da obra reeditada, *Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar*. Em termos elocutivos, excetuando o capítulo IV, podemos afirmar que predomina o gênero alto, ao passo que no capítulo IV predomina o gênero médio. O gênero médio pode ser definido como humilde ou medíocre; não tão grave, amplificado e ornamentado quanto o alto, mas tampouco misto e corrente como o gênero baixo.<sup>312</sup>

Como recomenda Quintiliano<sup>313</sup>, Leibniz trata consideravelmente do “tempo” e “lugar” do autor, de suas circunstâncias de produção e da obra em si. Mas a *Dissertação* tem como principal tarefa introduzir o leitor na filosofia de Nizzoli. Assim, no início do capítulo II, Leibniz comenta o quase desconhecimento, por parte do público, do pensamento do filósofo de Brescello, se não tivesse se celebrizado na Gramática:

---

<sup>310</sup> Cícero, *Do orador* III, 104.

<sup>311</sup> Quintiliano, *Inst. Orat.* IV, 4, 1; *Ad Herennium* I, 10, 17.

<sup>312</sup> *Ad Herennium* IV, 13-14.

<sup>313</sup> Quintiliano, *Inst. Orat.* III, 7, 10-18.

O mundo erudito ignoraria, creio, quase totalmente Mario Nizzoli brescelense, se ele não se tivesse celebrizado por seus trabalhos de gramática, aos quais se pode aplicar com razão aquele texto virgiliano sobre as abelhas: “é um trabalho sobre assunto pequeno, mas a glória não é pequena”.<sup>314</sup>

Segundo Leibniz, Nizzoli é um douto famoso e célebre não pelo que dedicou todo o seu ânimo, a saber, a “reforma da filosofia”, mas pelos escritos gramaticais dos quais menos esperava reconhecimento.<sup>315</sup> Para enfatizar este descompasso, entre uma filosofia quase natimorta e uma fama advinda do que menos se espera, é usada uma figura forte, “sufocação ainda no momento do parto”:

Mas sucede muitas vezes que os doutos alcançam a fama, sobretudo com os escritos em que menos esperam. Com efeito, quem duvidaria de que Nizzoli prometeu a si mesmo maior celebridade pela *reforma da filosofia*, à qual dedicou com todo seu ânimo, que por aquelas, para chamá-las de alguma maneira, *Concordâncias Ciceronianas*? E, no entanto, seu *Índice Ciceroniano* dura e há de durar enquanto permaneça o próprio Cícero, mas a filosofia nizzoliana a duras penas escapou da sufocação ainda no momento do parto.<sup>316</sup>

---

<sup>314</sup> *Dissertação*, Capítulo I. Como dito na tradução da *Dissertação*, no texto leibniziano consta “In tenui labor, at non tenuis gloria”, que provém de Ausônio, *Technopaegnon*, Praefatio, e não de Virgílio. A citação virgiliana a que Leibniz se refere é “tenuis labor, at non tenuis gloria”, cujo significado tem outro sentido: “este trabalho é pequeno, mas não é pequeno o merecimento”.

<sup>315</sup> *Dissertação* D II, GP IV p. 134.

<sup>316</sup> *Dissertação* D II, GP IV p. 134.

É-nos relatado então que a filosofia de Nizzoli nasceu de uma polêmica com Maioragio acerca de *Dos Deveres*, de Cícero<sup>317</sup>, e por isso passou por tantas dificuldades. Leibniz não deixa de lembrar também, para outros eventuais censores de Nizzoli, de outro obstáculo, o lugar-comum dos “tempos difíceis”:

Os demais, que se aborrecem com Nizzoli, embora varões muito doutos, se fossem do tempo dele, creio que pensariam de outra maneira.

No capítulo III da *Dissertação*, são explicadas pormenorizadamente as circunstâncias da polêmica de Nizzoli com seus detratores, além de alguns dados de sua vida, como a menção de outras obras suas menores e de um possível parente, também famoso. O que vale destacar aqui são os argumentos pelos quais Leibniz valoriza a obra de Nizzoli, e como novamente procura defendê-lo mediante argumentos éticos. Reitera que a nobre tarefa de Nizzoli foi, partindo de Cícero, “restaurar as artes de seu tempo”<sup>318</sup>. Vemos como os aspectos de estilo (“adequadamente”, “elegantemente”, “abundantemente”, “agudamente”) e caráter (“homem agudo e bom”) em Cícero e Nizzoli são exaltados nesta passagem:

Mas parece que Nizzoli chegou às meditações filosóficas por meio desta leitura diligente de Cícero. Como viu tratados os sutilíssimos lugares da filosofia sobre os deuses, sobre o destino e adivinhação, sobre os fins das coisas, da arte de disputar, descobrir (*inventio*) e julgar, sobre todos os assuntos da República e os deveres

---

<sup>317</sup> *Dissertação* D II, GP IV p. 134 e mais detalhadamente D III, GP IV p. 135-6.

<sup>318</sup> *Dissertação* D III, GP IV p. 135-6.

da vida humana com agudeza por Cícero em latim, ao mesmo tempo que com adequação, para não dizer elegante e abundantemente, nosso Nizzoli, homem agudo e bom, não só começou a desprezar com justiça a infeliz maneira com que os escolásticos tratavam as questões, com muita obscuridade, pouca utilidade e verdadeiramente nenhuma elegância; mas também teve valor ao expor publicamente suas meditações para confirmar isso e restaurar as artes em seu tempo.<sup>319</sup>

Ficamos sabendo que por ter sido acusado de “gramático”, Nizzoli teve sua aceitação posterior prejudicada. Para defendê-lo disto, Leibniz menciona o nome de vários grandes e notórios filósofos, como Valla e Pedro Abelardo que também sofreram acusações semelhantes. Isso já é uma amostra de como será a defesa de Nizzoli: ele não é um “gramático” no sentido pejorativo, ou seja, promotor de logomaquias<sup>320</sup>, pois estes são na realidade os pseudofilósofos os quais o próprio Nizzoli censura. Aqui também Leibniz aproveita a oportunidade para tratar do “lugar” de produção da obra: na Itália reinam os seguidores escolásticos de Aristóteles, rivais de Nizzoli<sup>321</sup>, e que portanto não podiam apreciá-lo. E retorna o tópico do “tempo” como dificultador das avaliações corretas (o tempo em que Aristóteles era infalível), mediante uma alegoria, “cósmico-temporal”, por assim dizer:

(...) o método (*ratio*) daquele século, em que a verdade somente começava a se manifestar como que entre as ruínas do erro e brilhava com faíscas à maneira de pequenas tochas que luzem às vezes entre as manchas solares e entre as cinzas que sobrevoam

---

<sup>319</sup> *Dissertação D III, GP IV p. 135-6.*

<sup>320</sup> *Dissertação D III, GP IV p. 135-6,*

<sup>321</sup> *Dissertação D III, GP IV p. 135-6.*

pelos ares com a fumaça. No nosso tempo a luz já é mais ampla e hoje pelo menos se consente que Aristóteles também pode errar.<sup>322</sup>

No capítulo IV da *Dissertação*, resume-se o argumento da obra de Nizzoli e indica-se como será tratado. Como é uma parte pertencente à “proposição”, temos também aqui uma amostra do que virá: uma justificativa da obra de Nizzoli, mas com reservas. A começar pelo título:

Nizzoli intitulou-a *Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar*, um título, confesso, que é mais grandioso que exato. Efetivamente, não há outra coisa em toda obra que uma certa Lógica reformada e ordenada ao puro e próprio modo de falar. Se tivesse sido eu o autor, este, sem dúvida, teria sido o título do livro. Mas não quis me fazer de engenhoso modificando o alheio a destempo.<sup>323</sup>

Entretanto, a obra de Nizzoli expõe “os princípios do reto filosofar, e isto é suficiente para justificar a Nizzoli”<sup>324</sup>, mesmo que o autor prometa mais do que cumpre, ou seja, uma filosofia que aparece como o resultado de uma lógica, ou, um livro que trata dos verdadeiros princípios lógicos do filosofar.

A “proposição” é encerrada no início do capítulo V, quando nos é dado o plano da obra:

---

<sup>322</sup> *Dissertação* D III, GP IV p. 135-6.

<sup>323</sup> *Dissertação* D IV, GP IV p. 137.

<sup>324</sup> *Dissertação* D IV, GP IV p. 137.

Dividiremos o resto do prefácio tratando, primeiro, acerca do uso das questões que são expostas corretamente por Nizzoli e, depois, de certos erros e excessos seus.<sup>325</sup>

A partir deste ponto, passa-se para o louvor ou apresentação pormenorizada dos argumentos favoráveis à causa.

### **Louvor (“argumentação”, *probatio*)**

A parte dedicada ao “louvor” consiste em mostrar a utilidade e importância do autor e da obra reeditada, isto é, suas virtudes. Mas, como já mencionado, Nizzoli não goza de boa reputação: tanto a polêmica em que se envolveu, quanto alguns aspectos de sua filosofia são censuráveis, como veremos mais adiante. Considerando estas dificuldades e procurando contorná-las, Leibniz alterna os gêneros elocutivos médio e alto, pois não emprega somente elogios ou encômios em gênero alto amplificados, mas também argumentos lógicos e descritivos.

É no “louvor” ou “argumentação” da *Dissertação* que a composição dos gêneros mais se evidencia: a argumentação, no gênero judiciário, corresponde à apresentação das provas, favoráveis ou contrárias. Em nosso caso, temos ambas, considerando a parte da censura ou refutação, com os gêneros se alternando de acordo com a aplicação de dicções diferentes conforme a parte e o decoro.

Também, segundo Quintiliano, os quesitos “homem”, “ser inanimado”, “tempo” e “utilidade” são tratados tanto no gênero judiciário quanto no

---

<sup>325</sup> *Dissertação* D V, GP IV p. 138.

demonstrativo<sup>326</sup>, quesitos chamados qualidades “corporais”, “do ânimo” e “externas”, em *Ad Herennium*<sup>327</sup>. Pois o mesmo ocorre na *Dissertação*, uma vez que Nizzoli e sua obra são examinados segundo “lugar”, “tempo”, “utilidade”, etc. Enfim, concorrem para a mistura de gêneros o fato de ser um texto escrito<sup>328</sup>, de ser um texto filosófico (mais parcimonioso no ornamento)<sup>329</sup> e, acima de tudo, de ser um prefácio que expõe um autor do passado de maneira ponderada, efetuando um balanço de seus erros e acertos mas que, no cômputo geral, o reabilite e justifique sua recuperação desde que forneça o fundamental para se discursar filosoficamente.

Vemos já no capítulo V a introdução do quesito “tempo”, uma vez que é precisamente o “tempo do autor” o que justifica sua republicação, junto ao “método de discursar”.

A justificativa do “tempo” se dá em suas duas possibilidades: uma republicação muito digna para o presente, e muito digna no passado, pois “tais meditações só couberam aos engenhos mais sólidos e mais raros”<sup>330</sup>.

Importante é como Leibniz apresenta amplificadamente o “método de discursar” de Nizzoli, mediante inúmeros adjetivos, típico de uma elocução grave e encomiástica, acompanhada por uma sentença adversativa que preceitua o comedimento. Deste modo evidencia, em um mesmo período, o que considera adequado e o inadequado ao discurso filosófico, auto-referindo

---

<sup>326</sup> Quintiliano, *Inst. Orat.* V, 10, 23 e V, 10, 32 para o tratamento judiciário e III, 7, 10 – 25 para o demonstrativo.

<sup>327</sup> *Ad Herennium* III, 10. “Laus igitur potest esse rerum externatum, corporis, animi”.

<sup>328</sup> Aristóteles, *Retórica*, 1414a p. 207.

<sup>329</sup> Como já mencionado, conforme preceitua Cícero em *O Orador*, XIX, 62 – 4, p. 350-2: “O estilo filosófico é, com efeito, suave e sombrio, sem frases nem palavras dirigidas ao povo, sem a atadura do ritmo, senão totalmente livre; no qual não há ira, nem inveja, nem crueldade, nem patetismo, nem malícia; é, de certo modo, uma virgem casta, reservada e sem mácula”.

<sup>330</sup> *Dissertação* D V, GP IV p. 138.

sua própria elocução e, ao realizar o que repreende, potencializa bastante o efeito:

[o método de discursar de Nizzoli] é natural e próprio, simples e perspicuo, alheio a toda distorção e artifício, fácil, popular e extraído do meio que nos rodeia e conveniente às coisas tratadas; e por sua luz mais ajudando a memória que confundindo o juízo com uma agudeza vã e fina. Mas tomemos cuidado e não incidamos no mesmo defeito que repreendemos, isto é, a fala grandiloqüente, metafórica e ampulosa.<sup>331</sup>

A partir deste ponto, Leibniz passa a dissertar sobre as virtudes do discurso – “clareza”, “verdade” e “elegância” –, expondo-os segundo o seguinte modelo: explicação dos conceitos aliada a exemplos de autoridades. A explicação dos conceitos se dá em gênero elocutivo médio, enquanto os exemplos – argumentos amplificados –, são de gênero grave. Este formato pode ser compreendido também à luz do que Leibniz fala sobre a “elegância”: ela “tem muito poder para chamar a atenção, para mover os ânimos e para que se gravem as coisas na memória, por assim dizer, com mais força”.<sup>332</sup>

Para ilustrar, tomemos uma passagem no capítulo VII: ali, Leibniz explica que a clareza da palavra origina-se de dois fatores, da palavra *em si* e da circunstância do discurso. Após desenvolver ambos fatores e suas variantes, afirma que “é próprio do bom gramático e do bom filósofo poder deduzir da origem o uso da palavra, por meio de continuados sorites de tropos”<sup>333</sup>. Mencionar “bom gramático” e “bom filósofo” prepara o discurso

---

<sup>331</sup> *Dissertação D V*, GP IV p. 138.

<sup>332</sup> *Dissertação D VI*, GP IV p. 138 – 9.

<sup>333</sup> *Dissertação D VII*, GP IV p. 139 – 40.

para o passo seguinte, o emprego da amplificação em forma de “exemplo egrégio”:

Neste assunto, vejo Júlio César Scaligero como o maior artífice, cujos livros *Das Origens* desapareceu com não pequeno dano para a filosofia. Só resta aquilo que seu filho, possivelmente, empregou nas *Anotações a Varrão*. Entretanto, ele muitas vezes dissente do que seu pai havia publicado antes e isto aparece continuamente através de seus escritos. Mas assim como temos maior erudição nas reflexões do filho, perdemos, na investigação sobre as origens feita pelo pai, maior agudeza e filosofia.

Este modelo de exposição continua sendo adotado, empregando-se figuras patéticas em momentos em que se pede maior ênfase ou maior memorização, como nos capítulos VIII a X quando, ao preceituar sobre o uso de termos técnicos e populares, recomenda “fugir dos termos técnicos mais do que de um cão raivoso ou de uma serpente”<sup>334</sup>. Entretanto, quando um termo técnico como “quadrado” se justifica, outra figura, igualmente patética, tem o ofício de nos fazer esquecer do cão raivoso ou da serpente, pois “até um cego vê quão molesto e desagradável é o emprego, ao falar e demonstrar, de tantas palavras distintas em lugar da palavra ‘quadrado’”<sup>335</sup>.

A discussão em torno dos termos técnicos e populares é deslocada para a dicotomia “conhecimento filosófico” x “conhecimento vulgar” no capítulo XI, onde Leibniz censura duramente a divagação pseudofilosófica. Seguindo estreitamente os parâmetros do gênero demonstrativo, este capítulo é repleto de amplificações, com várias possibilidades do gênero elocutivo grave (com

---

<sup>334</sup> *Dissertação D VIII*, GP IV p. 140 – 1.

<sup>335</sup> *Dissertação D X*, GP IV p. 141 – 2.

exemplos, metáforas, hipérboles, graça e chiste), como podemos ver na passagem abaixo:

[Além disso] estão os filósofos muito longe de perceber coisas mais abstrusas e nobres que os demais homens, pelo contrário; antes que o incomparável Verulam<sup>336</sup> e outros preclaros varões devolvessem a filosofia à nossa terra desde as divagações etéreas ou até mesmo os espaços imaginários e a fizeram útil para a vida, qualquer alquimista, com um sopro na cinza, teria freqüentemente conhecimentos mais seguros e claros das coisas da natureza do que um qualquer filosofastro (...) enclausurado que se dedica somente às “haecceitas” ou “hoccitas”.<sup>337</sup>

Os capítulos XIII e XIV são uma digressão, no dizer do próprio Leibniz<sup>338</sup>, uma vez que Nizzoli não tratou em seu livro das línguas germânicas. A digressão é prevista retoricamente como um recurso que almeja ora o relaxamento do público, ora um esclarecimento maior de determinada questão<sup>339</sup>, o que constitui o caso aqui, pois Leibniz estende o raciocínio de Nizzoli para sua circunstância, isto é, um público majoritariamente de língua alemã.

No capítulo XVI, chamam a atenção as considerações sobre as diferenças entre a filosofia “acroamática” e “exotérica”, esta última descrita como nem tão rigorosa nem muito exata. Leibniz almeja a mais rigorosa, a acroamática, em que tudo se demonstra, mas não significando isso um empobrecimento dos recursos elocutivos:

---

<sup>336</sup> Parte do título nobiliário de Francis Bacon.

<sup>337</sup> *Dissertação* D XI, GP IV p. 142 – 3.

<sup>338</sup> No fim de D XIV (GP IV p. 144 – 5), afirma: “Mas depois desta digressão, voltemos ao nosso rumo”.

<sup>339</sup> Quintiliano, *Inst. Orat.* IV, 3, 14.

(...) pode-se admitir, talvez, que se misturem de quando em quando agudamente alusões, símiles, metáforas, exemplos, argúcias, histórias e que se possa também recrear o ânimo cansado do leitor introduzindo algo gracioso, mas tendo cuidado de evitar toda obscuridade e as figuras de linguagem supérfluas.<sup>340</sup>

No capítulo XIX, ao tratar da clareza do discurso que advém das circunstâncias, Leibniz explora a ironia. Um discurso que não é claro por si, mas sim por conjecturas externas, não deve ser considerado claro, mas sim obscuro. E ironiza amplificadamente:

Pois bem, talvez convenha que seja obscuro o discurso de um profeta, ou o de um alquimista, que trombeteia seus milagres, ou o do oráculo de Delfos, ou o do teólogo místico, ou o do poeta enigmista, mas nada é mais alheio a um filósofo que isto.

Prosseguindo em suas considerações sobre a “clareza”, Leibniz retoma a metáfora botânica do papel de Nizzoli em extirpar “do campo da filosofia todos aqueles espinheiros verbais”<sup>341</sup>, metáfora que sintetiza o que há de daninho na linguagem pseudofilosófica que deve ser extirpado pela Lógica reformada mediante termos próprios. É digno de nota que neste capítulo aparece pela primeira vez a expressão “Lógica, vestibulo da Filosofia”<sup>342</sup>, que será posteriormente explorada na peroração.

---

<sup>340</sup> *Dissertação D XVI*, GP IV p. 146.

<sup>341</sup> *Dissertação D XXI*, GP IV p. 150.

<sup>342</sup> *Dissertação D XXI*, GP IV p. 150. Na peroração, D XXXII *in fine*, o termo empregado para a Lógica é “átrio”.

O capítulo XXIII é um bom exemplo do formato de explicações dos conceitos entremeando-se amplificações mediante menção de exemplos. Neste capítulo, Leibniz disserta sobre os que argumentaram contra a filosofia escolástica e nos apresenta uma lista de autores bastante extensa, somente superada pela lista do primeiro capítulo. Em meio a tanta copiosidade e agudeza, desponta nosso Nizzoli como *primus inter pares*:

Admito ademais que muitos aconselharam, determinaram e proclamaram que a dicção bárbara deve ser abolida, sendo própria dos filósofos vulgares, mas poucos empreenderam isso mesmo como fez Nizzoli, porque, sem dúvida, é mais fácil censurar do que corrigir. (...) Quem, entretanto, tenha eliminado nas demais partes da filosofia os termos acolhidos nas escolas de uma forma tão intensa como o fez Nizzoli na lógica, eu ainda não descobri. Assim, quanto mais ignorado foi Nizzoli até agora, mais digno o considero de ser posto como exemplo da dicção filosófica reformada.<sup>343</sup>

Finalmente, no capítulo XXIV, como última parte do louvor/argumentação favorável a Nizzoli, retornamos ao tópico “tempo do autor”, quesito estabelecido no capítulo V, conjuntamente ao “método de discursar”, como justificativa para a reedição da obra de Nizzoli. Neste capítulo, Leibniz procura mostrar que muito do que em seu tempo é tido como novo já foi defendido antes por Nizzoli; para reforçar tal tese, lança mão, decorosamente, de exemplos de teses filosóficas, como os átomos de Epicuro e Lucrécio que após tempos de esquecimento retornam com força no presente. Assim, enfatiza bastante que o principal objetivo de Nizzoli é o mesmo dos

---

<sup>343</sup> *Dissertação D XXIII, GP IV p. 151 – 2.*

filósofos modernos; este é o argumento mais forte de todos – sua atualidade – e por isso é colocado por último, fechando o “louvor”.

## Censura (“refutação”, *refutatio*)

A “censura” ou “refutação” dos argumentos de Nizzoli segue um padrão similar ao louvor em seu formato. Mas tudo em menor grau: afinal, Leibniz quer nos convencer da validade da reedição da obra de Nizzoli, e não teria sentido se o louvor e a censura se anulassem. Quantitativamente, tudo na censura é reduzido com relação ao louvor, a começar pelo número de capítulos dedicados a ela: 7, contra 15 do louvor.

Leibniz inaugura a censura no capítulo XXV: “Resta-nos então não dissimular os erros e vícios de nosso Nizzoli”. Neste capítulo, o alvo de sua censura é a “maledicência”, exemplificada por Leibniz em uma passagem na qual Nizzoli chama Tomás de Aquino de “caolho entre cegos”<sup>344</sup>. Ostentando um *ethos* de temperança e ponderação, comenta que não gostaria que os leitores de Nizzoli aprendessem a “procacidade ao mesmo tempo em que a pureza de estilo” mas, afetando humildade, afirma não se atrever a “mudar nada em uma obra alheia”<sup>345</sup>.

No capítulo XXVI os erros na obra de Nizzoli passam por uma amplificação, pois Leibniz afirma que “não há só muitos, como também grandes erros”.<sup>346</sup> Ao defender Aristóteles das acusações de Nizzoli, Leibniz *parece* também recorrer à maledicência anteriormente condenada:

(...) Aristóteles está limpo e é inocente de toda aquela inépcia com que os escolásticos corromperam todas as partes. Os erros de Aristóteles, quaisquer que sejam, são tais que facilmente se pode ver neles nada mais que um lapso de um homem insigne e versado nas

---

<sup>344</sup> *Dissertação D XXV*, GP IV p. 154.

<sup>345</sup> *Dissertação D XXV*, GP IV p. 154.

<sup>346</sup> *Dissertação D XXVI*, GP IV p. 154 – 5.

verdadeiras luzes. São muito distintos dessas falsidades de algum imperito claustral, que produzem vertigem.<sup>347</sup>

Entretanto, tanto “caolho entre cegos” quanto “inépcia”, “corrupção” e “falsidades de um imperito claustral que produzem vertigens” não estão no mesmo nível de maledicência, pois há uma grande diferença. O ataque de Leibniz sempre é genérico, não cita nomes, enquanto Nizzoli, quando fustiga, nomeia seus alvos e, como se não bastasse, escolhe alvos maiores do que ele próprio, como nada menos que Aristóteles e Tomás de Aquino. Neste ponto, falta afetação de humildade para Nizzoli, o que pode prejudicar uma argumentação mais persuasiva para sua causa.

O recurso à amplificação também é muito usado na parte da censura, pois é o modo como Leibniz procura isentar Aristóteles das acusações de Nizzoli, mostrando como tantos homens doutos o inocentaram das imperícias de alguns de seus intérpretes, seja na *Ética*, na *Política*, na *Física* ou na *Metafísica*.

A ênfase dada à defesa de Aristóteles é tamanha (ou melhor, proporcional à envergadura do “réu”) que, ao comentar a qualidade dos estudos de Thomasius sobre Aristóteles<sup>348</sup>, que serão anexados à *Dissertação*, Leibniz aposta no *ethos* do leitor ao afirmar que unirá

estes escritos após um prefácio já tão prolixo, sem nenhum temor de abusar da paciência de nosso leitor. Se este leitor for equânime, suportará que sejamos ainda mais prolixos em coisa tão necessária,

---

<sup>347</sup> *Dissertação D XXVI*, GP IV p. 154 – 5.

<sup>348</sup> *Epistola ad exquisitissimae doctrinae virum [Jacobum Thomasium] de Aristotele recentioribus reconciliabili [Conciliação de Aristóteles com os modernos]*, citada por Leibniz em “A” 11; GP I 6.

mas, se for injusto, saiba que não nos importam em nada seu julgamento.<sup>349</sup>

No capítulo XXVII, Leibniz passa a defender os filósofos escolásticos considerando o quesito “tempo do autor” (que, no capítulo V, serviu para justificar a reedição da obra de Nizzoli). Assim, Leibniz alega que as circunstâncias de produção eram mais difíceis no passado, o que ocasionou grande parte dos erros de julgamento dos escolásticos acerca dos autores mais antigos, e dirige-se com a já conhecida afetação de modéstia ao leitor, retratando-se caso tenha se excedido em sua censura aos escolásticos:

(...) se em algum momento me escapou aqui alguma coisa demasiado dura ao correr da pluma, desejo que se entenda como atribuição mais à miséria dos tempos do que à preguiça do intelecto do homem.<sup>350</sup>

Imediatamente em seguida, a modéstia afetada se converte em censura aos contemporâneos, que continuam a se comportar como os escolásticos, porém sem o benefício dos “tempos antigos”, acrescentando uma figura para materializar seu pensamento:

Mais bem se deve culpar àqueles que preferem seguir alimentando-se de bolotas, agora que já se descobriu (*inventá*) o trigo, pecando mais por pertinácia do que por ignorância.

Num movimento pendular, no momento seguinte, os filósofos escolásticos invertem o jogo e passam para uma posição mais elevada:

---

<sup>349</sup> *Dissertação D XXVI*, GP IV p. 154 – 5.

<sup>350</sup> *Dissertação D XXVII*, GP IV p. 156 – 7.

E não temo em dizer que os escolásticos mais antigos eram, em muito, superiores a alguns contemporâneos nossos em agudeza, em solidez e em modéstia, e que tinham mais prudência para se abster de questões inúteis.<sup>351</sup>

Deste modo, Leibniz regula a condição dos filósofos escolásticos de acordo com as necessidades de seu discurso, baseadas na importância da reedição da obra de Nizzoli. Pois os filósofos escolásticos começam como “imperitos claustrais”, para depois serem vítimas da “miséria dos tempos”, e por fim chegarem a ser muito superiores a filósofos contemporâneos em agudeza, ou seja, temos uma ascensão dos escolásticos, concomitante com o descenso dos contemporâneos. A situação destes últimos é descrita com bastante ironia por Leibniz:

Com efeito, alguns contemporâneos, como mal podem acrescentar ao que fizeram os antigos algo digno de estar impresso, limitam-se simplesmente a fazer uma coleção de opiniões alheias, a excogitar inúmeras questões frívolas, a dividir um argumento em muitas partes, a mudar o método e a formar e reformar termos. Assim escrevem tantos e tão grandes livros.<sup>352</sup>

Exemplificando a agudeza de alguns filósofos escolásticos, Leibniz cita os nominalistas, não por acaso, já que “Nizzoli declara-se abertamente nominalista”. O capítulo XXVIII é uma outra digressão que apresenta a filosofia nominalista (e em que até reproduz um poema contra os

---

<sup>351</sup> *Dissertação D XXVII, GP IV p. 156 – 7.*

<sup>352</sup> *Dissertação D XXVII, GP IV p. 156 – 7.*

nominalistas), digressão denunciada como tal no início do capítulo XXIX<sup>353</sup>, com o mesmo intuito de esclarecer e distender, como no caso dos capítulos XIII e XIV. Porque, ao longo do capítulo XXIX, em seguida à digressão, são apresentadas as razões de Nizzoli para sua rejeição da Metafísica e, para censurar esta posição, Leibniz mostra como Nizzoli difere dos (já louvados e reabilitados) nominalistas neste ponto, configurando-se isto como um (contra) argumento de autoridade, ao mesmo tempo em que examina e refuta os argumentos nizzolianos.

No capítulo seguinte, XXX, Leibniz rejeita as acusações de Nizzoli contra a autenticidade dos escritos de Aristóteles. A estratégia de Leibniz é interessante: o argumento de Nizzoli baseia-se principalmente em sua leitura de Cícero sobre o assunto. Pois Leibniz opta por primeiro em desqualificar Cícero<sup>354</sup>, para em seguida desqualificar um “novo” tipo de censura que

consiste em que, ao estudar os escritos de um autor reconhecido por todos como autor engenhoso, se consideram certas passagens suas como interpoladas, porque não se encontram uma estultice qualquer, que lhe atribuem seus difamadores.<sup>355</sup>

Em terceiro, insinua uma incapacidade de Nizzoli em sua leitura de Cícero (um ciceroniano que não entenceu Cícero!), reabilitando o orador romano, por Nizzoli não ter entendido que, quando Cícero questiona a autenticidade das obras de Aristóteles, o faz através de uma personagem adversária, cujas afirmações não corresponderiam à opinião do próprio Cícero.

---

<sup>353</sup> “Agora devemos voltar aos erros de Nizzoli” *Dissertação D XXIX*, GP IV p. 159.

<sup>354</sup> “Pois o que há de estranho que um homem como Cícero, dedicado à política e tomado por infinitas preocupações, alguma vez não compreendesse as afirmações de um filósofo sutilíssimo a cujas obras tivesse dado simplesmente uma olhada?” *Dissertação D XXX*, GP IV p. 159.

<sup>355</sup> *Dissertação D XXX*, GP IV p. 159.

Para arrematar, Leibniz diz estar convencido da autenticidade das obras de Aristóteles graças à “harmonia perfeita de suas hipóteses e seu método uniforme”, mesmo que outros autores consagrados também a tenham colocado em dúvida.

Os dois últimos capítulos, XXXI e XXXII, correspondem ao exame de somente um erro de Nizzoli, mas muito grave: trata-se do problema dos universais, algo que, se mal formulado, compromete toda a filosofia e a reforma da mesma:

Finalmente, não se deve dissimular o grave erro de Nizzoli sobre a natureza dos universais, pois o leitor não suficientemente avisado pode desviar-se totalmente do verdadeiro caminho da filosofia.<sup>356</sup>

Nestes dois capítulos finais, caminham simultaneamente o exame pormenorizado dos argumentos de Nizzoli e a busca de efeitos patéticos, ao incitar os afetos, sobretudo mediante o discurso direto, a ironia e ampliações várias:

Egrégio exemplo de jurisprudência, valham-me os deuses!

(...) e que Thomas Hobbes (até este homem?) começou a duvidar daquela proposição geométrica demonstrada por Pitágoras e considerada digna de um sacrifício de hecatombe, coisa que li, não sem estupor.

---

<sup>356</sup> *Dissertação D XXXI, GP IV p. 160.*

Mas por este procedimento arruinar-se-ão as ciências e os cépticos terão vencido.

Depois de passarmos pelas censuras a Nizzoli, sendo tantos e tão graves erros, seria possível a alguém ficar em dúvida se a leitura de sua obra é realmente útil. Cabe então à *peroração* a distensão necessária para recordar ao leitor das boas razões que levaram à sua reedição.

### **Peroração**

A “peroração” tem duas funções básicas: refrescar a memória e atingir os afetos<sup>357</sup> para os fins pretendidos. Na peroração da *Dissertação*, no final do capítulo XXXII, Leibniz recapitula o que pretendeu:

Estes são os principais erros de nosso Nizzoli. Alguns tratamos em pequenas notas dispersas, outros consideramos tais que podem ser encontrados sem excessivo esforço por um leitor atento que tenha se dignado antepor à leitura de sua obra estas observações nossas.

A “peroração” é a última chance para o autor convencer seu público da propriedade da causa e, por isso, é uma parte onde o discurso pode ser mais afetivo<sup>358</sup>. Com relação aos afetos, Leibniz procura incitá-los justificando novamente a necessidade da *Dissertação* e a importância da obra de Nizzoli. Sendo assim, encerra seu discurso recorrendo à modéstia própria e ao interesse

---

<sup>357</sup> Quintiliano, *Inst. Orat.* 6 1 1, *Ad Herennium* II 47.

<sup>358</sup> Quintiliano, *Inst. Orat.* 6 1 51. *Ad Herennium*, III, 15.

alheio, mediante uma alegoria, com o intuito de incitar os afetos e “recrear o ânimo cansado do leitor”<sup>359</sup>:

Portanto, já se deverá pôr fim a este prefácio longo, mas, se não me engano, necessário. Se alguém teme que a porta da casa venha abaixo, pense que nossa entrada é tão grande e a casa tão pequena porque está apenas começada. Se, depois da Lógica, se limpassem as demais partes, lograríamos então que todas as coisas se colocassem na justa simetria e que ninguém se lamentasse da excessiva magnitude do átrio e da pequenez do interior. Pelo mais, benévolo leitor, passe bem e preocupe-se em buscar seu próprio proveito, bom proveito.<sup>360</sup>

É digno de nota o fato de referir-se ao leitor como “benévolo”. Mas também se destaca muito aqui a alegoria final, na qual é empregada a imagem da “casa”. Pois esta alegoria retoma dois momentos da *Dissertação* e aponta para a conclusão do texto. O primeiro momento é encontrado no capítulo IV, na seção referente à “proposição”, quando afirma que Nizzoli intitulou sua obra

*Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar*, um título, confesso, que é mais grandioso que exato. Efetivamente, não há outra coisa em toda obra que uma certa Lógica reformada e ordenada ao puro e próprio modo de falar.<sup>361</sup>

---

<sup>359</sup> “Ademais, pode-se admitir, talvez, que se misturem de quando em quando agudamente alusões, símiles, metáforas, exemplos, argúcias, histórias e que se possa também recrear o ânimo cansado do leitor introduzindo algo gracioso, mas tendo cuidado de evitar toda obscuridade e as figuras de linguagem supérfluas”. *Dissertação*, D XVI, GP IV p. 146.

<sup>360</sup> *Dissertação* D XXXII, GP IV p. 161.

<sup>361</sup> *Dissertação* D IV, GP IV p. 137.

Temos nesta passagem como Leibniz define a obra reeditada. Embora Nizzoli tenha exagerado em seu título, vimos que esta “Lógica reformada” é bastante importante. Assim, no capítulo XXI, quando comenta sobre a “extirpação dos espinheiros verbais do campo da Filosofia”, afirma que “isso está sendo conseguido suficientemente no campo da Lógica, vestíbulo da Filosofia”<sup>362</sup>. A imagem “vestíbulo da Filosofia” está conjugada com outras imagens presentes na peroração: a Lógica reformada é a “entrada da casa”, o “átrio”, ou o “vestíbulo”; a “casa” é a Filosofia. Assim, a “pequenez do interior” refere-se ao fato de a Filosofia ainda não estar devidamente reformada. Se, como na Lógica, se limpasse as demais partes da casa, teríamos uma justa simetria para com a “excessiva magnitude do átrio”. E assim configura-se a importância de Nizzoli: promete mais do que cumpre, mas o fato de ter reformado o “vestíbulo” já é um bom e justificável começo.

---

<sup>362</sup> *Dissertação D XXI, GP IV p. 150.*

## 6) Considerações Finais

Uma das justificativas para a republicação da obra de Nizzoli encontra-se na correção da linguagem dos escolásticos. A barbárie e a obscuridade escolástica consistiam na introdução dos termos técnicos e abstratos no discurso filosófico, e a proposta leibniziana, em consonância com Nizzoli, defende o retorno à linguagem ordinária com o emprego de termos concretos.

Entretanto, Leibniz não deixa de enfatizar que a reforma empreendida por Nizzoli limitou-se ao “átrio”, ao “vestíbulo da casa”, à Lógica ordenada ao falar, o que todavia constituía razão suficiente para republicar a obra nizzoliana, se considerarmos que a Lógica é para Leibniz o pré-requisito para a Filosofia. Neste sentido, a restauração filosófica de Nizzoli é incompleta principalmente por se afastar dos modelos de linguagem de Aristóteles, mediante a leitura que faz dele, a partir de Cícero. Em sua veemência, Nizzoli acaba por abolir a Metafísica e a Dialética.

Como vimos, as censuras de Leibniz a Nizzoli se resumem principalmente a cinco:

1. Usa de maledicência no discurso filosófico;
2. Atribui a Aristóteles os erros dos escolásticos;
3. Questiona a autenticidade dos escritos de Aristóteles com base em equivocada interpretação de Cícero;
4. Erra sobre a natureza dos universais, ao afirmar que o universal não é outra coisa senão todos os singulares tomados simultânea e coletivamente e, por fim,
5. Erra também ao abolir a Dialética – subordinando-a à Oratória, e ao abolir a Metafísica – subordinando-a à Física.

E é por estes pontos que Leibniz e Thomasius aproximam Nizzoli de Ramée: porque ambos, além de serem notórios opositores de Aristóteles e seus

seguidores escolásticos, diluem a Dialética na Oratória (isto é, nos lugares comuns) e reduzem a Retórica à elocução, organização repudiada por Leibniz por considerar que as regras que dirigem os afetos são inseparáveis das regras que dirigem os pensamentos.

A reforma proposta por Leibniz consistia na conjugação da ciência filosófica (de uma tecnicidade mitigada) com a arte da oratória (de estilo aparentemente natural, ao alcance de uma maior quantidade de pessoas), uma conjugação não tão distante da de Aristóteles, quando este desenvolve a Retórica como um rebento da Dialética.<sup>363</sup> Leibniz estaria mais vinculado à vertente aristotélica reformada, que valoriza os procedimentos dialéticos e não os separa da *elocução*. Já Nizzoli filia-se a um ciceronianismo restaurado que, em seu afã de desvincular-se da escolástica argumentativa, concentra-se nos procedimentos ético-patéticos da elocução.

Para finalizar: embora Loemker, Barone<sup>364</sup> e tantos outros reeditem parcialmente a *Dissertação*, com o intuito de selecionar as passagens que tomam por filosóficas, considero a *Dissertação* um texto filosófico em seu todo. É um prefácio, em gênero demonstrativo com elementos do judiciário, adequado às suas circunstâncias. Como Leibniz preceitua e pratica, contém as virtudes do discurso filosófico: *clareza, verdade e elegância*. Deixar de se usar agudamente alusões, símiles, metáforas, exemplos, argúcias, histórias, introduzindo algo gracioso para que se possa recrear o ânimo cansado do leitor, e preterir a elocução, a elegância, o concreto e a linguagem ordinária é perder no horizonte o agradável e a utilidade de que um discurso é capaz, tendendo para a obscuridade da linguagem privada e, principalmente, correndo o risco de se perder o poder da persuasão.

---

<sup>363</sup> Aristóteles, *Retórica*, I, 2, p. 50, 1356 a.

<sup>364</sup> Autores responsáveis por reedições parciais da *Dissertação*.

**TRADUÇÃO:**

*Dissertação sobre o estilo filosófico de Mario Nizzoli*

A tradução da *Dissertação* está disposta em capítulos, à maneira da 2ª edição (Dutens, correspondente a 1674). Na tabela seguinte, encontra-se a correspondência com a paginação da 1ª edição (GP volume IV, correspondente a 1670):

|                         |                            |
|-------------------------|----------------------------|
| Dutens I – GP IV p. 131 | Dutens XVII – GP IV p. 147 |
| II – GP p. 134          | XVIII – GP p. 148          |
| III – GP p. 135         | XIX – GP p. 149            |
| IV – GP p. 137          | XX – GP p. 149             |
| V – GP p. 138           | XXI – GP p. 150            |
| VI – GP p. 138          | XXII – GP p. 151           |
| VII – GP p. 139         | XXIII – GP p. 151          |
| VIII – GP p. 140        | XXIV – GP p. 153           |
| IX – GP p. 141          | XXV – GP p. 154            |
| X – GP p. 141           | XXVI – GP p. 154           |
| XI – GP p. 142          | XXVII – GP p. 156          |
| XII – GP p. 143         | XXVIII – GP p. 157         |
| XIII – GP p. 144        | XXIX – GP p. 158           |
| XIV – GP p. 144         | XXX – GP p. 159            |
| XV – GP p. 145          | XXXI – GP p. 160           |
| XVI – GP p. 146         | XXXII – GP p. 161          |

## Índice da tradução

|  |     |
|--|-----|
| I – Da Edição de Obras Alheias ( <i>De alienorum operum editione</i> ).....  | 116 |
| II – Das Concordâncias Ciceronianas de Nizzoli ( <i>De Nizolii Concordantiis Ciceronianis</i> ).....   | 122 |
| III – Dos Estudos Filosóficos de Nizzoli ( <i>De Nizolii Studiis philosophicis</i> ).....  | 123 |
| IV – Resumo dos Princípios Lógicos do Filosofar ( <i>Logica philosophandi principia completitur</i> ) .....  | 126 |
| V – Do método de discursar de Nizzoli ( <i>De Nizolii dicendi ratione</i> ).....   | 127 |
| VI – Da Dicção Filosófica ( <i>De philosophica dictione</i> ) .....  | 128 |
| VII – Da Perspicuidade no Estilo Filosófico ( <i>De perspicuitate Stili philosophici</i> ).....  | 129 |
| VIII – Dos Termos Técnicos e Populares ( <i>De terminis technicis et popularibus</i> ) .....   | 132 |
| IX – Das Onomatopéias ( <i>De óνοματοποιία</i> ).....  | 133 |
| X – Do Uso de Termos Técnicos ( <i>De usu terminorum technicorum</i> ).....  | 134 |
| XI – Da Diferença entre o Conhecimento Filosófico e o Vulgar ( <i>De differentia cognitionis philosophicae a vulgari</i> ).....  | 136 |
| XII – Da Transmissão da Filosofia por meio de uma Língua Viva ( <i>De philosophia lingua viva et vulgari tradenda</i> ).....   | 137 |
| XIII – O alemão não é só uma língua mais apta para ensinar filosofia, mas serve também excelentemente para revelar os devaneios da Filosofia Escolástica ( <i>Lingua germanica non solum aptissima est, ut ea philosophiam doceamus, sed et egregiè facit, ad scholasticae philosophiae naevos detegendos</i> )..... | 138 |
| XIV – De outras línguas com as quais se pode ensinar filosofia facilmente ( <i>De aliis linguis, quibus commodè tradi philosophia potest</i> ) .....   | 139 |

|  |     |
|--|-----|
| XV – Em que disciplinas há preferencialmente lugar para termos técnicos?<br>( <i>Quibus in disciplinis terminis technicis praeceteris est locus?</i> ).....                          | 140 |
| XVI – Da Filosofia Acroamática e a Exotérica ( <i>De philosophia acroamatica<br/>et exoterica</i> ).....   | 142 |
| XVII – Ao Filosofar com rigor deve se usar somente termos concretos, não<br>abstratos ( <i>Inter accuratè philosophandum concretis tantùm utendum est, non<br/>abstractis</i> )..... | 143 |
| XVIII – Da utilidade dos tropos no estilo filosófico ( <i>De troporum in stilo<br/>philosophico usu</i> ) .....  | 145 |
| XIX – Da Clareza do Discurso que advém das circunstâncias ( <i>De claritate<br/>orationis, quae è circumstantiis sumitur</i> ) .....   | 147 |
| XX – Os egípcios e os chineses modernos obscurecem sua filosofia com<br>enigmas ( <i>Aegyptii atque recentiores Sinenses philosophiam suam<br/>aenigmatibus occultant</i> ).....     | 148 |
| XXI – Da utilidade da Clareza no Estilo Filosófico ( <i>De utilitate perspicuitatis<br/>stili philosophici</i> ).....  | 149 |
| XXII – Os sistemas dos filósofos antigos não devem ser rejeitados, mas sim<br>corrigidos ( <i>Veterum philosophorum systemata non rejicienda, sed<br/>emendanda</i> ).....           | 151 |
| XXIII – Dos que argumentaram contra a Filosofia Escolástica ( <i>De iis, qui<br/>contra philosophiam scholasticam disputarunt</i> ).....   | 152 |
| XXIV – Dos novos descobrimentos, antigos ( <i>De inventis nov-antiquis</i> ) .....   | 155 |
| XXV – A maledicência deve ser evitada nos escritos filosóficos ( <i>Maledicentia<br/>in scriptis philosophicis vitanda</i> ) .....   | 157 |
| XXVI – Não se deve atribuir a Aristóteles os erros dos Escolásticos<br>( <i>Scholasticorum errores Aristoteli non tribuendi</i> ).....   | 157 |

|   |     |
|---|-----|
| XXVII – Dos erros que se deve escusar nos filósofos escolásticos ( <i>De excusandis scholasticorum philosophorum erroribus</i> ).....                                 | 161 |
| XXVIII – Da Escola dos Nominalistas ( <i>De secta Nominalium</i> ).....   | 162 |
| XXIX – Do uso da Metafísica ( <i>De usu metaphysicae</i> ).....   | 164 |
| XXX – Dos escritos de Aristóteles ( <i>De scriptis Aristotelis</i> ).....   | 165 |
| XXXI – Da natureza dos universais ( <i>De universalium natura</i> ).....  | 166 |
| XXXII – As proposições universais são fundamentos da demonstração filosófica ( <i>Propositiones universales sunt fundamenta demonstrationis philosophicae</i> ) ..... | 168 |

## I– Da Edição de Obras Alheias (*De alienorum operum editione*)

A edição de obras alheias, benévolo leitor, é coisa humilde e desprezada, e marca de um engenho pobre por si mesmo aos olhos daqueles cuja mente elevada ou opinião se eleva acima dos demais. Os que tal coisa fazem têm por costume zombar, com o insulto de planta trepadeira, dos que gravam nos papéis alheios seus próprios nomes. Já faz tempo que Constantino, o Grande lançou-se para cima de Trajano, que ia deixando seu nome por todas as ruínas da Antigüidade. Mas, na verdade, preocupam-me pouco estas coisas, porque, por uma parte, me escudo no exemplo de homens famosos e, por outra, quase não levo a mal não ser considerado homem de engenho pelos censores, e me conformo com receber louvores pelos meus estudos e minha boa vontade. Buscar diligentemente exemplos de homens egrégios é o que importa, não a abundância deles, como acreditam os teólogos, que os Escritores Santos compuseram as memórias de seus predecessores e que Josué continuou a obra de Moisés, Samuel a de Josué, Esdras a de Samuel e a de outros profetas. Dentre os autores gregos, Xenofonte é celebrado com grandes elogios por seu grande engenho, já que trouxe à luz a *História* de Tucídides, quando poderia tê-la feito desaparecer para que a fama caísse exclusivamente sobre si, ou bem poderia tê-la atribuído a si mesmo. Díspar é a fama de Aristóteles, que tem de suportar a acusação, que lhe fazem alguns, de ter eliminado certas obras monumentais da Filosofia Antiga. O imperador Adriano, entre os romanos, preocupou-se com admirável solicitude em ressuscitar a memória dos antigos, pois não só investigava com grande diligência seus escritos, mas também procurava suas imagens nas esculturas e pinturas já deterioradas pelo passar dos anos e, uma vez descobertas, para que não pudessem de novo pela incúria do tempo, cunhava moedas com essas efígies, antepondo assim o afeto que sentia pelos antigos a sua própria

majestade. Por isso, segundo a opinião comum e constante dos eruditos, deve-se atribuir a Adriano a conservação de moedas de distinta procedência em que figuram cunhadas as efigies de Címon, Milcíades, Platão, Aristóteles e outros heróis e sábios antigos. Mas deixemos os antigos. Resgatar obras perdidas foi uma das maiores preocupações dos eruditos no século passado e no atual. Não só deram atenção aos antigos, aos quais se dedicaram especialmente os que agora se chamam vulgarmente *críticos*, mas também se pôs muita atenção aos escritores do Medievo. Entre eles temos Marguerin de la Bigne, que compilou grande parte dos escritos dos teólogos em sua *Biblioteca dos Padres*, à qual se acrescentaram muitos suplementos, e as obras editadas por Canisio, Gretser, Sirmond, Denis Pétau, Combefis, Alacci, Chifflet, Possino, Holste, Marca, Labbe (autores bizantinos ou de outras procedências), Cossart, D'Achéry, Sauer, Rosweyde, Bolland, Henschen e Papebroch, que foram os compiladores da *Biblioteca Ascética dos Padres*, editada sob a supervisão dos Beneditinos. A estas deveriam se somar a de muitos outros autores. Os juristas do Medievo têm muito que agradecer àquele, quem quer que seja, sob cujo cuidado foram colecionadas e editadas tantas obras monumentais que hoje podem ser consultadas no *Oceano do Direito*, e nos volumes do *Tratado*, tirados daquela obra, ou no *Tratado dos Tratados*, como foi chamado depois. De outra maneira, estas obras já teriam desaparecido talvez há muito tempo, arrastadas por ventos tênues. É doloroso, sem dúvida, que quem se preocupou em fazer famoso o nome de tantos autores, se calasse acerca de si mesmo, embora nada se possa pensar de mais trabalhoso, nada se desejar de mais acurado que a confecção daquele grande índice para tantos volumes. O mesmo se deve dizer do conjunto de volumes chamados *Repetidos*. Esperamos, certamente, que, sob o cuidado de um homem tão erudito como é Erich Moritz, seja editada o mais rápido possível a *Ordenação do Direito Feudal* de

Antonio de Pratovecchio, obra famosa elaborada a mando do imperador, por delegação da Universidade de Bolonha, mas não sei como desapareceu do alcance dos leitores até agora. Foi procurada por muito tempo em vão por Goldast e Rigault, mas encontrou por fim outro editor não indigno. Para a recopilação das histórias do Medievo dedicaram-se ininterruptamente Schard, Pistor, Reuber, Wurtisen, Meibom, Reineck, os Lindenberg, Goldast, Freher, Bongars, Du Tillet, os Pithou, os Puteanos, Theodoro e Dionísio o Jovem, Godefroy; os Du Chesne, os Samartanos, Selden, Spelman, Dugdale, Resslerio, e esperamos que façam o mesmo que Lambeck e Gamans. Porventura haverá aqueles que consideram que uma coisa é conservar obras imortais antigas e os monumentos do Medievo, outra coisa muito distinta é difundir pelo mundo, já saturado de tais coisas, as bagatelas recentes. Com efeito, estes na atualidade pensam desdenhosamente a respeito dos engenhos deste tempo e não percebem que virá um tempo em que também essas coisas serão antigas. Quem ignora quanto empenho pôs o imperador Rodolfo em catalogar as obras de Teofrasto Paracelso? Johannes Kepler, faz já tempo, e Albrecht Kurz, na atualidade, publicaram as obras que nos deixou Tycho Brahe, com um propósito digno de louvor. Freher trouxe à luz muitas obras históricas de Tritenheim, e Buys suas obras ascéticas. O mesmo Freher publicou as obras de Hubert Thomas Leodius. Otto Brunfels e Cochlaeo publicaram algumas obras de Huss. Edmundo Mercier, Isaac Gruter e Graswinkel, homens dos mais ilustres, publicaram a obra de Grotius. Algumas obras de Herbert foram publicadas sob o cuidado de Isaac Voss, e muitíssimas obras de Verulam chegaram até nós sob os cuidados do mesmo Gruter. A publicação da *História* do irmão Paolo Sarpi deve-se a Marco Antonio de Dominis. As obras de Blondel e Gronovio foram publicadas por Edmundo Aubertin, morto no parto de uma obra latina sobre a eucaristia. O mesmo Blondel publicou algumas

obras de Daillé. Mountague publicou opúsculos de Jaime, rei da Inglaterra, e de Laud. De Courcelles e Poelenburg publicaram as obras de Bishop, Pierucci as de Schoppe, Des Cordes as de Cassander, e outras obras por outros parteiros. Algumas obras que nos deixaram Scaligero, Du Perron e De Thou foram trazidas a público por Isaac Voss sem demora e esperamos que também sejam publicadas as de muitos outros autores, pelos irmãos Puteanos. Gronovio e Graevio recolheram as *Cartas* de Casaubon, Clemens editou as de De Saumaise, o mesmo Isaac Gruter as de Grotius e Goldast as *Cartas Filológicas* de vários autores. Peucer, Pezel e Manlio editaram as de Melanchton; faz pouco tempo Thomasius as de Camerario e Manutio. Schlusselfburg, Heinz, Bert, Gabbema e Poelenburg editaram as *Cartas Teológicas*. Mas seria interminável citar a todos. Não obstante, ainda haveria, sem dúvida, aqueles que pensam que publicar as obras inéditas pode ser justificável, mas que imprimir uma segunda vez, pode parecer um ato de mau gosto e que o gasto não só é inútil como danoso para o público. Este é o último aríete que eles movem. Se o repelimos, a edição de uma obra alheia fica reivindicada suficientemente. E para isto não é necessário um grande esforço, já que não se pode negar que as obras impressas ou difundidas pela fama, ou bem eliminadas pelo ódio ou desprezo, são tão raras muitas vezes como os manuscritos. Não temo certamente que alguém diga que a obra de Nizzoli, que agora apresento, já está, então, nas mãos de muitos. Digo-o não tanto por mim, para não parecer avaliar os outros a partir de meu conhecimento das coisas livrescas, que é exíguo, mas pelos homens mais instruídos e versados nesse gênero de estudos, que admitiram que nunca ou muito raramente a tiveram diante dos olhos. Por isso, não creio que qualquer homem prudente veja em mim como defeito o que aqui e ali se aprova nos demais. Certamente, aqueles eruditos ingleses que reuniram tantos trabalhos

alheios sobre a Sagrada Escritura em um volume de *Livros Críticos*, receberam o aplauso de todos. O jurista Johannes Fichard de Frankfurt procurou diligentemente que estivessem dispostas para uma nova edição as obras dos egrégios juristas, que, editados na Itália e na Espanha, eram difíceis de encontrar na Alemanha. O médico Lorenz Strauss, com sua edição do *Teatro Simpatético* e os opúsculos de distintos autores recopilados nele, deu, sem dúvida, valor a sua obra. Quem não elogiará a antiga tipografia parisiense e aos *Elzeviros* e aos *Blavios*, que com suas notícias, histórias e memórias, dão à luz, ou para proveito de todo público ou todo mundo, tantos preclaros monumentos que de outro modo teriam permanecido escondidos nas bibliotecas? O mesmo objetivo tiveram os editores de *O Velocino de Ouro*, de *A Arte Aurífera*, e de *O Teatro Químico*, porque sentem um grande prazer os que entregando-se à investigação e publicação de tantas obras que estavam ocultas e que agora são facilmente acessíveis a todos, liberam-se de um molestíssimo peso. Os estudiosos da história dos antigos deveriam estar eternamente agradecidos a Jano Gruter ainda quando nada próprio desse à prensa, mas sim somente as obras de grande utilidade que recolheu, de distintos autores, tanto em sua *Tocha Crítica* como em sua *Crônica Política das Crônicas*, na qual ocultou seu nome sob o pseudônimo de Gualtero Belga, por um pudor excessivo. Mas, da coleção de autores vários, passemos já aos escritos catalogados como de autoria confirmada. Vorburg reimprimiu as obras de Blondel; Hortleder editou faz tempo a obra *Sobre os Comícios* de Onofre; e Lambeck editará depois Πολυμαθέσατος [*O Polímata*]. Grotius diz:

*Pelas obras autênticas de Cassander estarem bem polidas,  
agradeça a Des Cordes por estes bens.*

Segundo ouvi, também Mallinkrot se dispunha a fazer uma recensão, a expurgar e a fazer uma defesa das obras de Erasmo. Nihus enviou à prensa batava as obras de Alacci e Nicio. Gassendi publicou as *Instituições* de Galileu, e Bernegger o *Círculo Proporcional* do mesmo. Estes dois homens, muito versados em todo tipo de conhecimento e sobretudo em matemática, um na Alemanha e outro na França, vestiram em uma nova roupagem as obras de Galileu. Johannes Andreas Bose, doutíssimo, reeditou uma *Sinopse da Política de Leipzig*, do mesmo Bernegger. Schoock reeditou as obras de Clapmar, e Jakob Thomasius, homem de solidíssima erudição, as de Wowern, exonerado da culpa de plágio. Boeckler, muito célebre por seus próprios méritos, reeditou o *Direito Natural e de Gentes* de Selden (e editará nos próximos dias o *Frederico III* de Enéas Sívio). Também Francisco Mercúrio Belmont tornou conhecido a um homem digno de seu engenho, Octavio Pisani, e também Jakob Masenio trouxe à luz os *Anais Trevirenses* de Brower. Estas obras já estão no prelo. Mas, sobretudo, Hermann Conring, entre os alemães, e Gabriel Naudé, entre os franceses, ambos de vasta e variada sabedoria e ambos médicos, aceitaram as obras alheias, que tinham ficado como órfãs e abandonadas. Naudé editou as obras de Nifo, as de Cardano e as de Campanella; Conring, as do mesmo Naudé e as de Schoppe, Maquiavel, Chiaramonti, Starowolski, Cassander, Witzel e Viotti. Na verdade, sendo tantos e tão importantes os acusados, não creio que tenha de temer em incorrer em desonra e censura.

## II – Das Concordâncias Ciceronianas de Nizzoli (*De Nizolii Concordantiis Ciceronianis*)

Agora devemos nos ocupar do autor mesmo, cujas obras vamos editar, e do argumento que trata. O mundo erudito ignoraria, creio, quase totalmente Mario Nizzoli brescelense, se ele não se tivesse celebrizado por seus trabalhos de gramática, aos quais se pode aplicar com razão aquele texto virgiliano sobre as abelhas: “é um trabalho sobre assunto pequeno, mas a glória não é pequena”<sup>365</sup>.

Mas sucede muitas vezes que os doutos alcançam a fama, sobretudo com os escritos em que menos esperam. Com efeito, quem duvidaria de que Nizzoli prometeu a si mesmo maior celebridade pela *reforma da filosofia*, à qual dedicou com todo seu ânimo, que por aquelas, para chamá-las de alguma maneira, *Concordâncias Ciceronianas*? E, no entanto, seu *Índice Ciceroniano* dura e há de durar enquanto permaneça o próprio Cícero, mas a filosofia nizzoliana a duras penas escapou da sufocação ainda no momento do parto. Não ignoro a indignação de Maioragio e Grifoli, ocasionada pelo litígio que Calcagnini promoveu sobre *Dos Deveres* de Cícero, nem tampouco que Enrico Stephano no *Diálogo dos Ciceronianos Nizolianos*, como ele diz, foi pouco equânime com Nizzoli, seu mestre e mentor, nem que Nizzoli foi desprezado às vezes entre os censores com arrogância. Uma causa particular moveu Enrico Stephano a censurá-lo, o fato de que via que com a obra de Nizzoli, perdia muita importância *O Tesouro da Língua Latina*, obra de seu pai Robert Stephano. Os demais, que se aborrecem com Nizzoli, embora varões muito doutos, se fossem do tempo dele, creio que pensariam de outra

---

<sup>365</sup> No texto leibniziano consta “In tenui labor, at non tenuis gloria”, que provém de Ausônio, *Technopaegnon*, Praefatio, e não de Virgílio. A citação virgiliana a que Leibniz se refere é “tenuis labor, at non tenuis gloria”, cujo significado tem outro sentido: “este trabalho é pequeno, mas não é pequeno o merecimento”.

maneira. Sem dúvida, julgou de modo distinto Célio Segundo Curio, homem muito famoso, que, com o conhecimento e consentimento do mesmo Nizzoli, aceitou enriquecer o *Índice Ciceroniano* e fazer uma recensão da obra. A isto também se dedicaram Basílio Zanchi, Marcello Squarcialupi e Jakob Keller Augustano.

### III – Dos Estudos Filosóficos de Nizzoli (*De Nizolii Studiis philosophicis*)

Mas parece que Nizzoli chegou às meditações filosóficas por meio desta leitura diligente de Cícero. Como viu tratados os sutilíssimos lugares da filosofia sobre os deuses, sobre o destino e adivinhação, sobre os fins das coisas, da arte de disputar, descobrir (*inventio*) e julgar, sobre todos os assuntos da República e os deveres da vida humana com agudeza por Cícero em latim, ao mesmo tempo que com adequação, para não dizer elegante e abundantemente, nosso Nizzoli, homem agudo e bom, não só começou a desprezar com justiça a infeliz maneira com que os escolásticos tratavam as questões, com muita obscuridade, pouca utilidade e verdadeiramente nenhuma elegância; mas também teve valor ao expor publicamente suas meditações para confirmar isso e restaurar as artes em seu tempo. E, certamente, conseguiu que tais defeitos não aparecessem em seus escritos e, podemos crer, advertiu para isso quando teve oportunidade. Mas parece que o motivo último de se dedicar a este legítimo trabalho foi o que se expõe a continuação. Célio Calcagnini havia escrito as *Controvérsias* ou *Investigações*, editadas na prensa de Fobrenio no ano 44 do século passado na Basileia, obra que censurava com bastante liberdade *Dos Deveres*, de Cícero. Isto pareceu mal a alguns doutos, cultores de Tulio, entre os quais encontravam-se Jacopo Grifoli e Marco Antonio Maioragio, que editaram defesas de Cícero, o primeiro em Roma na

prensa de Aldo e o outro em Milão. Mas Nizzoli, somando-se à controvérsia, tratou de refutá-los: a Célio porque atacava a Cícero, e a Maioragio porque defendia que Aristóteles e Cícero poderiam ser aceitos conjuntamente. Aquele escrito de Nizzoli não só foi impresso num livro à parte, mas também foi acrescentado à edição de *Dos Deveres* feita em Veneza no ano de 1554, in-fólio, com o título de *Defesa de alguns lugares de Cícero*. Por Cícero tomaram também partido Joaquim Camerario e Jerônimo Wolf e assim como, faz muito pouco tempo, o ilustríssimo Samuel Rahel dedicou-se com um interesse digno de elogio a explicar a *Filosofia Moral* de Cícero. Mas Maioragio não suportou a censura de Nizzoli, que excedia em muito sua própria ofensa. Contava para isto com o estímulo de Ottavio Ferrari, célebre e erudito peripatético, êmulo de Nizzoli, que não pôde digerir aquela liberdade de julgar a Aristóteles. Confiando no apoio deste, Maioragio escreveu dois livros de *Refutações*, contra Mario Nizzoli, muito duros, acrescentando, além disso, a recusa de tudo o que Nizzoli anotou como erros nas soluções do mesmo Maioragio. Finalmente, levado por tudo isso, Nizzoli efetuou um exame mais profundo do tema e editou estes quatro livros *Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar*. Neles, não só publica suas sentenças, refutadas por Maioragio e Ferrari, inclusive antes de terminar de imprimir, como as defende em uma obra de muito cuidado e justiça. Mas somente lembra a Maioragio no prefácio e no cap. 6 do livro IV, onde contesta que a *Ética a Nicômaco* seja de Aristóteles a Nicômaco, mas do mesmo Nicômaco. Assim, mete-se numa discussão inútil, inclinando-se a uma posição que precisaria ser explicada. Na edição da obra está o título, do qual tiramos este outro novo: *Quatro livros de Mario Nizzoli de Brescello sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar contra os pseudofilósofos. Nos quais se estabelecem quase todos os verdadeiros*

*princípios das verdadeiras artes e ciências, uma vez rejeitados e refutados quase todos os princípios falsos dos Dialéticos e dos Metafísicos. E ademais se refutam quase todas as objeções de Marco Antonio Maioragio contra o mesmo Nizzoli editadas até o dia de hoje. Em Parma, na prensa de Settimo Viotti. 1553, in-quarto.* Ignoro, certamente, se Mario Nizzoli acrescentou alguma outra coisa à filosofia. Só sei que traduziu a explicação de Galeno das palavras de Hipócrates que haviam se tornado obsoletas. O livro, revisado por ele mesmo, foi editado em Veneza por Juntis, com as obras de Galeno, no ano de 1550. Houve outro Nizzoli em Parma, talvez parente, mas posterior ao nosso. Este era jurisconsulto de profissão e sua obra *Alegações do Direito de Enfiteusis* está editada em Parma, na prensa de Brudon, in-quarto, em 1603. E estas coisas foram objetadas a Nizzoli considerando-o como um autor pouco profundo em suas investigações. Pode-se acreditar que o mesmo ocorreu a Lorenzo Valla, que foi prejudicado pelo nome de “gramático”, e impediu que tivesse prestígio suficiente para mover os ânimos das pessoas. Esta mesma objeção já havia sido feita a Pedro Abelardo por parte dos ignorantes. E também a Ângelo Poliziano, a Luís Vives, a Erasmo, a Andrea Alciato e ao mesmo Jacques Cujas, e, ademais, faz pouco tempo, a De Saumaise, Grotius, etc. Maximiliano van der Sandt colecionou muitas invectivas particulares deste tipo contra os gramáticos, ainda que ele mesmo fosse γραμματικώτατος [gramatiquíssimo] por formação e profissão. E ainda que tais acusações careçam de fundamento, e ainda que ninguém seja mais “gramático” que aqueles que promovem logomaquias, sob o venerável título de “Filosofia”, entretanto, para o vulgo, dificilmente podem ser eximidos totalmente. Parece, além disso, que ter escrito na Itália foi um obstáculo para sua aceitação progressiva, já que ali reinam os seguidores escolásticos de Aristóteles. Com efeito, é bastante conhecido para que seja mencionado o que

aconteceu a Francesco Patrizi, a Cardano, a Galileu, a seu apologista Campanella e ao mesmo Giovanni Francesco Pico della Mirandola. Há de se ter em conta, ademais, o método (*ratio*) daquele século, em que a verdade somente começava a se manifestar como que entre as ruínas do erro e brilhava com faíscas à maneira de pequenas tochas que luzem às vezes entre as manchas solares e entre as cinzas que sobrevoam pelos ares com a fumaça. No nosso tempo a luz já é mais ampla e hoje pelo menos se consente que Aristóteles também pode errar.

#### IV – Resumo dos Princípios Lógicos do Filosofar (*Logica philosophandi principia completitur*)

Agora temos de abordar o argumento da obra. Com efeito, Nizzoli intitulou-a *Sobre os Verdadeiros Princípios e o Verdadeiro Método de Filosofar*, um título, confesso, que é mais grandioso que exato. Efetivamente, não há outra coisa em toda obra que uma certa Lógica reformada e ordenada ao puro e próprio modo de falar. Se tivesse sido eu o autor, este, sem dúvida, teria sido o título do livro. Mas não quis me fazer de engenhoso modificando o alheio a destempo. De vez em quando investe contra a Metafísica, mas nada traz que altere seus princípios, a não ser quando são semelhantes aos da Dialética. Além disso, nunca trata do tema do uno e do múltiplo, do todo e da parte, do mesmo e do diverso, do necessário e do contingente, da causa e do efeito, da mutação e da duração, nem tampouco de outros lugares da Metafísica. Não faz menção alguma das coisas da natureza, nem das Matemáticas. As coisas civis são tocadas friamente. Tanto é assim, que não se encontra outra justificativa para um título grandioso, a não ser esta única: que a Lógica verdadeira não só é instrumento, mas também, de certo modo,

contém os princípios e o verdadeiro método de filosofar, porque nos fornece as regras gerais pelas quais se pode distinguir o verdadeiro do falso e se podem demonstrar todas as conclusões com a ajuda tão somente de definições e experimentos. Mas admitamos que aquelas regras gerais não são os princípios da filosofia nem os das mesmas proposições e que não fazem a verdade das coisas, mas que as mostram; entretanto, farão o filósofo e serão os princípios do reto filosofar, e isto é suficiente para justificar a Nizzoli.

#### V – Do método de discursar de Nizzoli (*De Nizolii dicendi ratione*)

Dividiremos o resto do prefácio tratando, primeiro, acerca do uso das questões que são expostas corretamente por Nizzoli e, depois, de certos erros e excessos seus. Por sua vez, a finalidade desta reedição é deixar patente o uso das meditações nizolianas, de tal maneira que convém um pouco mais de diligência nesta parte. E me pareceu que duas coisas, sobretudo, fazem a obra de Nizzoli digna de publicação: o *método de discursar* e o *tempo do autor*. O *método de discursar*, porque é digno de um filósofo; o *tempo do autor*, porque o autor é digno do nosso tempo e, se consideramos o tempo em que viveu, tais meditações só couberam aos engenhos mais sólidos e mais raros. O *método de discursar* que ele não só emprega, mas que aconselha constantemente desde faz tempo; muitos homens de sólida reputação o consideraram digno de que paulatinamente seja devolvido às escolas, como que por direito de repatriação. Digo que seu *método de discursar* é natural e próprio, simples e perspicuo, alheio a toda distorção e artifício, fácil, popular e extraído do meio que nos rodeia e conveniente às coisas tratadas; e por sua luz mais ajudando à memória que confundindo o juízo com uma agudeza vã e fina. Mas tomemos

cuidado e não incidamos no mesmo defeito que repreendemos, isto é, a fala grandiloqüente, metafórica e ampulosa.

## VI – Da Dicção Filosófica (*De philosophica dictione*)

Três ao todo, parece-me, são as virtudes do discurso: “clareza” (*claritas*), “verdade” (*veritas*) e “elegância” (*elegantia*), pois a utilidade pertence, sobretudo, ao conteúdo das coisas mesmas. *Claro* é o discurso que se faz com palavras cujo significado é conhecido por todo aquele que preste atenção. *Verdadeiro* é o discurso cujo significado se entenderá mediante uma reta disposição tanto do ouvinte como do meio: (pois assim como o entendimento é a medida da *clareza*, o sentido é a medida da *verdade*); esta é a única e veríssima definição de verdade, tenha-se dito o que se tenha dito até agora, e é a definição da qual se pode demonstrar todos os cânones do reto julgar. Mas expor isso é de outro lugar; aqui somente explicaremos com um exemplo. Esta proposição: “Roma está situada às margens do Tibre” é verdadeira porque, para que se entenda o que diz, não se requer nenhuma outra coisa a não ser que o que escuta e o meio se encontrem em reta disposição, isto é, que o que escuta não seja cego nem surdo, e o meio, isto é, o intervalo, não seja demasiado grande. Isto posto, se estiver em Roma ou próximo a ela, verei a cidade e o rio na mesma olhada e verei também que esta cidade está junto a este rio e ouvirei que esta cidade se chama Roma, e Tibre o rio. Algo similar ocorre com as verdades abstratas. A proposição “o número binário é par” é verdadeira porque se vejo (ouço, toco, penso) um número binário, vejo um e um (pela definição de binário percebida pela audição ou pela leitura) e não vejo nada mais; portanto, vejo que as duas partes do binário constituem o todo, um e um, e que as duas são iguais entre si porque um é

igual a um. E o número, cujas duas partes que constituem ou integram o todo são iguais, chama-se par (pela definição de par percebida pela audição ou pela leitura). O que conhecerá que um número dado é binário, conhecerá que é par e, portanto, a proposição proposta é verdadeira. É *elegante* o discurso que resulta agradável para o que lê e para o que escuta, mas, como estamos tratando do discurso filosófico e do estilo conveniente a ele, passaremos por alto pela elegância, ainda que admitamos que tem muito poder para chamar a atenção, para mover os ânimos e para que se gravem as coisas na memória, por assim dizer, com mais força. Deve-se ter somente a certeza que a matéria admite<sup>366</sup>. A certeza do resto, inclusive para o mais rigoroso definidor, não é outra coisa que a *clareza da verdade*, de modo que da mesma noção de certeza siga a do discurso filosófico, já que a *clareza* e a *verdade* são os dotes do discurso que procura a certeza. É evidente que a verdade da proposição não pode ser conhecida se não é conhecido o significado dos vocábulos, isto é (pela definição de clareza), se não são claros.

## VII – Da Perspicuidade no Estilo Filosófico (*De perspicuitate Stili philosophici*)

A *clareza* baseia-se não só nas palavras, mas também em sua construção. Porque, se a construção não é clara, entender-se-á certamente o que significam as palavras isoladas e por si, mas não o que significam neste lugar e com relação às demais. Mas de obscuridades na construção costumam pecar mais os oradores e poetas que nossos filósofos; por isso devemos falar

---

<sup>366</sup> Aristóteles, *Ética a Nicômaco* 1, 3: “Cada tipo de afirmação, portanto, deve ser aceito dentro dos mesmos pressupostos; os homens instruídos se caracterizam por buscar precisão em cada classe de coisas somente até onde a natureza do assunto permite, da mesma forma que é insensato aceitar raciocínios apenas prováveis de um matemático e exigir de um orador demonstrações rigorosas”. Coleção Pensadores, p. 119, 1996.

mais da clareza das palavras tomadas *por si*. Opõem-se à *clareza*, ou ao conhecimento do significado, dois vícios opostos: a obscuridade e, por assim dizer, a clareza em excesso, ou seja, a ambigüidade. Na primeira não se conhece nenhum significado, na segunda aparecem vários significados ao mesmo tempo, mas não está claro qual é o verdadeiro. Além disso, a *clareza* da palavra origina-se de dois fatores: a palavra *por si*, ou bem as *circunstâncias* do discurso. A *clareza* da palavra *por si*, por sua vez, tem duas fontes: a *origem* e o *uso*. Ora, as *origens* das palavras reduzem-se a duas: o uso da raiz e a analogia da derivação feita da raiz. O *uso* é o significado da palavra comumente conhecido pelos falantes de uma mesma língua. A *analogia* é o significado da flexão ou derivação, igualmente conhecida pelos falantes da mesma língua. Por exemplo, na palavra *fatum* o uso ou significado conhecido é a necessidade dos eventos; a origem desta palavra se compõe do uso da raiz e da analogia: a raiz é *for* ou *fari*, o uso da raiz é *dicere*; a analogia de *fati* é *fatum*, palavra com que na língua latina se significa o particípio perfeito passivo da raiz, de tal maneira que, na origem, *fatum* seja o mesmo que *dictum*. Mas muitas vezes o uso nasce da origem por meio de algum tropo, e isto fica patente também no exemplo proposto, pois na origem *fatum* é o mesmo que *dictum*, portanto no uso é o que há de suceder necessariamente. Vejamos, portanto, de quem são os ditos (*dicta*) que sucederiam necessariamente e ficará claro que tal afirmação refere-se somente aos ditos (*dicta*) de Deus. Por conseguinte, na origem *fatum* é *dictum* (“o dito”); e disso, por antonomásia, ou seja, κατ' ἐξοχήν, o dito (*dictum*) de Deus. E finalmente, por sinédoque, será o dito (*dictum*) de Deus acerca do futuro, isto é, o decreto de Deus. Por último, por metonímia de causa, será o que sucederá necessariamente, que é o uso de da palavra agora. Por isso é próprio do bom gramático e do bom filósofo poder deduzir da origem o uso da palavra, por

meio de continuados sorites de tropos, por assim dizer. Neste assunto, vejo Júlio César Scaligero como o maior artífice, cujos livros *Das Origens* desapareceu com não pequeno dano para a filosofia. Só resta aquilo que seu filho, possivelmente, empregou nas *Anotações a Varrão*<sup>367</sup>. Entretanto, ele muitas vezes dissente do que seu pai havia publicado antes e isto aparece continuamente através de seus escritos. Mas assim como temos maior erudição nas reflexões do filho, perdemos, na investigação sobre as origens feita pelo pai, maior agudeza e filosofia. De resto, ao empregar as palavras deve-se observar esta regra: que, se a origem não está de acordo com o uso, sigamos, ao falar, mais bem o uso que a origem; mas, se o uso é dúbio ou incompatível, permaneçamos fiéis mais bem à origem. Se o uso é múltiplo, deve-se procurar abstrair algum significado formal, como é chamado, isto é, que se dê algum significado da palavra que contenha em si todos os usos, como costumam trabalhar os teólogos, sobretudo os intérpretes das Escrituras hebréias, entre os quais se sobressaiu Samuel Bohl nesta espécie de caça dos sentidos das palavras. E, se não se puder fazer o indicado mais acima, é necessário ao menos se constituir um uso originário, por assim dizer, do qual fluam os demais, como ele mesmo procede da origem, a saber, por via de tropos. Entretanto, ao restituir o uso originário, deve-se atentar para que seja significado formal, ao menos, da maior parte dos usos, enquanto for possível, do qual se deduzam os demais usos. Mas em um e outro procedimento, ao eleger tanto o uso originário como o significado formal, deve-se ter em conta, principalmente, que de todos os significados que se apresentam, deve ser escolhido o mais próximo da origem da palavra. Uma vez escolhido o

---

<sup>367</sup> Leibniz refere-se a Júlio César Scaligero (1484 - 1558), e ao seu tratado *Sobre a origem da língua latina*. Seu filho, José Justo Scaligero (1540 - 1609), filólogo francês (seu pai era nascido em Veneza), publicou em Paris, 1565, sua principal obra, *Anotações a Varrão da língua latina* (“Conjectanea in Varronem de lingua latina”).

significado, se há lugar, deve ser levado à definição (pois a definição não é outra coisa que o significado expresso em palavras ou, mais brevemente, a significação significada), e a definição deve ser proposta ao ouvinte ou ao leitor. Ao definir deve-se atentar para que não só a definição seja verdadeira, mas que também seja clara.

#### VIII – Dos Termos Técnicos e Populares (*De terminis technis et popularibus*)

Portanto, deve-se fugir dos termos técnicos mais do que de um cão raivoso ou de uma serpente. Devem ser evitados, sobretudo, os termos que sirvam de predicamentos, a maior parte das vezes tão alheios ao uso da língua latina. Uma vez formada a definição, há de se insistir nela, de tal maneira que, ainda que se substitua a definição pelo definido, nenhuma fala resulte absurda. Mas, ainda que não se anteponha nenhuma definição, o uso da palavra deve ser uniforme, de tal maneira que a mesma definição possa sempre ser substituída. Assim, fica patente qual significado deve ser atribuído a uma palavra dada. E, atenção, também o contrário, isto é, qual palavra deve ser atribuída a um significado dado. E nisto tem de se considerar tanto a brevidade quanto a clareza. Com efeito, obtém-se o máximo de clareza com os termos tomados da linguagem ordinária, considerando o uso popular. Nos termos técnicos sempre há alguma obscuridade. Chamo termo “popular” (seja-nos permitido usar o “termo” para significar a palavra enquanto significada, a não ser que preferamos substituí-lo por “vocábulo”, coisa que, na verdade, não seria feita contra minha vontade) aquele cuja palavra e significado são usuais. Termo técnico é aquele cuja palavra ou significado é privado, isto é, próprio de um homem ou de um gênero de homens.

## IX – Das Onomatopéias (*De óνοματοποιάν*)

Se a palavra é privada, quer dizer que foi formada por uma espécie de óνοματοποιάν [onomatopéia], como sucede com a maior parte das palavras da *Rothwelschen Sprache*<sup>368</sup>, cujo *Lexicon* nos dá Gresner compendiado no *Mithridates*. Mas na formação de palavras, há de se considerar, em primeiro lugar, que não se constitua casualmente, como que por um ímpeto arbitrário do ânimo, mas com alguma razão, ora, a razão é tanto louvável quanto mais apta. Esta proporção para a formação de palavra receberá sua aptidão seja da raiz seja do modo de formação. A raiz deve ser a mais usual e o mais próximo possível da coisa que tentamos designar com uma nova palavra. A analogia deve ser também usual e apropriada, de tal maneira que da significação da raiz e da analogia se possa formar uma definição do novo vocábulo que pretendemos denominar. Por exemplo, *haecceitas* não tem uma analogia de uso; seria melhor empregar *hoccitas* (ou *hoccimonia*), como se emprega *quidditas* e não *quaedeitas*. Pois bem, da raiz de *hoccitas* e da analogia pode se formar sua definição, pois a raiz de *hoccitas* é *hoc* e a analogia é *itas*. Mas esta analogia ou proporção de derivação expressa o fundamento da denominação na raiz, isto é, a qualidade da raiz enquanto é tal e qual se diz que é. A *hoccitas* será, portanto, a razão pela qual se diz *hoc* (do mesmo modo que Aristóteles define a qualidade como aquilo pelo que se nos diz *quais*), ou, dito de outra maneira, a qualidade desta coisa enquanto esta coisa.<sup>369</sup>

---

<sup>368</sup> Língua com palavras ou sentidos escondidos, dissimulados, maliciosos, ou incompreensíveis. *Roth* era palavra indicativa de “maltrapilho” (talvez haja relação com “roto”), “jogador”, que faz pilhéria, indicando fontes não confiáveis. *Welsche* indica línguas românicas e conseqüentemente tudo o que não era dito de forma compreensível, para os alemães. A expressão “Rotwalsch” pode ser encontrada desde 1250. A explicação do dicionário etimológico Duden (*Das Herkunftswörterbuch*, 7, Dudenverlag, Mannheim, 1989, verbete “Welsch”) afirma que a palavra vem do alto-alemão e que significa “valão”, daí a relação com línguas românicas.

<sup>369</sup> “Haecceitas” e “hoccitas” referem-se a *haecceidade* ou *haecceidade*, termo criado por Duns Scoto, que denomina o caso em que um indivíduo seja ele mesmo e se distinga de qualquer outro.

Tampouco deve se estranhar que os abstratos sejam definidos pelos concretos, já que os concretos são mais conhecidos. Mas, se não é a palavra mas sim o significado que é novo, há de se atender a uma destas duas coisas: ou bem se a significação é de algum modo congruente com a palavra, isto é, se pode ser derivada com a ajuda de tropos de seu uso comum, ou, ao menos, de origem, ou bem haverá de se ver se não se pode encontrar outra palavra mais congruente. Todas essas coisas deveriam ser ilustradas com exemplos, se fosse meu propósito antes tratar delas que trazê-las à mente.

#### X – Do Uso de Termos Técnicos (*De usu terminorum technicorum*)

Finalmente, é necessário abster-se e se acautelar dos termos técnicos, como disse, na medida do possível. Mas nem sempre se pode evitá-los, pois resultaria um discurso prolixo se usássemos sempre palavras populares. Por exemplo, podemos dizer: o quadrado é um quadrilátero eqüilátero retângulo; mas “eqüilátero”, “quadrilátero”, e “retângulo” (para não falar do plano) são palavras técnicas. Logo, terá de se resolver do seguinte modo: eqüilátero é o que tem todos os lados iguais; quadrilátero, aquele que tem somente quatro lados; lado é a linha que delimita; retângulo é o que tem todos os ângulos retos; ângulo é a intersecção de linhas; reto é o que tem dois lados iguais. Portanto, para evitar os termos técnicos, pela palavra “quadrado” teremos de empregar sempre estas frases: aquele que tem iguais todas as suas linhas que delimitam, e aquele cujas únicas quatro linhas são linhas que delimitam, e todas as convergências entre as linhas que delimitam são iguais de um e outro lado. Se for para ter mais rigor, teríamos de resolver depois as linhas, os

---

“Hocitas” é a proposta de Leibniz, que se baseia em seus estudos filológicos e no argumento do capítulo.

termos, os limites e as convergências e as palavras que significam igualdade, porque, tal como se usam, não correspondem exatamente aos conceitos dos geômetras. Tampouco corresponde ao conceito dos geômetras a palavra “quadrado”, que pode ser atribuída a qualquer quadrilátero não só pela origem, mas também pelo uso ordinário, ainda que os geômetras a atribuam por antonomásia somente ao retângulo eqüilátero, como o mais perfeito. Creio que até um cego vê quão molesto e desagradável é o emprego, ao falar e demonstrar, de tantas palavras distintas em lugar da palavra “quadrado”. Poderia acrescentar aqui o que disse em diversas passagens da *Arte Combinatória*. Conseqüentemente, ainda que o juízo se fizesse mais sólido com estas resoluções dos termos técnicos naqueles outros populares mais simples – e disto teríamos de concluir também que em toda demonstração perfeita não ocorre outra coisa que esta resolução nos elementos últimos e mais conhecidos, isto é, nas definições do sujeito e do predicado e na definição dos termos que, por sua vez, entram nas definições (sejam todas aquelas resoluções feitas em um lugar só, ou bem estejam já feitas em outras definições ou demonstrações nossas ou de outro escritor, cujo uso das palavras tenhamos feito nosso e às que remetemos) – , nossa memória encontrar-se-ia atordoada com eles. Foi necessário então excogitar termos técnicos para aquelas coisas nas quais o povo não pôs nomes especiais, ou porque não deram atenção, como a “linha quadratriz”, ou porque se usam raramente, como “hipérbole” e “parábola”, e acreditou-se que seria suficiente designá-las por alguma circunscrição, se por acaso o uso o pedisse alguma vez. E é veríssimo que não há nada que não se possa explicar com termos populares, mesmo que com muitos. Por isso nosso Nizzoli insiste com propósito em cada passo em considerar como inexistente, imaginário e inútil aquilo o que não foi atribuído, na língua ordinária, ao menos qualquer palavra em geral (isto é,

como interpreto, uma palavra que unida a outra geral possa no limite significar a coisa de uma maneira específica).

## XI – Da Diferença entre o Conhecimento Filosófico e o Vulgar (*De differentia cognitionis philosophicae a vulgari*)

Com efeito, os filósofos nem sempre se distinguem dos plebeus por perceberem coisas diferentes, mas sim por perceberem de modo diferente, isto é, com o olho da mente e com reflexão ou atenção e comparando-as umas com as outras. Não há modo melhor de chamar a atenção dos homens para uma coisa do que o emprego de um vocábulo que se possa manter facilmente na minha memória e aos demais lhes sirva de signo para diferenciar tal coisa de outras. Além do mais, estão os filósofos muito longe de perceber coisas mais abstrusas e nobres que os demais homens, pelo contrário; antes que o incomparável Verulam<sup>370</sup> e outros preclaros varões devolvessem a Filosofia à nossa terra desde as divagações etéreas ou até mesmo os espaços imaginários e a fizeram útil para a vida, qualquer alquimista, com um sopro na cinza, teria freqüentemente conhecimentos mais seguros e claros das coisas da natureza do que um qualquer filosofastro (pois não negamos que também entre os filósofos, sobretudo entre aqueles que tenham bebido nas fontes de Aristóteles e dos antigos mais do que nas lacunas dos escolásticos, tenham sobrevivido homens de doutrina sólida e útil) enclausurado que se dedica somente às “haecceitas” ou “hoccitas”. Assim, os filósofos com freqüência percebem as coisas que outros já perceberam antes, mas com a atenção que outros negligenciaram. Assim, Joachim Jung de Hamburgo, um verdadeiro filósofo, observou muitas espécies de insetos, que tinham sido vistas por muitas

---

<sup>370</sup> Sir Francis Bacon of Verulam (1561 – 1626).

pessoas, mas que antes tinham sido desprezadas e até pisadas por todo mundo. Ele observou-os, colecionou-os, classificou-os, comparou-os entre si e depois dessa comparação colocou-lhes nomes novos. Esperamos que estes e outros estudos seus sejam editados, o mais breve possível, pelo insigne Vogel. Admito, porém, que pode acontecer de os filósofos perceberem às vezes corpos ou qualidades dos corpos que outros nunca perceberam, como os químicos que amiúde encontram novos corpos até agora ignorados por meio de misturas e soluções diversas. O mesmo sucede com os compostos médicos que costumam receber o nome de seu preparador, meio mais eficaz para atingir fama perene do que erigir uma estátua de duro diamante com seu elogio inscrito. Qualidades novas, como as muitas cores até então desconhecidas, vistas sem dúvida pelo que primeiro usou o microscópio. Por conseguinte, para estes casos ou é necessário formar nomes novos ou acomodar os antigos por meio de tropos tirados da relação da coisa ou qualidade nova com a antiga.

## XII – Da Transmissão da Filosofia por meio de uma Língua Viva (*De philosophia lingua viva et vulgari tradenda*)

Assim, há de se ter por certo que tudo aquilo que não for possível de ser explicado por termos populares, e se não se funda na experiência imediata dos sentidos (como são muitos gêneros de cores, odores e sabores), é nulo e deve ser excluído da filosofia como que por fórmula de expiação. Por isso muitos filósofos dotados de engenho têm o costume de incitar aos egrégios disputadores dialéticos para que expliquem todos os seus termos claramente, ou bem, se preferem evitar esta dificuldade, que desçam até uma língua viva ou popular e tentem expor nela os pensamentos de seu espírito. E é

surpreendente, se tentam, ver como ficam consternados ou se põem no ridículo diante dos presentes, pouco versados na língua latina, ainda que sejam inteligentes e experimentados. Creio que por esta razão na Inglaterra e França, certamente, o método escolástico caiu em desuso paulatinamente, pois já faz muito tempo que nestes lugares se começou a cultivar a filosofia em sua própria língua, de tal maneira que, de algum modo, se abriu a porta a esta plebe e inclusive para as mulheres para que julguem tais coisas. O mesmo teria ocorrido sem dúvida entre os italianos, se ali os teólogos escolásticos não tivessem acudido em ajuda de seus congêneres, os filósofos. Na Alemanha, a filosofia escolástica tem um fundamento mais sólido porque, entre outras causas, começou a se filosofar muito tarde em alemão e mesmo agora se faz pouca filosofia nesta língua.

XIII – O alemão não é só uma língua mais apta para ensinar filosofia, mas serve também excelentemente para revelar os devaneios da Filosofia Escolástica (*Lingua germanica non solum aptissima est, ut ea philosophiam doceamus, sed et egregiè facit, ad scholasticae philosophiae naevos detegendos*)

Atrever-me-ia a afirmar que não há na Europa uma língua mais apta que a alemã para superar este tipo de provas e este exame de filosofemas em uma língua viva. Com efeito, o alemão é uma língua rica e perfeita para as coisas, capaz de suscitar a inveja de todas as demais línguas, pois que não se fez uma investigação tão diligente por nenhum outro povo, desde muitos séculos, sobre as artes reais e mecânicas, até o ponto dos próprios turcos se valerem das palavras do alemão para designar metais da mineração da Grécia e Ásia Menor. Por outro lado, a língua alemã é sem dúvida totalmente inadequada

para expressar ficções, muito mais inadequada do que a francesa e italiana, e as demais derivadas do latim. Nas línguas derivadas do latim, com uma palavra latino-bárbara levemente flexionada, se produz uma francesa ou italiana não-bárbara. Por isso, muitas palavras da filosofia escolástica transferiram-se para a língua francesa de diversas maneiras, enquanto na Alemanha ninguém ainda tentou tal coisa sem que tenha recebido vaias generalizadas. Mas, se alguém quisesse manter ou alterar os termos latinos, isto seria filosofar em latim e não em alemão, o que não seria de nenhuma utilidade, e esta filosofia não seria entendida por quem não estivesse versado na latinidade, porque a língua alemã dista infinitamente da latina, o que não ocorre com a francesa ou italiana. E entre os alemães se tratou da filosofia em língua vernácula com atraso porque a língua alemã não é, certamente, incompatível com a filosofia, mas sim com a filosofia bárbara. Tendo sido eliminado tardiamente o método bárbaro de filosofar, não é de se estranhar que nossa língua tenha tardado em filosofar.

#### XIV – De outras línguas com as quais se pode ensinar filosofia facilmente (*De aliis linguis, quibus commodè tradi philosophia potest*)

O mesmo que dissemos da língua alemã deve-se dizer das línguas filhas da língua alemã, a sueca, a dinamarquesa, a inglesa e a belga. E há de se acrescentar que o belga e o inglês, por sua vizinhança com outras línguas, se tornaram mais audazes para admitir vocábulos delas. Pelo contrário, na Alemanha, se rejeitam tais coisas no uso da língua não só por parte de homens graves, mas também pela plebe; ainda que haja certos escolastizantes ou estrangeirizantes que fazem muito barulho com meros latinismos, italianismos e galicismos. Não digo nada da língua eslava porque não tem suficientes

termos para designar coisas reais e emprega muitas palavras do alemão para designar coisas da mecânica ou coisas importadas. Não vou passar por alto aqui o que Thomas Hobbes, com a agudeza acostumada de seu engenho, observou, que para aquelas gentes que têm o costume de ocultar constantemente o termo substantivo “est” como são alguns orientais, a maior parte da filosofia bárbara ou não pode se expressar em absoluto, ou com a maior dificuldade<sup>371</sup>. Porém, essas gentes não são menos aptas a filosofar que os outros, e empregam para falar das coisas mesmas uma linguagem copiosa e culta. Mas depois desta digressão, voltemos ao nosso rumo.

XV – Em que disciplinas há preferencialmente lugar para termos técnicos?

*(Quibus in disciplinis terminis technicis praeceteris est locus?)*

Estando estabelecido que não há coisa que não possa ser explicada com termos populares, e também que o discurso é tanto mais claro quanto mais populares sejam os termos, a não ser que, se multiplicamos, por essa razão, demasiadamente os vocábulos, apareçam por este motivo o tédio ou o esquecimento e com eles a obscuridade, fica então manifesto que a norma e medida para o emprego dos termos deve ser o da popularidade mais concisa ou a concisão mais popular. Assim, sempre que houver termos populares concisos, deve-se abster dos técnicos. É esta, sem dúvida, uma das regras fundamentais do estilo filosófico, violada sobretudo pelos Metafísicos e Dialéticos; pois essas mesmas coisas metafísicas e dialéticas apresentam-se muitas vezes em conversações e escritos e inclusive nos pensamentos da plebe e são tratados constantemente em todas as coisas da vida. Por isso a gente que amiúde adverte disso designou-as com vocábulos peculiares, usuais, sobretudo

---

<sup>371</sup> Nesta passagem, Leibniz refere-se à obra de Hobbes *Do Corpo*, I, III, par. 4.

naturais e concisos. Já que se as têm à mão, seria um erro obscurecer as coisas confeccionando novos que muitas vezes são mais incômodos (sem falar na inépcia que com freqüência aparece na formação de tais palavras), como fazem alguns para serem admirados pelos imperitos, mas que fazem papel ridículo perante os demais. Similar é a situação nas questões morais, civis e jurídicas. Estando eles igualmente claros à inteligência de todos, raramente se pode esperar dos novos termos introduzidos neles coisa que não seja obscuridade. Digo raramente, porque não há nenhuma ciência em que não se requeira o emprego de termos técnicos, sobretudo quando a plebe não entende o tema de que se trata ou não dá atenção. Na Matemática, na Física e na Mecânica, são necessários termos novos ou termos tomados numa nova acepção, porque a maioria das coisas tratadas nestas disciplinas não são imediatamente óbvias ao conhecimento, nem freqüentemente são encontradas no uso comum. Com efeito, produzem-se essas coisas ou se revelam suas qualidades mediante diversas divisões das mesmas coisas, ou mediante mutações, movimentos, adições, subtrações, transposições, misturas e por meio de experimentos, que o vulgo não costuma fazer, a não ser obrigado pela necessidade, e acabam sendo deixados para artífices de distintas ciências. Mas, ainda que os termos técnicos resumam um pouco melhor o significado que os populares, não se segue daí uma notável diminuição do tédio ou do esforço da memória; está claro que é mais proveitoso ao filosofar abster-se de empregar termos técnicos.

XVI – Da Filosofia Acroamática e a Exotérica (*De philosophia acroamatica et exoterica*)

Existe entre os modos de filosofar uma importante distinção; por assim dizer, um é *acroamático* e outro *exotérico*. *Acroamático* é aquele em que tudo se demonstra. *Exotérico* é aquele em que certas coisas se enunciam sem demonstração, mas que se confirmam por certas congruências ou razões tópicas ou demonstrativas. Mas não se explicam, a não ser por meio de exemplos e similitudes propostas topicamente. Tal gênero de discurso é filosófico ou dogmático, mas não é acroamático, isto é, não é nem muito rigoroso nem muito exato. Esta diferença é observada também entre os matemáticos, pois distinguem os escólios das demonstrações; estas são tratadas rigorosíssima e acroamaticamente, os escólios um pouco mais familiarmente e por meio de um certo raciocínio exotérico. Isto fica totalmente patente no *Comentário* de Proclo a Euclides, que não duvida em introduzir nos escólios certas questões históricas e tudo o que possa servir para ilustrar o tema. Uma distinção dupla semelhante à anterior é aquela que se dá entre os preceitos e os comentários, coisa que eu sei que foi útil e agradável a Bartolomeu Keckermann e a Johann Heinrich Alsted, e que também sustentou em suas divisões das artes liberais e populares aquele homem de suma doutrina que foi Gerhard Johannes Voss. A utilidade desta distinção está em que, sem interrupção do curso das definições, divisões e demonstrações, pode-se introduzir algumas coisas que convém conhecer ou que podem ser úteis. Portanto, tudo o que se disse do estilo filosófico deve ser aplicado à parte *acroamática*. Na *exotérica* o excesso pode ser diminuído, como se cedesse algo à certeza, mas não cedendo pouco ou nada à clareza. A parte *acroamática*, como já dito, consta de definições, divisões e demonstrações, ainda que possa prescindir das divisões como prescindiu Euclides. Pode,

porém, ser útil seu emprego ao menos para relacionar ordenadamente as divisões entre si, já que as proposições devem se relacionar não com as divisões, mas com as demonstrações. Portanto, qualquer um que declara que define acuradamente ou que divide e que demonstra, ou seja, que dá como certa qualquer proposição, deve proceder com o máximo de rigor e não empregar na demonstração uma palavra que não esteja definida, ou uma proposição que não esteja demonstrada, a não ser que seja certa em seu sentido imediato. Ademais, pode-se admitir, talvez, que se misturem de quando em quando agudamente alusões, símiles, metáforas, exemplos, argúcias, histórias e que se possa também recrear o ânimo cansado do leitor introduzindo algo gracioso, mas tendo cuidado de evitar toda obscuridade e as figuras de linguagem supérfluas.

XVII – Ao Filosofar com rigor deve se usar somente termos concretos, não abstratos (*Inter accuratè philosophandum concretis tantùm utendum est, non abstractis*)

Ao chegar a este ponto, considero digno de se advertir também que para se filosofar corretamente deve-se empregar somente termos concretos, ainda que vulgarmente se creia no contrário. Advirto que o mesmo Aristóteles fez isso na maior parte das vezes: ποσόν, ποιόν, τά πρός τι, mais que as abstratas ποσότης, ποιότης, σχέσις ου, se pudéssemos expressar assim, προσινότης.<sup>372</sup> Seus seguidores vulgares o desculpam como se fosse quase

---

<sup>372</sup> “Quanto” (ποσόν), “qual” (ποιόν), “coisas com relação a algo” (τά πρός τι), “quantidade” (ποσότης), “qualidade” (ποιότης), “posição ante algo” (σχέσις), “prostinotes” (προς-τινότης; palavra que pode ser considerada um neologismo abstrato para expressar o mesmo com σχέσις; na edição de 1670, Leibniz expressa esta palavra de outra maneira: προς-τινότης). Cf Aristóteles,

uma rudeza, e, divertindo os deuses, imaginam-se mais agudos quando enchem tudo de termos abstratos. Entretanto, está muito claro que este desejo de buscar vocábulos abstratos obscureceu quase por completo nossa filosofia, dos quais, entretanto, se pode abster-se inteiramente na filosofia. Pois os concretos são realmente coisas e os abstratos não são coisas, mas sim modos das coisas, relações da coisa com o intelecto, ou faculdade do que aparece. Na verdade se dá uma repetição de modos até o infinito, e qualidades de qualidades, e números de números, e se tudo isso fossem coisas, resultaria não só no infinito, mas também na contradição. Com efeito, se a entidade é ente e se a realidade é coisa real, se a “qualquercoisidade” é qualquer coisa, o mesmo será a forma de si, ou seja, a parte do conceito de si que o implica. Assim, se alguém pretende determinar perfeitamente os elementos da filosofia deve abster-se quase totalmente dos abstratos. Certamente, recorde que o agudíssimo Hobbes atribui alguma utilidade aos termos abstratos valendo-se do seguinte mesmo argumento: diz que uma coisa é duplicar as coisas quentes e outra coisa é duplicar o calor. Mas, digo eu, esta duplicação do calor pode ser expressa com termos concretos, já que, se se diz que a mesma coisa se fez o dobro de quente, ou seja, que o efeito, pelo qual medimos o calor, foi dobrado, se entenderá não que se duplicaram as coisas quentes, mas que se duplicou o calor. Portanto, eu, ao dizer a verdade, nunca encontrei nenhuma utilidade para os termos abstratos, sobretudo para filosofar no gênero rigoroso e maior, e muito pelo contrário, muitos e muito grandes abusos muito perniciosos. No método de discursar exotérico, creio que os termos abstratos, empregados no momento oportuno, não deixam de ter utilidade, pois, sobretudo, ressaltam as afirmações de alguma maneira e fixam, por assim

---

*Categorias*, 4, 1 b 25 – 2 a 4; *Física*, A 7, 190 a 31; E 1, 225 b 5; *Ética a Nicômaco*, A 4, 1096 a 23; *Analíticos Posteriores*, A 22, 83 a 21; *Tópicos*, A 9, 103 b 20 – 37; *Metafísica*, Δ 7, 1017 a 25.

dizer, a atenção do leitor e advertem de que naquele momento há de se abandonar outros pensamentos, ao modo das noções segundas às quais por muitas e graves razões equipara-se aos termos abstratos. Assim, em geral, sustento que a substituição dos concretos pelos abstratos – como, por exemplo, no lugar desta proposição: “o homem é racional”, substituir por esta outra: “o homem tem racionalidade”, ou bem esta: “o que contém humanidade contém racionalidade”, ou bem esta outra: “na humanidade se contém racionalidade” – é não só um tropo, mas também um tropo supérfluo. É como se alguém no lugar da proposição mesma dissesse: “é certo”, “é verdade”, “não há dúvida”, “quem presta atenção o compreende”, “a idéia de homem impressa em minha mente pelo sentido confirma que o homem é racional”. Estes gêneros de variações, que não acrescentam nada fora da relação com a mente, servem de alguma maneira para ilustrar e inculcar algo, mas nada para filosofar com rigor, nem para definir, nem para dividir, nem tampouco demonstrar nada.

#### XVIII – Da utilidade dos tropos no estilo filosófico (*De troporum in stilo philosophico usu*)

Até aqui fica demonstrado que há de se prescindir dos termos técnicos, enquanto seja possível. Agora devemos prestar atenção a que, usemos termos populares, usemos termos técnicos, os tropos devem ser empregados pouco ou nada e, se são empregados, devem ser apropriados. Isto é pouco observado pelos escolásticos, pois, ainda que alguém estranhe esta afirmação, seu discurso está repleto de tropos. Que outras coisas são senão tropos os termos como “depende”, “inerir”, “emanar”, “influir”? Suárez se orgulha pela descoberta (*inventione*) deste último vocábulo. Os escolásticos anteriores a ele

havam ocorrido desde tempos para a investigação da noção de causa geral, mas não lhes havia ocorrido palavras apropriadas. Suárez não foi mais engenhoso, mas mais audaz e, aplicando habilmente o vocábulo “influência”, definiu a causa desta maneira: “o que influi o ser em outro”. É esta uma definição bastante bárbara e obscura, já que a própria construção é inepta, porque o verbo “influir” passa de neutro para ativo.<sup>373</sup> Além do mais, este “influir” é metafórico e é mais obscuro mesmo que o definido. Com efeito, é mais fácil definir a palavra “causa” que a palavra “influência” nesta acepção tão monstruosa. Por último, há de se observar o que já recomendamos insistentemente, isto é, que é necessário apoiar-se o quanto possível na origem da palavra, sobretudo quando esta é segura. É certamente verdadeiro que todo significado originário de uma palavra é próprio e não vejo como se pode chamar de próprio o que é transportado (*translatus*)<sup>374</sup> para outro, por meio de um tropo. Mas admito que alguns significados não-originais são próprios. Isto observou com acerto Brunsmann nos comentários que fez, recentemente, em uma obra singular sobre o significado próprio e metafórico (*translata*). Acrescento a esta reflexão que todo significado não-origenário em algum momento foi metafórico (*translatam*), isto é, no momento em que a palavra foi promovida desde o primeiro significado a outros significados com ajuda dos tropos. E finalmente fez-se própria quando pela primeira vez se fez vulgar, de tal maneira que foi tão conhecida como a primitiva, ou ainda mais; e os homens agora empregam a palavra *por si*, não como derivada por flexão da primitiva, da que muitas vezes não nos lembramos. Pelo mais, se alguém se propusesse decididamente na filosofia a empregar sempre palavras que têm

---

<sup>373</sup> Que pode ser traduzido por “intransitivo”.

<sup>374</sup> Em latim, “*translata*”, que é a tradução latina da palavra grega “*metaphora*”; Leibniz usa ora um, ora outro. No Houaiss “*metáfora*” já é registrada no XIV. É possível traduzir por “transportada”, que é o significado de “*metaphora*”.

uma derivação certa desde a origem, seu costume não seria nem repreensível, nem desprezível, ainda que considero ser difícil que isso possa se dar de uma maneira constante. Com isto, creio eu, fica dito o suficiente, acerca da *clareza* do vocábulo *por si*.

XIX – Da Clareza do Discurso que advém das circunstâncias (*De claritate orationis, quae è circumstantiis sumitur*)

A *clareza* que tem sua origem das circunstâncias provém ou do discurso mesmo ou de fora do discurso. Se for do discurso mesmo, a *clareza* não será do vocábulo por si, mas sim do discurso por si. Isto se dá quando o argumento tratado fica claro pelo discurso mesmo, e o argumento elimina a ambigüidade. Se quem trata do discurso da astronomia fala da Ursa, da Carruagem, do Cão, da Lira<sup>375</sup>, facilmente desaparece a ambigüidade destas palavras. Igualmente, se se antepõe a definição do vocábulo, por esse mesmo feito desaparece a obscuridade. Mas se for necessário caçar o significado, por assim dizer, por meio de inumeráveis conjecturas, ainda que estas sejam tiradas do mesmo discurso, não merece elogios pela sua *clareza*. Na verdade, se os ouvintes ou leitores têm de chegar ao sentido das palavras pelas circunstâncias externas, o discurso pode ser considerado obscuro por si. Pois bem, talvez convenha que seja obscuro o discurso de um profeta, ou o de um alquimista, que trombetaia seus milagres, ou o do oráculo de Delfos, ou o do teólogo místico, ou o do poeta enigmista, mas nada é mais alheio a um filósofo que isto.

---

<sup>375</sup> Constelações: Ursa Menor, Ursa Maior, Cão e Lira, respectivamente.

XX – Os egípcios e os chineses modernos obscurecem sua filosofia com enigmas (*Aegyptii atque recentiores Sinenses philosophiam suam aenigmatibus occultant*)

Certamente não ignoro que os antigos filósofos egípcios, os chineses contemporâneos, que parecem ser uma colônia dos egípcios, e todos os orientais em geral, e seus seguidores gregos, como Pitágoras, e também os latinos e árabes e inclusive os químicos, tenham obscurecido suas doutrinas com enigmas. Esta maneira de proceder não pode ser desaprovada em todos os casos, já que tampouco se deve revelar todas as coisas a todo mundo. Os filósofos que permitiram que se divulgasse ao vulgo de imediato os mistérios das artes, sobretudo os da Medicina e Matemática, agiram contra a prudência civil. Com efeito, poderiam tê-los empregado como instrumento para libertar sua pátria da tirania implantando aristocracias. Nenhum homem sensato acusaria tampouco de obscuridade a Lázaro de la Rivière ou ao capuchinho Antônio Maria Rheita de Schyrle porque envolveram com uma nuvem de enigmas seus achados. O primeiro um determinado composto médico, o segundo um sistema de tubos ópticos, suscetível de ser aperfeiçoado no futuro. Não cabe dúvida, entretanto, de que ao filosofar com rigor, isto é, ao definir, dividir e demonstrar, é necessário dissipar todas aquelas névoas. Era lícito aos filósofos esconder suas doutrinas com uma língua peculiar, como se diz que faziam os sacerdotes egípcios e os etruscos ou, por meio de sua escrita, como fazem agora os chineses. Seria permitido, em tal língua e escrita, contanto que tivessem filosofado com clareza e agudamente, e contanto que não representasse aos que entram em seu santuário um vasto deserto vazio de coisas úteis, e o que a respeito do templo de Jerusalém disse Tácito: mistérios

vãos.<sup>376</sup> Isto sabemos que é verdade, cada dia mais, na filosofia oriental. Assim fica explicada uma das qualidades do discurso filosófico: a *clareza*. A *elegância*, deixemos para outra oportunidade. Entretanto, leia-se a obra de Querenghi sobre *A Eloquência do Filósofo*.

## XXI – Da utilidade da Clareza no Estilo Filosófico (*De utilitate perspicuitatis stili philosophici*)

Só nos resta tratar da *verdade*, mas pertence ao lógico preceituar o método para obtê-la e confirmá-la e o artifício completo para descobri-la e julgar acerca dela. Assim, a Lógica ficará liberada, por sorte, da pesada carga, necessária por outra parte, de indagar e discutir sobre todas as coisas com rigorosa *clareza* da palavra. Com efeito, se empregamos sempre palavras claras e de significado certo e determinado, ficará necessariamente afastado todo equívoco e, conseguindo isso, dissipar-se-ão imediatamente todos os sofismas. Além disso, para que os juízos sólidos sobejem, o intelecto deve evitar os erros dos sentidos somente com a observação das regras da dedução, uma vez constituídos com retidão o sensório e o meio. Sendo as coisas assim, sou quase propenso a crer que, como as partes da Retórica são duas, uma que trata da construção das palavras com elegância, ornato e eficácia, e outra que trata de mover afetos, do mesmo modo duas são as partes da Lógica: uma verbal, a outra real [das *res*, as coisas ou argumentos da invenção]; a primeira trata do uso claro, distinto e próprio das palavras, ou seja, do estilo filosófico, a segunda trata da direção dos pensamentos. Assim, a Gramática ensina a falar com pureza e de acordo com o uso das gentes, a Retórica nos ensina a mover de modo apto os afetos, e a Lógica nos ensina a falar de modo apto a mover a

---

<sup>376</sup> Tácito, *História*, 1, V, 9.

mente. Portanto, não se pode dar razão àqueles que separam a Oratória da Retórica, pretendendo que a Oratória dê as regras para mover os afetos e a Retórica as para a elegância da dicção, como fazem alguns “ramistas” ou “semi-ramistas”, homens por outro lado doutíssimos, como Keckermann, Alsted, Conrad Dieterich, Kaspar Barth. E digo que não é possível dar-lhes razão visto que está tão implicado todo ato de pensar e da vontade com as palavras, que dificilmente pode-se realizar em nosso interior senão pelo emprego tácito das palavras, já que elas são o instrumento mais próximo do pensamento. E são também quase o único instrumento que temos para manifestar nossos pensamentos. E finalmente porque nas mesmas regras estão contidos ao mesmo tempo o regulamento para mover os afetos, dirigir os pensamentos e, feito junto a isso, os preceitos com os que facilmente se consegue dispor as palavras de acordo com essa finalidade. Semelhantemente, não acho que se deva reprovar quem defende que pertence às partes da Lógica tratar dos preceitos do pensar e do gênero do discursar apto ao ensino. Por isso nem se equivoca Nizzoli quando insiste, em cada passo, ao tratar da Lógica, nos métodos exatos do discursar, nem talvez tampouco nos equivocamos nós, que colocamos no livro de Nizzoli um prefácio um tanto demasiado longo, mas muito necessário em todas as partes da Enciclopédia, sobre esse argumento. Além do mais, publicamos o livro de Nizzoli especialmente para dar alguma contribuição, mesmo que com uma obra alheia, para a instauração de uma filosofia mais sólida, a qual, com o apoio de tantos insignes homens de engenho, felizmente está agora progredindo em todas as partes. Com efeito, esperamos que a leitura deste comentário a Nizzoli possa redundar em frutos não-medíocres para a filosofia e que as gentes se habituem cada vez mais a um gênero de discursar sóbrio, próprio e natural (*nativo*) e verdadeiramente filosófico e, sobretudo, porque não conheço nenhum escritor que tenha se

dedicado a este tema com tanto zelo e diligência e também, se se lê atentamente, com tanta eficácia, para que para se extirpem do campo da filosofia todos aqueles espinheiros verbais. Parece-me que isso está sendo conseguido suficientemente no campo da Lógica, vestibulo da Filosofia, enquanto haja aqueles, o que não perdemos a esperança de que acontecerá, na presente abundância de tantos egrégios engenhos que florescem por todas as partes, que prossigam a empresa iniciada, que confiamos que limparão do emaranhado de palavrório com o mesmo método as demais partes da Filosofia: a Metafísica, a Física Geral, a Filosofia Civil e a verdadeira Jurisprudência. Pelo que concerne a nós, prometeríamos colaborar de alguma maneira se, por uma parte, não estivéssemos dedicados a outros estudos, e por outra, não temêssemos arrebatado esta matéria a outros, que cumprirão seu empreendimento com maior aptidão.

XXII – Os sistemas dos filósofos antigos não devem ser rejeitados, mas sim corrigidos (*Veterum philosophorum systemata non rejicienda, sed emendanda*)

De resto, não temo defender o que antes afirmei, que Nizzoli se destacou sobre os demais neste caso, já que os ilustres instauradores de hoje da filosofia estão mais preocupados em constituir e adornar preclaramente suas descobertas (*inventas*) e seus pensamentos que em polir e purgar a antiga doutrina de Aristóteles recebida e transmitida pelos escolásticos. Entretanto, não concerne à filosofia rejeitar totalmente a antiga doutrina, senão corrigi-la e conservar as coisas importantes, que certamente são inúmeras, sobretudo o que está contido nos textos do mesmo Aristóteles.

XXIII – Dos que argumentaram contra a Filosofia Escolástica (*De iis, qui contra philosophiam scholasticam disputarunt*)

Admito ademais que muitos aconselharam, determinaram e proclamaram que a dicção bárbara deve ser abolida, sendo própria dos filósofos vulgares, mas poucos empreenderam isso mesmo como fez Nizzoli, porque, sem dúvida, é mais fácil censurar do que corrigir. Com efeito, quando as letras começaram a ser restauradas, os eruditos troaram contra os filósofos escolásticos. Por sua vez, os escolásticos chamavam a si mesmos de realistas e negavam o íntimo conhecimento das coisas aos que tinham o título de poetas ou gramáticos. Recordo ter visto em certa ocasião um escrito de certo teólogo daquele rebanho com este título: *Apologia de Johannes Seico porque a Teologia não se funda na Poesia*, quase como se alguém sonhasse com isto. Mas, entretanto, enquanto esses lançam raios, os eruditos ocupam pouco a pouco as aulas magnas. Lorenzo Valla, na verdade, livrou-se da condenação de heresia somente pelo favor real. E não diremos nada da inclinação de Leão X e de Francisco I, rei da França, pelos literatos, que foi de grande importância para combater a barbárie. Já antes de Valla, o florentino Dante Alighieri, por primeiro fez reaparecer, como evocadas dos infernos, as melhores letras. Seu discípulo Francesco Petrarca foi o primeiro que experimentou a linguagem elegante na Filosofia Civil, a mais capaz, sem dúvida, de tal elegância. Teve como seguidores a Francesco Filelfo, a Poggio Florentino, a Leonardo Aretino e a outros do mesmo século. Homem de excepcional engenho, como Valla, foi o primeiro que se atreveu a desprezar as sutilezas dos escolásticos e escreveu uma *Dialética* digna de seu engenho. Atreveu-se também a provocar os juristas com seu libelo sobre *As Insígnias e as Armas*, contra Bartolo, e também aos teólogos com outro libelo sobre *O Livre-arbítrio*, contra Boécio. Mas então vieram da Grécia, em ajuda da

filosofia e por sua vez da eloquência mais requintada, Teodoro Gaza, Jorge de Trebizonda, Manuel Chrysoloras e posteriormente o cardeal Bessarion. Ainda que Gaza e Trebizonda, que ressuscitaram o grego Aristóteles, disputassem entre si e o platônico Bessarion se colocasse contra os dois, todos, entretanto, lançaram-se contra os bárbaros com o mesmo ímpeto. Instruídos pelos anteriores, Giovanni Pico della Mirandola, fênix de seu tempo e inimigo dos astrólogos; Ermolao Bárbaro, intérprete das ἐντελέχειας [enteléquias]; Nicolau de Leonibus Patavino, citado também por nosso Nizzoli no Livro 4, Cap. 8, de cujas obras de medicina, como disse Erasmo, começou a se falar de novo, e Marsílio Ficino, herdeiro de Bessarion no afeto a Platão, todos eles continuaram com mais ímpeto e com novas armas a luta herdada pela verdadeira eloquência sábia contra os corruptores de uma e outra. Finalmente, Ângelo Poliziano, Giovanni Francesco Pico della Mirandola, Rodolfo Agrícola, Johannes Reuchlin, o cardeal Adriano, Erasmo de Rotterdam, Paolo Cortese, Juan Luís Vives, Philipp Melanchton, Joachim Camerario e outros muitos similares romperam as fileiras inimigas e lhes infligiram uma grande derrota. São tantos os filósofos eloqüentíssimos que foram seguidores dos anteriores, que não caberiam nestas breves páginas. Na verdade, são muitos os que lutaram contra o modo de falar dos bárbaros com excepcionais escritos. São dignas de menção as epístolas que trocaram Giovanni Pico della Mirandola e Ermolao Bárbaro. Este último arremete veementemente contra os escolásticos; o primeiro, movido provavelmente pela piedade, tenta, mais do que defendê-los, diminuir seus vícios ou dissimulá-los. Philipp Melanchton teve tanto apreço por estas epístolas que, depois de ordená-las, procurou editá-las na Alemanha. Podemos acrescentar *A Eloquência do Filósofo* de Querenghi, obra que publicou Francesco Florido Sabino em defesa da língua latina e os que nela escrevem. Além disso, a obra de Uberto Foglietta sobre *O*

*uso e prestância da Língua Latina; A Língua Latina*, de Germoni, Conrado, Taubmann e Barth; a *Lima ciceroniana* de Suys; as *Questões Tulianas*, de Andreas Schott; a *Ação contra os corruptores da eloquência*, de Alberto Alberti; *Sobre a sagrada latinidade*, de Melchior Inchofer; *Apologético contra Martim Dorpius*, de Erasmo; *Sobre o Estilo*, de Joachim Vagt; *Sobre a necessidade da correção da Teologia Escolástica da fonte*, de Christopher; *A Restauração da Teologia*, em um livro de Luís de Carvajal Bético, no qual, como diz o próprio autor no título, o leitor verá a Teologia expurgada da sofística e da barbárie com grande habilidade. Acrescentemos a *Diatribes dos bárbaros contra Barbarino* de Errijck De Put; *Sobre a barbárie dos tempos passados* de Christian Becmann e Isaac Clauder; uma obra de Frischlin na qual fustiga a Prisciano; a obra de Johannes Conrado Dieterich, *Sobre a infelicidade dos séculos passados pela ignorância das letras gregas*; o *Antibarbarus* de Sixtin Amama e Pierre Du Moulin; *Os vícios dos diálogos e as glosas latino-barbáras* de Gerhard Johannes Voss; *Sobre o nascimento e o caso da Língua Latina e o método para restabelecê-la*, de Johannes Niess; a obra de Pedro Valle Clausa *Sobre a imunidade dos Ciríacos*. Todas estas obras que citamos dedicam-se a investir contra a dicção pseudofilosófica. A eles podem ser acrescentados os que filosofaram partindo de Cícero, de Quintiliano e de Boécio, como são Frey, Buscher, Jason Denores e Ramée, os ramistas ou felipe-ramistas, quase todos; assim também o cardeal Adriano com seus quatro livros sobre *A Verdadeira Filosofia* tirada dos quatro doutores da Igreja, Ambrósio, Jerônimo, Agostinho e Gregório Magno. Além disso, Melchor Cano, em alguns lugares de sua obra, e Paolo Cortese, nos *Livros das sentenças* (e faz pouco tempo também Petavio em sua obra sobre *Os dogmas teológicos*), começaram a ilustrar a teologia escolástica com a elegância da dicção. O mesmo fizeram com a dialética Valla, Rodolfo

Agrícola, Poliziano, Melanchton, Cesáreo, Huens, Kornelis Wouters, Périon, Célio Segundo Cúrio, Johannes Sturm e Hotman. Também o fizeram para a Metafísica Vives, Nifo, Javello, que foi louvado inclusive por nosso Nizzoli no livro 2, cap. X, Fonseca, Bruno e Monllor. Quanto à Física, fizeram o mesmo Ermolao Bárbaro, Kornelis Wouters, Francisco Vicomercato, Girolamo Fracastoro, Girolamo Cardano, Júlio César Scaligero, Scipione Capece, Titelmans e, faz pouco tempo, Gassendi. Quem, entretanto, tenha eliminado nas demais partes da filosofia os termos acolhidos nas escolas de uma forma tão intensa como o fez Nizzoli na lógica, eu ainda não descobri. Assim, quanto mais ignorado foi Nizzoli até agora, mais digno o considero de ser posto como exemplo da dicção filosófica reformada.

#### XXIV – Dos novos descobrimentos, antigos (*De inventis nov-antiquis*)

Outra razão para a edição da obra de Nizzoli: *tempo do autor*. Com efeito, acrescenta-se assim um novo estímulo para a edição, já que se vê na obra de Nizzoli que há certos períodos em que aparecem sentenças, e que a maior parte das que se consideram novas em nosso tempo já foram defendidas há muito por grandes homens doutos, com veemência. Assim, por exemplo, revelou-se mediante o telescópio que a Via Láctea é um conglomerado de estrelas imperceptíveis, o mesmo que já havia sido conjecturado faz tempo por Demócrito. O mesmo Demócrito vaticinava que as cheias do Nilo devem-se às chuvas da Etiópia, afirmação ridicularizada pelos escritores contemporâneos e pelos posteriores; agora, entretanto, é aceita como verdadeira, depois das viagens que foram feitas àqueles lugares. Com que exaltação se desenterram agora os átomos de Epicuro e Lucrécio! Diz-se também que foi de Pitágoras a hipótese do terremoto e temos claros indícios no libelo *O Número das Areias*

de que Arquimedes também se inclinava para esta posição. Antonio Deusing e Johann Friederich Helvetius defendem que o pó simpático<sup>377</sup> do célebre Digby é um descobrimento já antigo. Thomas Bartolino conta em sua completíssima obra *As instituições anatômicas* que a circulação do sangue por todo o corpo não foi observada pela primeira vez por William Harvey, mas já há muito tempo, como se lê nos manuscritos de certo religioso, que agora se pode consultar em Veneza. Conheço também, porque nos é relatado por homens mui doutos, que o mesmo grande Descartes ficou estupefato quando lhe foi mostrado que muitos de seus filosofemas, que considerava novidades por ele descobertas (*inventas*), estão contidas nas obras tanto de Filosofia Natural como na Civil de Platão e Aristóteles, os quais eram desprezados por ele. Keckermann demonstra, por meio da comparação entre certas palavras opostas entre si, que mantêm um certo paralelismo, que Luís Vives conheceu já faz tempo a maior parte dos dogmas de Pierre de la Ramée. Acrescento a isso que a redução dos termos técnicos aos populares, que com grande insistência recomendam nestes tempos nossos preclaros escritores como são Hobbes, Descartes, Jungio, Clauberg, Raey, e o teólogo Antoine Arnauld (considerado o autor da *Lógica Gálica*, libelo certamente mui elegante), e que agudamente nosso Nizzoli a pôs de maneira especial entre seus objetivos. Com isso melhorava muitíssimo o conselho de Ramée, que, ao eliminar os termos de Aristóteles, os substituíra por outros termos técnicos, multiplicando deste modo não o conhecimento, mas o trabalho.

---

<sup>377</sup> Um unguento, medicamento de uso externo à base de gordura; unto, untura.

XXV – A maledicência deve ser evitada nos escritos filosóficos (*Maledicentia in scriptis philosophicis vitanda*)

Resta-nos então não dissimular os erros e vícios de nosso Nizzoli. Parece-me que entre seus vícios merece reprovação, sobretudo, a maledicência com que arremeteu contra Aristóteles, e também contra o próprio Platão, contra Galeno, contra os antigos comentadores gregos de Aristóteles e contra os escolásticos indiscriminadamente (inclusive Tomás de Aquino, pois quando pretende tratá-lo com muita delicadeza, o chama de caolho entre cegos no livro 4, capítulo VII). Com a mesma maledicência também difama Valla, Vives e Rodolfo Agrícola por não consentir com eles em pequenas diferenças, ainda que, no demais, coincida na maior parte das questões. Eu desejaria que tais coisas fossem eliminadas do livro de Nizzoli para que os leitores não aprendam a procacidade ao mesmo tempo em que a pureza de estilo, ou, ao menos, para que não se sintam ofendidos ao ler essa obra. Entretanto, não me atrevo a mudar nada em uma obra alheia.

XXVI – Não se deve atribuir a Aristóteles os erros dos Escolásticos (*Scholasticorum errores Aristoteli non tribuendi*)

Na obra de Nizzoli não há só muitos, como também grandes erros, a maior parte dos quais já foi destacada nas breves notas que pus ao pé de página em tipo gráfico mais reduzido. Mas merecem menção aqui os mais evidentes. Sem lugar para dúvidas, é evidente o erro de imputar a Aristóteles os vícios dos escolásticos, e também o ataque com injúrias e acusações de adulação a homens mais comedidos que ele mesmo, como são Giovanni Pico della Mirandola, Leonico, Rodolfo Agrícola e Vives, porque tentam justificar Aristóteles. Entretanto, está claro em nosso século, depois de tantas

investigações sobre Aristóteles realizadas por comentadores doutíssimos e alheios à barbárie anterior, que Aristóteles está limpo e é inocente de toda aquela inépcia com que os escolásticos corromperam todas as partes. Os erros de Aristóteles, quaisquer que sejam, são tais que facilmente se pode ver neles nada mais que um lapso de um homem insigne e versado nas verdadeiras luzes. São muito distintos dessas falsidades de algum imperito claustral, que produzem vertigem. Isto já demonstraram suficientemente no século passado os comentadores italianos Agostinho Nifo, Ângelo Mercenário, Alessandro e Francesco Piccolomini, César Cremonini, Marco Antonio Zimara, Simone Simoni, Jacopo Zabarella, Francisco Vicomercato e tantos outros. Mas no presente século o mérito da elucidação de Aristóteles deve-se, sobretudo, aos alemães, pois a parte que trata da demonstração, que é considerada vulgarmente pelos adversários de Aristóteles como um mênstruo<sup>378</sup>, foi muito elucidada por Cornélio Martin, e Jung, e também Johann von Felden. Ainda que as meditações de Felden sobre o modo de levar a uso as *Tópicas* e os *Analíticos* de Aristóteles que manifestam grande erudição e as mais dignas de assinalar com como acontecimento venturoso<sup>379</sup>, ainda não foram editadas. Mas esperemos que o mesmo autor as edite o mais rápido possível. Para solidamente compreender a *Metafísica* de Aristóteles contribuíram em grande maneira Soner e Dreier, professores, aquele, da Academia Altorfina e, este, da Regiomontana. *As instituições* de Soner apareceram não faz muito, depois de o próprio autor ter morrido. A *Sabedoria Universal* ou *Primeira Filosofia* de Dreier foi tirada, sobretudo, dos intérpretes gregos, harmonizando excelentemente as distintas posições. Por este livro pode-se compreender

---

<sup>378</sup> Na edição de 1670, consta *monstruo*.

<sup>379</sup> Refere-se a costume romano de assinalar com pedrinha branca os dias felizes. Literal: “as mais dignas de assinalar com a pedra branca”.

facilmente com que seriedade projetou sua obra Aristóteles, que ordenadamente a estruturou e, finalmente, que magnificamente a executou. A *Filosofia Natural Geral* de Aristóteles (e não falemos da *Filosofia Natural Particular*, pois sua realidade é evidente por si) foi aplicada ao uso e a um conhecimento sólido da natureza por Abdias Trew, douto professor nas ciências matemáticas da Academia Altdorfina, que escreveu a *Física Geral de Aristóteles exposta ao modo matemático*. Na verdade, Aristóteles esteve muito longe daqueles dogmas obscuros que não suportam nenhum tipo de análise intelectual, que a ignorância pública dos tempos anteriores lhe havia atribuído; que ele havia ignorado totalmente a realidade das formas, e que nos transmitiu somente noções mais gerais, reconhecem isso suficientemente todos os que agora tratam de conciliar Aristóteles com os modernos, dentre os quais o agudíssimo Thomas Anglus, que seguia o pensamento do ilustre Digby, e também o famosíssimo Raey. Com efeito, este conselho me parece ótimo e considero-o necessário para o tema das letras, para que as coisas úteis não sejam anuladas junto com as vãs e para que não estimule os sonhos de alguns a erradicar Aristóteles dos ânimos dos jovens incautos. Por isso me pareceu oportuno este lugar para acrescentar aqui minha própria seleção de escritos. Tirei-os de uma longa epístola que escrevi a um celeberrimo peripatético alemão<sup>380</sup>, homem cultíssimo e erudito em todas as coisas, ademais, conhecedor acurado de filosofia, que a divulgou ao mundo com claros exemplos e, como desejo, há de ser divulgada com muitos mais, além dos que ele dispõe em abundância. Por isso uniremos estes escritos<sup>381</sup> após um prefácio já tão prolixo, sem nenhum temor de abusar da paciência de nosso leitor. Se este leitor for equânime, suportará que sejamos ainda mais prolixos

---

<sup>380</sup> Este “célebre peripatético alemão” é Jakob Thomasius.

<sup>381</sup> Leibniz alude a sua carta a Jakob Thomasius.

em coisa tão necessária, mas, se for injusto, saiba que não nos importa em nada seu julgamento. Destacaram-se por algum estudo profundo sobre a Filosofia Moral e Civil de Aristóteles os seguintes: o πολυμαθέστατος [polímata] Conring, o jurista Johann von Felden, célebre por seus *Comentários a Grotius*, pelos *Elementos de Jurisprudência Universal* e pela *Análise dos políticos de Aristóteles*, e também Jakob Thomasius, ilustríssimo não só por suas muitas diatribes sobre diversos argumentos, como também e sobretudo por suas *Tábuas da Filosofia Prática*<sup>382</sup>, feitas com grande rigor e nas que se eliminou totalmente o supérfluo das demais. Estão também em nossa memória sua célebre *Introdução à Física de Aristóteles*, a *Investigação sobre a Origem das Formas* e o *Discurso sobre as qualidades de Aristóteles*. Para nada dizer da *Paráfrase* de Heinch, que classificou os livros de política de Aristóteles em uma nova ordem completamente distinta, já que estes livros estavam deteriorados e deformados, e demonstrou com abundância de argumentos muito agudos que a ordem proposta por ele era a do mesmo Aristóteles. Passaremos por alto agora seus outros escritos, cuidadíssimos, sobre esta mesma parte da Filosofia Política. Quem consultar as obras destes intérpretes de Aristóteles, que acabo de nomear, creio eu que admitirá sem sombra de dúvidas que Aristóteles é muito distinto de como o pinta o vulgo e que não se devem achacar ao autor do texto, como o fazem Valla, Nizzoli, Basson e outros fustigadores de Aristóteles, os erros a ele atribuídos, que se devem ou à imperícia dos intérpretes, ou bem, se levamos em consideração o tempo em que viveram, às desafortunadas circunstâncias daquele momento.

---

<sup>382</sup> Jakob Thomasius, *Philosophia practica, continuis tabellis in usum privatum comprehensa*, Leipzig 1661.

XXVII – Dos erros que se deve escusar nos filósofos escolásticos (*De excusandis scholasticorum philosophorum erroribus*)

Tampouco se deve passar por alto a iniquidade dos que censuram tão acerbamente os lapsos daqueles tempos pretéritos. Se tivesses vivido então, pensarias distintamente. A História, tanto a Civil como a da Filosofia, era desconhecida, e os melhores escritores tinham péssimas traduções, já que sem o benefício da tipografia as obras deviam ser transcritas algumas vezes com enormes custos e outras vezes no meio das maiores dificuldades, e assim os descobrimentos de alguns chegavam ao conhecimento de outros muito tarde (de onde resulta que conhecemos muitas vezes pela comparação de escritores distintos, muitas coisas que ignoraram os contemporâneos de seus autores). Por tudo isso não é de se estranhar que cometessem com freqüência erros graves. Foi quase um milagre que se tenha conservado algo das Letras e da verdadeira Filosofia. Por isso, se em algum momento me escapou aqui alguma coisa demasiado dura ao correr da pluma, desejo que se entenda como atribuição mais à miséria dos tempos do que à preguiça do intelecto do homem. Mais bem se deve culpar àqueles que preferem seguir alimentando-se de bolotas, agora que já se descobriu (*inventa*) o trigo, pecando mais por pertinácia do que por ignorância. E não temo em dizer que os escolásticos mais antigos eram, em muito, superiores a alguns contemporâneos nossos em agudeza, em solidez e em modéstia, e que tinham mais prudência para se abster de questões inúteis. Com efeito, alguns contemporâneos, como mal podem acrescentar ao que fizeram os antigos algo digno de estar impresso, limitam-se simplesmente a fazer uma coleção de opiniões alheias, a excogitar inúmeras questões frívolas, a dividir um argumento em muitas partes, a mudar o método e a formar e reformar termos. Assim escrevem tantos e tão grandes livros.

## XXVIII – Da Escola dos Nominalistas (*De secta Nominalium*)

Quanto na verdade os escolásticos do século passado e os do atual eram menos agudos que os mais antigos, pode ser mostrado por meio da escola dos nominalistas. Entre todas as escolas, é a mais profunda e a mais congruente com o método da filosofia atual reformada. Florescente em outro tempo, agora, certamente, extinguiu-se, ao menos entre os escolásticos. Daqui se pode deduzir que a agudeza, ao invés de aumentar, diminuiu. Mas nosso Nizzoli não tem dúvida em declarar-se abertamente nominalista, até o final do cap. 6 do livro 1, e o nervo de toda sua argumentação está, sobretudo, na refutação da realidade das formas e dos universais. Por isso julguei que valia a pena acrescentar umas poucas coisas a respeito dos nominalistas. Nominalistas são os que pensam que todas as coisas, exceto as substâncias singulares, são meros nomes. Negam, portanto, a raiz, a realidade dos abstratos e os universais. Diz-se que o primeiro dos nominalistas foi um tal de Rucelino Bretão, que provocou cruentas lutas na Universidade de Paris. Aventinus deixou-nos este epigrama que escreveu contra ele:

As palavras que tu ensinas, Rucelino, a dialética as odeia  
E , lamentando, não quer estar nas palavras.  
Ama as coisas, quer estar nas coisas todos os dias.  
Seja tratada de novo pela palavra, seja coisa o que se ensina pela  
palavra.  
Chora Aristóteles ensinando trivialidades senis,  
coisas roubadas de si mesmo pelas palavras que são tidas por coisas.  
E geme Porfírio porque o leitor lhe arrebatou as coisas.  
Ao que rói as coisas, Rucelino, Boécio come.  
Sem argumento, sem nenhum sofisma, tu pensas

Que nas palavras se encontram as coisas existentes.

A escola dos nominalistas permaneceu nas trevas durante muito tempo, até que um homem de sumo engenho e erudição para seu tempo, o inglês Guilherme de Occam, discípulo de Duns Scoto, ainda que logo seu maior opositor, ressuscitou-a de improviso. Aderiram a ele Gregório Ariminense, Gabriel Biel e muitos da ordem dos Agostinianos; por isso, nos primeiros escritos de Lutero aparece bastante clara sua simpatia pelos nominalistas, e, através do tempo, esta simpatia se estendeu por igual a todos os monges. A Regra Geral que os nominalistas põem em prática em cada momento é: não se deve multiplicar os entes sem necessidade. Mas esta regra é rejeitada uma vez ou outra pelos autores como uma espécie de injúria à fecundidade divina que não é parca, mas sim generosa, e que se alegra com a variedade e copiosidade das coisas. Mas me parece que os que fazem estas objeções não vislumbraram suficientemente a proposta dos nominalistas, que, ainda que a tenham apresentado de uma maneira mais obscura, reduz-se a sustentar que uma hipótese é tanto melhor quanto mais simples e que, ao dar razão dos fenômenos, atua melhor aquele que faz o menor número de suposições gratuitas. E o que atua de outro modo está acusando a natureza, ou melhor, ao seu autor, Deus, de superficialidade inepta. Sem dúvida, a teoria de um astrônomo que pode dar razão dos fenômenos celestes com poucas suposições, que os explique com simples movimentos circulares, deverá ser preferida à hipótese que necessite de muitas órbitas, implicadas entre si de diversas maneiras, para explicá-los. Os nominalistas deduziram já desta regra que na natureza tudo pode ser explicado ainda que careçamos em absoluto de universais e da realidade das formas. E esta afirmação é a mais verdadeira e a mais digna de um filósofo de nosso tempo, a ponto de eu acreditar que o

próprio Occam não foi mais nominalista que agora o é Thomas Hobbes, que, para dizer a verdade, me parece supernominalista. Com efeito, não contente em reduzir os universais a nomes, como os nominalistas, diz que a verdade mesma das coisas consiste nos nomes e, o que é mais, que depende do arbítrio humano, já que a verdade depende da definição dos termos, mas a definição dos termos depende do arbítrio humano. Esta é a afirmação de um homem que deve ser catalogado entre os mais profundos deste século e, como disse antes, não há afirmação mais nominalista que esta. O mesmo deve ser dito dos reformadores da filosofia no nosso tempo que, se não são supernominalistas, ao menos nominalistas todos são. Por conseguinte, Nizzoli ter-se-ia adaptado muito bem aos nossos tempos.

#### XXIX – Do uso da Metafísica (*De usu metaphysicae*)

Agora devemos voltar aos erros de Nizzoli, entre os quais, depois de ter confundido Aristóteles com seus intérpretes, o mais grave é a total abolição da Dialética e da Metafísica, ainda que os nominalistas as tenham conservado nos mesmos princípios que ele emprega para eliminá-las. Na verdade, quem pode negar que há certas regras, tanto da arte de meditar ou da ciência da mente, tanto da piedade natural ou da ciência das maiores coisas, isto é, regras da Metafísica? E ainda que se quisesse que aquela pertença à Oratória ou arte de falar, esta à Física ou ciência da natureza, pela razão de que os antigos dividiram a Enciclopédia em apenas três partes, a Lógica, a Física e a Ética (do que facilmente se segue que nem sequer as Matemáticas seriam ciências particulares), não há nenhum inconveniente em que se façam subdivisões mais detalhadas e se atribua à Dialética um lugar separado da Retórica (como se dá também à Gramática); e à Metafísica ou Teologia um lugar separado da Física

(como se dá também à Matemática). Igualmente é difícil sustentar que a demonstração, descrita por Aristóteles, seja extraída da natureza das coisas mesmas. Aduz para isso argumentos débeis, dos quais o mais forte é que os universais não estão na natureza das coisas (quando, pelo contrário, é suficiente para demonstrar isso admitir que os nomes são universais). Ademais, seus intérpretes até agora se esforçaram em vão em procurar um exemplo disso. Creio, pelo contrário, que nos livros de Aristóteles, e mais, nos do próprio Nizzoli, encontram-se acuradas e perfeitas demonstrações. Reservo a uma obra especial demonstrar isso e reivindicar a nobilíssima arte da demonstração contra as objeções dos não-inteligentes.

### XXX – Dos escritos de Aristóteles (*De scriptis Aristotelis*)

Assim mesmo, nunca poderá me persuadir, como pretende demonstrar, sobretudo por algumas passagens de Cícero, de que agora não temos as obras genuínas de Aristóteles. Pois o que há de estranho que um homem como Cícero, dedicado à política e tomado por infinitas preocupações, alguma vez não compreendesse as afirmações de um filósofo sutilíssimo a cujas obras tivesse dado simplesmente uma olhada? Acredita ele que Aristóteles em suas obras verdadeiras chamou Deus Καῦμα οὐρανοῦ, ardor do céu, com o que considera Aristóteles um tonto; nós o consideramos um homem sábio e engenhoso, e ele pretende nos fazer aceitar que é um inepto e estulto. É este um novo gênero da arte da crítica que consiste em que, ao estudar os escritos de um autor reconhecido por todos como autor engenhoso, se consideram certas passagens suas como interpoladas, porque não se encontra uma estultice qualquer, que lhe atribuem seus difamadores (pois é verdade que Cícero diz essas coisas de Aristóteles, mas pondo-as na boca de um personagem

adversário). Para estar persuadido da autenticidade das obras de Aristóteles, ainda que digam o contrário Giovanni Francesco Pico della Mirandola em seu *Exame de vanidade da doutrina dos gentios* e também Nizzoli e Pierre de la Rameé e Patrizi e Naudé em sua *Apologia de grandes homens suspeitos de magia*, livro em que também cita Nizzoli, é mais que suficiente para mim a harmonia perfeita de suas hipóteses e seu método uniforme em todas as obras, próprio de um agudíssimo e veloz engenho.

### XXXI – Da natureza dos universais (*De universalium natura*)

Finalmente, não se deve dissimular o grave erro de Nizzoli sobre a natureza dos universais, pois o leitor não suficientemente avisado pode desviar-se totalmente do verdadeiro caminho da filosofia. Tenta persuadir-nos de que o universal não é outra coisa que todos os singulares tomados simultânea e coletivamente e que, quando digo “todo homem é animal”, o sentido é “todos os homens são animais”. Isto certamente é verdade, mas daqui não se segue que os universais sejam todo o coletivo. Entretanto, Nizzoli prova isso da seguinte maneira: toda totalidade ou é contínua, ou discreta. Um universal é o todo não-contínuo, e por isso discreto. Mas o todo discreto é coletivo e a razão de “gênero dos homens” é igual à de “rebanho”. Assim, a razão desta proposição “todo homem (ou todo gênero humano) é racional” é idêntica à desta outra: “todas as ovelhas que pastam aqui são brancas” ou “todo rebanho é branco”. Mas erras, Nizzoli, pois há outro gênero do todo discreto, além do coletivo, a saber, o distributivo. Por conseguinte, quando dizemos “todo homem é animal” ou “todos os homens são animais”, o

sentido é distributivo, pois tanto se se toma aquele (Tício) ou este (Caio)<sup>383</sup>, etc., deparamos com o ser animal, isto é, que sente. Se, como pensa Nizzoli, todo homem ou todos os homens são um todo coletivo, e o mesmo que todo o gênero humano, seguir-se-á um discurso absurdo. Pois, se são uma mesma coisa, vejamos o que acontece com esta proposição: “todo homem é animal” ou “todos homens são animais”; substituamos por “todo gênero humano”, nos dará esta proposição mais que inepta: “todo gênero humano é animal”. A mesma coisa permanece verdadeira, se se trata de um rebanho, pois se o universal abstrato de “todas as ovelhas que pastam aqui” fosse, como sustenta Nizzoli, idêntico ao todo coletivo delas, seria verdadeira esta proposição “todo rebanho é ovelha” ou, ao menos, se queremos auxiliar Nizzoli, “todo rebanho é ovelhas”, o qual, entretanto, não podemos dizer que seja suficientemente verdadeiro. Mas vejamos agora outro exemplo menos propício a qualquer escapatória. Os antigos juristas, que Nizzoli, creio eu, não negou que falassem o próprio e perfeito latim, afirmaram que o gênero é o legado, no caso de que alguém faça um legado desta maneira: “dou e lego meu cavalo a Tício”. Mas no sentido que dá Nizzoli, como o gênero é o todo coletado por singulares, será o mesmo que se tivesse dito: “dou e lego a Tício todos os meus cavalos”. Egrégio exemplo de jurisprudência, valham-me os deuses! Pelo contrário, substituindo pelo todo distributivo, a coisa é clara, pois o sentido será: “eu dou e lego este ou aquele cavalo a Tício”. Acrescentemos, além disso, que quando digo “todo homem é animal”, se se afirma o gênero da espécie e o gênero é universal, o universal é todo o gênero coletado dos singulares. Substituamos a palavra “animal” por “todos os animais tomados conjuntamente”. Seja lançada esta proposição: “O homem é todos os animais tomados conjuntamente”. Mas

---

<sup>383</sup> “Tício” e “Caio” significam “fulano” e “sicrano”.

já é suficiente dizer que o homem é um certo animal ou algum do gênero universal dos animais.

XXXII – As proposições universais são fundamentos da demonstração filosófica (*Propositiones universales sunt fundamenta demonstrationis philosophicae*)

Pois bem, este erro de Nizzoli não é pequeno porque tem uma dificuldade de grande importância. Pois, se os universais não são outra coisa que coleções de singulares, seguirá que não existe ciência por demonstração (coisa que diz Nizzoli mais adiante), mas sim coleção de singulares ou indução. Mas por este procedimento arruinar-se-ão as ciências e os cépticos terão vencido. Com efeito, por este procedimento não se podem formar nunca proposições perfeitamente universais, porque por indução nunca se pode estar seguro de que se considerou todos os individuais, mas que sempre nos moveremos no âmbito da proposição “tudo o que considerei foi tal coisa”. Mas, como não se pode dar nenhuma verdadeira razão universal, sempre permanecerá a possibilidade de que inumeráveis coisas que tu não tenhas considerado sejam distintas. Mas dirás que o fogo (isto é, o corpo luminoso, fluido e sutil) que brota da lenha de modo ordinário, queima; dizemos, de modo universal, ainda que ninguém tenha considerado todos os fogos de tal tipo, mas sim porque isto ficou claro naqueles que consideramos. Deste modo inferimos e acreditamos com certeza moral que todos estes fogos queimam e nos queimarão se aproximarmos a mão. Mas esta certeza moral não está fundada na indução somente, já que não se consegue só pela indução, mas sim com a ajuda e o apoio das seguintes proposições universais que dependem não da indução dos singulares, mas da idéia universal ou da definição dos termos:

(1<sup>a</sup>) Se a causa é a mesma ou semelhante em todos os casos, o efeito será o mesmo ou semelhante em todos os casos. (2<sup>a</sup>) Não se presume a existência de uma coisa que não é percebida. E, finalmente, (3<sup>a</sup>) Tudo o que não se presume, na prática deve se tomar por nada, antes que seja provado. Destas proposições, surge a certeza prática ou moral da proposição “todo aquele que é fogo queimará”. Pois suponhamos que qualquer fogo que agora se apresenta a mim seja de tal classe. Afirmo que, no que concerne a nossa questão, seja em todos os aspectos semelhante aos fogos precedentes, porque, por hipótese, não percebo diferença alguma; e o que não se percebe não se presume, pela proposição de apoio (2<sup>a</sup>). Pela proposição de apoio (3<sup>a</sup>), o que não se presume na prática, deve-se tomar por nada. Logo, deve-se manter, pela prática, no que concerne a nossa questão, que aquele fogo é semelhante aos demais. Agora bem, sendo a causa semelhante em tudo, o efeito será semelhante em tudo, pela proposição (1<sup>a</sup>); o efeito, isto é, a combustão, por hipótese, será semelhante para todos os fogos. Logo, deve-se admitir, na prática, que qualquer fogo dado de tal classe, ou todo aquele fogo, queimará. Coisa que se pretendia demonstrar. Disto já fica claro que a indução *por si* não produz nada, nem sequer certeza moral, sem a ajuda de proposições dependentes não da indução, mas sim da razão universal. Porque, se também estas proposições de apoio tivessem seu valor por indução, necessitariam de novas proposições de apoio e assim não teríamos certeza moral em um processo até o infinito. Mas a certeza perfeita não pode ser esperada totalmente da indução com a ajuda de qualquer tipo de apoio e, assim, não conheceremos nunca perfeitamente só por indução a proposição “o todo é maior que sua parte”. Com efeito, aparecerá logo alguém que negue, por qualquer razão peculiar, que seja verdadeira em outros casos não considerados, como sabemos, de fato, que Gregório de S. Vicente negou que o todo fosse maior que sua parte, pelo

menos nos ângulos de contato; e que outros negaram a propósito do infinito; e que Thomas Hobbes (até este homem?) começou a duvidar daquela proposição geométrica demonstrada por Pitágoras e considerada digna de um sacrifício de hecatombe, coisa que li, não sem estupor. Estes são os principais erros de nosso Nizzoli. Alguns tratamos em pequenas notas dispersas, outros consideramos tais que podem ser encontrados sem excessivo esforço por um leitor atento que tenha se dignado antepor à leitura de sua obra estas observações nossas. Portanto, já se deverá pôr fim a este prefácio longo, mas, se não me engano, necessário. Se alguém teme que a porta da casa venha abaixo, pense que nossa entrada é tão grande e a casa tão pequena porque está apenas começada. Se, depois da Lógica, se limpassem as demais partes, lograríamos então que todas as coisas se colocassem na justa simetria e que ninguém se lamentasse da excessiva magnitude do átrio e da pequenez do interior. Pelo mais, benévolo leitor, passe bem e preocupe-se em buscar seu próprio proveito, bom proveito.

## Índice Onomástico

Neste índice estão presentes os nomes citados ao longo da *Dissertação*. Alguns autores são bem conhecidos, mas a grande maioria, não. Optou-se por inserir datas e obras principais, bem como nota biográfica.

Os nomes estão organizados prioritariamente pelo sobrenome, salvo em casos especiais, quando alguém é conhecido ou citado pelo prenome.

O texto de Leibniz é em latim, por isso buscou-se traduzir os nomes para o vernáculo. Grande parte deles possui variantes de grafia, além de apelidos e pseudônimos, que foram inseridos entre parênteses; mas os nomes de entrada estão de acordo com a forma com que Leibniz os cita na *Dissertação*. A organização é em ordem alfabética.

Abelardo, Pedro (1079 – 1142), filósofo francês, peripatético, autor de *Sic et non*.

Adriano, Publius Aelius (76 – 138 d. C), imperador romano, sucessor de Trajano.

Agrícola, Rodolfo (Huysman, 1442 – 1485), professor em Heidelberg, reformador da Filosofia nos Países Baixos, autor de *De inventione dialectica*, Veneza, 1559, e *Elucubrationes aliquot*, Colônia, 1531.

Alacci, Leo (Allatius, 1586 – 1669), médico e professor de Retórica em Roma, autor de *De Ecclesiae Occidentalisatque Orientalis perpetua consensione*, Colônia, 1648.

Alberti, Alberto (1593 – 1676), jesuíta, matemático e retor italiano, autor de *Actio in eloquentiae corruptores*, Milão, 1651, e *Thesaurus eloquentiae sacrae et profanae*, Colônia, 1669.

Alberti, Leon Battista (1404 – 1472), genovês, arquiteto e preceptor de pintura.

- Alciato, Andrea (1492 – 1550), jurista italiano, autor de *De verborum significatione*, e conhecido também por seu *Emblematum liber*.
- Alsted, Johann Heinrich (1588 – 1638), protestante alemão, autor de *Encyclopaedia*, 1630.
- Amama, Sixtin (Sixti Amamae, 1593 – 1639) teólogo alemão, hebraísta e helenista, autor de *Antibarbarus biblicus*, 1618.
- Ammon, Clemens e Johann, impressores alemães do séc. XVII.
- Anglus, Thomas; (Thomas White, Candidus, Richworth, Bianchi, Vitus; 1593 – 1676), teólogo católico inglês, autor de *Institutionum peripateticarum ad mentem K. Digbaei pars theorica*, Lyon, 1642.
- Aretino, Leonardo Bruni (1370 c. – 1444), político italiano, autor de *Historiarum Florentini Populi*.
- Aristóteles (384 – 322 a.C), célebre filósofo, discípulo e crítico de Platão, autor de várias obras, como a *Retórica*.
- Arnauld, Antoine (1612 – 1694), apelidado “Le grand Arnauld”, teólogo jansenista francês, autor da *Grammaire générale*, e *Logique de Port-Royal*; correspondente de Leibniz.
- Aubertin, Edmund, teólogo calvinista francês, autor de *De Sacramento Eucharistiæ*, 1654.
- Aventinus, Joahann (Thürmayer, 1466 – 1534), historiador bávaro, professor de letras em Paris e de matemática em Cracóvia. Entre seus livros, *Rudimenta grammatica et encyclopaedia orbisque doctrinarum* (1519 - 20).
- Bábaro, Ermolao (1454 – 1493), estudioso italiano aristotélico, editou e corrigiu a *História Natural*, de Plínio o Velho, e a *Retórica* de Aristóteles, em 1544.

- Barth, Caspar (Bartolinus, Bartolino, 1587 – 1658), autor de *Adversaria*, Frankfurt 1624.
- Bartholinus, Thomas (Berthelsen, 1616 – 1680), médico dinamarquês, professor de matemática e anatomia, filho do médico Caspar Berthelsen (1585 – 1629).
- Basson, Sebastião, atuou no fim do XVI e início do XVII; sustentou uma física atomística e combateu o aristotelismo em *Philosophia naturalis adversus Aristotelem libri XII, in quibus abstrusa veterum physiologia restauratur et Aristotelis errores solidis rationibus repelluntur*, Genebra 1621.
- Becmann, Christian (1580 – 1648) autor de *De originibus latinae linguae*, 1609.
- Bernegger, Matthias (1582 – 1640), professor universitário alemão, amigo de Kepler, cuja correspondência foi publicada: *Epistolae J. Keppleri & M. Berneggeri mutuae*, Strasbourg, 1672.
- Bert, Petrus (Bertius, 1565 – 1629), estudioso de línguas, historiador e geógrafo neerlandês, autor de *Theatrum geographiae veteris*, Amsterdam, 1619.
- Bessarion, Johannes (1403 – 1472), cardeal latino em Constantinopla, autor de *In calumniatorem Platonis*, 1469, Roma.
- Bético, Luis de Carvajal (1500 c. – ?), franciscano espanhol, opositor de Erasmo, autor de *De restituta Theologia*, 1545.
- Biel, Gabriel (1410 c. – 1495), teólogo e filósofo occamista alemão, professor da nascente Universidade de Tubinga, autor da *Epithoma pariter et collectorium circa IV Sententiarum libros*, Tubinga 1499. Martinho Lutero (1483 - 1546), quando jovem, esteve entre os eremitas agostinianos de Erfurt, e foi leitor de filosofia moral em Wittenberg

e “magister Sententiarum” em Erfurt (1507 – 1509), adepto do nominalismo de Biel.

Bigne, Marguerin de la (1546 – 1595). Teólogo e patrologista francês, autor, como menciona Leibniz, da *Sacra Bibliotheca Sanctorum Patrum*, em cuja obra publica pela primeira vez muitos textos dos Padres da Igreja.

Bischof, Simon (Bisschop, Episcopus, 1583 – 1643), teólogo neerlandês, autor de um tratado sobre o livre-arbítrio.

Blavios: Leibniz refere-se a impressores. Mas o sobrenome é comum (por conta da similitude com “blau” ou “bleau”, azul, sobrenomes não incomuns), mesmo neste ofício, e por isso podem ser encontrados na Europa três tipógrafos de mesmo nome: João Blavio de Colônia (casa de impressão lisboeta do século XVI); Willem Janzoon Blaeu (1571 – 1638), de Amsterdam, “Blavii”, *Typographia Blaviana*, e seu filho Joan Blaeu (1599 c. – 1673), que estudou astronomia com Ticho Brahe e, ao assumir os negócios com o pai, sua gráfica tornou-se uma das maiores da Europa, especializada em cartografia, autores do *Atlas Maior*; há também Bartolomeu e Tommase de’Blavi de Veneza. Mas nada impede que todos estes “Blavios” estejam ligados.

Blondel, David (1591 – 1655), protestante francês, sucessor de G. J. Voss na cátedra de história da “École Illustre” de Amsterdam, autor de *Familier esclarcissement de la question si une femme a esté assise au siege papal de Rome entre Leon IV, & Benoist III*, Amsterdam, 1649.

Boécio, Anicius Manlius Severinus Boethius (480 – 525), filósofo e homem de estado romano, autor de *De Consolatione* e *De Trinitate*.

- Boeckler, Johan Henrik (Boeclerus, 1611 – 1762) estudioso sueco, autor de *Historia belli Sveco-Danici*.
- Bohl, Samuel (1611 – 1689), hebraísta e teólogo protestante alemão, autor de comentários a Malaquias, Isaías, etc.
- Bolland, Jean (1596 – 1665), jesuíta belga, hagiólogo, autor, conjuntamente com Rosweyde do *Acta sanctorum*, 1643 – 58.
- Bongars, Jacques (1554 – 1612) diplomata francês. Publicou *Gesta Dei per Francos* (Hanover, 1611), sobre as Cruzadas.
- Bose, Johann Andreas (1626 – 1674), filósofo, professor de Retórica, História e Política alemão, autor de *De prudentia et eloquentia civili comparanda diatribae isagogicae*, 1677, correspondente de Leibniz.
- Brahe, Ticho (1546 - 1601) astrônomo e matemático dinamarquês, inventor de um modelo solar misto; publicou *Astronomiae Instauratae Mechanica*.
- Brouwer, Christoph (1559 – 1617), jesuíta e historiador alemão.
- Brunfels, Otto (1488 – 1534), estudioso e botânico alemão.
- Bruno, Giordano (1548 c. – 1600), filósofo italiano, de formação dominicana, autor de *De Umbris Idearum*, 1582, foi executado pela Inquisição, por sustentar posições teológicas inadmissíveis, como a de Cristo como um mágico sem divindade, o Espírito Santo como alma do mundo, a salvação do Mal, etc.
- Brunsmann, Johann B. (Brunsmannus, 1608 – 1672), jurista, professor de Lógica e Direito em Frankfurt.
- Buscher, Stats (Stadius Buscherus, 15?? – 1641), teólogo luterano alemão, autor de *Kryptopapismus novae theologiae Helmstadiensis*, Hamburgo, 1638.

- Buys, Joannes (Busaeus, 1547 – 1611), teólogo e jesuíta belga, editor de Tritenheim.
- Calcagnini, Celio (1479 – 1541), professor em Ferrara, amigo de Scaligero, autor de *Quod Coelum stet et Terra moveatur, vel de perenni motu Terrae*, Basileia, 1544.
- Camerario, Joaquim (Joachim Camerarius, 1500 – 1574), professor alemão, autor de *De Philippi Melanchthonis ortu, totius vitae curriculo et morte, implicata rerum memorabilium temporis illius hominumque mentione – narratio*, Leipzig, 1566.
- Campanella (1568 – 1639), filósofo italiano, atribuiu a sensibilidade a todos os seres da natureza, no seu tratado *De sensu Rerum*.
- Canavese, Chrysostom Javellus de (1472 – 1540 c.), filósofo dominicano peripatético italiano, autor de *Epitomata in decem libris Ethicorum Aristotelis ordinata per fratrem Chrysostomum Javellum Canapicium ordinis predicatorum philosophie et sacre theologie professorem*, Veneza, 1536.
- Cano, Melchor (Melchior, 1509 – 1560), bispo e teólogo espanhol, autor de *De Locis Theologicis*, Salamanca, 1563.
- Capece, Vincenzo (1595 – 16??), bispo de Gallipoli.
- Cardano, Jerônimo (Cardan, 1501 – 1576), matemático, médico e filósofo italiano, desenvolveu uma teoria animista da luz e do calor, sobretudo no tratado *De subtilitate*, 1552.
- Casaubon, Isaac (1559 – 1614), filósofo francês, atuante na Inglaterra, colaborador de Scaligero, foi considerado em seu tempo um dos maiores eruditos da Europa. Autor de uma revisão do *Deipnosophistae de Athenaeus*, com comentários.

- Cassander, George (Cassant, 1513 – 1566), teólogo belga, procurou reconciliar as facções cristãs; seus livros foram colocados no *Index*; autor de *Consultatio de Articulis Fidei lute, Catholicos et Protestantas Controversis*, 1565.
- Castellesi, Adriano (1460 c. – 1521 c.), cardeal italiano, estudioso das letras, autor de *De Vera Philosophia ex quatuor doctoribus ecclesiae*, Bologna, 1507.
- Cesário, Johannes (Caesarius, 1468 – 1551), médico e filósofo alemão, autor de *Rhetorica Ioannis Caesarii, in septem libros ... digesta ... tertio iam per authorem ... recognita accessit iam huic editioni rhetorices Hermogenis compendium..*
- Cheffontaines, Christophe de (Penfenteuniou, 15?? – 1595) franciscano autor de *Varii tractatus et disputationes de necessaria correctione theologiae scholasticae*, Paris, 1586.
- Chesne, André du (Querneus, Quercetanus, 1584 – 1640), historiador e geógrafo francês, autor de *Les Antiquités et recherches de la grandeur et majesté des rois de France* (Paris, 1609).
- Chiaramonti, Scipione (1565 – 1652), filósofo italiano, autor de *Della Ragione de Statto*, 1635, Florença, além de outros trabalhos de astronomia.
- Chifflet, Jean-Jacques (1558 – 1673), médico, autor de *Anastasis Childerici I. Francorum Regis sive Thesaurus Sepulchralis*, Antuérpia, 1655.
- Chrysoloras, Manuel (c. 1355 – 1415), estudioso bizantino, um dos responsáveis pela difusão dos estudos gregos na Itália, autor de *Erotemata*, Veneza, 1484.
- Cícero, Marcus Tullius (106 c. – 43 a. C.), célebre político, retor, filósofo, orador romano, autor de *Do Orador*, dentre outras obras.

Címon (510 a. C. – 451 a. C.), general ateniense nas guerras persas e homem de estado grego, elogiado por Plutarco

Clapmar, Arnold (1574 – 1604), jurista e historiador alemão, autor de *De arcanis rerumpublicarum*, Amsterdam, 1644.

Clauberg, Johann (1622 – 1665), mestre de lógica e filósofo alemão, difundiu as idéias cartesianas na Alemanha e defendeu uma metafísica ocasionalista próxima à de Malebranche. As suas pesquisas sobre a língua germânica, *Collectanea Linguae Teutonicae*, foram publicadas em 1663.

Clauder, Isaac (Isaacus Clauderus), sem mais referências.

Clausa, Petrus Valle (pseudônimo de Theophilus Raynaudus [latinizado], 1587 – 1663), filósofo e teólogo jesuíta francês, autor de *De immunitate authorum cyriacorum a censura*, 1662.

Cochlaeo, Johannes, (1479 – 1552), alemão, editor de *Philippica quinta, in tres libellos Philippi Melanchthonis*, Ingolstadt, 1549.

Combefis, François (1605 – 1679), patrologista francês, dominicano, autor de *Bibliotheca Patrum Concionatoria*, 1662.

Conrado Lychostenes, (Wolfhart, 1518 – 1561), filósofo, retor, gramático e enciclopedista alemão, autor de *Illustrium virorum apophthegmata*, Berna, 1557.

Conring, Herrmann (1606 – 1681), polímata, publicou em 1656 de uma edição da *Política* de Aristóteles com introdução sua.

Constantino, Caius Flavius Aurelius (270 – 337 d.C.), imperador romano, reconsolidou o cristianismo no império e fundou Constantinopla.

Cordes, Jean des (Cordesius, 1570 – 1642), cônego francês, dono de grande biblioteca, disponibilizada pelo Cardeal Mazarino.

Cortese, Paolo (Cortesi, 1465 – 1510), professor italiano, autor de *Paulus Cortesius in Sententias...*, 1513.

Cossart, Gabriel (1615 – 1674), jesuíta francês, professor de Retórica no Liceu “Louis Le Grand”. Com Labbe, Cossart editou a *Sacrosancta Concilia*, Paris (1671 – 1672), dezesseis volumes dos textos dos concílios universais, nacionais, provinciais e diocesanos até 1664.

Courcelles, Etienne de (Curcellaeus, 1586 – 1659) calvinista, editou e traduziu *Renati Des Cartes Specimina philosophiae*, Amsterdam, 1644.

Cremonini, César (1550 c. – 1631), professor em Pádua, difusor de um aristotelismo diversificado, estudioso naturalista e teológico.

Cujas, Jacques (Cujacius, Cujaus, De Cujas, 1520 - 1590), jurista francês, professor de Scaligero, autor de *Restitution du code de Justinien*.

Curio, Célio Segundo (1503 – 1569), teólogo suíço.

d'Achéry, Lucas (1609 – 1685), beneditino francês, estudioso de questões históricas e teológicas medievais, autor do *Spicilegium, sive Collectio veterum aliquot scriptorum qui in Galliae bibliothecis, maxime Benedictinorum, latuerunt*, Paris, 1655-77.

Daillé, Jean (Dallaeus, 1594 - 1670), protestante francês, autor de *Du vrai emploi des Pères* (1631).

Dante Alighieri (1265 – 1321), célebre poeta italiano, autor da *Divina Comédia*.

Demócrito (c. 460 – 370 a.C.), discípulo de Leucipo, um dos formuladores do atomismo.

Denores, Jason (Giasone di Nores c. 1530 – 1590 c.), italiano, de origem normanda, nascido em Chipre; profesor na Universidade de Pádua. Editou a *Ars poetica* de Horácio e o *De oratore* de Cícero, além de um compêndio de obras selecionadas chamado *Della Rettorica*,

Padua, 1588. Autor também de *Breve trattato del mondo, et delle sue parti*, Veneza, 1571.

Descartes, René (Renatus Cartesius, 1596 – 1650), célebre filósofo, físico e matemático francês, autor de *Discours de la méthode* (1637), *Méditations* (1641), *Principes* (1644).

Deusing, Antonio (1612 – 1666), médico, matemático e astrônomo neerlandês, autor de *De vero systemate mundi dissertatio mathematica. Qua Copernici systema mundi reformatur: sublatis interim infinitis pene orbibus*, Lodewijk, 1643.

Dieterich, Conrad (1575 – 1639), teólogo e professor de filosofia em Giessen. Autor de *Institutiones dialecticae* 1609, *Institutiones oratoriae*, 1615.

Digby, Sir Kenelm (1603 – 1655), filósofo e diplomata inglês, autor de um tratado de inspiração cartesiana sobre a natureza dos corpos.

Dominis, Marco Antonio [de Dominis] (1560 – 1624), filósofo e teólogo dalmaciano, professor de Retórica e Matemática, formado pelos jesuítas, convertido ao anglicanismo, igreja que lhe proporcionou a posição de arcebispo, publicou *De Republica Ecclesiastica contra Primatum Papæ*, 1622, Hanover. Reverteu-se ao catolicismo e, após sua morte, foi considerado herético. Autor também de *Tractatus de radiis visus et lucis in vitris, perspectivis et iride*, em que desenvolve uma teoria do arco-íris.

Dorpius, Martin (Dorp, 14?? – 15??), teólogo e canonista belga, correspondente de Erasmo e Morus.

Dreier, Christian (1610 – 1688), professor de teologia em Königsberg, autor de *Sapientia sive philosophia prima ex Aristotele*, 1644.

Dugdale, Sir William (1605 – 1686), antiquário inglês, autor de *Antiquities of Warwickshire* (1656), *The Baronage of England*, 1676.

Elzevier, Família (Elzevir ou Elsevier) de célebres impressores, neerlandeses de Leiden, de 1583 a 1770.

Epicuro (341 – 270 a. C) filósofo grego, favorável ao atomismo, doutrina desenvolvida originalmente por Leucipo e Demócrito.

Erasmus de Roterdam, (Desiderius Erasmus, 1466 c. – 1536), filósofo neerlandês, autor de *Moriae encomium* [*Elogio da Loucura*] 1509.

Euclides, matemático grego do III século a. C., autor dos *Elementos*, base da Geometria.

Felden, Johann von (morto em 1668 c.), jurista e defensor da doutrina aristotélica contra Hobbes. Seus *Elementa iuris universi rt in specie publici Justiniani*, Frankfurt 1664, e seus manuscritos éticos e políticos foram muito valorizados por Leibniz.

Ferrari, Ottavio (1607 – 1682), professor da Universidade de Pádua, erudito e antiquário italiano, autor de *De re vestiaria libri tres*, Pádua, 1642.

Fichard, Johannes (Fichardus, Fichardo, 1512 - 1581), jurista alemão, autor de *Virorum qui ... Vitae*, Frankfurt/Main, 1536.

Ficino, Marsílio (1433 – 1499), filósofo e escritor italiano platônico, autor de *Theologia Platonica de immortalitate animae*, 1482.

Filelfo, Francesco (1398 – 1481), italiano, estudioso de Gramática e Retórica, enviado veneziano a Constantinopla, discípulo de Manuel Chrysoloras , autor de *Convivia Mediolanensia*.

Foglietta, Uberto (1518 – 1581), primeiro historiador oficial de Gênova, autor de *De linguae Latinae usu et praestantia libri três*, 1574.

Fonseca, Pedro da (1528 – 1599), filósofo jesuíta peripatético português, autor de *Institutionum Dialecticarum Libri Octo*, Lisboa, 1564.

- Fracastoro, Girolamo (1478 – 1553), médico, astrônomo, filósofo e poeta italiano, autor de *Homocentrica*, 1538.
- Freher, Marquard (1565 – 1614), jurista, historiador alemão. Editou *Iuris Graeco-Romani tam canonici quam civilis tomi duo ... editi cura Marquardi Freheri*, Frankfurt, 1596.
- Frey, Johann Thomas (Freigius, Frigius, 1543 – 1583), jurista, pedagogo, professor de ética, dialética e retórica, expoente ramista alemão, autor de *Praelectiones in Ciceronis orationes octo consulares*, Basiléia, 1575.
- Frischlin, Philipp Nikodemus (1547 – 1590), filólogo e satirista alemão, autor de *Julius redivivus*, no estilo de Aristófanes, 1584.
- Gabbema, Simon Abbes (1628 – 1688), historiador neerlandês, autor de *Historie van Friesland van 1190 tot 1573*.
- Galeno (129 – 199 d. C.), médico e filósofo, que procurou conciliar o hipocratismo e aristotelismo (obra em *Corpus medicorum graecorum*). No campo lógico, introduziu a quarta figura silogística e defendeu a exigência axiomática no tratamento lógico.
- Galileu Galilei (1564 – 1642), célebre astrônomo, matemático e físico italiano, autor do *Dialogo...sopra i due massimi sistemi del mondo*, 1632.
- Gamans, Jean (1606 – 1684), jesuíta alemão, conviveu com os primeiros bolandistas, Jean Bolland e Godefroid Henschen. Coletou material para publicar a *Metropolis Moguntina*, mas sua contribuição maior foi nos hagiológicos bolandistas.
- Gassendi, Pierre (1592 – 1655), filósofo, e matemático francês, retor; coletânea de suas obras: *Syntagma philosophicum*.
- Gaza, Teodoro (c. 1400 – 1475), estudioso aristotélico bizantino, um dos responsáveis pela introdução dos estudos gregos na Itália.

- Germoni, Anastasius Nastase (1551 – 1627), jurista, diplomata e arcebispo de Tarantaise, autor de *De legatis principum et populorum libri tres*, Roma, 1627.
- Gesner, Conrad (1516 – 1565), filólogo e médico suíço, professor em Zurique. Autor de *Mithridates, sive de differentiis linguarum*, Zurique, 1555.
- Godefroy, Denis (Dionysio Gothofredo, 1549 – 1621), estudioso e jurista francês, calvinista, autor de *Corpus juris civilis*, pai de Théodore Godefroy (1580 - 1649), historiador real da França.
- Goldast, Melchior (Goldast) Von Haiminsfeld (1578 – 1635), escritor suíço, compilador de documentos relacionados à história medieval da Alemanha e de sua Constituição. Autor de *Paraeneticorum veteruin pars i.*, 1604, *Suevicarum rerum scriptores*, Frankfurt, 1605, nova edição de 1727).
- Graevio, Johanne Georgio (século XVII), co-editou *Tullii Ciceronis – Orationum, Quae in Universitate Parisiensi vulgo explicantur, Cum Notis ex Manutio, Hottomanno, Graevio*. É autor de *Thesaurus antiquitatum Romanarum*, 1674. A obra a qual Leibniz alude é *Isaaci Casavboni Epistolae, editio secunda LXXXII. epistolis auctior, & juxta seriem temporum digesta, curante Johanne Georgio Graevio*.
- Graswinckel, Dirck (Graswinkel, 1600 – 1666), jurista neerlandês, correspondente e colaborador de Grotius.
- Gregório Ariminense (Rimini, morto em 1358), chamado “Doctor Authenticos”, agostiniano, professor em Paris, Bolonha, Pádua e Perugia. Seu *Comentário às sentenças* (1344 – 46) foi publicado inúmeras vezes.

- Gregório de São Vicente (1584 – 1667), jesuíta e matemático belga, professor em Praga e em Gand. Em *Opus geometricum quadraturae circuli et sectionum conici*, Antuérpia 1647 e *Opus geometricum posthumum*, (Gand 1688), propõe aperfeiçoar o método de Eudoxo e de Arquimedes usando com rigor o conceito de infinito.
- Gretser, Jakob (1561 – 1625), filósofo e teólogo, jesuíta, editor e intérprete de obras dos Padres da Igreja.
- Grifoli, Jacopo, séc. XVI, autor de *Q. Horatii Flacci liber de Arte poetica. Iacobi Grifoli Lucinianensis interpretatione explicatus*, 1550.
- Gronov, Johann Friedrich (Gronovius, Gronovio, 1611 – 1671), autor de uma edição de Grotius, *De jure belli ac pacis* (1660). Seu filho, Jakob Gronov (1645 - 1716), editou o *Thesaurus antiquitatum Graecarum*.
- Grotius, (Hugo van Groot 1583 – 1645), jurista e historiador neerlandês, um dos fundadores da escola de direito natural.
- Gruter, Isaac (1610-1680), neerlandês, correspondente de Grotius, também editor de Francis Bacon.
- Gruter, Jano (Jean, Jan, Janus, van Gruytère, Gruterus, 1560 – 1627) historiador e enciclopedista belga, autor de *Polyanthea vel Thesaurus criticus in quo infinitis locis Theologorum, Juresconsultorum, Medicorum, Philosophorum, Oratorum, Historicorum, Poetarum, Grammaticorum etc. scripta supplentur, corriguntur, illustrantur, et notantur*, em 4 volumes.
- Harvey, William (1578 – 1657), médico inglês, autor do *Exercitatio anatomica de motu cordis et sanguinis in animalibus*, sobre a circulação do sangue.
- Heinch, Daniel (Heinsius, 1580 – 1655), filólogo holandês seguidor de José Scaligero, professor em Leyden. Leibniz refere-se à *Paraphrasis*

*perpetua in politica Aristotelis*, Leyden 1621. Heinch ocupou-se de ética e dos estudos das artes aristotélicas.

Heinz, Daniel (Heinsius, Heins, Heyns, 1580 – 1655), poeta, bibliotecário, filólogo e professor de política neerlandês, autor de *Paraphrasis Andronici Rhodii in Aristotelis ethica ad Nicomachum*, 1607.

Helmont, Francisco Mercúrio (ou François-Mercure van Helmont, 1618 – 1699), alquimista e teósofo, editou as obras de seu pai, João Batista, médico e químico afamado. Difundiu a teoria das *archés*, ou seja, princípios de vida e de movimento imanentes ao organismo.

Helvetius, Johann Friedrich (Schweitzer, 1625 – 1709), médico alemão de Guilherme III de Orange, autor de *Amphitheatrum physiognomiae medicum...*, 1660, Heidelberg.

Henschen, Godofredo (1601 – 1681) jesuíta belga, hagiólogo, co-autor da *Acta sanctorum*.

Herbert: provavelmente, Leibniz refere-se a sir Thomas Herbert (1606 – 1682), viajante inglês, autor de uma obra em que descreve a monarquia persa, em *Greater Asia and Africk* (1634). Colaborador de sir William Dugdale (ver).

Hobbes, Thomas (1588 - 1679), ilustre filósofo inglês, autor, dentre outras obras de geometria e política, *O Leviatã*. Leibniz, em sua juventude, tentou, em vão, corresponder-se com ele.

Holste, Lucas (Holstenius, 1596 – 1661), filólogo alemão, bibliotecário do Vaticano, editor e autor do *Codex regularum monasticarum* (1661), entre outras obras.

Hortleder, Friedrich (1579 – 1640), historiador alemão, autor de *Der römischen Keyser- und Königlichen Maiesteten, auch des Heiligen Römischen Reichs geistlicher und weltlicher Stände Handlungen und*

*Außschreiben: Von den Ursachen des Teutschen Kriegs Kaiser Carls V., wider die Schmalkaldische Bundsoberste*, Gotha, 1645.

Hotman, François (Hottomanus, 1524 – 1566), jurista calvinista francês, autor de *Franco-Gallia seu Tractatus isagogicus de regimine regum Galliae*, Paris, 1573.

Huens, Augustin (Hunnaeo, 1521 – 1577), neerlandês, lógico, professor de latim e grego, autor de *Prodidagmata Logices, qualia Hispani Summulas vocant dialectica, allatis definitionibus ac divisionibus*, 1569.

Huss, Johann (Jan Hus, 1369 – 1415), reformista religioso tcheco, morto após o Concílio de Constança; autor de *De ecclesia*.

Inchofer, Melchior (1585 – 1648), filósofo, matemático, e teólogo jesuíta húngaro, autor de *Tractatus Syllepchismo*, Roma, 1633; *Historiae sacrae latinitatis*, 1635.

Jaime I (1566–1625), rei da Inglaterra e Escócia, autor de *True Law of Free Monarchy* (1598).

Jung, Joaquim (Jungius, 1587 – 1657), naturalista e filósofo alemão, professor em Rostock, Giessen e Hamburgo. Foi botânico, defensor da concepção mecanicista da física e promotor da Lógica. Publicou *Logica Hamburgensis, id est institutiones logicae*, Hamburgo, 1638. Muito dos manuscritos inéditos de Jung foram destruídos em um incêndio em 1691, quando Leibniz estava perto de publicá-los. Estimava-o a ponto de colocá-lo ao lado de Galileu e Kepler, e o considerava um lógico superior a Descartes. Algumas obras de Jung foram publicadas posteriormente por Martin Vogel.

Keckermann, Bartolomeu (1571 – 1609), erudito e filósofo alemão que ensinou hebraico em Heidelberg e filosofia em Danzig. Notórias

foram suas obras de Lógica: *Systema logicae*. Procurou uma conciliação entre o ramismo e o aristotelismo (ou “felipismo”) de Melanchton.

Keller, Jakob (Cellarius) Augustano. Impressor suíço, co-editou: *Nizolius sive thesaurus Ciceronianus [Observationes in M. T. Ciceronem]*, Basiléia, 1583.

Kepler, Joahannes (1571 – 1630) célebre astrônomo e matemático alemão, discípulo de Ticho Brahe, autor de *De cometis* e *Harmoniae mundi*.

Kurz, Albrecht (Curtius, séc. XVII), jesuíta alemão, matemático, colaborador de Kepler.

Labbe, Felipe (L’ Abbe, Labbé, 1607 – 1667), erudito jesuíta, autor de obras sobre Geografia, História e Filologia, professor de Retórica e Filosofia. Autor de *Tirocinium Linguae Græcæ etc*, Paris, 1648; *De Byzantinæ historiae scriptoribus, etc*. Paris, 1648, dentre outras obras em colaboração com Gabriel Cossart (ver).

Lambeck, Peter (1628 – 1680), historiador e bibliotecário alemão. Trabalhou na biblioteca do Vaticano e mantinha correspondência com Lucas Holste, Friedrich Lindenberg e com Gerhard Johann Voss. Publicou *Prodromus Historiae literariae*, Hamburgo, 1659.

Laud, William (1573 – 1645), arcebispo inglês, “patrono do conhecimento”, chanceler da Universidade de Oxford.

Leodius, Hubert Thomas, católico alemão, biógrafo e secretário do príncipe-eleitor do palatinado Frederico II (1482 – 1556), autor de *Annales de vita et rebus gestis Friderici II. electoris palatial*, publicado em Frankfurt, 1624.

Leonicenus, Nicolaus (1428 – 1524), médico e naturalista italiano, autor de *De serpentibus opus singulare ac exactissimum...*, Bolonha, 1518.

Lindenberg, Friedrich (Tiliobroga, 1573 – 1648), jurista e bibliotecário alemão, discípulo de Scaligero em Leyden. Compilador e colecionador, sua biblioteca passou para a Universidade de Hamburgo na ocasião de sua morte.

Lucrecio (Titus Lucretius Carus, c. 98 a. C. – 55 a. C.), poeta latino, em cujos poemas podem ser encontradas formulações do atomismo epicureano.

Maioragio, Marco Antonio (Majoragio, Maioraggio, Marcantonio, Antonio Maria Conti, 1514 – 1555), professor de Retórica, filósofo e jurista italiano, autor de *Tres Aristotelis Libros, De Arte Rhetorica, Quo Ipse Latinos Fecit, Explanationes*, 1689.

Mallinkrot, Bernhard von, historiador alemão (séc. XVII), autor de *De Ortu ac Progressu Artis Typographica Dissertatio Historica*, 1640.

Manlius, Christoph, editor de *Epistolarum Philippi Melanchthoni Farrago*, Basileia, 1565.

Manutio, Aldo (Aldus Manutius, Manuce, 1445 – 1515), impressor e editor italiano; conjuntamente com Gutenberg, Estienne, Plantin e Elzevier, os maiores impressores da história do livro.

Maquiavel, Nicolau (1469 – 1527), célebre historiador e homem de estado italiano, autor de *O Príncipe*.

Marca, Pierre de (1594 – 1662), bispo francês, autor de *De concordia sacerdotii et imperii seu de libertatibus ecclesiae gallicanae*, Paris, 1641.

Martin, Cornélio (1568 – 1621), filósofo e teólogo holandês, professor em Rostock e na escola superior luterana de Helmstedt. Entre seus estudos, um *Programma ad studiosam logicae juventutem* (1597), no qual combate o ramismo e sustenta a lógica aristotélica.

- Masen, Jakob (Semanus, 1606 – 1681), dramaturgo, teórico de poesia e jesuíta alemão. A obra a que Leibniz refere-se é *Antiquitatum et annalium Trevirensium libri XXV ... auctoribus Christophoro Browero et Jacobo Masenio*, Lüttich, 1670.
- Meibom, Heinrich (1638 – 1700), médico e anatomista alemão, autor também de obras sobre poesia e história. Publicou *Diss. de longaevis*, Helmstädt, 1664.
- Melanchton, Felipe Schwartzerde (denominado Melanchton, 1497 - 1560), discípulo e amigo de Lutero, teólogo, autor de *Loci Communes Rerum Theologiarum seu Hypotyposes Theologicae* (1521), obra fundamental da teologia luterana.
- Mercier, Edmond, correspondente de Grotius.
- Milcíades o Jovem (554 a. C. – 489 a. C.), general ateniense responsável pela vitória grega em Maratona.
- Minucci, Antonio (de Pratovecchio), canonista italiano do séc. XV, encarregado de escrever para o Papa Eugênio IV um consílio sobre a guerra justa, em 1436. Leibniz refere-se aos seus estudos de direito feudal, que podem ser encontrados nas seguintes edições: *Repertorium aureum domini Antonii de Prato veteri in toto juris scripti opere coadjuvantibus Bartolo necnon in tutelis Nicolao de Neapoli et Dyno in regulis juris livi [sic catalogue] cum aliis additionibus*, editada por Bartolus de Saxoferrato, e não por Erich Moritz; e *Antonio Minucci da Pratovecchio Liber feudorum*, editada por Johannes Schilter, em *Codex iuris alemannici feudalis*, 1728.
- Monllor, Juan Bautista (Monlorius, séc. XVI) filósofo peripatético espanhol, autor de *Oratio in commendationem Dialecticae, habita in Universitate Valentina Kal. Septembris 1567: Paraphrasis et*

*scoliorum in duos libros priores analyticorum Aristotelis a graeco sermone in latinum a se conversorum*, Valencia, 1569.

Moritz, Erich (Mauritius, 1631 – 1691), jurista alemão, correspondente de Leibniz, responsável também por processos contra bruxas (ver: *Erich Mauritius: (+1691 in Wetzlar); ein Jurist im Zeitalter der Hexenverfolgung* / Soenke Lorenz ).

Moulin, Pierre Du (1568 – 1658), teólogo huguenote francês, autor de *Oppositions de la parole de Dieu avec la doctrine de l'Eglise romaine*, 1624.

Mountague, Richard (Montague, Montagu, 1577 – 1641), bispo e teólogo inglês, autor de *Appello Caesarem: a Just Appeal from two Unjust Informers*.

Naudé, Gabriel (1600 – 1653), célebre bibliógrafo e erudito francês, autor da *Apologie pour les grand personnages faussement soupçonnés de magie*, Paris 1625. Era bibliotecário de Mazarino, regente da França.

Nicio, sem referências.

Niess, Johann, autor de *De ortu et occasu linguae latinae*, 1627.

Nifo, Agostinho (Nipho, 1473 – 1538 ou 1545), aristotélico de Pádua que sustentou uma polêmica com Pomponazzi sobre o problema da imortalidade da alma.

Nihus, Barthold (c. 1590 – 1657), filósofo e polemista alemão, de origem protestante e convertido ao catolicismo, amigo de G. J. Voss, autor de *Ars nova, dicto S. Scripturae unico lucrandi e Pontificiis plurimos in partes Lutheranorum, detecta non nihil et suggesta Theologis Helmstetensibus, Georgio Calixto praesertim et Conrado Hornejo*, Hildesheim, 1633.

Nizzoli, Mario (Nizolius, 1498 – 1566), latinista e filósofo, natural de Brescello, professor da Universidade de Parma (1547 – 1562), polemizou, a partir de seus estudos de Cícero, com o método escolástico de filosofar e com os aristotélicos, atacando inclusive Aristóteles. Assumiu uma posição nominalista, cujo interesse pelo concreto, em detrimento dos termos abstratos, une-se ao aperfeiçoamento estilístico do discurso filosófico. Escreveu *Observationes in M. T. Ciceronem* (1536), posteriormente chamado *Thesaurus Ciceronianos* (1570), e *De veris principiis et vera ratione philosophandi* (1553).

Occam, Guilherme de (Ockham, 1295 – 1350 ca.); nominalista da nova lógica, “venerabilis iceptor invictissimae scholae nominalium”, em contraposição à antiga de Aristóteles; autor dos *Comentários* ao livro das sentenças.

Panvinio, Onofrio (1530 – 1568), historiador, teólogo e arqueólogo italiano, autor de *De comitiis imperatoriis*, Basileia, 1558.

Papebroch, Daniel (1628 – 1714) jesuíta belga, hagiólogo, co-autor da *Acta sanctorum*, conjuntamente com Rosweyde, Bolland, e Henschen, Papebroch era conhecido por pertencer aos “bolandistas”, estudiosos de Santos suspeitos de iconoclastia em sua historiografia.

Paracelso, Felipe Aurélio Teofrasto Bombasto Von Hohenheim (1493 – 1541) médico ocultista suíço, discípulo de Tritenheim, obra publicada posteriormente em *Bibliographia Paracelsica*, Berlim, 1894.

Patrizi, Francesco (1529 – 1597), professor em Roma, um dos promotores do platonismo no Renascimento e censor do aristotelismo, questionando freqüentemente a autenticidade das obras de Aristóteles, *Discussiones peripateticae*, Veneza 1571.

- Périon, Joachim (Perionius, 1499 – 1559), beneditino francês, autor de *De Gallicae linguae origine, eiusque com Graeca cognatione*, 1555.
- Perron, Cardeal du (1556 – 1618) católico, responsável pela conversão de Henrique IV, de Navarra, rei da França, 1553 - 1610. Isaac Voss editou sua *Perroniana sive excerpta ex ore Cardinalis Perronii*, 1669.
- Pétau, Denis (Dionysius Petavius, 1583 – 1652), teólogo francês, helenista, professor de Retórica, autor de *Dogmata theologica*.
- Petrarca, Francesco (1304 – 1374), célebre poeta italiano, autor de *Africa*.
- Peucer, Kaspar (1525 – 1602), médico e matemático alemão, genro de Melanchton, autor de *Commentarius de praecipuis generibus divinationum*.
- Pezel, Christoph (Christophoro Pezelio, 1539 – 1604), autor de *Enarratio priorum capitum Euangelii Iohannis*, 1586.
- Piccolomini, Enea Silvio de (ou Papa Pio II, 1405 – 1464), erudito e religioso italiano, autor de *Historia rerum Frederici III imperatoris*.
- Piccolomini, Francisco (1520 – 1604), professor em Siena, Macerata, Perugia e posteriormente em Pádua, sustentou uma polêmica com Zarbarella a propósito de metodologia ética, *Opera philosophica*, Veneza 1600; Alessandro Piccolomini (1508 - 1578), filósofo, erudito, cultivou as ciências naturais; traduziu a *Retórica* e a *Poética* de Aristóteles.
- Pico della Mirandola, Giovanni (1463 – 1494), platônico, opositor da escolástica. Autor de *Conclusiones philosophicae, cabalasticae et theologicae*, Roma, 1486.
- Pico della Mirandola, Giovanni Francesco (1470 – 1533), autor do *Examen vanitatis doctrinae gentium et veritatis chistianae disciplinae*, criticou os sistemas filosóficos, especialmente o aristotélico,

- contrapondo-o com as verdades da revelação. Escreveu uma biografia de seu famoso tio, Giovanni Pico della Mirandola.
- Pierucci, Giovanni Michele (séc. XVII), professor de direito em Pádua, associado à Academia Galileana de Ciência, 1669 – 1670.
- Pisani, Ottavio (1575 – 16??), astrônomo, cartógrafo e geógrafo italiano, correspondente de Galileu, autor de *Lycurgus Italicus seu leges per et iuxta quas fit et administratur vera, prompta et expedita iustitia*, 1666, e *Globus terrestris projectus*, 1637.
- Pistor, Johann (Pistorius, Niddanus, pelo local de nascimento, 1546 – 1608), médico, teólogo e jurista, autor de *Rerum Germanicarum veteres jam primum publicati scriptores aliquot insignes medii ævi ad Carolum V* (Frankfurt, 1583-1607).
- Pitágoras (c. 580 a. C. – c. 500 a. C.), filósofo e matemático grego cuja doutrina foi assimilada em grande parte por filósofos como Platão e Aristóteles.
- Pithou, Pierre (1539 – 1596), jurista e estudioso francês, editou de Otto de Freisingen a *Vie de Frédéric Barberousse*.
- Platão (Aristoclés)- (427 – 347 a. C) célebre filósofo grego nascido em Atenas, discípulo de Sócrates, autor de vários diálogos.
- Poelenburg, Arnold, séculos XVI-XVII, correspondente de Epinosa, professor de seminário em Amsterdam.
- Poggio, Gian Francesco (Poggio) Bracciolini (Florentino, 1380 – 1459), historiador italiano, autor de *De Varietate Fortunæ* c. 1448.
- Poliziano, Ângelo (1454 – 1494), poeta e filólogo italiano, patrocinado por Lorenzo Medici, para quem traduziu a *Iliada*, autor de *Stanze per la giostra*.

- Possino, Pedro (Possinus, Pousines), jesuíta francês do séc. XVII, autor de uma edição dos escritos de São Nilus (Neilus O Velho, morto c. 430) do Sinai (Paris, 1639) e da primeira edição das *Alexíadas*, de Ana Comnena, Paris 1651.
- Prisciano Caesariensis (c. 500), gramático latino, autor de *Commentarii grammaticae*.
- Proclo (412 – 485), filósofo neoplatônico, autor de livros matemáticos, como os comentários ao livro *Elementos* de Euclides.
- Put, Errijck De (Erycius Puteanus, Van de Pute, Dupuy, Hendrik de Put, 1574 – 1646), enciclopedista, retor, musicólogo e filólogo belga, publicou também *Historiæ cisalpinæ libri dvo: Res potissimùm circa Lacvm Larivm à Io. Iacobo Medicæo gestæ. Accedit Galeati Capellæ de bello musiano liber, hactenus non editus*.
- Querenghi, Flavio, filósofo aristotélico de Pádua, morto em 1647. De 1639, seu *Flavii Quaerenghi Pojaghi comitis et canonici patavini libri duo: unus Institutionum moralium epítome; alter De genere dicendi philosophorum, seu de sapientiae et eloquentiae divortio*.
- Quintiliano, Marcus Fabius Quintilianus (35 – 95 a.C.), célebre retor, autor da *Institutio oratoria*.
- Raey, João de, cartesiano holandês morto em 1702. Ensinou em Leyden. Entre suas obras: *Clavis philosophiae naturalis seu introductio ad naturae contemplationem aristotelico-cartesiana*, Leyden 1654.
- Rahel, Samuel (Rahelius), sem mais referências.
- Ramée, Pierre de la, ou Ramus (1515 – 1572), crítico da lógica aristotélica, autor de *Aristotelicæ Animadversiones* e *Dialecticæ Institutiones*, morto no massacre de S. Bartolomeu por ser huguenote.

Reineck, Reiner (Reineck) von Steinheims, autor da *Chronica von dem löblichen, Theuren Heide, Graff Wiprechten zu Groitzsch in Meissen, folgends Marggraffen zu Lausitz, Und Burggraffen zu Magdeburg etc. Anfenglich von einem Mönche des Closters Pegau in Latein beschrieben, nunmehr aber menniglich zu nutz, in die deutsche Sprach gebracht ...*, Eisleben, 1584.

Resserio, não identificado. Talvez João Batista Rasario (1517 – 1578), médico e historiador italiano, professor de Retórica.

Reuber, Justus; jurista alemão, autor de *Annales Eginhardi* (editado em conjunto com outros autores: *A. Du Chesne in Historiae Franc. Scriptorum Coaetan. tomo II. Parisiis a. 1636. editionibus Nuenarii, Freheri, Reuberi usus, adiunctis in eodem tomo aliquibus emendationibus ex codice E 2a sumptis*).

Reuchlin, Joahannes (1455 – 1522), hebraísta alemão, autor de *De Verbo Mirifico*, 1494.

Rigault, Nicholas (Rigaultius, (1577 – 1654), jurista, compilador e bibliotecário francês, autor de *Observationes ad Tertulliani libros IX*, Paris (1628).

Rivière, Lázaro de la (Riverius), médico francês (1589 – 1655), *Opera*, Lyon 1663.

Rodolfo II de Habsburgo (1552 – 1612), imperador do Sacro Império Romano, patrono de Ticho Brahe e Kepler.

Rosweyde, Heribert (1569 – 1629) jesuíta belga, hagiólogo, autor de *Fasti sanctorum quorum vitae in belgicis bibliothecis manuscriptiae*, 1607.

Rucelino de Compiègne (Roscellino, 1050 – 1120 c.), teólogo e dialético. Não restaram muitos escritos seus, a não ser os sobre Lógica, como *De*

*generibus et speciebus*. As referências a ele advêm principalmente de Anselmo e Abelardo.

Sabino, Francesco Florido (? – 1547) canonista italiano, autor de *Adversus Stephani Doleti Aurelii calumniam liber*, Roma.

Sainte-Marthe, família, séculos XVI a XVIII: Charles, Scévole I e II, Abel I, Louis I, Denis, etc., autores de diversas obras sobre a história da França, dentre elas, *Histoire généalogique de la maison de France* (1619), *La Gallia christiana* (1656), de Louis I.

Sandt, Maximiliano van der (Sandaus, 1578 – 1656), filósofo e teólogo jesuíta neerlandês, autor de *Castigatio conscientiae Jesuiticae cauteriata a Jacobo Laurentio*, Würzburg, 1617.

Santo Agostinho (354 – 430), Padre da Igreja, bispo de Hipona.

Santo Ambrósio (340 – 397), Padre da Igreja, bispo de Milão.

Santo Tomás de Aquino (c 1227 – 1274), célebre filósofo e teólogo escolástico, autor da *Suma Teológica*.

São Gregório Magno (540 – 604), Padre da Igreja, Papa Gregório I.

São Jerônimo (340 – 420), Padre da Igreja.

São Pedro Canisio (Canisius, Kanees, Kanys, também possivelmente De Hondt, 1521 – 1597). Neerlandês, jesuíta, teólogo, opositor de Melanchton. Autor de *Summa doctrinae christiana in usum Christianae pueritiae*, 1555.

Sarpi, Paolo (Pietro, nome de nascimento) Sarpi (Servita, 1552 – 1623), filósofo italiano, formado pela ordem Servita (Servidores de Maria, ordem agostiniana fundada em 1233), correspondente e colaborador de Galileu. Autor de *Istoria Del Concilio Tridentino*, 1619, sob o pseudônimo de Pietro Soave Polano, publicado pelo apóstata De Dominis.

- Sauer, Lorenz (Laurentius Surius, 1522 – 1578), hagiólogo, autor de *De probatis Sanctorum historiis ab Al. Lipomano olim conscriptis nunc primum a Laur. Surio emendatis et auctis*, Colônia 1570-77, uma história dos santos.
- Saumaise, Claude de (Claudius Salmasius, 1588 – 1653), estudioso francês em Leiden, autor de *Dissertatio de foenore trapezitico, in tres libros divisa*, Leiden, 1640; e *Defensio Regia pro Carolo I*, Amsterdam, 1649.
- Saxoferrato, Bartolo de (1314 – 1357), jurista italiano, autor de *Tractatus de regimine civitatis*.
- Schard, Simon (Schar dius, 1535 – 1573), jurista e historiador alemão, autor também de *Orationes et elegie funebres in exequiis Germania principum*, pela morte de Maximiliano I.
- Schlusselburg, Conrad, autor de *Theologiae Calvinistarum libri tres*, Frankfurt am Main, 1594.
- Schoock, Marten, (1614 – 1669), teólogo, filósofo e professor de lógica neerlandês, autor de *De scepticismo e Philosophia cartesiana*, Utrecht, 1643.
- Schoppe, Kaspar (Scioppius, -pio, -pus, Sciop, Schioppius; Kaspar, Gasper, Gaspar, -re, -rus, 1576 – 1649), estadista, teólogo católico alemão, discípulo de Freher, amigo de Gruter, Voss, entre outros, especialista em grego, hebreu, latim, retórica, dialética. Autor de *Pro auctoritate Ecclesiae in decidendis fidei controversiis libellus*, 1598.
- Schott, Andreas, belga, autor de *Laudatio Funeris V. Cl. Ant. Augustini Archiepiscopi Tarraconensis*.
- Schyrlé, Antônio Maria Rheita de (1597 – 1660), da ordem dos capuchinhos, foi um astrônomo da Boêmia que adquiriu fama por ter feito

invenções no campo de instrumentos ópticos; *Oculus Enoch et Eliae, sive radius sidereo-mysticus*, Antuérpia 1645.

Scoto, John Duns (c. 1270 – 1308), apelidado “Doctor Subtilis”, célebre filósofo escolástico inglês, autor do comentário das *Sentenças* de Pedro Lombardo.

Selden, John (1584 – 1654), jurista e estudioso inglês, autor de *England’s Epinomis e Anglorum Jani* (1610).

Simoni, Simone (1532 – 1602), professor em Pádua e posteriormente médico da corte da Polônia; aderiu à Reforma.

Sirmond, Jacques (1559 – 1651), jesuíta francês, especialista em letras da Antigüidade. Autor de *Karoli Calvi et successorum aliquot Franciae regum Capitula*, Paris, 1623.

Soner, Ernst (1572 – 1612), aristotélico, professor de medicina em Altdorf. Comentou a Metafísica e a Física de Aristóteles.

Spelman, Sir Henry (1564 – 1641), historiador e antiquário inglês, autor do *Glossarium Archaiologicum*, 1626.

Squarcialupi, Marcello Manuzio (? – 1599), médico.

Starowolski, Simon (1585 – 1656), erudito católico polonês, autor de *Scriptorum Polonicorum Hecatontas*.

Stephano, Enrico, impressor do séc. XVI.

Strauss, Lorenz (séc. XVII), médico alemão, autor de *Theatrum Sympatheticum auctum, exhibens varios authores. De pulvere sympathetico quidem: Digbæum, Straussium, Papinium, et Mohyum. De unguento verò armario: Goclenium, Robertum, Helmontium, Robertum Fluddum, Beckerum, Borellum, Bartholinum, Servium, Kircherum, Matthæum Sennertum, Wechtlerum, Nardium, Freitagium, Conringium, Burlinum, Fracastorium, et Weckerum.*

*Præmittitur his Sylvestri Rattray, Aditus ad sympathiam et antipathiam. Editio novissima, correctior, auctior, multisque parasangis melior, 1662.*

S Sturm, Johannes (1507 – 1589), reformador escolar luxemburguês, reitor da Universidade de Strassburgo.

Suárez, Francisco (1548 – 1617), jesuíta, um dos maiores representantes da renovação escolástica, cujo pensamento teve forte repercussão na cultura acadêmica alemã do século XVII.

Suys, Jacques de (Susio), adversário da escolástica.

Taubmann, Friedrich (1565 – 1613), alemão, autor de *Schediasmata poetica innovata*, 1619.

Thomasius, Jakob (1622 – 1684). Aristotélico e professor de Oratória da Universidade de Leipzig, assume a cadeira de filosofia moral em 1652 após a morte de Friedrich Leibniz, pai de Gottfried. Paralelamente, Thomasius assume também o ensino do Ginásio da Escola Nicolau, preparatória para a Universidade, quando Leibniz inicia seus estudos ali. Em 1656 Thomasius transfere-se para a cadeira de Dialética e, em 1659, para a de Eloquência. No semestre de 1662, profere um curso de Retórica, para o qual Leibniz escreve duas dissertações: *Loci rhetorici* e *Liber observationum quae, partim numerum oratorum, partim copiam verborum respiciunt*. Entre algumas obras de Thomasius: *Schediasma historicum, quo varia discuntuntur ad historiam tum philosophicam tum ecclesiasticam pertinentia*, Leipzig 1665; *De Stoica mundi exustione*, Leipzig 1674; *Orationes XXII vari argumenti*, ivi 1683; *Dissertationes LXIII magnam partem ad historiam philosophicam et ecclesiasticam pertinentes*, Halle 1693.

- Thou, Jacques-Auguste de (1553 – 1617), historiador francês, filho de Christophe de Thou, primeiro presidente do parlamento de Paris, e sobrinho de Nicolas de Thou, bispo de Chartres. Latinista célebre, sua principal obra é *Historiae*.
- Tillet, Jean du, (Dutillet, Tilius, Philyra, Philyras) historiador e escritor francês, secretário do Rei, publicou *Recueil des Roys de France, leurs Couronne et Maison*. Seu irmão, de mesmo nome, bispo de Saint Brieuç e depois de Meaux (m. 1570), editou o *Evangelium Hebraicum Matthaei*, Paris, 1555.
- Titelmans, Frans (Franciscus Titelmanus, 1502 – 1537), filósofo e teólogo neerlandês, manteve controvérsia com Erasmo acerca da exegese de Paulo, autor de *Collationes quinque super Epistolam ad Romanos Beati Pauli*, Antuérpia, 1529.
- Tomeo, Nicolau Leonico (1456 – 1531), professor em Pádua, adepto do aristotelismo que procurou conciliar com o platonismo, *De immortalitate animae*, Pádua 1524.
- Trajano, Marcus Ulpius (53 – 117 d. C.), imperador romano.
- Trebizonda, Jorge de (Trapezuntius, Trapezunt, 1396 – 1472), pensador bizantino aristotélico, autor de *Comparatio philosophorum Aristotelis et Platonis*, 1458.
- Trew, Abdias (1597 – 1669), astrônomo e matemático alemão, professor em Altdorf. Simpatizante do tichonismo (Ticho Brahe com seu sistema solar misto, em que a Terra e o Sol se orbitam, e os planetas do sistema solar orbitam o Sol), combate o copernicanismo em *Disputatio de immobilitate terrae contra Copernicum*, Altdorf 1636.

- Tritenheim, Johann (Tritheim, Trithemius, 1452 – 1516), historiador alemão, autor de uma obra sobre as origens francas. Freher publicou suas obras em *Joannis Trithemii opera historica*, Frankfurt, 1601.
- Tucídides (ca. 469 a. C – 400 a. C.), historiador grego, autor, dentre outras obras, da *História da Guerra do Peloponeso*.
- Vagt, Joachim (Vagetius), sem mais referências.
- Valla, Lorenzo (1405 – 1457), italiano, escreveu contra os aristotélicos em *Dialecticarum disputationum libri tres* (1439).
- Verulam, Sir Francis Bacon of Verulan (1561 – 1626), célebre filósofo, ensaísta e estadista inglês, defensor do método indutivo na ciência, autor do *Novum Organum* (1620).
- Vicomercati, Francisco (Vimercati, 1474 – 1570), milanês, médico da corte de Francisco I (Rei da França), posteriormente professor de filosofia antiga na Sorbonne e em Torino. Comentou o *Dos Meteoros* de Aristóteles.
- Villani, Filippo (c. 1325 – 1405), florentino, cronista e estudioso de Dante.
- Viotti, Bartolomeu, filósofo e médico do século XVI, autor de um tratado *Sobre a demonstração*.
- Vives, Juan Luis (1492 – 1540), filósofo espanhol filiado à tradição platônico-agostiniana, polemizou contra a obscuridade escolástica, *Opera omnia*, Basel 1555, amigo de Erasmo.
- Vogel, Martin (ou Fogel, 1632 – 1675), médico alemão, professor em Hamburgo. Em 1678 Leibniz adquiriu a biblioteca de Vogel para o duque de Hanover. Editou algumas obras de Joaquim Jung.
- Vorburg, Jacob (Vorburgius), sem mais referências.
- Voss, Gerhard Johann (Vossius, 1577 – 1649), erudito neerlandês, estudioso da Antigüidade.

- Voss, Isaac, (Isaak Vossius, 1618 – 1689), erudito neerlandês, editor do *Codex Medici, Epistolae genuinae S. Ignatii Martyris* em 1646, filho de Gerhard Johannes Voss.
- Witzel, Georg (1501 – 1573), hebraísta, exegeta e patrologista alemão, autor de *Georgii Wicelii postilla hoc est enarratio epistolarum et evangeliorum de tempore et de sanctis per totum annum*, 1557.
- Wolf, Hyeronimus (1516 – 1579); bibliotecário alemão, tradutor de *Demosthenous logoi eklektoi - Demosthenis selectae orationes*.
- Wouters, Kornelis (Cornelius Valerius, Walthers, 1512 – 1578), latinista, retor, lógico, físico neerlandês, autor de *In universam bene dicendi rationem tabula, summam artis rhetoricae complectens*, Basileia 1545.
- Wowern, Johann von (1574 – 1612), autor de *De polymathia tractatio: integri operis de studiis veterum apospasmation*, Hamburgo, 1603.
- Wurtisen, Christian, autor de *Germaniae historicorum illustrium ... tomus unus*, Frankfurt, 1585.
- Xenofonte (431 a. C. – 350 a. C.), discípulo de Sócrates, historiador e autor, dentre outras obras, das *Helênicas*, que trata das guerras do Peloponeso.
- Zanchi, Basilio (1501 – 1558), italiano, autor de *De horto sophiae*, 1540.
- Zarbarella, Jacopo (1533 – 1589), professor em Pádua, representante do aristotelismo no Renascimento, seus comentários a Aristóteles e sua *Opera logica* foram muito estudados na Alemanha.
- Zimara, Marco Antonio (1460 – 1523), filósofo e médico de Pádua, de tendência averroísta, comentou Aristóteles e Averróis, a ele se atribui uma obra mágico-médica: *Antrum magicum-medicum*.

## **Bibliografia**

### **Compilações gerais de obras de Leibniz:**

Academia de Ciências de Berlim, *G. W. Leibniz, Sämtliche Schriften und Briefe*, Darmstadt 1926, reimpressão Berlim, 1987.

DUTENS, L., *Opera Omnia*, 1768, Genebra; com reimpressão de G. Olms, 1989.

GERHARDT, C. I., *Die Philosophischen Schriften von Gottfried Wilhelm Leibniz*, 7 vol., Berlim, 1875 – 1890 (reimp. Hildesheim, Olms, 1965).

### **Edições da *Dissertação*:**

LEIBNIZ, G. W., *Dissertatio de stilo philosophico Nizolii*, 1<sup>a</sup> ed. (1670), 2<sup>a</sup> ed. (1674), Frankfurt. In: DUTENS, pp. 36-63, (a partir da 2<sup>a</sup> edição), volume IV,. In: GERHARDT, pp. 127-176, (a partir da 1<sup>a</sup> ed.), *Philos. Schr.*, volume IV, 1870.

### **Traduções Parciais e Integrais da *Dissertação*:**

\_\_\_\_\_, pp. 121 – 130, in: *Philosophical Papers and Letters*, (trad. parcial) ed. por Leroy Loemker. (1<sup>a</sup> edição: Chicago: University Press, 1956), 2<sup>a</sup> edição, Boston , D Reidel Publ. Comp., 1976.

\_\_\_\_\_, pp. 63 – 96, in :*Scritti di Logica*, (trad. parcial) ed por F. Barone, Bolonha, 1968, 2<sup>o</sup> ed. Laterza, Roma-Bari, 1992.

\_\_\_\_\_, *Disertación sobre el estilo filosófico de Nizzoli*, (trad. integral) de Luis Frayle Delgado, Madrid, Tecnos, 1993.

### **Cartas Leibniz - Thomasius:**

\_\_\_\_\_, *Leibniz – Thomasius: Correspondance 1663-1672*, tradução de R. BODÉÜS, Paris, Vrin, 1993.

\_\_\_\_\_, *G. W. Leibniz, Sämtliche Schriften und Briefe*, Academia de Ciências de Berlim, IIte Reihe: Philosophische Briefwechsel, volume I [1668 - 1676], Darmstadt, 1926, reimpressão Berlim, 1987.

\_\_\_\_\_, pp. 7 a 39, C. I. GERHARDT, *Die Philosophische Schriften von Gottfried Wilhelm Leibniz*, volume I, Frankfurt, 1870, reimpressão de G. Olms, 1978.

**Geral:**

ARISTÓTELES, *Retórica*. tradução e notas de M. A. Júnior, P. F. Alberto e A. N. Pena, Lisboa, Imprensa Nacional –Lisboa, Casa da Moeda, 1998.

ARNAULD, A., NICOLE, P., *La logique ou l'art de penser*, Paris, Gallimard, 1992.

BLUM, P. (org.), *Filósofos da Renascença*, São Leopoldo, Unisinos, 2003.

CÍCERO, M. T., *Do orador (De Oratore)*, trad. E. Courbaud, Paris, Les Belles-Lettres, 1985.

\_\_\_\_\_, *Partições Oratórias (Partitiones Oratoriae)*, trad. H. Bornecque, Paris, Les Belles-Lettres, 1960; em português: tradução em doutorado de A. Chiappetta.

\_\_\_\_\_, *Brutus*, trad. G. L. Hendrickson, Loeb Classical, 1988.

\_\_\_\_\_, *Orador (Orator)*, trad. H. M. Hubbell, Loeb Classical, 1988.

\_\_\_\_\_, *De Inventione*, tradução de G. Achard, Paris, Les Belles Lettres, 1994.

*De Ratione Dicendi Ad C. Herennium [Retórica a Herênio]*, citado “Ad Herennium”, trad. Fr. G. Achard, Paris, Les Belles-Lettres, 1987.

ERASMO DE ROTERDAM, *Dialogus Ciceronianus*, 1528, Basiléia, in: *The Erasmus Reader*, Toronto, University of Toronto Press, 1990.

FOUQUELIN, Antoine, *La Rhétorique Française*, (1ª ed. 1555); fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.

- GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*, 1ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- JACOPIN, P. e LAGRÉE, J.; *Erasme Humanisme et Langage*, Paris, PUF, 1996.
- HEERS, J. *A Idade Média, uma impostura*, trad. A. Gonçalves, Porto, edições ASA, 1994.
- LAMY, B., *L'art de parler*, 3ª edição, 1678; fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.
- \_\_\_\_\_, *La rhétorique ou l'art de parler*, 3ª edição, 1688; fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.
- LAUSBERG, H., *Manual de Retórica Literária*, trad. J. P. Riesco, Madrid, Gredos, 1966.
- NIZZOLI, Mario *Anti-Barbarus seu de veris principiis et vera ratione philosophandi contra Pseudophilosophos*, Parma, Viotti, 1553; nova edição por Leibniz em 1670/74; edição crítica por Q. Breen, Milão, 2 vol., 1956.
- ONG, W. J., *Ramus, Method, and the decay of Dialogue*, Cambridge, Massachusetts, 1958.
- QUERENGHI, Flavio; *Libri duo, unus Institutionum moralium epitome, alter De genere dicendi philosophorum, seu De sapientiae & eloquentiae divortio*, fac-símile em versão digital enviado pela biblioteca da Universidade de Mannheim.
- QUINTILIANO, M. F., *Institutio Oratoria*, trad. R. Faranda e P. Pecchiura, Turim, Classici UTET, 1968.
- RAMÉE, Pierre de la; *Dialectique*, A. Wechel, 1555, fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.

- SKINNER, Quentin; *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*; São Paulo, Ed. Unesp/Cambridge University Press, 1997.
- TALON, Omar; *Audomari Talaei rhetorica e P. Rami,... praelectionibus observata et libris duobus divisa*, A. Wechel, 1572, fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.
- \_\_\_\_\_, *Audomari Talaei Rhetorica, ad Carolum Lotharingum Cardinalem* 5e éd., Paris, M. David, 1549, fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.
- \_\_\_\_\_, *Audomari Talaei rhetorica / e P. Rami,... praelectionibus observata et libris duobus divisa*, A. Wechel, 1572, fac-símile obtido em <http://gallica.bnf.fr/>.
- VALLA, L. *Discourse on the Forgery of the Alleged Donation of Constantine [Laurentii Vallensis De Falso Credita Et Ementita Constantini Donatione Declamatio]*, latim - inglês. Tradução de C. Coleman New Haven, Yale University Press, 1922.
- \_\_\_\_\_, *Las Elegancias de la Lengua Latina*, in: *Renacimiento y Humanismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1986.
- VASARI, G. *Le vite de' piú eccellenti architetti, pittori, et scultori italiani, da Cimabue insino a' tempi nostri*; Lorenzo; Torrentino - Firenze 1550, versão digital obtida em <http://gallica.bnf.fr/>.

**ANEXO: Fac-símile de Dissertatio de Stilo Philosophico Marii Nizolii,  
Commentariis Philosophicis Praemissa.**

## GOD. GUIL. LEIBNITII

DISSERTATIO DE STILO PHILOSOPHICO  
MARI NIZOLII,

## COMMENTARIIS PHILOSOPHICIS PRÆMISSA.

- I. De alienorum operum editione. II. De Nizolii Concordantiis Ciceronianis. III. De Nizolii studiis philosophicis. IV. Logica philosophandi principia complectitur. V. De Nizolii dicendi ratione. VI. De philosophica dictione. VII. De perspicuitate stili philosophici. VIII. De terminis technicis & popularibus. IX. De ἁμαρτυρία. X. De usu terminorum technicorum. XI. De differentia cognitionis philosophicæ a vulgari. XII. De philosophia lingua viva & vulgari tradenda. XIII. Lingua Germanica non solum aptissima est, ut ea philosophia doceamus, sed & egregiè facit, ad scholasticæ philosophiæ nevos detegendos. XIV. De aliis linguis, quibus commode tradi philosophia potest. XV. Quibus in disciplinis terminis technicis præ ceteris est locus? XVI. De Philosophia acroamatica & exoterica. XVII. Inter accuratè philosophandum concretis tantum utendum est, non abstractis. XVIII. De troporum in stilo philosophico usu. XIX. De claritate orationis, quæ à circumstantiis sonitur. XX. Aegyptii atque recentiores Sineses philosophiam suam ænigmatibus occultant. XXI. De utilitate perspicuitatis stili philosophici. XXII. Veterum philosophorum systemata non rejicienda, sed emendanda. XXIII. De iis, qui contra philosophiam scholasticam disputant. XXIV. De inventis nov- antiquis. XXV. Male-dicentia in scriptis philosophicis vitanda. XXVI. Scholasticorum errores Aristoteli non tribuendi. XXVII. De excusandis scholasticorum philosophorum erroribus. XXVIII. De secta Nominalium. XXIX. De usu metaphysicæ. XXX. De scriptis Aristotelis. XXXI. De universalium natura. XXXII. Propositiones universales sunt fundamenta demonstrationis philosophicæ.

I. **A**liorum Scripta edere, Lector benevole, humile est & contemptum, & ingenii per se pauperis nota esse videtur illi, quorum sublimis aut mens aut opinio supra ceteros se attollit, quibus mos est, sua nomina alienis chartis allinentes herbæ parietariæ convicio irridere, quod jam olim in Trajanum, ubique per omnes vetustatis ruinas sui nominis præfigum, jactaverat magnus Constantinus. Sed me quidem hæc parum movent, partim clarorum virorum exemplo munitum, partim

parum dolentem si apud illos Censores ingeniosus non habeat, cui sufficit, studii saltem ac voluntatis laudem retulisse. Exempla egregiorum hominum diu conquerere, copia non petitur, quum ipsi Theologi censeant Scriptores Sanctos priorum memorias & perfecisse & edidisse, & continuasse Josuam Moysi, Samuelem Josue, Esdræ Samuelis & Prophetarum. Apud Græcos magna ingenuitatis laude celebratur Xenophon, quod Thucydidis Historias in lucem misit, quum vel suppressere, ut solus laudaretur, vel sibi vindicare posset; dispari Aristotelis famæ, qui magna apud nonnullos invidia laborat suppressorum philosophiæ vetustioris monumentorum. Apud Romanos de vita veteribus reddenda mirificè sollicitus fuit Hadrianus Imperator, qui non tantum scripta diligenter conquirebat, sed & ex stautis, ex picturis vetustate vitium facientibus effigies eorum pervelegabat, repertisque, ne aliqua temporis injuria rursus perirent, sua imagine prætermisâ nummos signabat, affectui majestatem posthabens. Unde quæ nunc passim habentur numismata, Cimonis, Miltiadis, Platonis, Aristotelis, aliorumque veterum heroum aut sapientum imaginibus percussa, Hadriano accepta referri debere, constans apud eruditos opinio invaluit. Sed vetera mittamus: superiore ac nostro seculo sepulta refodere inter potissimas eruditorum curas fuit. Nec circa veteres tantum, in quos præ ceteris incubuere, qui nunc vulgo Critici vocantur, laboratum est, sed & mediæ avi scriptoribus cura impensa est, ex quibus Theologos magnam partem in Bibliothecam Patrum conjecit Margarinus de la Bigne, multis supplementis auctus augendusque ex editis a Canisio, Gresero, Sirmondo, Petavio, Combefisio, Allatio, Chiffletio, Possino, Hoeslenio, Marca, Labbeo, (tum alibi, tum in Byzantinis) Confartio, Ducherio, Surio, Kosreido, Bollandio, Henschenio, Papebrockio, compilatoribus Bibliothecæ Patrum Asceticæ, Benedictinorum cura editæ, aliisque multis. De Jureconsultis mediæ avi optimè meritis est, quisquis est, cujus cura tot eorum monumenta in Oceano juris, inque natis ex eo Tractatum voluminibus, vel ut postea appellata sunt, Tractatu Tractatum, junctim edita visuntur, quæ alioqui fortasse tenues in auras dudum abiissent. Dolendum est profectò, qui tot aliis de luce nominis prospexit, seipsum tacuisse; quum tamen grandi illo in tot volumina confecto indice nihil cogitari possit laboriosius, nihil desiderari accuratius. Idem de collectis Repetentium voluminibus dicendum est. Speramus verò, cura viri eruditissimi Eriæ Mauritiæ quamprimum edendam digestionem juris feudalis Antonii de Prato veteri, opus illustre imperatorio jussu, delegatione universitatis studii Bononiensis confectum, sed quod nescio quomodo hætenus ex manibus hominum evanuit, ac Goldasto & Rigaltio diu ac frustra quæsitum, alium non indignum editorem invenit. In colligendis mediæ avi historiis Schærdii, Pistorii, Reuberi, Ursijii, Meibomii, Reineccii, Lindenbrogiorum, Goldasti, Freberii, Bongarsii, Tili, Puhworum, Puteanorum, Theodori & Dionysii junioris Gothofredorum,

*rum, Chesiorum, Sammarthianorum, Seldeni, Spelmani, Dugdalei, Roffii,* & quos expectamus *Lambecii & Gamanii*, curæ, nullo temporum lapsu deterentur. Sed erunt fortasse qui sic occurrent, aliud esse veterum immortalia scripta, aut etiam mediæ ævi monumenta servare, aliud recentiorum nugæ per orbem jam tum satis talibus oneratum dispergere. Hi proscindò nimis contemptim de hujus ævi ingenii sentiunt, nec cogitant, fore tempus cui & nostra vetera erunt. Quis ignorat quandam curam *Rudolphus* Imperator colligendis ac recensendis *Theophrasti Paracelsi* operibus impenderit? *Tychonus Brabii* reliquias laudabili instituto olim *Joh. Keplerus*, nunc *Albertus Curtius* publico dedere. *Tribemii* Historica plurima *Freherus*, Ascetica *Busæus* luci exposuere, *Habertum Thomam Leodium* idem *Freherus*, Hæretica quadam *Otto Brunfelsius* atque *Cochleus*, Grotiana *Edmundus Merceus*, & *Isaacus Gruterus*, & *Græwinkeli*, clarissimi utique viri; *Isaacii Vossii* cura *Herberti* nonnulla, ejusdem *Gruteri* verò opera, *Verulamii* plurima ad nos pervenere. Fratris *Pauli Servitæ* Historia *Marco Antonio de Dominis* debetur, *Edmundo Albertino* in partu latini de Eucharistia operis mortuo, *Blondellus & Gronovius*, idem *Blondellus Dallæi* quibusdam, *Montacutius*, *Jacobi Angliæ regis*, & *Laudi*, opusculis, tum *Episcopo Curcellæ* ac *Poelenburgius*, *Pierucius Scioppio*, *Cassandro Cordesius*, aliis aliis, obstetricatè sunt; reliquæ qualescunque *Scaligeri*, *Perronii*, *Thuani*, & quod speramus, aliorum plurimum, a Fratribus *Puteanis* exceptæ, per *Isaacum Vossium* publico (nunc) communicantur. Epistolæ *Casauboni* collegere *Gronovius & Grævius*, *Salmasii Clementius*, *Grotii* idem *Isaacus Gruterus*, variorum *Goldastus* philologicas, *Melanchthonis Peucerus*, *Pezelius*, *Manlius*, *Camerarii*, *Manuii* nuper *Thomasius*, *Schlussemburgius*, *Heinsius*, *Bertius*, *Gabbema & Poelenburgius* Theologicas edidere. Infinitum est omnes referre. Erunt tamen rursus haud dubiè, qui sic excipiant: inedita edere fortasse excusari posse, at cramben semel coctam rursus apponere projectæ prorsus operæ videri, nec inanis tantum sumtus, sed & in publicum damnosum esse. Hic postremus aries est, quem illi movent, hunc si repulerimus vindicata satis alieni laboris editio erit. Sed nihil magno molimine opus, quando negari non potest, impressa vel distracta ob famam, vel suppressa ob odium contemptumve ejusdem sæpe cum manuscriptis raritatis esse. *Nizolii* certè opus, quod nunc assero, non vereor, ne quisquam jam tum in multorum manibus esse dicat. Quod non tam ex me habeo, ne a mea rei librariæ notitia, quæ exigua est, alios æstimare videar, quam ex viris doctissimis & in hoc studiorum genere versatissimis, qui aut nunquam, aut rarissimè conspectum sibi falli sunt. Quare non puto prudentem quemquam mihi vitio versurum quod in cæteris passim probatur. Certè eruditi illi Angli qui tot aliorum labores in scripturam sacram uno Bibliorum Criticorum volumine complexi sunt, omnium plausum tulere. *Johannes Fiebardus* Jctus Francofurtensis diligentem operam dabat, ut

Juris-

Jurisconsultos egregios per Italiam Hispaniamque editos, & in Germania inventu raros iteratæ editioni maturaret. *Laurentius Strausius*, Medicus editione theatri Sympathetici, variorumque opusculis in eo junctim reculis, operæ certè pretium fecit. Quis Regiam typographiam Parisiensem, *Elzevirius*, *Blavois*que non laudat, qui suis vel notitiis, historiciis, memoriisve, vel Rebuspublicis vel Atlantibus tot præclara monumenta per Bibliothecas alioquin latitantia in luce ponunt. Idem editoribus velleris aurei, artis auriferæ, & theatri Chemicæ scopus fuit, quod illi cum voluptate sentiunt, qui his studiis dediti, conquirendi, & multa velut arcana describendi, quæ nunc faciliè parabilia sunt, molestissimo onere levantur. *Jano Grutero* antiquitatis & historiae studiosi aternas gratias debent, etiam si nihil de suo, sed collectos tantum aliorum utilissimos labores tum in face Critica, tum in Chronico Chronicon politico (ubi nomen suum sub *Gualteri* Belgæ nomine non necessaria verecundia occulit) in eundi reddidisset. Sed a collectione variorum in unum ad certa certorumve auctorum scripta recensita veniamus. *Blondum Vorburgius* recudi fecit, *Onuphrium de Comitibus* olim *Hortlederus* edidit, & mox cum supplemento edet *πολυμαθιστος Lambecius*; *Grotius*

- - Quod *Cassandri* veracia Scripta teruntur*Cordesio* grates hæc bona propter agit.

Erasmica recensere, emaculare, & defendere, ut & audio, destinaverat *Mallinrotius*. Allatiana & Niciana typis Batavis emisit *Nibusius*; *Galilæi* institutiones *Gassendus*, ejusdem circum Proportionalem *Berneggerus*, ambo viri non in mathesi magis, quam omni eruditione vastissimi, alter in Germania, alter in Gallia, renovata veste induerunt. *Berneggeri* hujus synopsin Lipsianæ politicæ doctissimus *Jo. Andreas Bosius*, *Clapmarium Schoonius*, *Woverium* a plagii impactu crimine vindicatum solidissimæ vir eruditionis *Jacobus Thomastus*, *Seldeni* jus naturæ & Gentium (& *Æneæ Sylvii Fridericum III.* propediem editurus;) *Boetlerus* suo merito longè celeberrimus, denuo produxere; nec *Franciscus Mercurius Helmontius* ingenio suo indignum duxit *Ottavium Pisani* notiorum orbi reddere, tum *Jacobus* quoque *Masenius Broneri* Trevirenses Annales edidit, & sub prelo sunt. Inprimis verò apud Germanos *Hermannus Conringius*, apud Gallos *Gabriel Naudæus*, ambo Medici, ambo variè uberrimeque docti, aliorum foetus prope expositos & desertos suscipere: *Naudæus Niphi*, *Cardani*, *Campanella*; *Conringius* ipsius *Naudæi & Scioppii*, *Macchiavelli*, *Hopperi*, *Claramontii*, *Starovolscii*, *Cassandri*, *Wicelii*, *Viotti*. His tot tantisque correis vituperium notamque incurrere, equidem parum formidandum judico.

II. Nunc, ad autorem ipsum, quem edemus, argumentumque quod tractat, accedendum est, *Marium Nizolum* Brixellensem orbis eruditus pene penitus credo ignoraret, nisi Grammaticis laboribus inclauisset, qui-

quibus meritò illud Virgilianum de apibus accommodes. In tenui labor, at tenuis non gloria.

Et ita sæpe factum est, ut viri docti iis maximè scriptis famam impetrent, a quibus minimè sperabant. Quis enim dubitet *Nizolium* & majorem sibi celebritatem à Philosophiæ Reformatione quam animo complectebatur, quam illis, ut sic dicam, Concordantiis Ciceronianis, pollicitum? & tamen Index Ciceronianus durat duraturusque est quamdiu ipse *Cicero*, Philolophia Nizoliana prope in ipso partu suffocationem aegrè effugit. Non ignoro *Majoragii* & *Grifoli*, occasione litis quam *Ciceronis* officii *Calcagninus* moverat, indignationem; tum *Henricum Stephanum* in *Nizolio* didascalico sive monitore *Ciceronianorum* Nizolianorum dialogo, ut interripit, minus æquum *Nizolio* fuisse, & à Criticis eum passim alto supercilio despici, sed *Henricum Stephanum* peculiaris causa impulit quod parentis sui *Roberti Stephani* Thesauri latinæ linguæ multum Nizoliano opere derogari cereret; cæteri viri licet doctissimi, qui *Nizolium* fastidiunt, si in Nizoliana tempora incidissent, credo aliter sentirent. Aliud profectò judicavit *Calius Secundus Curio*, vir longè præstantissimus, qui confcio ac consentiente ipso *Nizolio* indicis Ciceroniani locupletationem ac reversionem in se suscepit; eodem incubere *Basilii Zanchii*, *Marcellus Squarcialupus*, & *Jac. Cellarius* Augustanus.

III. Ad Philosophicas autem meditationes hac ipsa diligenti *Ciceronis* lectione venisse videtur. Quum enim videret subtilissimum quemque Philosophiæ locum de Diis, de fato & divinatione, de rerum finibus, de discernendi, inveniendi ac judicandi arte, de omni parte Reipublicæ ac vitæ humanæ officii à *Cicerone* accuratè simul, & latinè, & luculenter, ne dicam eleganter & ubertim, tractatum esse; *Nizolius* noster vir acutus & bonus, non solum despiciere meritò cœpit infelicem Scholasticorum tractandi rationem, tenebrarum astatim, parum rerum utilium, elegantiarè verò omnino nihil continentem; sed & impetum sumisit mentem hanc suam, & ad eam confirmandam meditata, hoc ævo restaurandis artibus fatali, publicè exponendi. Et passim quidem in scriptis suis excidere sibi talia passus est, & ut credi par est, oratenus data occasione monuit; sed ad justum opus occupandum hac demum, quæ sequitur occasione pertractus videtur. Scripserat *Calius Calcagninus* disputationes sive disquisitiones Basileæ apud *Frobenium* anno superioris seculi 44. editas, quibus paulo liberius Officia *Ciceronis* reprehendebat. Continuo id malè habuit doctos viros *Tullii* cultores, ex quibus *Jac. Grypholus* Romæ apud *Aldem*, *Marcus Antonius Majoragius*, Mediolani *Ciceronis* defensionem edidit. At superveniens *Nizolius*, *Celium* quòd *Ciceronem* impugnaret, *Majoragium*, quòd *Ciceronem* & *Aristotelem* simul defendi posse putaret, perstringendos sumisit. Scriptum illud *Nizolii* tum separatim impressum est, tum, titulo defensionum aliquot *Ciceronis* locorum,

rum, editioni *Ciceronis* officiorum Venetæ anno 1554. in folio subnexum est. *Ciceronis* etiam partes egere *Joach. Camerarius* & *Hier. Wolfius*, quem admodum & nuperrimè Clarissimus *Sam. Rabelius*, illustrandæ morali *Ciceronis* Philosophiæ laudabili conatu incubuit. Verum *Majoragius* carpi se à *Nizolio* non lassellito indignius quàm pro injuriæ parvitate tulit, stimulante eum *Ottaviano Ferrario* peripatetico celebri & erudito, qui *Nizolii* amulus erat, & libertatem illam de *ARISTOTELE* judicandi concoquere non poterat. Hujus subsidiis fretus *Majoragius*, scripsit acerbè satis libros duos Reprehensionum contra *Marium Nizolium*, quibus accessit recusatio omnium eorum, quæ *Nizolius* in decisionibus ejusdem *Majoragii* tanquam malè posita annotavit. Ita coactus tandem *Nizolius* re tota ad accuratius examen revocata edidit hos libros IV. de veris principiis & vera ratione philosophandi, quibus sententias suas a *Ferrario* & *Majoragio* reprehensas, antequam satis editæ essent, non publicat tantum, sed & data opera jusloque scripto defendit. *Majoragii* autem sola præfatione, & libri IV. cap. 6. meminit, ubi pugnat *Ethica* *Nicomachea* non *Aristotelis* ad *Nicomachum*, sed *Nicomachi* ipsius esse; subducens nimirum sese certaminè inutili, & ipsi rei potius explicandæ incumbens. Inscriptio operis hæc est in editione, unde novam hanc expressimus:

„ *Marii Nizolii* Brixellensis de veris principiis & vera ratione philo-

„ phandi contra Pseudophilosophos libri IV. in quibus statuuntur fermò

„ omnia vera verarum artium & scientiarum principia, refutatis & re-

„ jectis propè omnibus dialecticorum & Metaphysicorum principiis falsis.

„ & præterea refutantur serè omnes *Marci Antonii Majoragii* objectiones

„ contra eundem *Nizolium* usque in hunc diem editæ. Parmæ apud

„ *Septimum Viottum* 1553. in 4to.“ An aliud quippiam in Philosophia præsterit *Nizolius*, equidem ignoro: hoc tantum didici, veritè *Galenii* explicationem obsoletarum vocum *Hippocratis*. Liber ab eo recognitus, excusus est Venetiis à *Juntis* cum operibus *Galenii* anno 1550. Fuit & alius Parmæ *Nizolius*, fortasse nostro cognatus, posterior tamen, professione *JCtus*, cujus allegationes juris de Emphyteusibus extant excusæ Parmæ apud *Brudon* in quarto, 1603. Atque hæc quidem de autore non admodum curiosè inquirenti, se obtulerunt, quem credibile est eadem cum *Laurentio Valla* fortuna usum, cui Grammatici nomen nocuit, effecitque, ne multum animis hominum movendis posset, idem jam antè *Petro Abalardo*, idem *Angelo Politiano*, *Ludovico Vives*, *Erasmio*, *Andree Alciato*, atque ipsi *Jacobo Cujacio*, tum nuper *Salmasio*, *Grotio*, &c. ab imperitis objectum est, & multa hujusmodi peculiari in Grammaticos invectiva congestit homo licet ex instituto ac professione sua γραμματικώτατος *Maximilianus Sandeus*. Quæ quamvis inania deprehendantur, & revera nulli sint magis Grammatici, quàm qui sub venerabili Philosophiæ titulo perpetuas logomachias serunt, vulgi tamen animis ne nunc quidem satis eximi possunt. Sed & illud obstitisse *Nizolii* progressibus vi-

detur, quod in Italia scripsit, in qua etiam nunc *Aristoteles* cum Scholasticis additius regnat. Quid enim *Francisco Patricio*, quid *Cardano*, quid *Galileo*, quid Apologista ejus *Campanella*, quid ipsi *Joanni Francisco Pico* evenerit, notius est, quam ut recenseri mereatur. Accessit illius seculi ratio, in quo veritas incipiebat tantum velut per ruinam sese ostendere & scintillis quibusdam emicare, instar facularum ignearum, quæ inter maculas solares nonnunquam ebulliunt, & favillarum, quæ cum fumo subvolant. Nostro tempore largior lux; & vel hoc saltem in confesso est, *Aristotelem* errare posse.

IV. Nunc ad argumentum operis accedendum est, inscripsit autem de veris principiis & vera ratione philosophandi, titulo, fateor, magnificentiore quam par est. Nihil aliud enim toto opere, quam Logica quædam reformata & ad puram propriamque loquendi rationem revocata continetur, quæ quidem me autore vera libri inscriptio esset, sed nolui in alienis immutandis intempestivè ingeniosus esse. In Metaphysicam passim involvitur, nec affert tamen quicquam, quod Metaphysicæ principia convellat, nisi quatenus dialecticis cognata sunt, neque uspiam de uno & multo, de toto & parte, de eodem & diverso, de necessario & contingente, de causa & effectu, de mutatione & duratione, atque aliis metaphysicæ locis tractationem suscipit. Rerum naturalium & mathematicarum nulla mentio, civilia vix frigidè attinguntur. Ut ita tam magnificæ inscriptionis excusationem nullam inveniam, nisi hanc unam: Logicam veram non tantum instrumentum esse, sed & quodammodo principia ac veram philosophandi rationem continere, quia generales illas regulas tradit, ex quibus vera falsaque dijudicari, adhibitisque solis definitionibus & experimentis omnes conclusiones demonstrari possunt. Sed sunt etiam non philosophiæ, non ipsarum propositionum principia, veritatemque rerum non faciant, sed ostendant; attamen philosophum facient, rectè philosophandi principia erunt, quod *Nizolio* tuendo satis est.

V. Ita autem quod reliquum est præfationis partiemur, ut prius de usu eorum quæ rectè *Nizolio* disputata sunt, deinde de erroribus ejus quibusdam & excessibus, differamus. Usus *Nizolianarum* meditationum scopum simul editionis hujus iteratæ continet, ut ita ei parti sit paulo diligentius incumbendum. Duo autem mihi potissimum editione dignum *Nizolium* reddere visa sunt, dicendi ratio, & tempus autoris, dicendi ratio quia Philosopho digna est; tempus autoris, quia autor nostro dignus est, illo certè tempore quo vixit, meditationes ejusmodi non nisi solidissimis & exquisitissimis ingeniis obtigerunt. Dicendi ratio, quam ille non adhibet tantum, sed & perpetuè urget, solidissimis viris dudum digna visa est, quæ paulatim velut postliminio in Scholas reducat. Dicendi inquam ratio naturalis & propria simplex & perspicua, & ab omni detorsione & fuco libera, & facilis & popularis, & e medio sumta, & congrua rebus, & luce sua juvans potius memoriam, quam judicium

inani

inani & nascito acumine confundens. Sed nobis ipsis danda hic opera est, ne in vitium incidamus quod reprehendimus, grandem nimirum & translata & ampullosam dictionem.

VI. Tres in universum laudes orationis mihi esse videntur: claritas, veritas & elegancia. Nam utilitas ipsarum potius rerum est. Clara est oratio cujus omnium vocabulorum significationes notæ sunt, tantum attendenti. Vera est oratio quæ sentiente & medio rectè disposito sentitur: (nam claritatis mensura intellectus, veritatis sensus) quæ unica est, & verissima veritatis definitio, quicquid etiam hætenus sit dictum, & ex qua omnes rectè judicandi Canones demonstrari possunt. Sed hoc exponere alterius loci est, tantum exemplo eam declarabimus. Hæc oratio: Roma ad Tiberim sita est, ideo vera est, quia ut sentiam quod dicit, nihil aliud requiritur, quam ut sentiens & medium rectè se habeat; sentiens nimirum nec sit cæcus, nec surdus, medium seu intervallum non sit nimis grande. His positis, si ego sim Romæ aut prope Romam, fiet ut videam eodem obtutu urbem & flumen, & ita urbem hanc esse ad hoc flumen, audiam verò urbem hanc dici Romanam, fluvium Tiberim. Similiter in abstractis, hæc oratio: binarius est par, vera est, quia si video (audio, tango, cogito) binarium, video unum & unum, (per definitionem binarii ex auditu lectuve perceptam) & nihil ultra; video igitur duas partes binarii totum absolventes, unum & unum, easque inter se æquales, quia unum uni æquale est. Numerus autem cujus duæ partes totum absolventes seu integrantes sunt æquales dicitur Par (per definitionem Paris lectu audituve perceptam.) Ergo qui sentiet propositum numerum esse binarium, sentiet esse parem, & ideo propositam orationem esse veram. Elegans est oratio, quæ auditu lectuve jucunda est. Quum autem de oratione philosophica, styloque illi debito sermo sit nobis, elegantiam impresentiarum prætermittimus, etsi fatemur eam ad attentionem procurandam, ad movendos animos, ad memoriam fortius, ut sic dicam, imprægnandam, plurimum posse. Sola certitudinis ratio habenda est, quantum materia capit. Certitudo autem, etiam si rigorosissimus definitior accedat, nihil aliud esse comperietur, quam claritas veritatis, ut ita vel ex ipsa certitudinis notione sequatur orationis philosophicæ, quippe certitudinem quærentis dotes esse claritatem & veritatem. Et verò manifestum est veritatem propositionis notam esse non posse, nisi significatio vocabulorum sit nota, id est (per definitionem claritatis) nisi sit clara.

VII. Claritas est non verborum tantum, sed & constructionis. Nam si constructio clara non sit, notum erit quidem, quid verba significant simpliciter & per se sumta, sed non quid significant hoc loco ad cætera relata. Sed in obscuritate constructionis oratores potius & poætæ, quam philosophi nostri peccare solent, nobis igitur est de vocum per se sumtarum potius claritate dicendum. Claritati, seu notitiæ significationis, duo vitia opposita sunt, obscuritas, & ut sic dicam nimia claritas seu ambiguitas,

F 2

guitas,

guitas, illic nulla significatio nota est, hic plures simul apparent, sed quæ sit vera incertum est. Porrò claritas vocabuli ex duobus oritur, vel ex voce per se, vel ex circumstantiis orationis. Claritas vocis per se rursus duos habet fontes: originem & usum. Origo autem vocis tandem in duo resolvitur, usum radices, & analogiam ex radice factæ derivationis. Usus est significatio vocis communiter nota eadem lingua utentibus. Analogia est significatio flexionis seu derivationis itidem nota eadem lingua utentibus v. g. Vocis Fatum, usus vel significatio nota est necessitas eventuum; ejusdem origo componitur ex usu radices & analogia: radix est for, vel fari, radices usus est: dicere; analogia fati est: fatum, qua in lingua Latina significatur participium perfectum passivum radices, ut ita origine fatum idem sit quod dictum. Plerumque autem usus ex origine tropo quodam ortus est, quod & in exemplo proposito patet, nam origine fatum idem est quod dictum, usu idem est quod necessario eventuum; videamus igitur cujus dicta sint necessario eventura, & manifestum est ad Dei solius dicta rem sequi. Igitur fatum origine est dictum, hinc antonomasia seu *κατ' ἔξοχην* dictum Dei, hinc porro per synecdochen dictum Dei de futuris, seu decretum Dei, hinc denique metonymia causa, necessario eventuum, qui nunc vocis usus est. Unde boni Grammatici, atque etiam Philosophi est continuatis troporum foris, ut sic loquar, vocis usum ex origine deducere posse. Qua in re artificem imprimis esse video *Julium Cæsarem Scaligerum*, cujus originum libri non exiguo etiam Philosophiæ detrimento perierunt, nisi quatenus filius iis fortè in notis ad *Varronem* usus est, qui tamen plerumque ab iis, quæ parens jam publicavit, & suis scriptis passim interspersit, dissentit. Sed ut in illi meditationibus plus eruditionis habemus, ita in parentis originationibus plus acuminis & philosophiæ amissimus. Cæterum in vocabulis adhibendis hæc regula tenenda est, ut si origo ab usu dissentit, usum potius quam originem in dicendo sequamur, sed usu vel dubio vel non repugnante origini potius hæreamus. Si multiplex usus est, danda opera est, ut vel abstrahatur formalis aliqua significatio quam vocant, id est, ut detur significatio vocis, quæ omnes usitates in se continet, in quo laborare solent Theologi, imprimis scripturarum Hebraicarum interpretes, quos inter hac sensuum venatione excellebat *Samuel Boblius*; vel si illud fieri non potest, saltem constituatur usus aliquis, ut sic loquar, originarius, id est, ex quo sic fluant usus cæteri, quemadmodum ex origine fluxit ipse, nempe per canales troporum. Danda tamen in usu originario constituendo opera est, ut sit significatio formalis, saltem plerorumque usuum, quoad ejus fieri potest, ex qua cæteri usus deducantur. Sed in utroque, tam usu originario, quam significatione formali deligendis, illud maxime dispendiendum est, ut ex pluribus se offerentibus eligatur propior origini vocis. Electa autem semel significatio si locus fert redigenda in definitionem ( definitio enim nihil aliud est, quam significatio verbis expressa; seu bre-

vius,

vius, significatio significata) & auditori lectorive proponenda est. In delinendo non id solum curandum est, ut definitio sit reciprocè vera, sed & ut sit clara.

VIII. Terminis igitur technici cane pejus & angue fugiendi sunt, & abstinendum imprimis illis prædicamentorum vocabulis plerumque ab usu Latine linguae remotissimis. Constitutæ semel definitioni constantissimè insistendum est, ita ut ubique etiamsi definitionem definito substitueres nulla locutio absurda sequatur; sed etsi definitionem nullam præmiseris, debet tamen uniformis esse vocis usus, ita ut eadem utrobique definitio substitui possit. Atque ita patet dato vocabulo quæ adhibenda sit significatio, videamus, & contra: datæ significationi quod adhibendum sit vocabulum. Qua in re & compendii & claritatis ratio habenda est. Claritas autem maxima est in Terminis e medio sumtis, usu etiam populari retento; obscuritas semper aliqua in Technicis. Terminum ( liceat enim hoc sensu Termini nomine uti, ut significet vocem quatenus significata est, nisi vocabuli nomen substituire mavelis, quod me quidem non invito fiet) popularem, voco quum vox & significatio usitata est, technicum, quum vel vox vel significatio privata ( seu certo homini vel hominum generi propria) est.

IX. Si ipsa vox privata est, sequitur, ut facta sit per quamdam *överströmning*, qualia sunt pleraque vocabula *der Rothwälfchen Sprache*, cujus Lexicon in compendio habet *Gesnerus in Mithridate*. Est autem in hoc vocabulificio illud imprimis attendendum, ut non casu quasi & arbitrario animi impetu, sed ratione quadam efformetur, ratio autem quo aptior, hoc laudabilior. Ratio formandi aptitudinem habet tum a radice, tum a modo formandi; radix debet esse usitata, & rei quam novo vocabulo designare contendimus, quantum fieri potest propinqua, analogia debet esse & usitata & apta, ita ut ex significatione radices & analogiæ consulari vocabuli novi definitio quam intendimus, possit. v. g. Hæccitas non habet analogiam usitatam, melior esset: hoccitas, ( vel hoccimonia) uti quidditas, non quædeitas. Jam ex hoccitatis radice & analogia consulari ejus definitio potest, nam hoccitatis radix est hoc; analogia, itas. Analogia autem ista seu derivandi ratio significat rationem appellationis in radice, seu qualitatem radices quatenus talis est, qualis esse dicitur, erit igitur hoccitas ratio cur aliquid dicatur hoc ( uti qualitatem definit *Aristoteles*, a qua dicimur quales) vel qualitas hujus quatenus hoc est. Nec mirum est abstracta desiniri per concreta, quia concreta sunt notiora. Sin verò non vox sed significatio sit nova, attendendum est, tum an significatio quodammodo congruat voci, id est ope troporum vel ex usu ejus communi, vel saltem ex origine deduci possit; tum an non haberi potuerit vox congruentior? Exemplis omnia illustranda essent, si esset instituti mei persequi magis talia, quam monere.

X. Porrò terminis technicis, ut dixi, planè carendum, ab usque

cavendum est, quoad ejus fieri potest, fieri autem semper non potest, prolixitatis causa, quæ oritura esset, si utendum esset semper vocabulis popularibus. Nam exempli causa: Quadratum est quadrilaterum, æquilaterum, rectangulum; sed æquilateri, quadrilateri & rectanguli vox (ut planum præteream) rursus est technica, resolvatur igitur: æquilaterum est cujus omnia latera sunt æqualia, quadrilaterum est cujus tantum quatuor sunt latera: Latus est linea terminans. Rectangulum est, cujus omnes anguli sunt recti, angulus est concursus linearum, rectus est qui utrinque æqualis est. Ergo si terminis technicis abstinendum est, pro Quadrati voce adhibendæ semper essent hæc voces simul: id cujus omnes lineæ terminantes sunt æquales, & cujus tantum quatuor sunt lineæ terminantes, & omnes concursus lineæ terminantis ad lineam terminantem utrinque æquales. Et tamen, si rigorosius agendum est, etiam, & lineæ, & termini, & concursus, & æqualitatis vocabula essent ulterius resolvenda, nam ut in usu sunt, exactè Geometrarum conceptibus non quadrant, quemadmodum nec vox quadrati, quæ tum origine tum usu communi omni quadrilatero tribui potest, quum Geometræ per antonomasiam soli tribuant æquilatero rectangulo, tanquam perfectissimo, quam verò molestum, quam ineptum futurum sit in loquendo & demonstrando pro Quadrati voce tot semper aliis vocibus uti, credo etiam cæcum videre, addi possunt, quæ in arte combinatoria passim dixi. Quamquam igitur istis resolutionibus terminorum technicorum in merè populares, solidaretur judicium, unde etiam in perfecta demonstratione nihil sit aliud, quam talis in ultima & notissima resolutio, subjecti nimirum & prædicati in definitiones, & terminorum definitionem ingredientium rursus in definitiones, (sive omnis ea resolutio fiat uno loco, sive aliis definitionibus aut demonstrationibus nostris, alteriusve scriptoris, cujus usum vocabulorum nostrum facimus, jam facta sit, ad quas remittimus) tamen obrueretur memoria; necesse igitur fuit technicos terminos earum rerum excogitare, quibus populus, vel quia non animadvertit, ut Lineam Quadratricem, vel quia rarè utitur, ut Hyperbola & Parabola, peculiaria nomina non imposuit, sufficere credens, si fortè tandem aliquando usus posceret, circumscriptione designare. Et quidem verissimum est, nullam rem esse, quæ non explicari terminis popularibus, saltem pluribus, possit. Unde rectè *Nizolius* noster passim urget, id pro nullo, pro commentitio, & inutili, habendum esse, cui non in lingua communi aliqua vox saltem generalis, (id est, ut ego interpretor, quæ cum aliis itidem generalibus juncta speciatim tandem rem exprimere possit) sit imposita.

XI. Nam philosophi plebeiis non semper in eo præstant, quòd alias res sentiant, sed quòd sentiant alio modo, id est oculo mentis, & cum reflexione seu attentione, & rerum cum aliis comparatione; attentio autem hominum ad aliquam rem non potuit meliùs excitari, quam certo vocabulo imposito, quod nota esset memoriæ mihi ipsi, signum judicii

erga

erga alios. De cætero tantum abest, ut Philosophi res abstrusiores & nobiliores sentiant, quam homines cæteri, ut potiùs contra, antequam incomparabilis *Verulamius*, aliique præclari viri philosophiam ex aëris divagationibus aut etiam spatio imaginario, ad terram hanc nostram & usum vitæ revocarunt, sæpe citissò aliquis Alchymista solidiores & præclariores de rerum natura comprehensiones habuerit, quam philosophaster quispiam, (neque enim negamus etiam inter Philosophos, eos præferim, qui ex *Aristotelis* & veterum fontibus potiùs, quam lacunis scholasticorum sua hauserunt, viros solidè & ad usum doctos complures superfuisset) intra claustra solis sive hæccætitibus, sive hoccætitibus incumbens. Philosophi igitur sæpe non sentiunt, nisi quæ & alii sensere, sentiunt tamen cum attentione, quæ alii neglexerunt. Ita *Joachimus Jungius* Hamburgensis, vir verè philosophus, plurimas insectorum species multis haud dubiè mortalibus visis, sed ab omnibus hætenus præteritas & pede calcatas, observavit, collegit, digessit, comparavit inter se, & ex illa comparatione nomina etiam nova imposuit. Cujus hæc & alia meditata a Clarissimo *Vogelio* quam primùm speramus editum iri. Nonnunquam tamen fateor, & philosophi sentiunt corpora aut corporum qualitates, quas alii nunquam sensere; ita Chymici sæpissimè nova hætenus ignorata corpora variis mixtionibus resolutionibusque producant; idem fit compositionibus Medicorum, quibus etiam sæpe ab autore nomen imponi solet, majore ad perennitatem nominis efficacia, quam si ex solido adamante statua illi cum elogio collocata esset. Qualitates quoque novas, ut ignotàs hætenus colores plurimos, haud dubiè vidit, qui primus microscopio usus est. His igitur casibus nomina vel nova formanda, vel vetera tropis quibusdam a relatione rei qualitativæ novæ ad veteres, petitis, huc accommodanda sunt.

XII. Illud igitur pro certo habendum est, quicquid terminis popularibus explicari non potest, nisi immediato sensu constet (qualia sunt multa genera colorum, odorum, saporum) esse nullum, & a philosophia velut piculari quodam carmine arcendum. Unde philosophis quibusdam ingeniosis mos est egregios illos disputatores dialecticos ad hoc urgere, ut vel omnes terminos suos clarè explicant, vel si hanc molestiam subterfugere velint, descendant ad linguam aliquam vivam seu popularem, ac tentent in ea animi sensa exponere; quo facto mirum est, quam vel consternentur illi, vel si rem tentent, a præsentibus viris judicio atque experientia præditis, Latinæ tamen linguæ non admodum curiosis, irrideantur. Ego certè ea ratione factum esse arbitror, ut in Anglia Gallique paullatim scholastica philosophandi ratio exoleverit, quia jam dudum illæ gentes philosophiam sua lingua excolere cœperunt, ut ipsi plebi quodammodo, atque etiam sœminis aditus de talibus judicandi sit factus. Idem haud dubiè factum esset apud Italos, nisi ibi Theologi scholastici cognatis sibi philosophis subsidio venissent. In Germania inter alias causas,

ideo

ideo fixior est scholastica Philosophia, quòd serò, & ne nunc quidem fatis, germanicè philosophari cœptum est.

XIII. Illud tamen asserere aulim, huic tentamento probatorio atque examini philosophematum per linguam aliquam vivam, nullam esse in Europa linguam Germanicà aptiorem; quia Germanica in realibus plenissima est & perfectissima, ad invidiam omnium cæterarum, quum artes reales & mechanicæ a multis seculis a nulla gente sint diligentius excultæ, usque adeo ut ipsi Turcæ in fodinis Græciæ & Asiæ minoris, vocabulis metallicis Germanorum utantur. Contra ad commentitia exprimenda lingua Germanica est facillè ineptissima, longè quidem Gallica Italicaque & cæteris Latinæ propagibus ineptior; quia in Latinæ filiabus, voce Latino-barbara leviter inflexa statim fit Gallica aut Italica non-barbara, unde & multa philosophiæ scholasticæ in Gallicum quomodocunque tamen translata habentur; at in Germania nemo hætenus tale quicquam, nisi omnium sibilis exceptus, tentavit. Sed si terminos Latinos retinere aut detorquere voluisset aliquis, hoc jam erat non Germanicè sed Latinè philosophare, nec habuisset ullum usum nec intellectum fuisset a quoquam Latinitatis imperito, quia Germanica a Latina toto cœlo distat, quod secus est in Italica Gallicaque. Atque hæc causa fuit philosophiæ apud nos seriùs vernaculo sermone tractatæ, quia Lingua Germanica non a philosophia quidem, a barbara tamen philosophia abhorruit, quum verò barbara philosophandi ratio serò sit pulsa, mirum etiam non est, tardigradam in philosophando nostram linguam fuisse.

XIV. Quod de Germanica, idem de Germanicæ filiabus Suedica, Danica, Anglica, Belgica, dicendum est, nisi quod Belgicam atque Anglicam in admittendis aliarum linguarum vocabulis ipsa vicinitas audacior fecit, quum contra apud Germanos, tametsi Scholasticæ quidam, aut peregrinatorculi meris Latinismis, Italicis & Gallicis persfrepant, usus tamen & virorum gravium, & plebis talia respuat. Slavonicam linguam huc non assero, quia in realibus ipsis satis plena non est, & plerasque res mechanicas aut importatas Germanicis vocabulis nuncupat. Illud verò prætereundum non est loco, quod *Thomas Hobbes* pro sueto sibi ingenii acumine observavit, apud eas gentes, quibus mos est verbum substantivum: Est, perpetua ellipsi subintelligere, quales sunt nonnullæ Orientales, magnam partem philosophiæ barbaræ, aut non omnino, aut ægerrimè exprimi posse; quum tamen eæ gentes non sint minus quàm cæteræ aptæ ad philosophandum, & lingua alioquin in rebus ipsis copiosa cultaque utantur. Sed a digressionem in viam regrediendum est.

XV. Quum igitur constet, eas res esse nullas, quæ popularibus terminis explicari non possunt, constet etiam tanto clariorem esse orationem, quanto termini sunt populariores, nisi fortè nimis multiplicatis ea ratione vocabulis, jam ex alio capite tædium, oblivio, & sic obscuritas nascatur, manifestum est normam ac mensuram adhibendorum terminorum esse

esse debere, compendiosissimam popularitatem, vel popularissimum compendium. Quandocunque igitur termini populares suppetunt æquè compendiosi, abstinendum est terminis technicis. Est profectò hæc una ex regulis fundamentalibus styli philosophici, in quam passim impingitur, præsertim a Metaphysicis & Dialecticis; nam res ipsæ Dialecticæ & Metaphysicæ pleræque, creberrimè in sermonibus, scriptis, cogitationibus etiam plebeis occurrunt, & in omni vita passim teruntur. Hinc factum est, ut ipsa crebritate admonita gens, peculiaribus, usitatis maximè naturalibus & compendiosis vocabulis, talia designaverit; quæ quum suppetant, peccatum est novis plerumque etiam incommodioribus consiliis (ut de ipsa sæpe in fingendo admitta ineptitudine nihil dicam) res obscurare, se verò imperitis tantùm admirabiles, cæteris ridiculos reddere. Par est ratio in moralibus, civilibus, & juridicis. Quæ quum itidem sint omnium intellectui exposita, a novis terminis consiliis, rarè in illis quicquam præter tenebras sperandum est; rarè, inquam, nam & illud fateor nullam esse scientiam, in qua non terminis technicis sit opus, tunc nimirum quum plebs rem aut non sensit, aut sine attentione rursus dimisit. In Mathematicis autem, Physicis & Mechanicis maximè novis terminis aut novè sumtis opus est, quæ, in his disciplinis tractantur, pleraque non sunt statim sensui obvia, aut in usu communi crebro versantia. Producentur enim eæ res, aut deteguntur qualitates, variis rerum in partes divisionibus, mutationibus, motibus, additionibus, deductionibus, translationibus, commixtionibus, & omnino experimentorum industriis, quæ vulgus nisi necessitate coactum, facere non solet, artificij cuiusvis scientiæ talia relinquens. Sed etsi termini technici parum sint popularibus compendiosiores, notabile tamen tædi aut memoriæ levamentum hinc non oriatur, manifestum est itidem technicis in philosophando utilius abstineri.

XVI. Est tamen inter philosophandi modos discrimen ingens, aliud enim est, ut sic dicam, Acroamaticus, aliud Exotericus. Acroamaticus est, in quo omnia demonstrantur, Exotericus, in quo quædam sine demonstratione dicuntur, confirmantur tamen congruentiis quibusdam & rationibus topicis, vel etiam demonstratoriis, sed non nisi topicè propositis; illustrantur exemplis & similitudinibus, tale dicendi genus dogmaticum quidem seu philosophicum est, acroamaticum tamen non est, id est, non rigorosissimum, non exactissimum. Atque ista differentia etiam apud Mathematicos observatur. Distingunt enim a Demonstrationibus scholia, demonstrationes rigorosissimè & acroamaticè, scholia paulo familiaribus atque exotericæ quadam ratione tractantur, quod vel ex solo *Proclo* in *Euclidem* patet, qui in scholiis historica quædam & quicquid rei illustrandæ facit, inspergere non dubitat. Gemina huic distinctioni distinctio est inter præcepta & commentaria, quam *Bartholomæo Keckermanno* & *Johanni Henrico Alstedio* utiliter placuisse video,

& tenuit quoque vir summæ doctrinæ *Gerhardus Johannes Vossius* in suis artium liberalium ac popularium partitionibus. Usus hujus discriminis est, ut non interrupto definitionum, divisionum & demonstrationum cursu interficere tamen nonnulla scitu digna aut etiam profutura liceat. Quæcumque igitur de styli philosophici ratione dicta sunt, de parte Acroamatica dicta sunt. In Exoterica parum luxuriari liceat, ut si certitudini aliquid, claritati tamen nihil aut parum decedat. Acroamatica autem pars constat ut dixi, definitionibus, divisionibus & demonstrationibus, quanquam divisionibus supersederi possit, quemadmodum *Euclides* illis caruit, utiliter tamen adhibentur, saltem ad definitiones inter se ordinatè connectendas, propositiones enim non divisionibus, sed demonstrationibus connecti debent. Quicumque igitur accurate definire aut dividere, & demonstrare seu certam quandam propositionem reddere proficitur, rigorosissimè se gerere, nec re, nec vocem nisi definitam, aut propositionem nisi demonstratam aut immediato sensu certam in demonstrando adhibere debet. De cætero liceat fortasse acutas nonnunquam allusiones, similitudines, metaphoras, exempla, argutias, historias inspergere & lectoris fessi animum jucunditatis interstitio recreare, sic tamen, ut tunc quoque omnis obscuritas, omnis translationum nimietas vitetur.

XVII. Illud quoque hoc loco admonitu dignum visum est, quia vulgo contra sentiunt inter accuratè philosophandum concretis tantum utendum esse; idque ipsum *Aristotelem* plerumque fecisse video; *περὸν, ποῖόν, τὰ πρὸς τι* potius ipsi in ore sunt, quàm *ποσότης, ποιότης, οὐσίς*, seu si sic loqui fas esset, *προσποσότης*; id vulgo sectatores excusant, quasi pinguius factum, ac se si dii placet, acutiores somniant, quum omnia abstractis complent; quum contra pro certo compertum sit istam abstracta vocabula excogitandi libidinem pene totam nobis philosophiam obscurasse, quibus tamen careri in philosophando prorsus potest. Nam concreta verè res sunt, abstracta non sunt res, sed rerum modi, modi autem nihil aliud sunt quàm relationes rei ad intellectum, seu apprehendi facultates. Et verò datur modorum in infinitum replicatio, & qualitatum qualitates & numeri numerorum, quæ si omnia res sunt non infinitas tantum, sed & contradictio oritur. Nam si entitas eius est, si realitas res est, si aliquid: aliquid est, idem erit forma sui ipsius seu pars conceptus sui quod implicat. Si quis igitur aliquando *Elementa Philosophiæ* perfectè constituturus est, eum abstractis prope penitus abstinere necesse est. Recordor quidem acutissimum *Hobbesium* abstractis aliquam utilitatem tribuere, idque eo potissimum argumento, quod exempli causa aliud sit duplicare calida, aliud duplicare calorem. Verùm hæc ipsa caloris duplicatio terminis concretis esse potest, nam si dicam eandem rem duplo calidiorum esse factam, jam intelligetur non calida, sed calorem duplicatum esse. Terminorum igitur abstra-

abstractorum nunquam ego, ut verum fatear, ullum in philosophandi rigoroso genere usum magnopere comperi, abusus verò multos & magnos, & valdè perniciosos. At in exoterica dicendi ratione credo abstracta adhibita tempestivè, usu suo non carere, acuire enim imprimis sententias, & figere quasi attentionem lectoris, ac de cæteris cogitationibus impræsentiarum dimittendis admonere; more secundarum notionum, quibus cur abstracta æquiparem causas habeo multas & graves. Nam in univèrsum ita sentio, substituere abstracta concretis, & pro hac propositione: homo est rationalis, substituere illam: homo habet rationalitatem, aut: cui inest humanitas, illi inest rationalitas, aut: humanitate rationalitas continetur, esse non tantum topicum, sed & superfluum; ac perinde esse, ac si quis loco ejusdem propositionis, diceret: certum est, verum est, non est dubitandum; quisquis attendet, sentiet, idea hominis menti meæ per sensum impressa confirmat, hominem esse rationalem; quæ variandi genera rei nihil addentia præter relationem ad mentem ad illustrandum inculcandumque possunt aliquid, ad accuratè philosophandum, ad definiendum, dividendum & demonstrandum nihil.

XVIII. Hactenus ostensum est terminis technicis abstinendum esse, quoad ejus fieri potest; nunc illud attendendum est, sive popularibus, sive technicis utamur, tropos tamen aut nullos aut exiguos aptosque esse debere. Quod a Scholasticis parum est observatum, nam, quod quis miretur, eorum oratio tropis scatet. Quid enim aliud quàm tropica sunt dependere, inharere, emanare, influere. Cujus postremi vocabuli inventionem mirè se effert *Suarez*. Quum enim Scholastici ante eum dudum in generali causæ notione venanda sudassent, nec verba illis commoda succurrerent, *Suarez* non quidem ingeniosior, tamen audacior fuit, & adhibito callidè influxus vocabulo, causam definivit: quod insluit esse in aliud, barbarè satis & obscurè; nam & inepta constructio est, qua influere ex neutro fit activum; & metaphoricum est istud influere, & obscurius ipso definito: faciliore enim negotio causæ quàm influxus vocem tam monstròse acceptam definire sperarim. Illud denique observandum, quod & jam tum passim monuimus originis vocis, præsertim quum certa est, qua pote, insistendum. Sanè verum est, omnem originariam vocis significationem esse propriam, neque enim video qui per tropum ex alio translatus dici possit; sed tamen illud fateor quandam significationem esse propriam, quæ non sit originaria, quod & rectè observavit *Cl. Brunsmannus* in his, quæ de propria & translata significatione nuper peculiari opera commentatus est. Quibus ejus cogitatis tamen illud adjicio: omnem significationem non originariam aliquando fuisse translata, eo nimirum tempore, quo primum vox a primigenia significatione ad alias troporum adminiculo pronota est; factam verò tandem propriam, quum primum ita vulgus

facta est, ut æquè sit nota, aut notior etiam nativa; & jam homines non propter flexiones a nativa factam, cujus sæpe ne recordantur quidem, sed per se voce sic utantur. Interea si quis destinato consilio sibi proponeret, vocibus quarum certa originationis est, perpetuè inter philosophandum non aliter uti, quàm origo postulat ejus consuetudo nec illaudabilis nec aspernanda foret, etsi difficilè censeam hæc constantè exequi. Ita satis, opinor, fusè, pro instituti ratione de claritate vocabuli per se dictum est.

XIX. Claritas verò, quæ ex circumstantiis sumitur, sumitur vel ex ipsa oratione, vel extrinsecus. Si ex ipsius orationis circumstantiis sumitur, erit claritas, si non vocabuli per se, tamen orationis per se. Quod sit, quum ex ipsa oratione apparet materia subjecta de qua agitur, & quum materia subjecta tollit ambiguitatem; Nam si de uria, plausro, cane, lyra, loquitur is, cujus reliqua oratio in astronomicis conlumitur, facilè tollitur ambiguitas. Item si præmissa est definitio vocabuli, eo ipso obscuritas sublata est. Sed si per multas demum conjecturas, licet ex ipsa oratione sumtas, significatio venanda est, longè infra claritatis laudem subdidit. Si verò ex ipsis extrinsecis circumstantiis colligendus demum sensus est lectari & auditori, jam per se obscura est oratio. Obscura autem oratio fortasse alicui prophetae, aut ebuccinatori miraculorum Alchymistæ, aut oraculo Delphico, aut etiam theologo mystico, aut ænigmatographo poetæ convenerit, à philosopho nihil potest esse alienius.

XX. Equidem non ignoro & philosophos Ægyptiorum veteres, & Sinenfium, qui Ægyptiorum colonia esse videntur, hodiernos; & omnino orientales, & qui eos sequutus est *Pythagoram* apud Græcos; apud Latinos autem & Arabes, Chemicos; ænigmatibus sua occuluisse. Quod eorum consilium non potest usquequaque improbari, neque enim omnia omnibus prostituenda sunt, & qui postea philosophi artium, medicæ imprimis & mathematicæ mysteria in vulgus exire passi sunt rem à prudentia civili alienam fecerunt; poterant enim his velut instrumentis vii ad liberandas à tyrannide patrias & constituendas Aristocracias: & nemo prudens *Lazarum Riverium*, vel *Antonium Mariam Rheitam Schyrleum*, Capucinum culpaverit obscuritatis, quod ille certam quandam compositionem medicam, hic tuborum optidorum magis magisque perficiendorum compendium à se repertum ænigmatis nube sepiverunt. In philosophando tamen accuratè, id est in definiendo, dividendo & demonstrando, dispellendas esse omnes illas nebulas, non est dubitandum. Licebat Philosophis vel lingua quadam peculiari, quod de Ægyptiis & Hetruscis sacerdotibus fertur; vel scriptura saltem, quod nunc faciunt Sineses, sua occultare, dummodo in hac ipsa lingua, in hac ipsa Scriptura, ipsi saltem inter se, clarè accurateque philosophati essent, nec nunc intrinsecis in adyta, appareret vasta rebus

bus utilibus & egena solitudo, quodque de templo Hierosolymitano *Tacitus* ait, inania arcana, quod de orientalium philosophia verum esse magis magisque detegitur. Ita explicata est una laudum orationis Philosophicæ: claritas. Elegantiam aliorum ablegavimus. Lege sis interim *Quærentium* de Eloquentia Philosophi.

XXI. Sola veritas relidua est, sed de hujus comparandæ ac confirmandæ ratione; deque omni inveniendi & judicandi artificio præcepta tradere ad Logicum pertinet, qui tamen illa accurata claritate verborum inquirendi ac morosè cuncta discutiendi necessario alioquin onere, mirificè levatur. Nam si nulla vox adhibetur, nisi clara & certè definitæque significationis, omnis æquivocatio exulet necesse est, qua semel pulsa ingens sophismatum agmen simul evanescet; nec quicquam ferè ad solidè judicandum supererit, quàm ut sensus ab erroribus, sensorio ac medio rectè constitutis, intellectus verò observatis solis consequentiarum regulis, præserventur. Quæ quum ita sint, parum abest, quin credam, uti Rhetoricæ duæ sunt partes, una de verbis eleganter, ornate & efficaciter struendis, altera de movendis affectibus; ita similiter Logicæ duas esse partes, unam verbalem, alteram realem: unam de claro distincto & proprio verborum usu, seu de stilo philosophico; alteram de regendis cogitationibus. Nam Grammatica, ut loquamur purè, & ex usu gentis, nos docet; Rhetorica, ut aptè ad movendos affectus; Logica, ut aptè ad movendam mentem dicamus. Quemadmodum igitur illi non probantur, qui Oratoriam a Rhetorica divellunt, oratoriam de movendis affectibus, Rhetoricam de elegantia dictionis præscribere jubent; quod faciunt Ramistæ quidam aut Semi-Ramistæ, vii cætera doctissimi, *Keckermannus*, *Alstedius*, *Conr. Dietericus*, *Caspar. Bartholinus*; quemadmodum, inquam, illi non probantur, quum ita implexus sit verbis omnis cogitandi volendique actus, ut vix unquam nisi tacito intra nos verborum usu fiat; quum verba sint proximum cogitandi instrumentum; docendi autem cogitata nostra prope unicum; quum denique iisdem regulis simul & movendorum affectuum, regendarumque cogitationum ratio, & quibus prope solis id sit, verborum ad hoc aptè collocandorum præcepta contineantur; ita non improbandum arbitror, qui simul & de cogitandi præceptis, & genere dicendi ad docendum apto tractare ad Logici partes pertinere tuebitur. Quare nec *Nizolius* peccavit, quod in Logica tractatione dicendi rationem exactam passim urget, nec fortasse, qui ante *Nizolium* eo de argumento tam in omni Encyclopædiæ parte necessario, paulo fusiùs præfati sumus. Inprimis quum eo potissimum fine *Nizolium* ediderimus, ut, vel alieno labore contributorum aliquid ad philosophiæ solidioris instaurationem, quæ nunc tot ubique summis ingeniis continentibus tam pulchrè procedit, adjuvandam. Speramus enim à lectione hujus *Nizoliana* commentationis non mediocrem fructum in rem philosophicam redundare posse, vel ideo, ut homines

sobrio illi, ac proprio & nativo, ac verè philosophico dicendi generi magis magisque alluefiant; præsertim quum nemo mihi quidem scriptor notus sit, qui pari zelo, diligentia, atque etiam, si attentè legatur, efficacia, in eam rem incubuerit, ut omnes illæ verborum spinæ ex agro philosophico funditis evellantur. Quod quidem in parte Logica atque ipso philosophiæ vestibulo sic satis præstitisse mihi videtur, dummodo existant, quod fore non desperamus in hac florentium passum egregiorum ingeniorum ubertate, qui cœptum semel laborem persequantur, ac reliquas philosophiæ partes metaphysicam, physicam generalem, philosophiam civilem ac veam jurisprudentiam à terminorum implexis tentibus eadem ratione purgent; pollice emur de nobis aliquid, nisi partim aliis studiis distrahemur, partim timeremus materiam aliis præcipere, aptius omnia præstituris.

XXII. Cæterùm quod *Nizolium* dixi præ cæteris aliquid in hoc genere præstitisse, id tueri non vereor. Nam illustres illi philosophiæ instauratores hodierni in eo potius occupantur, ut sua sibi inventa & cogitata præclarè constituant atque exornent, quàm ut vetera & in scholis recepta *Aristotelis* scholasticorum tradita, poliant, ac purgent. Quum tamen non sit è re philosophiæ vetera prorsus abjicere, sed emendare potius, & quod egregium est, qualia certè sunt innumera, & præsertim quæ ipso *Aristotelis* textu continentur, tolerare.

XXIII. Deinde fateor de dictione philosophorum vulgarium barbara abolenda, monuisse, consuluisse, declamasse multos, rem ipsam verò, quod fecit *Nizolius*, aggressos esse paucos, quia facilius scilicet est, carpere quàm emendare. Sanè quum primum literæ restaurari cœptæ sunt, eruditi in philosophos scholasticos intonuere; contra Scholastici se reales vocabant, illos poetarum & grammaticorum titulo ab interiore rerum cognitione arcebant. Et memini videre aliquando scriptum cujusdam ex illo grege theologo: hoc titulo: *Johannis Seici* Apologia, quod Theologia non sit fundata super Poesi, quasi scilicet quisquam hoc somniasset. Sed interea dum illi fulminant, eruditi aulas magnatum paulatim occuparunt. *Laurentium* certè *Vallam* solus favor regius ab hærese commendatione defendit, ut de *Leonis X.* & *Francisci I.* Galliæ Regis in literatos propensione nihil dicam, quæ profligandæ barbariæ multum potuit. Jam ante *Vallam*, princeps *DANTES Aligerius* Florentinus meliores literas velut ab inferis revocavit; hujus discipulus *Franciscus Petrarca* primum in philosophia civili quippe capaciore elegantiam expertus est, qua in re *Franciscum Philalephum*, *Poggium Florentinum*, *Leonardum Aretinum*, aliosque succenturiatos habuit. Ut *Valla* majore vir ingenio spinas scholasticorum primus calcare aggressus est, ac dialecticam conscripsit ingenio suo dignam, *JCTos* etiam libello de insignibus & armis, contra *Bartolum*, Theologos libello de libero arbitrio, contra *Boethium* laceffere ausus. Tunc verò philosophiæ simul & eloquentiæ exquisitori è Græcia subsidio

dio venire *Theodorus Gaza*, *Georgius Trapezuntius*, *Emanuel Chrysoloras* & *Bessarion* postea Cardinalis. Et licet *Gaza* & *Trapezuntius* *Aristotelem* græcum resuscitantes, pugnarent inter se, *Bessarion* autem Platonicus cum utroque; in Barbaros tamen æquali animi impetu itum est. Ab his instructi *Johannes Picus de Mirandula*, sui avi pœnæ, Astrologorum hostis, *Hermolæus Barbarus* *Ἑρμολάχεια* interpres, *Nicolaus Leonicensis* Patavinus, cujus & *Nizolius* noster lib. 4. cap. 8. meminit, cujus opera, ut *Erasmus* ait, Medicina iterum loqui cœpit, *Marsilius Ficinus* *Bessarionis* in affectu erga *Platonem* hæres, certamen pro vera sapientum eloquentia contra corruptores utriusque susceptum, acriore impetu, & recentibus armis continuarunt. Tandem *Angelus Politianus*, *Job. Franciscus Picus de Mirandula*, *Rudolphus Agricola*, *Job. Reuchlinus*, *Hadrianus Cardinalis*, *Erasmus Roterodamus*, *Paulus Cortesius*, *Job. Ludovicus Vives*, *Philippus Melanchthon*, *Joachimus Camerarius*, & multi consimiles, perripere hostiles ordines, & latè stragem dedere. Hos, qui toto orbe sequuti sunt philosophi eloquentissimi, tam multi sunt, ut brevibus chartis non capiuntur. Barbarum porrò dicendi genus peculiaribus scriptis multi oppugnarunt. Et exstant Epistolæ amœbœæ *Johannis Pici Mirandulani* & *Hermolai Barbari*, quorum hic acerrimè in Scholasticos invehitur, ille mollire eorum vitia ac tegere magis quàm defendere, non improbabiliter pietate conatur. Tanti fecit eas Epistolas *Philippus Melanchthon*, ut ad dicta dispositione edi in Germania curaverit. Addi potest *Querengus* de Eloquentia Philosophi, *Franciscus Floridus Sabinus*, scripto quod pro latina lingua ejusque Scriptoribus edidit, *Ubertus Folietus* de Latine Linguae usu & præstantia, *Germonius*, *Corradus*, *Taubmannus*, *Bartbius*, de Latina Lingua, *Susit Lima* Ciceroniana, *Andr. Schotti* Tullianæ quæstiones, *Alberti de Albertis* adio in corruptores eloquentiæ, *Melch. Inchofer* de sacra latinitate, *Erasmi* Apologeticus adversus *Martinum Dorpium*, *Joachimus Vegetius* de silo, *Christoph. à Capite Pontium* de necessaria correctione Theologiæ Scholasticæ, *Ludovicus Carbajalus* Beticus libro uno de restituta Theologia, in quo, ut inseruit titulo ipse, Lector visurus sit Theologiam a Sophistica & barbarie magna industria repurgatam. *Erycius Puteanus* diatriba de Barbaris ad Barbaros, *Christianus Beemannus*, & *Isaacus Clauderus* de barbarie superiorum temporum, *Frischlinus* Prisciano vapulante, *Job. Conradus Dietericus* de infelicitate seculi superioris in græcarum literarum ignoracione, *Antibarbarus Sixti Amama* & *Petri Molinai*, *Gerhardus Job. Vossius* de vitiis sermonis & glossæmatis latino-barbaris, *Job. Nieß.* de ortu & occasu linguæ latinæ ejusque instaurandæ ratione, *Petrus a Valle Clausa* de immunitate Cyiacorum, qui omnes data opera in dictionem illam pseudophilosophicam invehuntur. His addi possunt, qui ex *Cicerone* & *Quintiliano* & *Boethio*, philosophati sunt: *Freigius*, *Buschberus*, *Jason Denores*, *Ramusque* & *Ramei* aut *Philippo-Ramei* prope omnes; *Hadrianus* item *Cardinalis* libris 4. de

de vera philosophia ex 4. Ecclesiae doctoribus, *Ambrosio, Hieronymo, Augustino, & Gregorio Magno*. De cætero ut Theologiam Scholasticam *Melchior Canus* in locis, & *Paulus Cortesius* in libris sententiarum, (nuper *Petavius*, opere dogmatum Theol.) ita Dialecticam *Valla, Rudolphus Agricola, Polichius, Melanchthon, Casarius, Humanaus, Cornelius Valerius, Perlonius, Cælius Secundus Curio, Joan. Sturmius, Hottomannus*; Metaphysicam *Vives, Niphus, Juvellus* (etiam *Nizolio* nostro laudatus lib. 2. cap. 10.) *Fonseca, Brumus, Monlorius*; Physicam *Hermolaus Barbarus, Cornelius Valerius, Franciscus Vicomercatus, Hieron. Fracastorius, Hieron. Cardanus, Jul. Cesar Scaliger, Scipio Capucius, & nuper Gassenus*, dictionis elegantia illustrare cœperunt. Qui tamen terminos in Scholi, receptos sic ad vivum in cæteris philosophiæ partibus rescuerit, ut fecit in Logica *Nizolius* noster, nondum comperi. *Nizolium* igitur, quo hæcenus fuit ignorator, hoc magis dignum putavi, qui in exemplum dictionis philosophicæ reformatae proponatur.

XXIV. Altera editionis ratio fuit tempus Autoris. Accessit enim ad edendum hic quoque stimulus, quod apparet ex *Nizolio* esse qualidam sententiarum periodos, & quæ nostro tempore velut nova producuntur, jam olim pluvium a doctis viris magna cum contentione agitata esse. Ita detexit Telescopium viam lacteam esse conferiem insensibilium stellarum, idem dudum conjecerat *Democritus*. Eiusdem *Democriti* Vaticinatio erat, Nili incrementa esse à pluviiis Æthiopiæ, quæ sententia à cœvis & propinquis scriptoribus irrisa, nunc peregrinationibus vera deprehensa est; *Epicuri & Lucretii* Atomum, quam magna nunc contentione refodiuntur? Hypothesis terreni motus *Pythagoræ* fuisse dicitur, & illuc inclinasse *Archimedes* non obscura sunt vestigia in libello de Numero arenæ. Illustris *Digbæi* pulverem sympatheticum *Antonius Deusingius & Joh. Frid. Helvetius* contendunt veterem esse. Circulationem sanguinis per totum corpus non ab *Harvæo* primum observatam, sed dudum deprehensam legi in manuscriptis cujusdam religiosi, quæ nunc quoque Venetiis monstrantur, refert in absolutissimo Institutionum Anatomicarum opere *Thomas Bartolinus*. Habeo ex narratione doctissimorum virorum, ipsum illum magnum *Cartesium* non mediocriter confusum fuisse, quum esset ei monstratum, complura ejus philosophemata, quæ noviter inventa putabat, in *Platone & Aristotele*, quorum tamen ille contemptum præferbat, tum in naturalibus, tum in civilibus clarè tradita, contineri; *Keckermannus* ostendit ex collatione verborum parallelismo quodam sibi oppositorum pleraque *Petri Rami* dogmata dudum vidisse *Ludovicum Vivem*. Addo ego, quæ nunc nostro tempore a scriptoribus præclaris, *Hobbesio, Cartesio, Jungio, Claubergio, Raeo, Antonio Arnolde* Theologo, quem Gallicæ Logicæ, libelli fanè elegantissimi autorem ferunt, acerrimè urgetur terminorum technicorum ad populares reductio, eam jam tum *Nizolio* nostro in votis ac scopo unicè fuisse, longè meliore, quàm *Rami* consilio, qui

qui Aristoteleis subversis alios terminos technicos substituit, multiplicavitque non scientiam, sed laborem.

XXV. Restat nunc, ut errores quoque & vitia *Nizolii* nostri ne dissimulemus. Et ex vitiis potissimum mihi vituperationem mereri videtur maledicentia, qua in *Aristotelem*, in *Platonem* ipsum, in *Galenum*, in veteres *Aristotelis* interpretes Græcos, in Scholasticos sine discrimine (nam *Thomam Aquinatem*, quum mollissimè tractatum cupit, appellat monoculum inter cæcos lib. 4. cap. 7.) invehitur, qua etiam contentientes sibi in plerisque *Vallam, Vivem, Rudolphum Agricolam* ob levissima quædam sententiarum discrimina proscindit. Optassem deleta e libro talia ne lectores vel cum puritate dictionis simul procacitatem discerent, vel saltem in percurrendo offenderentur, non sum ausus tamen in alieno opere quicquam immutare.

XXVI. Errores in *Nizolio* & multi sunt, & magni, quorum plures in breviculis notis quas minutori typo insertas adjeci, sunt tacti, aliquorum vero extantiorum etiam hic mentio facienda est. Nimirum ille palmaris est, quod Scholasticorum vitia *Aristoteli* imputat, & modestiores se viros, *Johannem Picum, Leonicum, Rudolph. Agricolam, Vivem*, etiam conviciis lacessit, & adulationis insinuat, quod eximere *Aristotelem* contentur; quum tamen nostrò seculo post tot in *Aristotelem* doctissimorum & prioris barbarici dissimillimorum interpretum curas nihil sit compertius, quàm *Aristotelem* omnis illius ineptiæ purum & infontem esse, qua scholastici passim inquinantur. Errores ejus quicumque sunt, tales tamen sunt, ut facilè internoscas lapsus viri magni & in rerum luce versati, a vertiginosis deceptionibus imperiti alicujus claustralis. Hoc demonstratum satis dedere primum superiore seculo Itali interpretes: *Augustin. Niphus, Angelus Mercenarius, Alexander & Franciscus Piccolominai, Casar Cremoninus, M. Antonius Zeimara, Simon Simonius, Jacobus Zabarella, Franc. Vicomercatus*, & tot alii. Hoc verò seculo illustrati *Aristotelis* Germanis maximè laus debetur. Nam partem de demonstratione, quæ vulgo *Aristotelis* adversariis pro menstruo est, *Corn. Martini, & Jungius & Joh. a Felden* non mediocriter illustrant, quanquam enim *Felden* in Topicis & Analyticis *Aristotelis* ad usum transferendis eruditissimæ albiq; lapidis calculo dignissimæ meditationes nondum sint editæ, speramus tamen quamprimum eas ab ipso autore editum iri; ad Metaphysicam *Aristotelis* solidè comprehendendam plurimum contribuere *Sonerus & Dreierus*, ille in Academia Altorfina, hic in Regiomontana professor; *Soneri* institutiones non ita dudum, autore jam olim mortuo, prodire, *Dreieri* Sapientia universalis seu prima philosophia ex Græcorum potissimum interpretum sententiis ad præclaram harmoniam concinnata est, ex qua intelligi satis potest, quàm gravi consilio sua aggressus sit *Aristoteles*, quàm præclaro ordine collocaverit, quàm denique magnificè sit exequutus. Philosophia *Aristotelis* naturalis generalis (nam quæ particularis est, ejus realitas per se

lucet) ad usum maximè & solidas de rerum natura notiones traducta est a solidissimo Viro *Abdia Treu* Mathematicarum scientiarum professore Altorfino, qui Physicam *Aristotelis* generalem ad morem mathematicum traditam scripsit. Et certè *Aristotelem* a surdis illis & nullam intellectam patientibus dogmatibusque ei publica superiorum temporum ignorantia affinxit longiulimè affuisse, illas tot formalitatum realitates prorsus ignorasse, notiones tantùm generalissimas tradidisse, satis ostendunt, quicunque nunc in *Aristotele* cum Recentioribus conciliando operam ponunt, quod partim acutissimus *Thomas Anglicus* ad mentem tamen illustris *Digbæi*, partim Clarissimus *Ræus* ostendere, in se susceperunt. Quod consilium quum sit optimum, & rei literariæ necessarium, ne utilia cum vanis aboleantur, & nonnullorum somnia de abjiciendo prorsus *Aristotele* in animis incaute juventutis invalescant; visus est hic locus opportunus, cui excerpta quædam mea ex proluxa aliqua Epistola non ita dudum ad celeberrimum peripateticum Germanum, Virum præter accuratissimam philosophiæ cognitionem (aliquot jam præclaris speciminibus orbi declaratam, & quod opto, multo pluribus, quorum illi ingens copia suppetit, declarandam) in omni eruditione exquisitissimum data, adjiciantur: quæ proinde præfationi huic nostræ statim subnectemus, nihil veriti, ne post præfationem jam tum proluxam, patientia lectoris abutamur. Qui si æquus est in re tam necessaria etiam proluxiores nos facillè feret; sin iniquus, sciat nihil ad nos judicia sua pertinere. In Morali ac Civili philosophia *Aristotelem* profundius assequuti sunt præ cæteris *πολυμαθιστος Conringius*, *Job. a Felden* Jctus notis in *Grotium*, & Elementis Jurisprudentiæ universalis & Analyti politicorum *Aristotelis* celebris, ac denique Clarissimus Vir *Jacobus Thomafius*, cum in multis varii argumenti diatribis, tum imprimis in Tabulis philosophiæ practicæ exquisitissimis ac planè a cæterarum inanitate alienis, ut de *Fleissii* paraphrasi nihil dicam: (cujus etiam in physica Aristotelica tum præclara introductio, tum de origine formarum disquisitio, tum de laudibus *Aristotelis* oratio insignis extat) libros *Aristotelis* politicos dissectos & hiatibus deformes, in alium longè ordinem redegit, eumque ipsius *Aristotelis* fuisse multis argumentis acutissimis ostendit, ut de cæteris ejus in illa philosophiæ parte scriptis limatissimis nihil dicam. Hos jam quos dixi interpretes, qui adhibebit, sine fiduculis, credo, fatebitur, longè alium *Aristotelem* esse, quàm qui vulgo depingitur, nec cum *Valla*, *Nizolio*, *Bassone*, aliisque Aristotelomastigibus, refundi in autorem textus debere, quæ interpretum vel imperitia, vel si tempora spectemus, quibus vivere, infelicitas peccavit.

XXVII. Nam nec illud prætereundum est, iniquos esse, qui illorum tempotum lapsus tam acerbè perstringunt; |tu si illic sis, aliter sentias. Quum historia & civilis & philosophica delitesceret, quum scriptores optimi non nisi pessimè translati haberentur, quum typographiæ beneficio destitutis aut sumtuosissimè omnia aut molestissimè transcribenda essent,

sent, & unius inventa ad cæterorum notitiam raro, nec nisi tardè pervenirent/( unde fit, ut nunc sæpe ex collatione scriptorum deprehendantur, quæ etiam coævi ignorarunt) non mirum fuit graviter & sæpe labi, miraculi potius instar fuit vel mediocriter aliquid in literis & vera philosophia præflare. Quare etiam, sicubi mihi aliquid durius hic currente calamo excidit, id de temporum magis miserabili fato, quàm hominum ignavia intellectum volo. Illi potius culpandi sunt, qui nunc quoque inventa fruge glandibus vesci malunt, & pertinacia potius quàm ignorantia peccant. Nec vereor dicere Scholasticos vetustiores nonnullis hodiernis & acumine, & soliditate, & modestia, & ab inutilibus quæstionibus circumspediore abstinentia longè præflare: hodierni enim nonnulli quum vix quicquam dignum typis addere veteribus possint, hoc unum faciunt, ut allegata opinionum cumulent, & innumeras frivolas quæstiones excoGITent, & unum argumentum in multa partiantur, & mutant methodum, & terminos singantque atque resingant. Ita illis tot tamque grandes libri nascuntur.

XXVIII. Quàm verò longè sint acumine inferiores superioribus superioris & hujus seculi Scholastici, documento esse potest secta nominalium, omnium inter Scholasticas profundissima, & hodiernæ reformatæ philosophandi rationi congruentissima; quæ quum olim maximè floreret, nunc, apud scholasticos quidem, extincta est. Unde conjicias decreta potius quàm augmenta acuminis. Quum autem ipse *Nizolius* noster se Nominalium exsertè profiteri non dubitet prope finem capitis sexti, libri primi; & verò in realitate formalitatum & universalium evertenda nervus disputationis ejus omnis potissimum contineatur, pauca quædam de Nominalibus subjicere operæ pretium duxi. Nominales sunt, qui omnia putant esse nuda nomina præter substantias singulares, abstractorum igitur & universalium realitatem prorsus tollunt. Primum autem nominalium aiunt fuisse nescio quem *Rucelinum* Britonem, cujus occasione cruenta certamina in Academia Parisiensi fuerunt excitata. Refert in eum ejusmodi Epigramma *Aventinus*;

*Quas Ruceline doces, odit Dialectica voces,*  
*Tanque dolens de se, non vult in vocibus esse;*  
*Res amat, in rebus cunctis vult esse diebus.*  
*Voce retrahitur, res sit, quod voce doctur;*  
*Plorat Aristoteles nugas tradendo seniles,*  
*Res sibi subtrahit per voces invidulatas;*  
*Porphyriusque gemit, quia res sibi lector ademit;*  
*Qui res abrodit, Ruceline, Boetius edit.*  
*Non argumentis, nulloque Sophismate sentis*  
*Res existentes in vocibus esse manentes.*

Diu autem jacuit in tenebris secta Nominalium, donec maximi vir

ingenii, & eruditionis pro illo ævo summæ, *Wilhelmus Occam* Anglus, *Scoti* discipulus, sed mox oppugnator maximus, de improvise eam resuscitavit; consensere *Gregorius Ariminensis*, *Gabr. Biel*, & plerique ordinis Augustinianorum, unde & in *Martini Lutheri* scriptis prioribus amor Nominalium satis elucet, donec procedente tempore erga omnes Monachos æqualiter affectus esse cœpit. Generalis autem Regula est, qua Nominales passim utuntur; Entia non esse multiplicanda præter necessitatem. Hæc regula ab aliis passim oppugnatur, quasi injuria in Divinam ubertatem, liberalem potius quam parcam, & varietate ac copia rerum gaudentem. Sed, qui sic objiciunt, non satis mihi nominalium mentem cepisse videntur, quæ, etsi obscurius proposita, huc redit: Hypothesin eo esse meliorem, quo simplicior, & in causis eorum quæ apparent reddendis eum optimè se gerere, qui quam paucissima gratis supponat. Nam qui aliter agit, eo ipso naturam, aut potius autorem ejus Deum ineptæ superfuitatis accusat. Si quis Astronomus rationem phenomenorum cœlestium reddere potest paucis suppositis, meris nimirum motibus simplicibus circularibus, ejus certè hypothesin ejus hypothesi præferenda erit, qui multis orbibus variè implexis ad explicanda cœlestia indiget. Ex hac jam regula Nominales deduxerunt, omnia in rerum natura explicari posse, etsi universalibus & formalitatibus realibus prorsus careatur? qua sententia nihil verius, nihil nostri temporis philosopho dignius, usque adeo, ut credam ipsum *Occamum* non fuisse Nominaliorem, quam nunc est *Thomas Hobbes*, qui, ut verum fatear, mihi, plusquam nominalis videtur. Non contentus enim cum nominalibus universalia ad nomina reducere, ipsam rerum veritatem ait in nominibus consistere, ac, quod majus est, pendere ab arbitrio humano, quia veritas pendeat a definitionibus terminorum, definitiones autem terminorum ab arbitrio humano. Hæc est sententia viri inter profundissimos seculi censendi, qua, ut dixi, nihil potest esse nominalius. Idem dicendum est de nostri temporis philosophiæ Reformatoribus eos si non plusquam nominales tamen Nominales esse ferè omnes. Tanto igitur aptior his temporibus *Nizolius* erit.

XXIX. Nunc ad *Nizolii* errores redeundum est, ex quibus, post *Aristotelem* interpretibus confusum, palmarius est, omnimoda illa Dialecticæ & Metaphysicæ abolitio, quum tamen & Nominales iisdem licet principiis nixi retinuerint. Et verò quis neget, esse quædam præcepta tum artis cogitandi seu scientiæ de mente, tum pietatis naturalis, seu scientiæ de summa rerum, id est Metaphysicæ; nam etsi illam ad Oratoriam seu artem dicendi, hanc ad Physicam seu scientiam naturæ pertinere velit, eo argumento quod & veteres tantum tres fecerint Encyclopediæ partes, Logicam, Physicam & Ethicam; quo faciliè effecerit, ne Mathematicas quidem scientias peculiare esse; nihil tamen prohibet accuratius partes subdistingueri, & dialecticæ separatam a Rhetorica, ut & grammaticæ datur; Metaphysicæ seu Theologiæ separatam a Physica,

sica, ut & Mathesi dantur, locum assignare. Illud quoque minimè ferendum est, quod demonstrationem, qualem descripsit *Aristoteles*, prorsus e natura rerum tollit, levibus certè argumentis, ex quibus potissimum est: quod universalia non sint in rerum natura, (quum tamen sufficiat ad demonstrandum: nomina esse universalia;) deinde quod exemplum ejus hæctenus interpretes magno conatu frustra quæserint. Ego verò contra arbitror, passim in libris *Aristotelis*, imò & ipsius *Nizolii*, occurrere accuratas & perfectas demonstrationes. Quod ipsum demonstrare, & a non intelligentium objectionibus nobilissimam artem demonstrandi vindicare, peculiari operæ servo.

XXX. Quod item contendit genuina *Aristotelis* opera nunc non haberi, idque locis potissimum *Ciceronis*, mihi nunquam persuaserit. Nam quid mirum est hominem politicum & infinitis curis obrutum, qualis erat *Cicero*, nonnunquam subtilissimi cujusdam Philosophi sententias, fugiente oculo lectas, non satis assequi? qui credit *Aristotelem* in veris suis operibus Deum appellasse *Καθμα οὐρανῶν* ardorem cœli, nã is *Aristotelem* fatuum putat; & quum sapientem & ingeniosum habeamus per vim nobis ineptum & stultum obrutum. Novum hoc Criticæ artis genus est, in dignoscendis scriptis autoris omnium confessione ingeniosi, quædam pro supposititiis habere, quia stultum aliquid auctoritati iniqua imposita hæc loquitur) in iis non reperitur. Mihi genuinitatem operum Aristoteleorum, quicquid dicant *Job. Francisc. Picus* in Examine Vanitatis doctrinæ gentium, quicquid *Nizolius*, quicquid *Petrus Ramus*, quicquid *Patricius*, quicquid in Apologia magnorum virorum Magiæ suspectorum, ubi & hunc *Nizolius* librum citat, *Naudæus*; satis superque persuadet perspecta hypothesium inter se harmonia, & æqualis ubique methodus velocissimæ subtilitatis.

XXXI. Ultimo loco gravis alius error *Nizolii* circa universalium naturam dissimulari non debet, potest enim lectorem non satis cautum a vero philosophandi tramite penitus abducere. Persuadere conatur nobis universale, nihil aliud esse quam omnia singularia collectivè simul sumta; & quum dico: omnis homo est animal, sensum esse: omnes homines sunt animalia. Hoc quidem verè, sed hinc non sequitur: universalia esse totum collectivum. At probat *Nizolius*: Omne totum est aut continuum aut discretum. Universale autem est totum, non continuum verò, discretum igitur. Totum autem discretum est collectivum, & eadem est ratio generis hominum, quæ gregis. Et par est ratio hujus propositionis omnis homo (seu totum genus humanum) est rationalis, quæ hujus: omnes pecudes quæ hic pascuntur sunt albæ, vel totus grex est albus. At erras *Nizoli*, datur enim aliud totius discreti genus præter collectivum, nimirum: distributivum. Quum igitur dicimus: omnis homo est animal, seu omnes homines sunt animalia, sensus est distributivus: sive illum, (*Tantum*) sive hunc (*Quum*) &c. sumseris, reperies, esse animal,

seu sentire. Et si Nizoliano more omnis homo, seu omnes homines sunt totum collectivum, & idem quod totum genus humanum, sequetur absurda loquutio. Nam si eadem sunt, age in propositione ista: omnis homo est animal, vel omnes homines sunt animalia, substituamus totum genus humanum, orietur hæc propositio, plus quam inepta: totum genus humanum est animal, similiter de grege est propositio: omnes pecudes, quæ hic pascuntur, seu universale ab iis abstractum, idem est cum toto ex iis collecto, grege, ut vult *Nizolius*, vera erit hæc propositio: totus grex est ovis, vel saltem si succurrere ei velis: totus grex est oves, quod ipsum tamen satis verè non dicitur. Sed & aliud exemplum minus potestremo effugio commodum videamus, Jcti veteres quos *Nizolius* opinor non negavit Latinè simul & accuratè loquutos, genus legatum aiunt, si quis sic leget: *Titio* equum meum do lego. Jam *Nizolii* sensu, quum genus sit totum ex singularibus collectum, erit idem ac si dixisset: *Titio* omnes equos meos do lego. Egregio, si diis placet, jurisprudentiæ specimine. Contra, substituto toto distributivo, plana res est, sensus enim erit: *Titio* illum aut equum do lego. Addamus hoc quoque: cum dico, omnis homo est animal, si genus de specie dicitur, & genus est universale, universale totum genus ex singularibus collectum, substituamus voci animalis, omnia animalia simul sumta; Orietur hæc propositio: Homo est omnia animalia simul sumta. Quum sufficiat homini esse quoddam animal, seu aliquod ex universo animalium genere.

XXXII. Nec vero error hic *Nizolii* levis est, habet enim magnum aliquid in recessu. Nam si universalia nihil aliud sunt quam singularium collectiones, sequetur, scientiam nullam haberi per demonstrationem (quod & infra colligit *Nizolius*,) sed collectionem singularium, seu inductionem. Sed ea ratione prorsus evertuntur scientiæ, & Sceptici vicere. Nam nunquam constitui possunt ea ratione propositiones perfectè universales; quia inductione nunquam certus es, omnia individua a te tentata esse; sed semper intra hanc propositionem subsistes, omnia illa, quæ expertus sum, sunt talia; quum verò non possit esse ulla ratio universalis, semper manebit possibile, innumera, quæ tu non sis expertus, esse diversa. At, inquires, ignem (id est corpus quoddam lucidum, tremulum, tenue) ex lignis ordinario modo suscitatum urere, dicimus universaliter, etiam si nemo sit omnes tales ignes expertus, sed quia in iis, quos experti sumus, res comperta est. Ita est: hinc conijcimus, & morali etiam certitudine credimus: omnes ignes, ejusmodi urere, & usturos te si manum admoveas. Sed hæc moralis certitudo non fundata est in sola inductione, ex ea enim nullis eam fiduculis collegeris; sed ex additione seu adminiculo harum propositionum universalium non ab inductione singularium, sed idea universali seu definitione terminorum pendendum: (1) Si eadem vel per omnia similis est causa, idem vel per omnia similis est effectus. Et hujus (2) existentia rei, quæ non sentitur, non præsumitur; & denique

rique hujus: (3) Quicquid non præsumitur, in praxi habendum est pro nullo, antequam probetur. Ex his conficitur certitudo practica vel moralis hujus propositionis, quod omnis ille ignis uret. Nam esse ignis ille talis quicumque, qui mihi nunc offeratur; aio esse per omnia (quantum ad rem pertinet) similem prioribus, quia, per hypothesein, non sentio dissimilitudinem ad rem facientem, jam quod non sentitur, non præsumitur, per adminiculum 2. Quod non præsumitur, est in praxi tenendum per adminiculum 3. Ergo per omnia similem esse, (quantum ad rem pertinet) est in praxi tenendum. Jam per omnia similis causa, erit per omnia similis effectus, per adminiculum 1. nimirum ustio, per hypothesein: Ergo ignem talem quemcumque oblatum, seu omnem illum ignem usturum, est in praxi tenendum. Quod erat demonstrandum. Hinc jam patet, inductionem per se nihil producere, ne certitudinem quidem moralem, sine adminiculo propositionum non ab inductione, sed ratione universali pendendum; nam si essent & adminicula ab inductione, indigerent novis adminiculis nec haberetur certitudo moralis in infinitum. Sed certitudo perfecta ab inductione sperari planè non potest, additis quibuscumque adminiculis, & propositionem hanc: totum majus esse sua parte, sola inductione nunquam perfectè scimus. Mox enim prohibet, qui negabit ob peculiarem quandam rationem in aliis nondum tentatis veram esse, quemadmodum ex facto scimus *Gregorium a S. Vincentio* negasse totum esse majus sua parte, in angulis saltem contactus; alios in infinito; & *Thomam Hobbes*, (at quem virum?) cœpisse dubitare de propositione illa Geometrica a *Pythagora* demonstrata, & hecatombæ sacrificio digna habita; quod ego non sine stupore legi. Atque hi sunt potissimi *Nizolii* nostri errores, alios partim notulis inspersis tetigimus, partim tales esse judicavimus, ut ab attento lectore, qui hæc nostra præmittere dignatus sit, deprehendi non magno negotio possint. Nunc igitur loquacissimæ, sed, ni fallor, necessariæ, præstationi finis imponendus est. Si quis metuit, ne domus porta elabatur, cogitet aditum nostrum tam vastum, domum tam parvam esse, quia capta est tantum; si post Logicam, cæterarum quoque partium similis repurgatio accesserit, tum saxo ut in justam omnia symmetriam redeant, nec quisquam amplius de magnitudine atrii, parvitate aræ conquerantur. Quod superest, vale, Lector benevole, & studium tuis commodis consulendi, boni consule,